



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS

MULHERES NEGRAS, NEGRAS MULHERES: ATIVISMO NA CAPITAL BAIANA –
1980-1991

FORTALEZA

2015

ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS

MULHERES NEGRAS, NEGRAS MULHERES: ATIVISMO NA CAPITAL BAIANA –
1980-1991

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joselina da Silva

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S233m Santos, Ana Cristina Conceição.
Mulheres negras, negras mulheres : ativismo na capital baiana – 1980-1991/Ana Cristina
Conceição Santos. – 2015.
184 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de
PósGraduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Movimentos sociais, educação popular e escola.

Orientação: Profa. Dra. Joselina da Silva.

1. Ativistas políticas – Salvador(BA) – 1980-1991. 2. Movimentos sociais – Salvador(BA) –
1980-1991. 3. Negras – Identidade racial – Salvador(BA) – 1980-1991. I. Título.

CDD 305.48896081420904

ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS

MULHERES NEGRAS, NEGRAS MULHERES: ATIVISMO NA CAPITAL BAIANA –
1980-1991

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joselina da Silva

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^ª. Joselina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^ª Sandra Haydée Petit
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^ª Kelma Socorro Lopes de Matos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^ª Maria Zelma de Araújo Madeira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr^ª Dawn Alexis Duke
University of Tennessee

Às minhas ancestrais

Às minhas avós Judith e Paulina

Às minhas irmãs Raquel Uilma e Ângela
Cristina

Que do Orun se fazem presentes em minha
vida

Em nossas vidas!!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às energias espirituais que iluminam os caminhos percorridos e os que ainda irei percorrer.

A tessitura dessa tese só foi possível porque muitas pessoas acreditaram em mim.

Meu total agradecimento:

À minha mãe, Maria Evangelista Conceição Santos, pelo amor incondicional e incentivo.

Ao meu pai, Geraldo Pereira dos Santos (*in memoriam*), pelo exemplo de homem e de pai.

Às minhas irmãs, Sara Regina Conceição Santos, Marta Maria Conceição Santos e Márcia Maria Conceição Santos. Que nossa irmandade se fortaleça cada vez mais.

Às minhas “amorzinhas” Júlia Maria Santos Soares e Yandê Kaori Santos Miquiles, certeza da continuidade da nossa família.

À minha tia-madrinha Marilene Batista, pelas preocupações e cuidado.

Ao meu tio Sérgio Luiz Pereira Evangelista, que considero meu irmão mais velho, amigo para todos os momentos.

À minha companheira Maria Aparecida Silva, pela paciência, conselhos e conforto nas horas em que tudo parecia não ter fim.

Ao meu primo Davi Batista Matsunaga, minhas primas Bernadete Batista e Vera Lúcia, meu afilhado Ryan e minha comadre Ana Rita. Meu carinho por vocês é infinito.

À minha irmã de coração Laisa, que a vida nos deu.

Ao corpo docente, discente e funcionárias/os da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em particular, às amigas Cristiane Sousa e Rita de Cássia Félix, que se tornaram mais que colegas de turma.

À minha orientadora, professora dr^a Joselina da Silva, pela afetividade que conduziu a orientação, fazendo que eu superasse todos desafios.

Às professoras Dr^a Zelma Maria Madeira e Sandra Haydée Petit, que deram contribuições significativas na qualificação e na defesa.

À professora Kelma Matos, pela disponibilidade ao aceitar o convite para participar da banca de defesa.

À professora Dr^a Dawn Alexis Duke, pela recepção, acolhimento e orientações no período em que estudei nos Estados Unidos e pela participação na banca de defesa. Tenho a certeza que construímos uma bela amizade;

Agradeço a *University of Tennessee* nas pessoas do diretor do departamento de *Modern Foreign Languages and Literatures*, prof. dr. Adrian Del Caro, que expediu a documentação necessária para que eu obtivesse o visto; professor Asafa Jalata, que me aceitou como estudante ouvinte nas aulas de *Civil Rights Movement*; professor Amadou, que dividiu o seu escritório comigo e amenizava a saudade que eu sentia do Brasil, colocando as músicas de Virginia Rodrigues; secretária do departamento de *Africana Studies*, Nanette Rodgers, pelo auxílio constante.

Ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/MEC), processo BEX 10230/13-0, pela bolsa concedida e que muito auxiliou para a realização desta pesquisa.

Ao conselho da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, por conceder a licença para meu aperfeiçoamento profissional.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Diversidade e Educação no Sertão Alagoano (NUDES) da UFAL Campus do Sertão, espaço em que exerço o meu ativismo acadêmico.

Às professoras Adriana Deodato e Marilza Pavezi, que assumiram minhas disciplinas garantindo, assim, que eu pudesse me afastar das minhas atividades docentes.

A Camila Ramos, amiga-irmã, que muito me ajudou fazendo as transcrições das entrevistas.

Às amigas e aos amigos que mesmo distantes se preocupam, incentivam e desejam boas energias, agradeço na pessoa de Nilton Luz.

Às amigas brasileiras residentes nos EUA, Wanessa Veloso e Luciana Prestes; a presença e amizade de vocês tornaram meus dias mais lindos e confortantes em terras estrangeiras. *Thank you very much!*

Às norte-americanas que fui conhecendo ao longo da minha estadia e estabelecendo vínculos de amizade, agradeço na pessoa de Jill Haynes.

Às amigas e aos amigos da militância na Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, espaço que escolhi para ser ativista e no qual me sinto acolhida.

Às entrevistadas da cidade do Rio de Janeiro, Neusa das Dores Pereira e Jurema Pinto Werneck, por disponibilizar o tempo e colaborarem com este trabalho.

Às ativistas negras, sujeitos dessa pesquisa, Ana Célia da Silva, Creuza Maria Oliveira, Jussara Santana, Lindinalva Amaro Barbosa, Kátia de Melo Silva e Valdecir Pedreira do Nascimento, mulheres que nos inspiram e animam por suas trajetórias de vida e militância. Sem vocês essa pesquisa não existiria. Minha imensa gratidão!

“Nossa tarefa é assegurar que as futuras gerações possam ter mais orgulho e se sentir mulheres mais empoderadas porque a gente sabe que não é brincadeira nesse país racista ser mulher preta. E todo mundo achar que você se recupera das cinzas como fênix não é verdadeiro. Essa capacidade de fênix chega uma hora que a gente perde e adocece como algumas de nossas, mulheres negras, que estão aí e ficam de pés atados quando vê que a polícia invade mesmo, que derruba mesmo a porta, mata dentro de casa e outras tantas desgraças que nos assolam e que a gente vai com essa capacidade de resiliência fantástica que os orixás, que essa cultura que a gente guarda muito dá pra gente. Então eu acho que é um pouco isso, desse lugar que eu quero falar, que eu gosto de falar, que eu gosto de estar.” (Valdecir Pedreira do Nascimento)

RESUMO

A presente tese, intitulada *Mulheres Negras, Negras Mulheres: ativismo na capital Baiana – 1980-1991*, é o resultado da pesquisa junto ao Movimento de Mulheres Negras na cidade de Salvador (BA) com recorte temporal. O período escolhido deve-se ao fato de ser a redemocratização do país, quando os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres negras, voltaram a ter visibilidade em suas ações. O objetivo principal foi estudar o movimento das mulheres negras em Salvador na década de 1980 e início dos anos de 1990 do século XX. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com o propósito de interpretar os significados atribuídos por essas mulheres ao que se refere as opressões de raça-gênero-classe-sexualidade, de forma interseccional, e como vai se constituindo suas identidades no que concerne ser mulher negra ativista. Apresentamos como técnicas: entrevista semiestruturada com 6 ativistas soteropolitanas e 2 ativistas da cidade do Rio de Janeiro, além de análise documental. Consideramos também os estudos desenvolvidos no campo da interseccionalidade, de modo a evidenciar que os marcadores identitários dessas mulheres as tornam mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, as fortalecem enquanto coletivo, para o enfrentamento das opressões vivenciadas. Como resultado as entrevistadas comprovaram que há uma interseccionalidade nas sujeições que experimentam revelando que as histórias de vida da maioria das mulheres negras muito se assemelham ao que se refere a essas opressões, existe uma preocupação em empoderar outras mulheres negras; elas estavam atentas e atuantes aos acontecimentos em nível local e nacional e seus ativismos eram propositivos, ou seja, ultrapassavam o campo das denúncias indicando possibilidades para a construção de uma sociedade menos racista, machista, elitista e homofóbica.

Palavras-chave: Mulheres negras. Organização. Interseccionalidade. Movimentos sociais.

ABSTRACT

The thesis entitled *Black Women, Women Black: activism in the Bahia capital – 1980-1991* is the result of research together the Black Women's Movement in the city of Salvador / BA with timeless cut. The period chosen was due to the fact that the democratization of the country where social movements, especially the movement of black women recovered their visibility in their actions. The main objective was to study the movement of black women in Salvador in the 1980s and early 1990s of the twentieth century. The methodology was qualitative in order to interpret the meanings attributed by these women to respect the oppressions of race-gender-class-sexuality of intersectional way, and how will constitute their identities with regard being black woman activist. Presented as techniques: semi-structured interviews with 6 soteropolitanas activists and two activists of the city of Rio de Janeiro, and document analysis. We also consider the studies developed in the field of intersectionality, so, to show that the identity markers of these women make them more vulnerable and at the same time, strengthen them, as a collective, to face the experienced oppression. As a result the respondents confirmed that there is a intersectionality in subjections experiencing revealing that the stories of the lives of most black women are very similar to what refers to these oppressions, there is concern in empowering other black women; they were alert and active to events at the local and national levels and his activism were propositional, ie exceeded the field of complaints indicating possibilities for building a society less racist, sexist, elitist, homophobic.

Keywords: Black women. Organization. Intersectionality. Social movements.

RESUMEN

La tesis titulada *Negras Mujeres, mujeres negras: el activismo en la capital bahiana - 1980-1991* es el resultado de la investigación por el Movimiento de Mujeres de Negro en la ciudad de Salvador / BA con recorte sin tiempo. El período elegido se debió al hecho de que la redemocratización del país en el que los movimientos sociales, especialmente el movimiento de mujeres negras recuperaron su visibilidad en sus acciones. El principal objetivo fue estudiar el movimiento de las mujeres negras en Salvador en la década de 1980 y principios de 1990 del siglo XX. La metodología fue cualitativa como la presentación de las técnicas: entrevistas semi-estructuradas con 6 activistas soteropolitanas y 2 activistas de la ciudad de Río de Janeiro, y el análisis de documentos con el fin interpretar los significados atribuidos por estas mujeres a respetar las opresiones de raza-género-clase-sexualidad de manera intersectorial, y cómo va a constituir su identidad en relación ser mujer negra activista. Presentado como técnicas: entrevistas semi-estructuradas con 6 soteropolitanas activistas y dos activistas de la ciudad de Río de Janeiro, y el análisis de documentos. También consideramos los estudios desarrollados en el campo de la interseccionalidad, por lo que, para demostrar que los marcadores de identidad de estas mujeres hacen más vulnerables y, al mismo tiempo, fortalecer ellas, como colectivo, para hacer frente a la opresiones experimentado. Como resultado, los encuestados muestran que hay una interseccionalidad en sujeciones experimentan revelando que las historias de las vidas de la mayoría de las mujeres negras son muy similares a lo que se refiere a estas opresiones, existe preocupación en el empoderamiento de otras mujeres de raza negra; estaban alerta y activo a los eventos a nivel local y nacional, y su activismo eran proposicional, es decir, superaron el campo de las denuncias que indican las posibilidades de construir una sociedad menos racista, sexista, elitista, homófobo.

Palabras-clave: Las mujeres negras. Organización. Interseccionalidad. Los movimientos sociales

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Umbuzeiro	26
Figura 2	– Árvore genealógica.....	27
Figura 3	– Minha mãe no Colégio	31
Figura 4	– Minha mãe na novena do Colégio	31
Figura 5	– Casamento dos meus pais.....	33
Figura 6	– Casamento dos meus pais	33
Figura 7	– <u>M</u> inhas irmãs Marta e Márcia, minha mãe, eu e minha irmã Sara	35
Figura 8	– Minha avó Judith e minha irmã Raquel (in memoriam)	35
Figura 9	– Pesquisadora com 3 meses	36
Figura 10	– Representantes LGBT com o ex Presidente da República e sua esposa	43
Figura 11	– Mulheres reunidas no 7º Encontro de Negros Norte-Nordeste	65
Figura 12	– Mulheres Negras no 9º Encontro de Negros Norte-Nordeste.....	65
Figura 13	– Ativista Luiza Bairros no VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe	78
Figura 14	– Ativista Luiza Bairros no VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe	78
Figura 15	– Ana Célia da Silva	79
Figura 16	– Kátia de Melo Silva	79
Figura 17	– Creuza Maria Oliveira	79
Figura 18	– Valdecir Pedreira do Nascimento	79
Figura 19	– Lindinalva Amaro Barbosa	80
Figura 20	– Jussara Santana	80
Figura 21	– Logomarca do I ENMN	109
Figura 22	– Mesa de abertura do I ENMN	113
Figura 23	– Fala de abertura proferida por Maria José Lopes da Silva	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação nome e idade.....	80
Tabela 2 – Relação bairro onde as entrevistadas nasceram, onde mudaram e onde residem atualmente	81
Tabela 3 – Formação acadêmica e atuação profissional	81
Tabela 4 – Reuniões preparatórias para o II ENMN	121
Tabela 5 – Número de participantes por Estado e Região	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CEAFRO	Programa de Educação para Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CEB	Comunidade Eclesial de Base
ENMN	Encontros Nacionais de Mulheres Negras
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
GM	Grupo de Mulheres
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MNU	Movimento Negro Unificado
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDSE	Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior
PT	Partido dos Trabalhadores
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
ONG	Organização Não Governamental
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EU, MULHER E NEGRA	25
2.1 A sombra do umbuzeiro	26
2.2 Constituindo-me enquanto sujeito	36
2.2.1 <i>Redescobrimo-me mulher negra</i>	38
2.2.2 <i>Tornando-me uma ativista-acadêmica</i>	42
3 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL E NO NORDESTE	47
3.1 Teoria dos Novos Movimentos Sociais: contribuição no pensamento em torno dos movimentos sociais no Brasil	48
3.2 A construção da identidade negra como uma identidade coletiva e política	51
3.2.1 <i>A construção da identidade racial das entrevistadas</i>	55
3.3 Os Movimentos Negros no Nordeste	61
3.3.1 <i>Participação das mulheres negras nos Encontros de Negros Norte-Nordeste</i>	68
4.1 Gênero e raça: um diálogo necessário	71
4.1.1 <i>Interseccionando gênero-raça-classe-sexualidade</i>	73
4.2 Organização de Mulheres Negras: uma crítica sobre as teorias	76
4.3 Pensamentos de algumas Mulheres Negras na cidade de Salvador	82
4.3.1 <i>Educação como promotora do pertencimento racial</i>	86
4.3.2 <i>A religião católica como local de início da militância</i>	91
4.3.3 <i>Leituras e análises sobre o racismo</i>	93
4.3.4 <i>Participação no Movimento Negro</i>	96
4.3.5 <i>Percepção das relações de gênero no Movimento Negro</i>	102
4.3.6 <i>Relações raciais no Movimento Feminista</i>	107
4.3.7 <i>As múltiplas agendas das mulheres negras soteropolitanas</i>	109
5 ENCONTROS NACIONAIS DE MULHERES NEGRAS	113
5.1 I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN)	114
5.1.1 <i>As pautas do I ENMN</i>	119
5.1.2 <i>Os resultados do I ENMN</i>	126
5.2 II Encontro Nacional de Mulheres Negras	129
5.2.1 Organizando o II ENMN - entraves e desafios	129
5.2.2 <i>As pautas do II ENMN</i>	142

5.2.3 Resultados do II ENMN	146
6 CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

“EN-NEGRA-SER
 Tentam me silenciar?
 Grito!
 Me invisibilizar?
 Invado!
 Me exterminar?
 Resisto!
 Sobrevivo!
 Sigo enegrecendo
 Tomando espaços
 A cada passo dado.”
 (Dávila Feitosa Maria da Silva)¹

Ao iniciar este trabalho com o poema acima, faço uma provocação para a necessidade de invadir, resistir e “enegrecer” as produções acadêmicas, descortinando outras histórias; nesse caso, a história de ativismo das mulheres negras. Portanto, esta tese intitulada *Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana – 1980-1991* foi incitada a partir das minhas inquietações sobre a invisibilidade, nos estudos acadêmicos, do protagonismo organizacional das mulheres negras, em especial as mulheres negras que vivem no Nordeste do Brasil.

Nas mais diversas perspectivas, os registros históricos apresentam como presença principal a figura masculina. Assim sendo, a história não é diferente ao retratar os Movimentos Negros. Os escritos em torno da mulher negra geralmente nos fazem deduzir que sua participação foi meramente coadjuvante, e que suas ações não tiveram uma importância política. Entretanto, ao conhecer militantes do movimento de mulheres negras, em Salvador, observava que seus discursos e ações revelavam o racismo e machismo que há na sociedade, expondo situações que geravam desigualdades e opressões. Uma das formas de desigualdade em relação ao homem se dá através da invisibilidade.

¹ Dávila Feitosa Maria da Silva é graduada em Biblioteconomia, jovem feminista negra, poetisa, ativista do grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense - Pretas Simoa.

Neste trabalho, utilizo o termo Movimentos Negros no plural por compreender que tal movimento é diversificado e está representado de várias formas, por exemplo: por meio de grupos culturais, ativistas-acadêmicas, organizações políticas, organizações não governamentais, igrejas, religiões de matriz africanas, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) ligados às universidades. Existe também o entrosamento e diálogo dessas formações nas reivindicações da pauta antirracista e de outras formas de explorações.

Pensar os Movimentos Negros a partir da organização das mulheres negras é trazer à discussão o entrecruzamento das identidades, ou seja, ponderar sobre a identidade racial, de gênero e outras, e nesse pensamento eu me coloco. Foram questões que me motivaram e motivam a realizar pesquisas sobre relações raciais, de gênero e sexualidades, pensando na perspectiva da Educação e dos Movimentos Sociais, que contribuíram para que eu me constituísse enquanto sujeito político, a partir do entendimento de que as minhas identidades se interseccionam.

Consequentemente, no âmbito de doutoramento elegi a temática da organização das mulheres negras e busquei revelar quem são essas mulheres, o que faziam e como se determinaram a refletir sobre o movimento de mulheres negras. Aspirava saber qual o papel político desse movimento, quais as estratégias de combate ao racismo e machismo como forma de oportunizar que outra história seja evidenciada a partir dos movimentos sociais, por entender que são essas narrativas e vivências que se tornaram suporte para a minha formação pessoal, ativista e profissional. Essas mulheres serviram e servem de referências por suas lutas, conquistas, modos de ser e estar em sociedade e no enfrentamento diário de todas as formas de opressões produzidas por seus pertencimentos racial, de gênero, sexual, classe, entre outros.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa apresenta uma perspectiva interdisciplinar e se alicerça num intercruzamento de teóricas e teóricos que trabalham com a interseccionalidade numa perspectiva crítica, antirracista e antissexista, a exemplo de Andersen (2010), Crenshaw (1989, 2002), Hooks (1984, 2000), entre outras.

O local escolhido para desenvolver essa investigação foi a cidade de Salvador, localizada no Estado da Bahia. Essa cidade foi a primeira capital do Brasil e a primeira sede da colônia portuguesa no continente americano. Muitos escravizados vieram do continente africano para Salvador; hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população negra da capital baiana é de 79,5%.

O recorte temporal dessa pesquisa, que abarca os anos de 1980 a 1991, fundamenta-se no fato de que, no início da década de 1980, o Brasil estava vivendo o período de redemocratização política pós-ditadura, e os movimentos sociais, a exemplo dos

movimentos negros e feminista, passaram a ter maior visibilidade. Essa década é denominada por alguns cientistas políticos a “Década Perdida”, devido à crise econômica, queda do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento da inflação. Contudo, sob o viés político houve avanços, como o ressurgimento dos movimentos sociais e a criação de novos partidos políticos, como Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; Partido da Mobilização Social (PMN), em 1984; Partido Verde (PV), em 1986; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988 (MARANGONI, 2012).

É nesse período que as mulheres negras, a partir da intersecção de suas identidades racial, gênero, classe, entre outras, se organizam e realizaram o I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras, sendo o primeiro realizado na cidade de Valença (RJ), em 1988, e o segundo em Salvador (BA), em 1991.

É a partir da lacuna da insuficiência de investigações sobre o movimento de mulheres negras na região Nordeste, mais especificamente na cidade de Salvador, que me propus pesquisar esse movimento na capital baiana, visibilizando as mulheres que fizeram e fazem parte dessa trajetória e sua importância tanto em âmbito local como nacional.

Portanto, é estabelecido como problema desta pesquisa: quem eram as mulheres negras na cidade de Salvador na década de 1980 e início dos anos 1990 do século XX que estavam se organizando local e nacionalmente? E de que maneira se instituía esse movimento?

Os objetivos que nortearam esta pesquisa foram: estudar o movimento das mulheres negras em Salvador na década de 1980 e início dos anos de 1990 do século XX; compreender como foi concebida, na década de 1980, a organização de mulheres negras na cidade de Salvador; identificar o papel político assumido por essas mulheres dentro do movimento de mulheres negras; apreender de que forma se estabeleceu a articulação das mulheres negras em nível local e nacional e entender as estratégias de resistência destas no enfrentamento das opressões sofridas a partir da interseccionalidade de seus demarcadores identitários.

A metodologia utilizada para essa pesquisa é de natureza qualitativa, onde a ênfase dá-se no aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização, entre outros, permitindo, assim, uma compreensão mais profunda das relações, processos e fenômenos que não podem ser restringidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995). A condução metodológica se estruturou na revisão da literatura, entrevistas e sua sistematização e escrita da tese.

Usei as seguintes técnicas para coletas de dados: entrevista semiestruturada ou semidiretiva, com seis ativistas residentes em Salvador, sujeitos dessa pesquisa, e duas

ativistas da cidade do Rio de Janeiro, na condição de coparticipantes; análise documental dos relatórios de preparação dos I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras, relatório final do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, boletins informativos desses encontros, reportagens do *Jornal A Tarde e Folha de São Paulo*, fotos oriundas do acervo pessoal das entrevistadas e da pesquisadora, além de vídeos.

A entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas das informantes (TRIVIÑOS, 1995). Essas entrevistas foram realizadas com mulheres negras que tiveram participação nas discussões e ações do movimento de mulheres negras em Salvador.

A escolha dos documentos é comentada por Pimentel:

Se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça (2001, p.180).

Como recursos, foram utilizados diários de campo, a fim de registrar impressões durante a gravação das entrevistas, assim como um gravador digital. Em nosso caso, percebemos que a gravação dos depoimentos nos ajudam a prestar maior atenção às falas das entrevistadas, identificando dúvidas e entonação nas respostas e possibilitando melhor encaminhamento, além da transcrição exata.

Ao fazer a revisão bibliográfica aqui no Brasil, percebi uma insuficiência de referências, então solicitei, junto à coordenação de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e à CAPES², uma bolsa ao Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE) para que eu pudesse ampliar os estudos a partir de publicações na língua inglesa. No início de 2014, viajei para a cidade de Knoxville, no estado do Tennessee (EUA), e permaneci até dezembro do mesmo ano. Lá, eu fui coorientada pela professora dr^a Dawn Duke³, da *University of Tennessee*.

A professora Dr^a Dawn Duke (Anexo A) ensina Espanhol e Português e é cátedra em Estudos Africanos. Suas pesquisas centram-se na Literatura Afro-Latino-Americana, com um interesse especial nos escritos produzidos por mulheres. Ela tem várias publicações em

² CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Órgão vinculado ao Ministério de Educação.

³ Prof. Dr^a Dawn Duke nasceu na Guiana, fez sua graduação no Universidade Federal do Pará, mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado na *University of Pittsburgh*. É professora associada da *University of Tennessee*.

língua inglesa, espanhola e portuguesa⁴. Eu a conheci no Brasil, em outubro de 2012, durante o Artefatos da Cultura Negra no Ceará, evento realizado pela Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (linha Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola – Eixo Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais) e pela Universidade Regional do Cariri - URCA (Grupo de Estudos Afro-brasileiros). No Artefatos, participei como palestrante com o tema “Projeto Político Pedagógico e aplicação da Lei 10639/03”. Ao final, conversamos; comentei sobre a minha pesquisa e o desejo que eu e minha orientadora tínhamos de que a investigação fosse aprofundada com a bibliografia em língua inglesa, visto que, no Brasil, a produção em torno do tema ainda é incipiente. Ela disse que também era pesquisadora na área de gênero e relações raciais e que, se eu desejasse, poderia ser minha coorientadora. A partir desse primeiro encontro, passamos a nos corresponder por e-mail, estreitando os laços até a minha chegada aos Estados Unidos.

A professora Dawn Duke possibilitou que eu socializasse minha pesquisa e experiências no Brasil como pesquisadora, educadora e ativista negra em atividades tanto na *University of Tennessee* como em outras universidades, com a participação da minha orientadora Joselina da Silva. Nossa presença se deu nos seguintes eventos: mesa-redonda *Black Women's Movements in Latin America* e palestra *The State of the Art Today: Black Women's Movements in Latin America* na *University of Tennessee*; *Black Women's Movements and Feminism in Latin America* na *University Furman*; diálogo com professores e estudantes sobre o ensino no Brasil e intercâmbio na *Fort Valley State University* (universidade na qual os estudantes são negras e negros). Também palestrei na *Western Kentucky University*, com o tema *Affirmative Action in the context of Brazil*.

Durante a minha permanência, cursei, no primeiro semestre, na condição de ouvinte, a disciplina sobre direitos civis dos afro-americanos, ministrada pelo professor Asafa Jalata⁵, que foi bastante importante para que eu pudesse compreender o que diferencia a forma

⁴ Destaco os seguintes trabalhos da professora dr^a Dawn Duke: o livro *Literary Passion, Ideological Commitment: Toward a Legacy of Afro-Cuban and Afro-Brazilian Women Writers* (2008) e os artigos *Alzira Rufino's Casa de Cultura da Mulher Negra as a Form of Female Empowerment: A Look at the Dynamics of a Black Women's Organization in Brazil Today* (2003); *Poetic Valuing of the Female Self. Selected Women's Writings from Brazil, Cuba and Guyana* (2005); *O Desenrolar de uma Literatura Afro-Brasileira Comprometida. Conexão Movimento Negro para Movimento Negro Literário* (2008); *Black Movement Militancy in Panama: SAMAAP's Reliance on an Identity of West Indianness* (2010) e *Literatura afro-femenina en la República Dominicana. ¿Una indefinición que la define?* (2013).

⁵ De nacionalidade etíope, é doutor em Sociologia pela *State University of New York at Binghamton* (1990). Tem várias publicações, entre as quais destaco: *Fighting Against the Injustice of the State and Globalization: Comparing the African American and Oromo Movements* (New York: Palgrave Macmillan, 2012); *Contending Nationalisms of Oromia and Ethiopia: Struggling for Statehood, Sovereignty, and Multinational Democracy* (Binghamton: Global Academic Publishing, Binghamton University, State University of New York, 2010); *Oromummaa: Oromo Culture, Identity and Nationalism* (Atlanta, GA: Oromia Publishing Company, 2007);

como o racismo opera na sociedade norte-americana e brasileira. Nessa disciplina, notei que a presença de lideranças negras femininas é ofuscada pela bibliografia que foi utilizada nas aulas. Na universidade, tive acesso ao acervo da biblioteca e aos artigos *online* de outras universidades americanas, além de ter participado de eventos como a palestra da ativista afro-americana Angela Davis e encontros organizados por estudantes negros.

Após essa explanação, apresento agora a estruturação deste trabalho, que está dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais.

Na “Introdução”, trago as motivações para a concretização dessa pesquisa, isto é, o quanto o ativismo de mulheres negras soteropolitanas⁶ definiram esta pesquisa. De modo a aprofundar questões referentes à organização das mulheres negras na capital da Bahia, apresento o lócus da pesquisa, os objetivos e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, “Eu, Mulher e Negra”, trago a minha história de vida fazendo um percurso a partir das minhas avós e mãe; logo em seguida me situo enquanto sujeito social e político que se inspirou nos caminhos percorridos pelas mulheres da família e nas ativistas que, de maneira coletiva, vêm denunciando a opressão agravada pelo intercruzamento de gênero, raça, sexualidade, entre outras.

No terceiro capítulo, “Movimentos Negros no Brasil e no Nordeste”, faço uma apreciação dos movimentos sociais sob a ótica da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS); a partir dessa teoria analiso os Movimentos Negros no Brasil e na região Nordeste. Pondero como se dá a construção da identidade negra enquanto identidade política, e avalio as falas das entrevistadas de modo a relacionar teoria e prática. Nesse percurso, examino os encontros dos Movimentos Negros que aconteciam na região Nordeste, e como se dava a participação das mulheres nos referidos eventos.

No quarto capítulo, “Organização de Mulheres Negras”, discorro sobre o pensamento das mulheres negras, sujeitos dessa pesquisa, na cidade de Salvador, que se organizaram na década de 1980 a partir de suas singularidades de raça e gênero. Ao mesmo tempo, reflito sobre a necessidade em compreender a importância de interseccionalizar gênero/raça/sexualidade e outras categorias, mostrando como a multiplicidade de identidades dominadas pode atuar para questionar aquelas dominantes.

No quinto capítulo, “Encontros Nacionais de Mulheres Negras”, examino os I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras, que aconteceram em 1988 na cidade de Valença

Africa up to Sixteenth Century: Introduction to African Studies, edited with Perry Kyles and Addisu Tolesa (Boston: Pearson, 2007); *Oromia & Ethiopia: State Formation and Ethnonational Conflict, 1868-2004* (Lawrenceville, NJ: The Red Sea Press, 2005).

⁶ Termo usado para designar quem nasce na cidade de Salvador.

(RJ), e em 1991, na cidade de Salvador (BA). Esses encontros serviram como possibilidades para que as mulheres negras refletissem e formulassem ações contra as opressões vivenciadas por seus pertencimentos racial, de gênero, sexual, de classe, entre outros. Nesse capítulo, apresentarei também as falas de duas ativistas da cidade do Rio de Janeiro. Essas coparticipantes permitiram apreender de que forma se dava a articulação das ativistas baianas em âmbito nacional.

Nas considerações finais, reflito em torno do estudo realizado, como a organização das mulheres negras na cidade de Salvador contribui para um novo fazer enquanto movimento social e que essa pesquisa pretende contribuir para os estudos sobre gênero, raça e movimentos sociais.

Nesta investigação entrevistamos seis mulheres residentes na cidade de Salvador. São elas: Ana Célia da Silva, Creuza Maria Oliveira, Jussara Santana, Kátia de Melo Silva, Lindinalva Amaro Barbosa, Valdecir Pedreira do Nascimento. Optei por atribuir nomes fictícios às entrevistadas, por entender que muitas das informações são datadas e envolvem pessoas nem sempre inseridas na pesquisa. Os nomes utilizados são de origem africana, como uma maneira de memorar a ascendência dessas mulheres negras. Tais alcunhas foram retiradas do site do Geledés⁷, uma organização respeitada que publica informações confiáveis. Os nomes utilizados foram: Adeola⁸, Ayan⁹, Johari¹⁰, Kumani¹¹, Nadifa¹² Saran¹³, que substituem os nomes verdadeiros, mas sem seguir a ordem nominal apresentada.

As entrevistadas foram escolhidas por terem vivenciado a articulação das mulheres negras na cidade de Salvador na década de 1980, século passado, período sobre o qual versa esta pesquisa. É importante manifestar que estas mulheres representam apenas um recorte, já que na época outras mulheres faziam parte do movimento.

A primeira aproximação foi com Adeola, Saran e Nadifa, pois já as conhecia do ativismo, bem como a produção acadêmica que vem desenvolvendo. Em nossas conversas, elas revelaram alguns nomes, e entre esses decidi entrevistar Johari, Kumani e Ayan. As três primeiras entrevistadas fizeram parte do Movimento Negro Unificado (MNU)¹⁴, e esse foi um dos motivos de eu ter buscado as outras ativistas, pois Johari e Ayan não eram do MNU e

⁷ GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, é uma organização criada em 1988 na cidade de São Paulo.

⁸ Significa Coroada de Honras (Nigéria).

⁹ Significa Brilhante (Somália).

¹⁰ Significa Joia (língua Kiswahili, que é a língua oficial do Quênia, Tanzânia e Uganda).

¹¹ Significa Destino (África Ocidental).

¹² Significa Nascida entre estações (Somália).

¹³ Significa Alegria (Guiné e Costa do Marfim).

¹⁴ O MNU (Movimento Negro Organizado) foi fundado em 1978 na cidade de São Paulo e tem sedes em várias regiões do país.

participavam das discussões do movimento negro a partir de outros olhares. Kumani fez parte do MNU, mas a sua atuação maior tem sido junto ao sindicato de trabalhadoras domésticas.

Também entrevistei duas militantes da cidade do Rio de Janeiro, Neusa das Dores, que integrou a comissão do I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras, e Jurema Werneck, que embora nos anos de 1980 estivesse se iniciando na militância, no segundo momento ela já se destacava como ativista, tornando-se referência nacional e internacional do movimento de mulheres negras brasileiras. Do mesmo modo utilizo nomes fictícios para elas, Iruwa¹⁵ e Latasha¹⁶. A intenção em escutá-las foi para compreender qual a visão dessas mulheres sobre a participação e construção política das militantes negras soteropolitanas em âmbito nacional.

Agora farei uma breve apresentação das entrevistadas e das coparticipantes: Ana Célia da Silva nasceu em 1940, no bairro Terreiro de Jesus, localizado no centro histórico de Salvador. Esse lugar é conhecido por sua arquitetura da época do Brasil Colônia, e onde está localizada a sede da primeira Faculdade de Medicina do Brasil e a Catedral Basílica. A entrevistada é solteira, sem filhos e heterossexual. Iniciou seu ativismo no MNU. É graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação e professora aposentada da Universidade do Estado da Bahia. Entrevistei Ana Célia no ano de 2012, em seu apartamento localizado em um condomínio no bairro de Brotas, considerado bairro de classe média. Tivemos uma conversa descontraída na qual outras memórias vieram à tona, tais como: lembrança de seus pais e irmãos, a relação com sobrinhas e sobrinhos e a saudade de amigos ativistas negros falecidos. Um lanche foi servido, tornando o momento ainda mais prazeroso.

Valdecir Pedreira do Nascimento nasceu no ano de 1959, no bairro do Uruguai, que se localiza na Península Itapagipana. Esse bairro se originou a partir do aterro de áreas alagadiças para ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo. Tem uma companheira, sem filhos e orientação sexual lésbica. Valdecir iniciou o seu ativismo no MNU no ano de 1981. Ela graduou-se em História e é mestre em Educação. Quando a entrevistei, ela ocupava o cargo de coordenadora executiva da ONG Odara - Instituto da Mulher Negra. Nos encontramos para que eu obtivesse informações para a pesquisa em dois momentos: o primeiro em 2011, no seu apartamento, imóvel grande e aconchegante, localizado no bairro da Garibaldi, próximo à orla. Ficamos na cozinha tomando café e conversando. Eu a escutei fazendo pouquíssimas intervenções, pois ela é uma mulher com o dom da fala, e nas suas narrativas já ia contemplando o que eu tinha pretensão de perguntar. Ao ouvir atentamente seu

¹⁵ Significa Aquela que viu o mundo (língua Ibo da Nigéria).

¹⁶ Significa Surpresa (Congo).

depoimento em casa, senti necessidade de entender alguns pontos, e a entrevistei em um segundo momento, em 2013, na sede da ONG Odara, no Centro de Salvador.

Kátia de Melo Silva nasceu em 1960, no bairro da Liberdade, onde fica a sede do Ilê Aiyê¹⁷. Esse lugar tem acesso ao centro financeiro localizado na Cidade Baixa (Salvador é dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa). Ainda jovem, mudou-se para Paripe, bairro localizado no subúrbio ferroviário. Eu a entrevistei em 2013. Separada, tem três filhos. Seu ativismo na questão inicia no Grupo Cultural Olodum. É graduada em Pedagogia, com especialização em Marketing e Cultura. Na época da nossa conversa, ela trabalhava na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, na área de qualificação de pessoal. A entrevista foi no *playground* do prédio em que ela mora, de classe média e com vista para o mar.

Creuza Maria Oliveira nasceu em 1957, na cidade de Salvador, mas foi registrada no município de Santo Amaro da Purificação, Recôncavo Baiano, local onde morou até os 14 anos de idade, quando se mudou para Salvador para ser empregada doméstica. Solteira, criou uma menina. Tem o ensino médio incompleto e, atualmente, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). A entrevista aconteceu no Sindicato das Empregadas Domésticas da Bahia, no Dia das Mães do ano de 2015. Essa data foi a única disponível na sua agenda, pois Creuza havia chegado do Amapá e na segunda-feira ia viajar para Brasília. Nesse dia houve atividade no sindicato, porque todo segundo domingo do mês, “faça chuva ou sol”, de acordo com a fala da entrevistada, o sindicato realiza suas reuniões.

Lindinalva Amaro Barbosa nasceu em 1962, no bairro de Campina de Pirajá, que fica próximo à BR 324, uma das vias de acesso para sair e chegar à capital baiana. Quando completou nove anos de idade, mudou-se para o bairro de Pernambués, que possui a maior concentração da população negra na cidade de Salvador de acordo com os dados do IBGE (2010) e fica localizado na periferia, porém com conexões para vias importantes, como a Avenida Paralela e a estação rodoviária. Separada e tem uma filha. Seu ativismo inicia no MNU em 1986. É graduada em Letras e Mestre em Estudos da Linguagem. A entrevista aconteceu no ano de 2012, no Centro de Estudos Afro Orientais CEAO/UFBA), local de trabalho da entrevistada que é funcionária pública da Universidade Federal da Bahia atuando como técnica-administrativa.

Jussara Santana nasceu em 1961, no bairro Vila Dois Irmãos, periferia de Salvador. É graduada em Publicidade e Propaganda e casada com dois filhos. O ativismo na

¹⁷ O Ilê Aiyê é uma instituição cultural, social e carnavalesca que nasceu com o intuito de desfilar no carnaval de Salvador só com pessoas negras, denunciando o racismo existente da referida festa, em outros blocos carnavalescos que só desfilavam pessoas não negras. Disponível em: <www.ileaiyeoficial.com/Apostila_Ile_Aiye_atualizada.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013

causa racial começa na União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). É funcionária pública federal desempenhando a função de técnica de enfermagem, e também atua de forma autônoma como produtora musical. A entrevista aconteceu em 2013, em sua casa, um sobrado localizado no centro histórico de Salvador. É um local de resistência, pois, como descrito por Jussara, na década de 1990, o governo do estado fez algumas tentativas de retirada dos moradores com o discurso de revitalização da área, mas a população resistiu e continuou morando nos sobrados.

Neusa das Dores nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1945. É formada em língua portuguesa, francês, literatura e linguística; professora aposentada, atualmente é uma empreendedora social coordenando a ONG Coisa de Mulher, voltada para promoção de ações que influenciam nas políticas públicas e garantem os direitos das mulheres negras. Realizei a entrevista durante dois momentos: o primeiro foi durante a II Conferência Nacional LGBT, no ano de 2011, na qual ela participava como convidada da sociedade civil; o segundo momento foi em 2013, na sede da ONG que ela coordena, próximo ao aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Jurema Werneck também nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1961. É formada em medicina, com doutorado em Comunicação e Cultura e na época da entrevista era uma das coordenadoras da ONG Criola que desenvolve trabalhos voltados para a promoção das mulheres negras. A entrevistei na sede da ONG em que ela atua, no centro do Rio de Janeiro, em 2013.

A partir da metodologia e aporte teórico demonstrarei como se deu a organização das ativistas negras na cidade de Salvador e como as histórias dessas ativistas muito se assemelha com o percurso de outras mulheres negras.

2 EU, MULHER E NEGRA

Vozes-mulheres

“A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 De uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela.
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.
 A voz de minha filha
 recorre todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem - o hoje - o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 o eco da vida-liberdade.”
 (Conceição Evaristo)¹⁸

Iniciar a escrita desta pesquisa de doutoramento com a minha história de vida é desafiante, porque necessito rememorar meu passado, mas não a partir do meu nascimento. O meu passado que começa com as narrativas das minhas ancestrais. Contudo, sabendo da limitação em obter dados, começo a partir das histórias de minhas avós, que, fazendo referência ao poema de Conceição Evaristo, ecoaram vozes e me constituíram a mulher negra

¹⁸ Maria Conceição Evaristo de Brito (Conceição Evaristo), nasceu em 1946 na cidade de Belo Horizonte/MG. É doutora em Letras, poetisa, romancista e ensaísta. Tem várias publicações e entre elas o romance Ponciá Vicêncio que vem sendo sugerido nos processos seletivos de diversas universidades brasileiras.

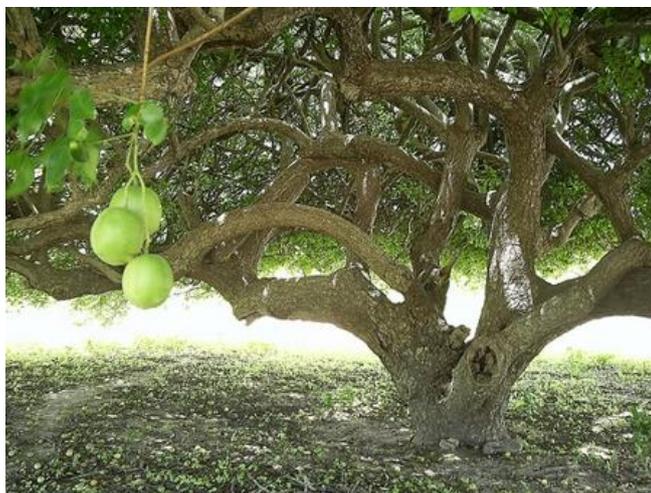
que sou hoje.

Essa pesquisa versa sobre a organização de mulheres negras na cidade de Salvador com o recorte temporal que vai de 1980 a 1991. Ao trazer minha história de vida, evidencio o que me motivou a escolher esse tema, pois o percurso e ativismo dessas mulheres recapitula parte da minha trajetória, e foram elas, sujeitos dessa pesquisa, assim como minhas avós, tias e mãe, que me inspiraram e forjaram o que sou e o que eu possa vir a ser.

2.1 A sombra do umbuzeiro

O umbuzeiro é uma planta procedente do semiárido brasileiro. Seu nome é originário do TUPI-GUARANI *ymbu*, e significa “[...] árvore que dá de beber” (SANTOS, 2008, p. 05). Essa árvore de pequeno porte suporta longos períodos de estiagem, pois suas raízes conseguem armazenar grande quantidade de água, que serve para saciar a sede de pessoas e animais. Seus troncos são retorcidos e ela pode viver mais de cem anos, sendo considerada também como a “árvore da resistência”.

Figura 1 - Umbuzeiro



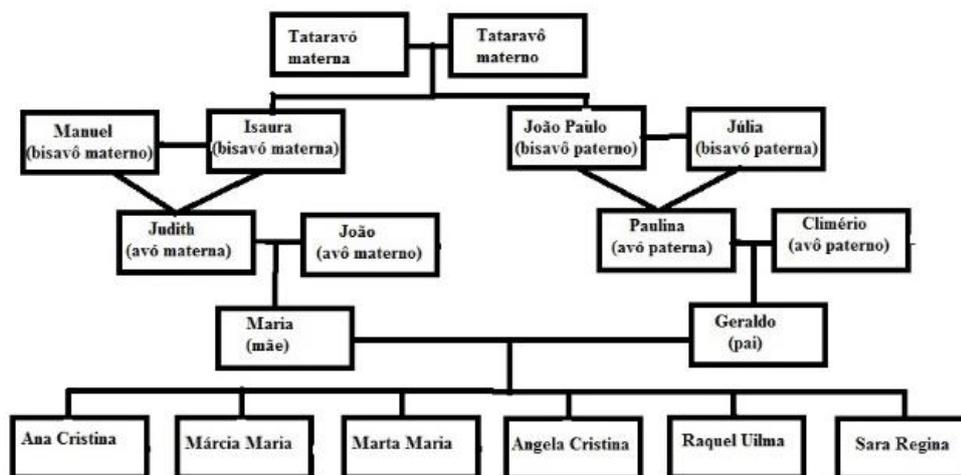
Fonte: www.caatinga.org.br

Nomeei esse subcapítulo “A sombra do umbuzeiro” porque a minha família, tanto de origem materna quanto paterna, são da região semiárida, ou seja, do sertão baiano. Assim como essa árvore, o que marca a vida das sertanejas e sertanejos é a resistência, assim como a afetividade representada pela sombra dessa planta. Outra característica que nos levou a escolher o umbuzeiro foi o seu tronco retorcido, mas cuja unidade dá a ele equilíbrio e sustenta a copa da árvore. Em relação ao tronco, ficará mais evidente quando eu traduzir a

genealogia da minha ascendência a partir das minhas avós. Registro que só conheci a minha avó materna. A história que narrarei será a partir da memória de minha mãe e de minha madrinha.

Abaixo, apresento um gráfico para ilustrar parte da minha formação familiar:

Figura 2 - Árvore genealógica



Fonte: Elaborado pela autora

Percebemos no gráfico acima que meus tataravós maternos dão origem à minha família paterna e materna. Meu bisavô paterno é também meu tio, pois minha bisavó materna era irmã dele, então minha mãe é prima do meu pai. Na minha família existem vários casos de casamentos entre primos. Minha avó paterna, após se separar de meu avô, casou com um primo e teve mais três filhos; minha madrinha, irmã de minha mãe, casou com primo, entre outros exemplos, e por isso a alusão ao tronco retorcido do umbuzeiro.

Minha avó materna se chama Judith Pereira Evangelista; foi registrada com a data de nascimento do dia 15 de novembro de 1922, mas ela dizia e suas irmãs confirmavam que o correto seria 1920. Vó Judith faleceu no ano de 2001, com 81 anos. Ela teve cinco irmãs e três irmãos, e todos nasceram na zona rural da cidade de Cajueiro, que hoje se chama Nordestina (BA).

O nome da minha avó paterna é Paulina Pereira dos Santos. Ela nasceu em 20 de janeiro de 1919 e faleceu no dia 11 de agosto de 1959, com 40 anos. Ela era da zona rural do município de Santa Luz (BA). Vó Paulina teve três irmãs e dois irmãos. Minhas avós eram primas e amigas.

A região do semiárido apresenta como fator climático a seca por vários meses do

ano, o que dificulta a vida de sua população. Muitas pessoas se deslocavam e deslocam para outras regiões procurando trabalhos e fugindo do período de estiagem, o que ocasiona baixa produção e dificuldades de sobrevivência. Minha família, a exemplo das minhas avós, fez esse êxodo.

Vó Paulina, na juventude, trabalhou como empregada doméstica na casa de um médico na cidade de Santa Luz. Essa família se mudou para Salvador e a levou. Ela os acompanhava em algumas viagens, e nesses deslocamentos conheceu a cidade de Alagoinhas, que fica no agreste baiano. Lá foi informada que outras famílias precisavam de trabalhadoras domésticas. Então, vó Paulina falou para vó Judith que havia emprego para ela na cidade de Alagoinhas, e que ela poderia levá-la. Minha avó materna ficou entusiasmada com a possibilidade de ter um emprego, mas esse ânimo diminuiu quando o meu bisavô disse que a filha dele não ia trabalhar na casa de ninguém. Mesmo assim ela foi fugindo com a ajuda de vó Paulina. Pegaram um transporte até a cidade de Queimadas e de lá um trem até Alagoinhas. Nessa época minha avó materna tinha aproximadamente 19 anos.

Em Alagoinhas, vó Judith trabalhou com uma família no centro da cidade, cuidando da limpeza da casa e de uma criança. Ela sempre ia para a Praça Rui Barbosa, que ficava próxima à residência, a fim de levar a filha dos patrões para passear. Meu avô João trabalhava na Santa Casa da Misericórdia, que ficava em frente à praça, e começou a paquerá-la. Ele sabia que ela era do sertão, e sempre que se aproximava dela cantarolava a música “Sertaneja” (1939), composta por René Bittencourt e interpretada por Orlando Silva, que inicia assim: “Sertaneja se eu pudesse, se papai do céu me desse o espaço pra voar, eu corria a natureza acabava com a tristeza só pra não te ver chorar...”¹⁹. No início, minha avó não dava importância, porque não gostava de homem “baixinho”, mas com a persistência de meu avô eles começaram a namorar e casaram.

Meus avós maternos tiveram duas filhas, minha mãe Maria e minha tia-madrinha Marilene. Adotaram ainda dois meninos ainda recém-nascidos, meus tios Carlos, em 1955, e Sérgio, em 1963. Com o casamento eles procuraram outros trabalhos que oferecessem melhores salários, então meu avô foi trabalhar na oficina da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, conhecida também como a Leste, e minha avó começou a comercializar mercadorias. Ela viajava para o sertão para comprar os produtos e os vendia na feira de Alagoinhas.

Vó Judith começou a trazer seus irmãos e irmãs do sertão para que tivessem

¹⁹Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/orlando-silva/sertaneja.html#ixzz3h894Jqn6>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

“oportunidades na vida”. O primeiro a mudar-se para Alagoinhas foi Tio Xandu, que foi ser entregador de pães e depois foi trabalhar na Ferrovia da Leste, na parte de eletrificação, seguido por tia Dina, mas esta não foi trabalhar; ela ficava em casa ajudando nas tarefas domésticas. Tia Dina conheceu um rapaz com o qual casou e teve uma filha, porém seu marido fugiu com a mulher do vizinho, então ela voltou a morar com minha avó e foi trabalhar de doméstica. Nesta época, conheceu outro homem e teve outro filho, mas ele a abandonou. Um amigo de tio Xandu, chamado Saturnino, começou a namorar com tia Dina e registrou seus dois filhos. Também foi morar com minha avó tio Cirilo, entretanto em pouco tempo, em Alagoinhas, ele decidiu ir para São Paulo, e conseguiu emprego no Instituto Butantã, permanecendo ali até sua aposentadoria.

E a última a chegar em Alagoinhas foi tia Nega (Maria José), que foi ser empregada em um pensionato para rapazes, teve alguns namorados, casou e teve duas filhas e um filho. Ao se separar de seu companheiro, a situação financeira ficou bastante precária, mesmo trabalhando comprando e revendendo mercadorias. Ela decidiu ter um “brega”²⁰ que ficava próximo da casa da minha avó, e isso nunca foi segredo ou vergonha para a família, tanto que lembro da livre circulação que as “meninas da casa de Tia Nega” tinham na casa de minha avó. Elas iam tomar café, conversar e assistir aos programas na televisão.

A mudança de minha avó materna para uma cidade mais desenvolvida, com maiores possibilidades, e a sua generosidade de ter sempre a casa aberta para receber a todos permitiu que tias, tios, primas, primos e até pessoas que não eram da família tivessem oportunidade de transitar do sertão para o agreste baiano e, a partir de Alagoinhas, fazer outros deslocamentos.

Minha avó paterna, Paulina, durante o tempo em que trabalhava na cidade de Salvador, conheceu meu avô Climério, e casaram. Os dois eram bastante jovens; tinham aproximadamente 17 anos. Ela engravidou e decidiram ir morar no sertão. Ao chegar lá, meu avô não se adaptou à vida na zona rural; era bastante ciumento e ameaçava agredir minha avó toda vez que ela ia trabalhar ou precisava sair. Os irmãos delas o avisaram que o matariam, se ele a violentasse. Minhas tias confirmaram que eles seriam capazes de cometer tal ato, então meu avô retornou para Salvador, separando-se de minha avó, e só reencontrou com meu pai quando ele já era adulto.

²⁰ Forma que são chamadas as casas de prostituição na região Nordeste; na família nos referíamos dessa forma em relação ao estabelecimento.

Vó Paulina foi trabalhar como professora leiga²¹ na fazenda de seu tio, que era irmão de sua mãe Júlia. Ela tinha um primo chamado Ermenegildo, e eles se apaixonaram. Ele queria casar, mas seus pais desaprovaram, devido ao parentesco e à diferença etária (ela tinha na época 26 anos e ele 18 anos), mas com muita insistência o casamento se realizou. Ermenegildo não quis assumir seu filho (meu pai), que ainda era pequeno, e ela pediu a suas irmãs que o criassem.

No segundo casamento, vó Paulina teve três filhos: tio Eduardo, tio Paulo e tio Reginaldo. Ela mantinha contato com minha avó materna, que sempre viajava para o sertão para comprar mercadorias e revender em Alagoinhas, tais como animais típicos da caatinga (preás, papagaios, cágados, tatus, jacus, saguis) e outros produtos. Minha mãe, ainda na pré-adolescência, acompanhava minha avó nessas viagens e lá encontrava com os primos, exceto com meu pai que ela ainda não conhecia, pois ele morava no Rio de Janeiro.

Meu pai começou a trabalhar cedo. Ele era criado pelas tias, que o consideravam muito peralta; por esse motivo minha avó o levou para uma fazenda de um “doutor” ainda criança, e ele fazia todos os tipos de serviços: entregar e buscar encomendas na cidade, cuidar de animais, entre outros. Quando meu pai tinha 16 anos, o fazendeiro ficou muito irritado com um serviço que não foi feito corretamente, então pegou o chicote para bater nele e falou: “isso é para você aprender a trabalhar para branco”. Meu pai reagiu segurando-o no braço e evitando a agressão. Após esse episódio, minha avó foi chamada, e o dono da fazenda disse que meu pai não poderia mais ficar ali porque o havia enfrentado. Vó Paulina pegou seu filho do jeito que estava, e sem fazer as malas, viajaram de trem para Salvador. Chegando em Salvador foi para a Marinha e entregou meu pai dizendo: “trouxe ele para ser marinheiro”.

Vó Paulina teve uma quinta gravidez muito complicada. Ela viajou para Alagoinhas porque o sistema de saúde era melhor, mas a criança já estava morta em seu útero, e minha avó não resistiu ao processo infeccioso. Seu marido casou-se com outra mulher e teve mais filhos. A atual esposa criou meus tios, e eles mantinham contato constante com meu pai, com as tias, tios, primos e primas materno.

Mesmo não tendo criado o meu pai, ele relatava que ela era uma boa mãe e sempre procurava saber como ele estava, ajudando-o quando era necessário. Tê-lo levado para servir na Marinha permitiu uma outra perspectiva de vida, porque no sertão a vida era de pobreza, fome, seca e outras adversidades.

²¹ São pessoas que não têm habilitação, mas mesmo assim exercem o magistério. As professoras leigas eram muito comuns nas zonas rurais do Nordeste brasileiro.

2.1.1 Meus pais

Minha mãe, Maria Evangelista Conceição Santos, nasceu na cidade de Alagoinhas, no dia 24 de março de 1944. Ela foi alfabetizada por sua madrinha Otília (professora leiga), e aos sete anos mudou-se para a cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, em função da transferência no trabalho de seu pai. Ela continuou os estudos na nova cidade, e passados três anos teve que retornar para Alagoinhas, porque minha avó não se adaptou e ficou doente, mas meu avô continuou em Petrolina. Ao chegar em Alagoinhas, vó Judith recuperou a saúde.

Minha avó soube que o chefe da Leste estaria em Alagoinhas e disse para minha mãe: “Olha, para seu pai poder retornar de lá de Petrolina você vai ter que chegar perto desse homem e chorar pedindo que seu pai volte”, e assim fez minha mãe ao se aproximar do homem: “Doutor, mande meu pai para Alagoinhas”. Ele fez um carinho em sua cabeça e afirmou: “Vou trazer o seu pai”. Poucos meses depois meu avô regressou para perto da família.

Meus avós tinham um vizinho, seu Aristeu, que também trabalhava na Leste, e suas filhas eram muito amigas de minha mãe e de minha madrinha. Seu Aristeu matriculou suas filhas e minha mãe no Colégio Nossa Senhora da Imaculada, conhecido também como Farda Branca, porque era o colégio dos pobres e só tinha até o quinto ano do antigo primário. O colégio dos ricos era o Santíssimo Sacramento, chamado de Farda Azul, mas os dois educandários eram administrados pelas mesmas freiras. Ao concluir o quarto ano, minha mãe fez o exame de admissão²² e foi aprovada. Seu Aristeu, então, conseguiu uma bolsa de estudos no Santíssimo Sacramento.

Ao vivenciar a rotina das freiras na escola e por ser católica praticante, foi despertado em minha mãe o desejo pela vida religiosa. Ela fez a experiência de três dias no convento em que estudava, mas meu avô desaprovava a ideia porque, segundo ele, “nunca viu freira preta”, pois as freiras negras, de acordo com a fala de minha mãe, ocupavam lugares subalternos no convento, e até o hábito (roupa) que usavam era diferente das outras.

²² O exame de admissão foi instituído pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e perdurou até 1971. Consistia em um teste ao final do quarto ano primário e, sendo a (o) estudante classificada (o), era admitida (o) para o primeiro ano ginásial.

Figura 3 - Minha mãe no Colégio Ginásial



Fonte: Arquivo pessoal Maria E. C. Santos

Figura 4 – Minha mãe na novena do colégio



Fonte: Arquivo pessoal Maria E. C. Santos

Meu pai, Geraldo Pereira dos Santos, nasceu na cidade de Salvador, no dia 12 de julho de 1938, e faleceu no ano de 2004. Por parte de mãe teve três irmãos; por parte de pai teve quatro irmãs e três irmãos. Viveu sua infância e metade da juventude na zona rural do município de Santa Luz, sendo criado pelas tias Juliana e Edith.

Ele restabeleceu contato com meu avô paterno aos 32 anos de idade por intermédio de minha mãe, que procurou a família paterna de meu pai para conseguir o batistério e dar encaminhamento ao processo de casamento. Após esse encontro, meu pai

conheceu suas irmãs e irmãos e manteve contato contínuo com eles.

Meus pais, mesmo sendo primos, não se conheciam. Meu pai morava no Rio de Janeiro e era militar da Marinha. Meu tio Eduardo avisou a minha mãe que meu pai iria passar as férias em Santa Luz e que seria uma boa oportunidade de se encontrarem. Ela, então, viajou para conhecê-lo. Eles ficaram bastante amigos e começaram a trocar correspondências.

Minha mãe ia para Santa Luz toda vez que meu pai saía de férias, e ele também passou a viajar para Alagoinhas. Após algum tempo, começaram um namoro que durou oito anos. Nesse período, meu pai foi transferido do Rio de Janeiro para Salvador e resolveu voltar a estudar para ser promovido na Marinha, da função de cabo para sargento, pois só tinha o terceiro ano primário. Ele se matriculou no supletivo em Alagoinhas, mas como não dispunha de tempo para os estudos, minha mãe assistia às aulas, copiava todas as informações, e quando ele chegava para visitá-la, no final de semana, ela repassava todo o conteúdo e tirava algumas dúvidas. Dessa forma meu pai concluiu o que hoje chamamos de Ensino Fundamental 2.

No mês de outubro de 1970, meus pais casaram-se e foram morar em Salvador (Figuras 5 e 6). Em Salvador eles frequentavam a igreja Católica, tornando-se bastante atuantes. Meu pai recebeu o convite para ser diácono²³, e como ele não tinha o segundo grau, matriculou-se novamente em um supletivo e concluiu o curso em seis meses. Nesse período também fez o curso para suboficial da Marinha e foi promovido.

Figura 5 - Casamento dos meus pais



Figura 6 - Casamento dos meus pais



Fontes: Arquivo pessoal Maria E. C. Santos

²³ É a pessoa que se torna clérigo, ou seja, recebe uma ordem sacra com o objetivo de servir aos padres e bispos. O diácono pode realizar casamentos, batizados, celebrações, distribuir comunhões e presidir funerais. Diferentemente dos padres, os diáconos podem casar.

Minha mãe, que era formada em magistério e tinha o desejo de exercer a profissão, fez o concurso para professora do estado da Bahia e foi aprovada, mas não viu quando saiu o resultado e as convocações. Quando soube e foi levar os documentos, outras aprovadas já haviam escolhido os locais pretendidos por minha mãe para trabalhar, restando apenas escolas fora de Salvador. Como eu tinha apenas 3 meses de idade, meu pai disse que ela iria pagar para trabalhar, pois teria que custear deslocamento para outro município e ainda uma pessoa para cuidar de mim, então minha mãe desistiu do concurso.

Em 1973, nasceram as minhas irmãs gêmeas, Marta Maria e Márcia Maria. Eram três crianças pequenas para minha mãe cuidar, e meu pai morava em outro Estado. Primeiro ele foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro (RJ), depois para Natal (RN), e mais uma vez para o Rio de Janeiro. Lembro que ele sempre vinha nos visitar trazendo presentes, e estes eram poucos dias de muitas felicidades.

Quando eu estava com cinco anos de idade e minhas irmãs com três anos, minha mãe fez outro concurso para professora da prefeitura de Salvador, em 1977, e passou. Meu pai perguntou por que ela queria trabalhar, se o dinheiro dele não estava dando para viver, e a resposta foi: “Eu me formei não foi para ficar em casa, me formei para poder trabalhar”. Das lembranças que tenho da minha infância, uma delas é de minha mãe conciliando a vida profissional com nossa educação. Não lembro dela cuidando da casa, e sim nos falando da importância de estudar, dizendo sempre a seguinte frase: “Quem não é o maior tem que ser o melhor”, e que deveríamos ter tudo de melhor, através do nosso empenho e do que ela e meu pai estava nos oferecendo.

Meu pai era uma pessoa muito dedicada à família. Ele nos dava banho, levava a mim e minhas irmãs para passear, preparava nosso jantar e de minha mãe, contava histórias para que dormíssemos, ajudava na limpeza da casa. Por ter passado dificuldades na vida, pois desde cedo começou a trabalhar, ele tinha uma preocupação excessiva com nossa alimentação e bem-estar.

Em 1980, nasceu minha irmã Ângela Cristina, que faleceu dois anos depois em decorrência de uma crise asmática. Quando ela faleceu, minha irmã Raquel Uilma tinha oito dias de idade. Minha mãe ficou bastante abalada, e seu conforto era cuidar de Raquel. Depois minha mãe teve um aborto espontâneo e, em 1985, nasceu a caçula Sara Regina.

Raquel era amável, generosa e sempre preocupada com as pessoas mais necessitadas. Ela era atuante na igreja católica, liderança no grupo de crianças missionárias da comunidade e participava também da Pastoral da Criança junto com minha mãe, visitando as famílias, pesando as crianças e dando algum tipo de assistência. Em uma dessas visitas ela foi

informada que uma pessoa havia abandonado duas filhas com o pai, então minha mãe e Raquel foram visitar e constataram que uma das crianças, que tinha um ano e dois meses, estava com alto grau de desnutrição, escabiose e não conseguia se locomover. O pai da criança queria entregá-la para a adoção, e minha mãe disse que no estado em que aquela criança se encontrava, se fosse colocada para adoção não resistiria. Deste modo, Raquel e minha mãe, com o consentimento do pai da menina, decidiram levá-la para casa e cuidar até sua recuperação. Minha mãe a levou para o médico e Raquel disponibilizava seu tempo para casa para cuidar da menina.

Laísa, a menina “adotada” por Raquel, foi crescendo em nossa casa, e com nove anos voltou para a casa de seus pais, pois durante esse tempo sua mãe biológica retornou e teve outros filhos. Contudo, Laísa até hoje frequenta a casa de minha mãe e tem toda assistência e afeto.

Minha irmã caçula, Sara Regina, nasceu em 1985. Ela e Raquel eram bastantes próximas, confidentes. Passeavam, compartilhavam segredos e eram as “preferidas” do meu pai, por serem as mais novas, uma vez que elas se tornaram a companhia dele depois de sua aposentadoria, pois minha mãe, eu e minhas irmãs passávamos o dia fora estudando e trabalhando.

Em 2004, meu pai faleceu, vítima de um câncer. Minha mãe ficou todo tempo ao lado dele no período em que ele esteve internado. Em alguns momentos eu a substituí no hospital, para que ela pudesse resolver problemas cotidianos, mas meu pai solicitava a presença dela. No dia em que ele morreu, ela se mostrou muito forte, e nos consolava para que não desmoronássemos emocionalmente.

Raquel decidiu fazer vestibular para Serviço Social e foi aprovada. Em 2005, estava concluindo o curso e pesquisando sobre adoção de crianças negras em Salvador, pois ela sempre relatava quais as dificuldades que essas crianças tinham em serem escolhidas para adoção. Infelizmente, Raquel faleceu no mesmo ano de sua formatura, vítima de um câncer no mediastino. Nesse período, eu estava no mestrado e morava em Maceió, e queria desistir dos estudos em razão desta perda. Minha mãe me incentivou a prosseguir os estudos, segundo ela, porque “a vida continua”. Essa perda fez nossa família ficar muito mais unida e preocupada umas com as outras.

Os falecimentos de meu pai, em 2004, e minha irmã, em 2005, abalou toda a família, e minha mãe foi nosso grande alicerce. Ela conversava e nos animava, nos encorajando a dar continuidade às nossas vidas. No entanto, não tínhamos a mesma energia para retribuir essa força e conforto e, de certa forma, ela foi superando esses momentos tristes,

sendo cada vez mais presente em nossas vidas. Tanto que hoje o que mais resguardamos são os momentos em família.

A vida nos presenteou com mais duas mulheres, minha sobrinha Júlia Maria, que nasceu em 2011, filha de minha irmã Márcia Maria e Yandê Kaori, nascida em 2012, filha de minha irmã Marta Maria. Na maioria das férias, feriados e aniversários, sempre nos reunimos na casa de praia, no litoral da Bahia. São momentos de confraternização e celebração da vida. E esses encontros giram em torno de minha mãe, que é o elo que nos une.

Figura 4 – Minhas irmãs Marta e Márcia, minha mãe, eu e minha irmã Sara



Fontes: arquivo pessoal

Figura 3 - Minha avó Judith e minha irmã Raquel (*in memoriam*)



2.2 Constituindo-me enquanto sujeito

Eu nasci no dia 11 de agosto de 1971, na cidade de Salvador. Sou a mais velha de cinco irmãs. O meu nome, Ana Cristina, foi escolhido quando minha mãe, grávida, escutava um programa de rádio. Uma ouvinte ligou se identificando com esse nome. Minha mãe achou o nome lindo e decidiu colocá-lo em mim.

Figura 9 – Pesquisadora com 3 meses



Fonte: arquivo pessoal

Tenho boas lembranças da minha infância: meu pai atencioso e cuidadoso, mesmo que em alguns períodos não fosse tão presente, devido às viagens do trabalho. Minha mãe estava sempre lendo ou escrevendo, nos falando para estudar, dizendo que só através dos estudos teríamos possibilidades de conquistar um bom emprego e ter uma vida sem dificuldades financeiras.

Nasci e morei durante muito tempo no bairro de São Gonçalo, periferia de Salvador. Esse é o bairro mais antigo da região do Cabula, que era um local povoado, nos séculos XVII e XVIII, por quilombos, tanto que o nome Cabula é de origem banto, e significa mistério, culto religioso. Com o tempo, essa área foi ocupada por chácaras. A partir da década de 1960, houve um investimento urbanístico, com a construção de vários conjuntos habitacionais (GOUVEIA, 2010). No bairro do São Gonçalo há um dos principais terreiros do candomblé do Brasil, o Ilê Axé Opô Afonjá, fundado em 1910 por Eugenia Anna dos Santos, Mãe Aninha e, atualmente, tem como líder religiosa a Mãe Stella de Oxóssi.

Lembro da dinâmica do bairro. Meus pais trabalhavam e sempre tinha alguém para cuidar de nós: as vizinhas, as pessoas contratadas ou nosso tio Sérgio, que morou muito tempo conosco. Mesmo quando minha mãe estava em casa, e eu e minhas irmãs ficávamos brincando na rua ou na casa de alguma amiguinha. Existia uma preocupação das vizinhas com o nosso cuidado, em saber se já havíamos nos alimentado, tomado banho. É como se as outras casas da rua fossem uma extensão da minha casa, trazendo um sentimento familiar em comunidade.

Mesmo com essa vivência em comunidade, também tinham as vizinhas que

agiam diferente. Por exemplo, eu nunca gostei das brincadeiras socialmente construídas para as meninas; preferia brincar com os meninos, porque era mais divertido ficar correndo, empinar pipa, jogar bola de gude. As bonecas que eu ganhava as dava todas, por isso meus pais preferiam nos presentear com jogos e livros. A consequência desse não se enquadramento no mundo infantil ligado às meninas foi que uma vez, ao chegar na casa de uma colega escutei, sua mãe dizendo: “Não é para brincar com as filhas de Maria, porque elas são criadas soltas”. Essa fala me deixou bastante triste, pois eu não via problema no modo com o qual que era cuidada por minha mãe. Hoje, acredito que o que a vizinha considerava uma criação solta, sem controle, nos oportunizou voar, alcançar outras perspectivas para nossas vidas.

2.2.1 Redescobrimo-me mulher negra

A construção da minha identidade racial e de gênero, desde a infância até a fase adulta, foi perpassada por conflitos. Minha mãe não deixava que eu tivesse dúvidas em relação à minha origem racial; contudo, o sentimento de deslocamento, de não lugar, sempre foram e ainda são fortes em minha vida. A todo momento minhas identidades são acionadas subalternizando a minha existência. Relato, abaixo, algumas ocasiões em que vivenciei essa sensação de inferiorização e de não enquadramento:

Durante a infância, nas brincadeiras em que tinha que formar pares, sempre era a última opção, pois as meninas de peles mais claras eram as primeiras escolhidas, e isso fazia com que eu desejasse clarear a pele para me sentir aceitável. Souza (1983, p. 2) aponta que: “[...] ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”. A convivência na família, na escola, nas relações sociais, tanto com os colegas de rua quanto na igreja católica, nos programas de televisão que assistia, nas músicas e as histórias que escutava tinham e têm uma visão preestabelecida do que é ser negra, que parte de um referencial de branquitude²⁴.

Durante a adolescência pouca coisa mudou. Sempre fui incentivada para os estudos, pois, por não possuir os atributos físicos (cabelo liso, pele clara, corpo magro) e econômicos considerados como ideais, teria que investir em algo que só dependeria dos meus

²⁴ “O termo branquitude é utilizado para dar nome às práticas realizadas por portadores da brancura com o objetivo de manter o privilégio que o branco possui nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial. O branco assume a postura de ser humano ideal e cria condições para que o status seja mantido.” (JESUS, 2012, p. 5.).

“esforços pessoais”. Portanto, a meritocracia²⁵ se fez presente na minha vida a partir de minha família, já que meus pais não percebiam que as práticas escolares podem ser reprodutoras de uma ideologia racista, fazendo com que a criança negra ou de outra etnia não se veja como agente de sua própria história, e este fato pode repercutir negativamente na sua aprendizagem. Entretanto, tal incentivo contribuiu e contribui nos caminhos que trilhei e ainda pretendo percorrer na formação acadêmica, pois mesmo a família a qual pertença, tendo alguns valores forçosamente construídos a partir de valores eurocêntricos, o cuidar, a segurança, a afetividade, a compreensão, o incentivo, a solidariedade e o amor sempre pautaram e pautam as nossas relações.

Mesmo sendo incentivada para os estudos e ser considerada “inteligente”, isso não impediu que eu fosse vítima de racismo durante a escolarização. Um dos momentos que ficaram marcados e hoje servem como reflexão ocorreu quando eu entrei para o antigo ginásio e uma professora me chamou de olho de Exu²⁶, como forma de me agredir por me indignar com a maneira com que ela tratava as (os) estudantes que gritavam. Na minha formação católica e no preconceito existente em relação às religiões de matriz africana, Exu representava o diabo. Então, dentro de uma lógica hegemônica branca e ocidental, aquela professora tinha me chamado de diabo. Minha mãe foi à escola no outro dia saber o porquê do comportamento da professora, e a direção explicou que a mesma estava passando por problemas pessoais e pediu desculpas. Assim, esse acontecimento, que nunca esqueci, foi encerrado. Depois daquele dia passei a sentar na última fila, dando mais atenção às conversas interessantes das colegas do que às aulas. Essa situação ilustra o quanto o racismo se desdobra em várias facetas, inclusive no currículo, no qual foram silenciadas a história e cultura afro-brasileiras, pois se desde o início da minha escolarização fosse mostrada que há uma diversidade histórico-cultural, mesmo não sendo de religião da matriz africana, saberia que Exu não representa o satanás cristão, pois é o orixá da comunicação. Se fosse um conhecimento privilegiado pela escola, então pensaria que estava recebendo um elogio, ao invés de estar sendo vítima de racismo.

Durante a juventude e fase adulta, mesmo tendo uma família com condições de custear gastos com a educação, em alguns espaços sempre recebia proposta de emprego

²⁵ “[...] conjunto de valores que postula que as posições sociais dos indivíduos na sociedade devem ser resultado do mérito de cada um, ou seja, das suas realizações individuais”. Entrevista com a Prof^a. Livia Barbosa. Disponível em: <<http://talentoseresultados.com/materiac.htm>>. Acesso em: 1 set. 2012.

²⁶ Minha formação religiosa é católica, e quando criança ouvia fazer a associação do orixá Exu com o diabo. Após aproximação com militantes negras na cidade de Salvador e compreender sobre a história, cultura e religiões de matriz africana, aprendi que Exu não representa o satanás cristão, e sim é o orixá da comunicação.

doméstico²⁷, ou questionavam, direta ou indiretamente, por quais motivos estava em determinados lugares. Aos 15 anos de idade, quando fui morar durante um ano com minha avó materna em Alagoinhas, ao passar por uma praça fui abordada por uma mulher me oferecendo trabalho em uma casa de família. Em outro momento, estava na feira, e um senhor perguntou se eu não queria ir trabalhar na fazenda de um “doutor”; ele insistia muito para que eu aceitasse o emprego e eu disse que não tinha necessidade de trabalhar, então ele deu uma gargalhada bem alta, como se eu estivesse mentindo.

Em 1991 e 1995, respectivamente, fui aprovada no concurso público para professores da Rede Estadual da Bahia e Municipal de Salvador, iniciando minhas atividades profissionais na área da educação. A partir do contato, enquanto professora, com crianças da camada menos privilegiada social e economicamente, e notando serem majoritariamente negras, percebi que elas sentiam dificuldades de se reconhecerem ou se aceitarem como negras – a mesma dificuldade experimentada por mim durante muito tempo. Essa percepção revelava a importância da construção positivada da identidade racial como parte da formação dos sujeitos.

Os principais problemas notados com uma construção não positiva da identidade racial pelas crianças se refletia na baixa autoestima, dificuldade de aprendizagem, autonegação do seu pertencimento racial, o que levava a uma rejeição de seus semelhantes. Essa situação era e é decorrente da introjeção negativa da imagem de negras e negros e do racismo existente que promove a discriminação e o preconceito. Ao ministrar as aulas, observava atitudes e falas entre as e os estudantes baseadas em uma lógica racista que expressava qual a visão que essas crianças tinham do sujeito negro: “Não me chame de preto, que eu não sou escravo”; “Ela não é bonita nada, ela é preta”; “Preto é pobre”; “Diga que é moreno porque é mais melhor”; “Eu sou preta, mas nunca vou namorar preto”; “Sou preto, mas não gosto de preto”; “Vou me pintar de loira, porque estou muito preta”; “Preto não gosta de tomar banho”; “Minha mãe disse que se eu tomar muito sol e ficar preto, ela não vai me querer mais”.

Nas reuniões de professores, essa visão distorcida se repetia quando algumas colegas se referiam aos estudantes com adjetivos pejorativos: “peste”, “endiabrado”, “neguinho”, entre outros. Essas crianças eram assim identificadas pelo suposto mau comportamento, e eram, em sua maioria, crianças negras. Muitas vezes silencieei em sala de aula porque não sabia como intervir; sabia também que dizer que “somos todos iguais”,

²⁷ Não estou menosprezando esse tipo de atividade, mas revelando como a sociedade cristalizou os lugares ocupados pela mulher negra, e um desses espaços é o de trabalhadora doméstica

“todos têm sangue vermelho” e que “somos filhos de Deus” não eram respostas adequadas, pois nos momentos em que fui vítima de racismo e tentavam me confortar com tais frases, eu continuava a sentir a diferença entre ser negra e não negra.

Nesse período iniciei a aproximação com ativistas ligadas aos Movimentos Negros, e ingressei na graduação em licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia. Com as ativistas pude me redescobrir enquanto mulher negra de maneira positivada, pois antes sabia que era negra, entretanto, o sentimento racial perpassava por autonegação e rejeição. Eu queria clarear a minha pele e ser “menos preta” que minhas irmãs e minha mãe. Essas ativistas, a partir de suas falas e ações, do desvelar sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, para além do processo de escravização, denunciando o racismo e suas consequências, e, assim, fui reconstruindo o ser mulher negra.

Tive como orientadora do trabalho de conclusão do curso a professora doutora Ana Célia da Silva, ativista negra e uma das percussoras em denunciar e produzir sobre a invisibilidade do negro no livro didático. Como a questão racial já me despertava interesse, devido às situações vivenciadas enquanto mulher negra e professora, elegi como tema da pesquisa “A valorização do afrodescendente no currículo de duas escolas municipais: Eugênia Anna dos Santos e Murilo Celestino Costa”, pois eu já havia trabalhado na Escola Eugênia Anna dos Santos, que fica dentro do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. Na época da investigação, estava lecionando na Escola Murilo Celestino, e pude comparar que mesmo os projetos políticos pedagógicos das duas escolas afirmassem que a maioria de seus estudantes eram negros, as ações da primeira escola promoviam a valorização desses sujeitos, e a segunda escola apenas contemplava essa questão de modo individual, ou seja, as professoras que tinham sensibilidade para a questão racial incorporavam essa temática em seus planejamentos.

Em 2000, estava como vice-diretora de uma escola municipal do fundamental I. Essa escola se localizava no bairro em que eu morava, São Gonçalo. A merendeira dessa escola era uma senhora branca de olhos claros. Todas as vezes que chegava alguma pessoa, geralmente se dirigiam para a cantina perguntando se a merendeira era a diretora ou vice. Muitas dessas pessoas passavam por mim ou me perguntava se alguém da direção estava na escola, e dificilmente era cogitada a possibilidade de que eu fazia parte da gestão escolar.

Quando estava cursando o mestrado em Educação, na cidade de Maceió, residia no bairro de Ponta Verde, considerado de classe média, que fica localizado na orla. As pessoas, quando queriam obter informações, me paravam e perguntavam se eu trabalhava por ali, e causava um certo estranhamento quando eu dizia que, na verdade, era ali que eu residia.

Poderia narrar outras histórias, mas finalizo essas passagens com a sensação mais

recente de deslocamento, que aconteceu em junho de 2015, ao viajar para uma atividade em Washington-DC (EUA). Ao embarcar no aeroporto da cidade de Recife, a comissária de bordo cumprimentava a todas em português, e na minha vez o cumprimento foi em inglês. Penso que seja ao fato de brasileiras negras com a tez bastante escura como a minha não realizar frequentemente viagens internacionais. Ao fazer a conexão no Panamá e entrar no avião, as pessoas eram recepcionadas em espanhol, e eu, mais uma vez, em inglês. Ao chegar nos Estados Unidos, fui parada por uma funcionária do aeroporto com um mapa do continente africano, porque ela queria saber se minha origem seria de um dos países daquele continente em que havia surto de febre amarela.

Mesmo possuindo a pele bastante escura, aceitar-me enquanto mulher negra foi um processo doloroso e que só foi possibilitado pelos Movimentos Negros. As (os) ativistas de tais movimentos se tornaram referência para mim; entretanto, essa sensação de não lugar se amplia quando consigo superar algumas barreiras impostas pelo racismo, como a formação educacional e aprovação em concurso público para ser professora que, de certa forma, promoveu uma ascensão social.

2.2.2 Tornando-me uma ativista-acadêmica

Eu começo a me reconhecer enquanto ativista a partir dos posicionamentos em família em torno do ser negra e identificar casos de racismo nos comportamentos e falas das pessoas e na mídia. Isso foi possível por me aproximar das ativistas negras, participando de eventos realizados pelos movimentos sociais e fazendo leituras.

Então, no ano de 2000, propus, na escola em que atuava na gestão e que se localizava no bairro em que morava a implantação de um projeto chamado Abayneh,²⁸ que funcionava aos sábados, nos períodos da manhã e tarde, atendendo as crianças na faixa etária dos 03 aos 06 anos, visto que, na comunidade, nenhuma escola pública possuía turmas de educação infantil. O objetivo principal do projeto era ampliar e intensificar a socialização de crianças, buscando assegurar a presença dos diversos aspectos que são fundamentais para a educação infantil: afetivo, percepto-motor, cognitivo, social e racial. Em parceria com a escola, conseguíamos garantir vagas no primeiro ano de escolarização para as crianças, tornando-se grande a procura pelo projeto. As atividades tinham a colaboração de voluntárias: minha mãe, quatro amigas e também mãe das crianças. O material e o lanche eram comprados

²⁸ Abayneh significa, em língua etíope, “Você está acima de tudo”.

com recursos próprios e algumas ajudas esporádicas. Em 2006, o projeto finalizou.

Em 2005, fui aprovada no mestrado em Educação na Universidade Federal de Alagoas; a temática inicial para a pesquisa seria a construção da identidade negra de crianças da comunidade de São Gonçalo, periferia em que nasci. Havia pensado esse tema a partir das atividades do “projeto Abayneh”, a fim de que a construção identitária de várias crianças se dava de maneira negativa, devido aos estereótipos em relação à população africana e aos seus descendentes, e que muitos desses conflitos foram vivenciados por mim durante muito tempo.

Em Maceió, Márcia, colega do mestrado, convidou-me para participar do I Fórum Municipal de Cultura de União de Palmares: Redescobrimo Raízes²⁹, no município de União dos Palmares. A minha participação foi através de um relato de experiência sobre o projeto Abayneh. Nessa ocasião, ela me levou para conhecer a Serra da Barriga³⁰, local onde existiu o maior e mais conhecido quilombo do Brasil, o Palmares, que teve como uma das fundadoras a princesa Aqualtune³¹ (CRUZ, 2012) e outras mulheres bastantes atuantes, como Dandara e Acotirene; entretanto, é o nome de Zumbi dos Palmares³² que geralmente é referenciado nos escritos. A ida a Serra da Barriga foi um momento emocionante, pois eu conhecia a história daquele lugar que, para mim e para muitos negras e negros, é um local de referência para a nossa luta diária contra o racismo e para a crença em um tipo de sociedade menos desigual.

Após a Serra da Barriga, fui conhecer a comunidade quilombola de Muquem e suas líderes, as senhoras dona Marinalva e dona Irinéia, que preservam o artesanato local que tem como matéria-prima o barro. Percorri a comunidade cumprimentando as moradoras (a maioria dos homens estava trabalhando nos canaviais das grandes fazendas em torno ou fora do Estado) e crianças. O sentimento era de acolhimento. Ao ir embora, desejei mudar o local da pesquisa, continuar com o mesmo objeto, porém com viés diferenciado, com foco em uma comunidade predominante negra e rural. Dias depois, conversei com o meu orientador, o professor doutor Moisés de Melo Santana, sobre a possibilidade de mudar o lócus da pesquisa. Ele me incentivou a reescrever o projeto. Em vista disso, fiz a reescrita tendo como questão da pesquisa se essas crianças encontram dificuldades na afirmação da identidade racial através da interrelação família, escola e comunidade.

Nessa época já me relacionava homoafetivamente, mas não fazia o ativismo na causa LGBT. Suscitava-me angústia o fato de as discussões e ações dos movimentos negros

²⁹ Esse fórum aconteceu no período de 29 de abril a 1º de maio de 2005.

³⁰ A Serra da Barriga foi tombada em 1985 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

³¹ A princesa Aqualtune com aproximadamente 40 escravizados fugiram e foram para a Serra da Barriga formando o Quilombo de Palmares.

³² Zumbi comandou o Quilombo de Palmares no período de 1687 a 1694 sendo capturado e morto em 20 de novembro de 1695.

não debater as questões das sexualidades; enquanto negra lésbica não me sentia totalmente à vontade em não abordar minha lesbianidade e as opressões vivenciadas. Então, soube que aconteceria em Brasília, em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), e que havia concessão de bolsas para negras e negros LGBT, com a qual fui contemplada. Nesse encontro, nós, negras e negros LGBT, nos reunimos para discutirmos nossas especificidades que não são pautadas nem nos movimentos negros e nem no movimento LGBT, de forma a nos invisibilizarmos e não permitir que ocupemos posições de poder nos movimentos.

Nesse encontro, fundamos a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, e comecei a participar ativamente da militância, desencadeando na minha indicação e participação como representante lésbica na mesa de abertura da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, em 2008, com a presença do Presidente da República à época, Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 10 - Representantes LGBT com o ex-Presidente da República e sua esposa



Fonte: Arquivo pessoal

Em 2008, concluí o mestrado e retomei minhas atividades na educação básica em Salvador. Com a expansão das universidades federais³³, abriram várias vagas para professores universitários e, assim, comecei a concorrer nos concursos públicos para as Instituições Federais do Ensino Superior (IFES), sendo aprovada em primeiro lugar na área de Gestão

³³ O processo de expansão das universidades federais teve início em 2003, interiorizando os campi através do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Democrática para o campus do sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Em fevereiro de 2010, assumi a docência na UFAL. Nesse espaço venho realizando o ativismo-acadêmico, ou seja, privilegiando, nos projetos de extensão e nos conteúdos abordados em sala de aula, questões sobre relações raciais, de gênero e diversidade sexual no contexto do sertão alagoano.

Em 2011, fui aprovada no doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará com o tema da pesquisa “Organização das mulheres negras na cidade de Salvador”, cujo recorte temporal era entre os anos de 1980 e 1991. Tive a oportunidade de fazer um intercâmbio nos Estados Unidos e constatei que o racismo naquele país ainda é tão presente como no Brasil, diferenciado, em determinados casos, na agilidade das denúncias e ações contra as mesmas. No ano em que estudei nos EUA (2014), alguns episódios de racismo tiveram repercussão internacional, como o assassinato do jovem negro Michael Brown por um policial na cidade de Ferguson, estado de Missouri, gerando vários protestos contra a violência policial contra a população negra e o pronunciamento do Presidente Barack Obama³⁴; o assassinato de Eric Garner, afro-americano nova-iorquino abordado por policiais, jogado ao chão, que gritava que não conseguia respirar, devido à ação violenta e aos problemas cardíacos e de asma que sofria; logo após a abordagem, foi dado como morto³⁵. Essas situações mobilizaram a população negra norte-americana, evidenciando, assim, que mesmo com a superação das leis racistas, o racismo ainda se faz presente em suas vidas.

Minhas avós, mãe e outras mulheres da família foram as primeiras responsáveis a me fazer sentir instigada a pensar nos direitos e respeito às outras pessoas, despertando a vontade de contribuir na construção de uma sociedade mais equânime. Depois fui sendo inspirada por outras mulheres ativistas negras que se tornaram referências na minha vida. Por conseguinte, ser ativista é colocar todo discurso em ações contínuas em busca da transformação social. E o meu ativismo é interseccional, como a fala abaixo de Audre Lorde:

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (1983)³⁶.

Atualmente, enquanto ativista-acadêmica, não posso priorizar uma frente de luta,

³⁴ Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-28841715>>. Acesso em: 02 mar. 2015

³⁵ Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/new-york-agrees-to-pay-family-of-eric-garner-5-9-million-1436833250>>. Acesso em: 30 de. 2014.

pois minhas identidades são interseccionais. Eu sou mulher, negra, lésbica, nordestina, e são essas identidades que sofrem opressões e me colocam, assim como a outros sujeitos, em lugar naturalizado e subalternizado na sociedade.

Veremos, nos capítulos seguintes, como as subjetividades da mulher negra e a construção de uma identidade racial com viés político, assim como eu venho me reconstituindo, as levam a se organizar e constituir o movimento de mulheres negras.

³⁶ Sem página.

3 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL E NO NORDESTE

“Ponto Histórico
 Não é que eu seja racista...
 Mas existem certas coisas
 Que só os NEGROS entendem.
 Existe um tipo de amor
 Que só os NEGROS possuem.
 Existe uma marca no peito
 Que só nos NEGROS se vê.
 Existe um sol cansativo
 Que só os NEGROS resistem.
 Não é que eu seja racista...
 Mas existe uma História
 Que só os NEGROS sabem contar.
 ... Que poucos podem entender” (Ele Semog)³⁷

A poesia de Ele Semog resume de forma contundente a luta da população negra em relação ao racismo, que restringe o acesso ao mercado de trabalho, à educação formal, à saúde, à habitação, ao saneamento e à segurança (SANTOS, 2001; GOMES, 2002, 2003; SENNA; LIMA, 2012; CHAVES, 2013) de mais de 50% da população brasileira³⁸ por meio da falácia de uma suposta democracia racial existente, pois desde o momento em que foram retirados à força do continente africano para serem escravizados nas américas, negras e negros tiveram seus direitos negados enquanto seres humanos e cidadãos (ãos).

Apesar de toda adversidade no acesso aos benefícios básicos necessários para o bem-estar enquanto sujeitos, parcela da população negra organizou-se e continua organizada contra toda forma de racismo e exclusão, e o fazem por meio da formação de espaços culturais, religiosos e políticos. Nessa movimentação da população negra, trazemos a organização das mulheres negras, cujo enfoque é privilegiado nessa pesquisa, como parte

³⁷ Nome de registro Luis Carlos Amaral Gomes, ativista, poeta, um dos fundadores do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) na cidade do Rio de Janeiro.

³⁸ No último Censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,7% da população brasileira se autodeclararam parda, e 7,6% se autodeclararam preta, totalizando 50,7% da população negra (junção de pardos mais pretos). Esses dados podem ser verificados no site <censo2010.ibge.gov.br>.

deste enfrentamento às exclusões sociais, raciais, culturais e políticas.

Nesse capítulo irei discorrer sobre a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), conceituada pelo sociólogo italiano Alberto Melucci (1989), e veremos como esta coopera para que pensemos sobre os Movimentos Negros no Brasil, mais especificamente na região Nordeste. A escolha por essa teoria é porque a mesma contempla, na proposta desta pesquisa, os Movimentos Negros como movimento social. Abordarei também como se dá a construção da identidade negra enquanto identidade coletiva, além de perceber que, por ser intencional, ela também é política. Nesse percurso irei ponderar sobre os encontros dos Movimentos Negros que aconteciam na região Nordeste e como se dava a participação das mulheres em tais encontros.

3.1 Teoria dos Novos Movimentos Sociais: contribuição no pensamento em torno dos movimentos sociais no Brasil

Alberto Melucci (1989) faz uma apreciação da reavaliação teórica sobre movimentos sociais, na década de 1970, e afirma que a ação coletiva, durante algum tempo, foi contemplada pelo olhar tradicional do marxismo, desconsiderando a ação dos sujeitos envolvidos. O comportamento dos indivíduos foi considerado homogêneo e a ação coletiva apresentada como incontestável, não necessária de um maior aprofundamento: “[...] este problema é evidente nas análises tradicionais dos fenômenos coletivos, dos quais aparece, assim, como ações sem atores, como uma soma de eventos individuais” (MELUCCI, 1989, p. 18)³⁹. Esses são alguns problemas apontados pelo autor, que continua afirmando que a diferenciação de campos de atuação e resistência coletiva dos movimentos sociais, as formas de ação, os atores já não estão mais de acordo com a imagem estereotipada desses sujeitos coletivos como uma multidão sem configuração determinada.

O autor nomeia os trabalhos teóricos dessa época de paradigma cético (*sceptical paradigm*), e justifica ao afirmar que a ação coletiva não dava a devida importância ao que os movimentos diziam sobre si. Em vez disso, a importância era assentada no sistema de relações internas e externas que compõem a ação coletiva. Essa crítica irá se aplicar sobre as relações sistêmicas, desconsiderando as motivações dos atores. O porquê, e não o como, é elucidado pelo paradigma estrutural, não levando em conta as interações grupal e a constituição dos atores sociais.

³⁹ Livre tradução.

É necessário compreender que os movimentos sociais se constituem em processos diversificados, no qual coexistem conflitos e, deste modo, deve ser incluído como um princípio das relações sociais. Portanto, são plurais, não possuindo uma suposta unidade tão proclamada devido à subjetividade de seus protagonistas. Os movimentos sociais devem ser considerados como uma forma de ação coletiva que expressam conflitos entre atores antagônicos; que permite solidariedade repartindo uma identidade coletiva entre os mesmos e provoca rupturas com os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989).

Melucci (1989) conceitua identidade coletiva como a produção de mútuas influências entre os sujeitos que vão se preocupar com as direções de suas ações e com as oportunidades e entraves enfrentados. Para compreender como se dá a construção da identidade coletiva nos movimentos sociais, o autor afirma que nem os padrões macroestruturais da ação coletiva e nem as motivações pessoais são suficientes, porque é necessário um entendimento intermediário dessas ações. Esse “meio termo” será perceber que esses atores compartilham algumas orientações em comum e negociáveis; a partir daí, devem atuar enquanto coletivo. Portanto, é imprescindível que a análise da identidade coletiva supere o que os sujeitos definem de si e do campo de atuação.

Esse modelo de abordagem é chamado de Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) porque, de acordo com Melucci (1989), as configurações contemporâneas de conflito possuem caráter permanente e coexistem com grupos sociais considerados tradicionais, e a participação e socialização são aperfeiçoadas por novas redes aprofundadas no cotidiano. Esse formato diferencia-se do modelo clássico, que considerava movimentos sociais somente a ação coletiva dos conflitos de classe, desconsiderando especificidades do coletivo e outras questões como gênero, étnico-racial, geracional, entre outras. Consequentemente, deve-se compreender que as ações coletivas acontecem de diferentes formas, e que a sociedade tem passado por transformações que produzem novos códigos. Assim, o *novo* está no sentido de reconhecer os movimentos como plurais nas suas constituições e ações que aspiram as transformações nos modos de vida e da sociedade civil.

A categoria movimentos sociais é estudada a partir do contexto europeu. Surge no século XIX, através da insurreição populacional na Europa. Esse conceito vem passando por várias ressignificações; entretanto, ainda se revela impreciso e, por este motivo, vem sendo empregado de diversas formas para qualificar todo tipo de associação civil (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004). Neste trabalho, utilizo essa categoria para delinear as ações do movimento negro e, em especial, do movimento de mulheres negras. Assim, dentre os múltiplos modelos em torno dos movimentos sociais, elegi o da Teoria dos Novos

Movimentos Sociais.

Alguns autores apresentam críticas a TNMS. Edelman (2001) afirma que esta teoria, ao sair da Europa e ser abordada na América Latina, não consegue contemplar questões religiosas, comunitárias e da diversidade de origens de classes e a relação com o Estado. Reiter (2010) persiste no argumento de Edelman, declarando que os grupos historicamente excluídos não têm nada de novo quando se trata de suas condições pós-materialistas e seus empenhos para obter direitos. O autor exemplifica com a escravização de negras e negros no continente africano ao resistirem, sendo necessário a associação entre diversos grupos étnicos a partir de um "[...] sentido mínimo de identidade coletiva. Assim, temos de assumir que as identidades coletivas que eram transétnicas (e, portanto, mais 'racial' do que étnica) surgiu nos navios negreiros trazendo africanos para as Américas" (2010, p. 156, tradução nossa). No mesmo trabalho, Reiter examina que o período compreendido entre 1970 e 1980 no Brasil não foi o aparecimento de novos movimentos sociais, mas uma transferência de repertórios nos protestos, em resposta a novas oportunidades políticas e financeiras.

Esses raciocínios expressados por Edelman e Reiter (2001, 2010) demonstram restrições na TNMS. Todavia, mesmo com essas limitações, essa teoria oferece uma apreciação dos movimentos sociais sob cinco perspectivas, de acordo como Gonh (1997), que contemplam a investigação dessa pesquisa. São elas:

- a) é um modelo que tem como suporte a cultura, considerando as ideologias e as falas como manifestações das estágios culturais, diferente da linha marxista que considera a consciência de classe;
- b) recusa o modelo tradicional do marxismo, pois o mesmo não consegue elucidar de que forma acontecem as ações dos sujeitos e do coletivo na sociedade contemporânea;
- c) considera o sujeito como um ser complexo, sem hierarquias, que reivindica acesso aos bens, reconhecendo as consequências danosas que esses bens podem oferecer;
- d) a política é vista a partir do enfoque da vida social, não possuindo divisões e sendo aplicada nos vínculos microsociais e culturais;
- e) as ações e a identidade coletiva são os norteadores para apreciação dos atores sociais.

Mesmo admitindo que a TNMS possui falhas, as possibilidades elencadas acima, como: base na cultura, considerar outros fatores além da questão de classe social, perceber os sujeitos em suas subjetividades na formação de uma identidade e ações coletivas e reconhecer

que as questões microsociais têm grande importância nos fazem apoiar nessa teoria para analisarmos sobre Movimentos Sociais, em particular a organização de mulheres negras.

Ao analisarmos os Movimentos Negros, surge como questão o porquê de se ponderar a partir da TNMS, visto que esta passa a existir dentro de uma perspectiva societária bastante adversa do contexto brasileiro, sobretudo considerando que a população negra já se organizava desde o processo de escravização nas américas. Como exemplo temos: a Revolta de São Domingos, no Haiti (1791 a 1804), na qual a população negra escravizada declarou a independência desse país⁴⁰; o Palenque de San Basilio⁴¹, cidade fundada na Colômbia por negros escravizados fugitivos, tendo os mesmos mantido sua linguagem e cultura; a formação dos quilombos como locais de resistência⁴², entre outros. No Brasil, tivemos várias sublevações, como: o Quilombo de Palmares, que foi o maior quilombo da diáspora negro-africana, constituindo-se como local de referência da luta da população negra brasileira, e a Revolta dos Malês, que aconteceu em 1835, na cidade de Salvador, e teve como uma das lideranças Luiza Mahin.

É nesta perspectiva que reflito sobre os movimentos negros brasileiro e, em especial, o movimento de mulheres negras, pois esses movimentos sociais evidenciam que o racismo e machismo não se limitam à questão de classe. Os fatores sociais e econômicos afetam a população negra, mas a ideologia da superioridade de uma raça em detrimento de outras, no caso a branca em relação à negra, põe negros e negras em um lugar cristalizado e naturalizado pelo senso comum, que é o da inferioridade. A abordagem, através de uma releitura, que pretendemos dar à TNMS, permite que se possa analisar o movimento negro e de mulheres negras como um grupo de indivíduos que, mesmo no coletivo, possuem suas singularidades relacionadas a sexualidade, idade, classe social, entre outras, mas que se percebem parte de um grupo.

3.2 A construção da identidade negra como uma identidade coletiva e política

A partir da compreensão de que movimentos sociais se constituem como a ação coletiva de sujeitos plurais, considerando suas subjetividades e as relações estabelecidas entre os sujeitos, é que iremos pensar na construção da identidade negra como uma identidade

⁴⁰ Para saber mais sobre a Revolta de São Domingo,s recomendo a leitura FICK, Carolyn F. **The making of Haiti: the Saint Domingue revolution from Below**. Knoxville: University of Tennessee Press, 2004.

⁴¹ Recomendo a leitura FRIEDEMANN, Nina S. de. San Basilio en el universo kilombo-África y palenque-América. In: Restrepo, Luz Adriana Maya (Coord.). **Geografía humana de Colombia**. Los afrocolombianos. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica. 1998, p 79-101.

⁴² Recomendo a leitura **Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrorrurais: documento síntese**. Brasília: Ipea: SEPPPIR, 2012.

coletiva e política, isto é, uma identidade que reivindica seu pertencimento, seus direitos culturais, sociais e históricos.

A mobilização social é um constructo da ação coletiva (MELUCCI, 1989) que constitui a identidade política (PRADO, 2002). Segundo o autor, a identidade política é

Um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica (2002, p. 60).

O autor afirma que essa identidade se sustenta ao se constatar a opressão suscitada pelas relações de subordinação. Quando não se estabelece tal identidade política, os sujeitos não notam que nessas relações existe uma continuidade conexas a lugares construídos historicamente.

A identidade racial tem múltiplas dimensões que vão sendo estabelecidas a partir do autoconceito que o ser negra/negro faz de si e deriva da influência e internalização do modo que é reprimido pela branquitude. Diferentemente da identidade racial negra, a branquitude (BENTO, 2002; SILVA, 2007; SCHUCMAN, 2012) é uma categoria que não tem sua construção social, e sua atuação enquanto arquétipo de sociedade e cultura questionada é utilizada como padrão que vai nutrir o imaginário em relação à inferioridade da população negra. A sua supremacia dificulta que negras e negros sejam valorizados e respeitados.

Considerando brevemente o trajeto da população negra no Brasil, observo que esses sujeitos vieram se organizando e instituindo uma nova identidade coletiva, reinventada, desde a travessia do Oceano Atlântico, na condição de escravizados. Essa nova identidade coletiva tornou-se imprescindível para idealizar e colocar em prática suas estratégias de resistência e luta contra a condição de subordinados nutrida pelo racismo. Autores e autoras, a exemplo de Sousa (1983), Munanga (2004), Santos (2002), apresentam em seus estudos de que maneira o racismo cerceou a cidadania de negras e negros no Brasil. Tais estudos são imprescindíveis para compreendermos a lógica do racismo que se mantém até os dias atuais.

Analisar a construção da identidade negra no Brasil nos leva ao instigante roteiro de como se deu a constituição de raça e racismo neste Estado-Nação. Fiz esse percurso na minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2008), ao abordar a construção étnica das crianças negras quilombolas, trazendo de maneira concisa o caminho histórico da teoria racista de Lineu (1735), Curvier (1817), Darwin (1859), e como a mesma influenciou o pensamento

racista da sociedade brasileira⁴³. Essa doutrina asseverava não existir raça superior a branca, criando uma escala hierárquica; no topo estava a raça branca, seguida da ameríndia (indígena) e, por último, a negra. Dessa forma, era justificada a dominação europeia a partir das distinções raciais e no Brasil, com a presença de africanas (os) e afro-brasileiras (os); afirmava-se, assim, a suposta inferioridade dessa população.

As ideias darwinistas trazem um aspecto ainda mais eficaz para a legitimação do racismo, pois com o discurso da evolução da espécie e seleção natural, acreditava-se na existência de uma raça pura (branca) que eliminaria as outras raças consideradas menos desenvolvidas (SANTOS, 2002). De tal modo, instaurava o discurso da eugenia⁴⁴, que contribuía com a argumentação de uma identidade nacional que não privilegiava a raça negra.

Essa ciência ganhou força na sociedade brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. Buscava-se a superação do atraso em termos de desenvolvimento em relação a outras nações, através de um modelo de eugeniização baseado na esterilização dos considerados pervertidos, miseráveis, doentes mentais, criminosos (SOUZA, 2007).

Stepan (2003) realiza algumas considerações sobre o eugenismo no Brasil, assegurando que o arranjo e inquietações raciais foram seus norteadores. A mesma fazia referência à possibilidade de refinamento racial sem avaliar a questão de classe, pois considerava as doenças como um atributo de negros e mestiços que compunham a maioria da população pobre. A população negra e mestiça era tida como "[...] ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade" (p. 30).

O desejo de uma identidade nacional para o Brasil encontrava obstáculo na diversidade étnica, e para renunciar ao pensamento fundamentalmente racista foram dadas novas interpretações às teorias raciológicas, que apresentavam o Brasil como uma democracia racial, deslocando-se do termo “raça” para outro, o termo “cultura” (década de 1930); contudo, isso não significou mudanças nas relações raciais, pois

Através do mito da democracia racial, o Brasil consegue manter, em grande parte, o segmento negro subordinado socialmente, inferiorizado e sem oportunidade de se articular politicamente, sem o grau de tensão de sociedades abertamente racistas. (SILVA, 2004, p. 40).

⁴³ Para maior aprofundamento sobre as teorias raciais, recomendo a leitura: GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fonte, 1991.

⁴⁴ De acordo com o dicionário Michaelis *online*, eugenia significa "Ciência que se ocupa com o estudo e cultivo de condições que tendem a melhorar as qualidades físicas e morais de gerações futuras, especialmente pelo controle social dos matrimônios". Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=eugenia>><http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=eugenia>. Acesso em: 21 mar 2014.

Por não possuir leis segregacionistas, a exemplo dos Estados Unidos e África do Sul, o Brasil cultivou o sentimento de que éramos, e ainda somos, uma democracia racial. Desta forma, com a ideologia da democracia racial surgiu a ideologia da mestiçagem. Esta tem como apoio a mestiçagem biológica e cultural. A primeira acreditava que a população se tornaria branca, e a segunda transformou dados culturais da população negra em elementos nacionais. Munanga (2004) afirma que esses aportes, o da miscigenação e do sincretismo cultural, tornariam a sociedade unicultural, possuindo como padrão hegemônico a raça branca, no qual todas as outras se nivelam juntamente com suas construções culturais. E continua assegurando que

O que subtende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização [...]. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (p. 97).

A ideologia da mestiçagem vai valorizar o sujeito negro que se aproxima de uma estética e cultura branca, servindo para reprimir alternativas de identificação e instituindo uma ideia de positividade a partir da identidade branca, e negatividade a partir da identidade negra. A ideologia da mestiçagem também coopera para desconsiderar como pretos e pardos juntos formam o grupo negro.

Elisa Larkin Nascimento (2003) aborda o processo da mestiçagem argumentando que a política de embranquecimento trouxe um discurso que valoriza a miscigenação e nega o racismo; no entanto, “[...] a ideologia do supremacismo branco, silenciosa na sua operação, mutável e flexível na sua continuidade que tece novas formas de perpetuar a dominação.” (p. 128). A autora ilustra este ponto apresentando a questão da identidade “latina” atribuída à população mestiça, enfatizada por alguns autores como: Darcy Ribeiro, José Martí e Nicolás Guillén, que por meio do discurso com ênfase nessa identidade, permite, de certa forma, que o mestiço assumira uma identidade branca.

O sujeito negro que tem uma aceitação negativa de si, acreditando ser inferior, certamente não se sentirá valorizado, e essa valorização é necessária para a formação de qualquer pessoa. Para Gomes (1996, p. 88), a identidade racial é um “[...] modo de ser e ver o mundo, a partir de um referencial histórico e cultural, que o distingue de outras etnias”. Afirma ainda que que a construção identitária “[...] sofre a violência racista exercida pela nossa sociedade” (id.).

Estar consciente da sua negritude, segundo Neuza Santos Souza (1983), é compreender o critério ideológico que inferioriza a população de ascendência africana, fazendo com que parte dessa população se reconheça em uma imagem distorcida sobre si. A

autora continua garantindo que "Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração" (p. 77). Nós compreendemos essa consciência de ser negra nas falas das entrevistadas, quando as mesmas revelam como constituíram suas identidades racial, que é também identidade coletiva.

Outros estudiosos, a exemplo de Neblett Jr e Roberts (2013), na área da psicologia social, vêm aprofundando as investigações em torno da construção da identidade racial e sua influência na autoestima de sujeitos de descendência africana. Esses estudos apontam que ao estabelecer uma identidade coletiva racial, estes sujeitos encontram meios para identificar e enfrentar de modo mais eficaz o racismo.

Neblett Jr e Roberts (2013), recorrendo a testes psicológicos com estudantes afro-americanos, examinaram quais os efeitos de se ter uma identidade racial firmada. De acordo com os autores, a identidade racial pode intervir nas respostas às discriminações raciais quando o ser negra/negro passa a ter centralidade em suas vidas. Ao contrário, indivíduos que não têm como centralidade a sua identidade racial são mais propícios a stress, ansiedade e depressão, como resultado do racismo diário. Contudo, os indivíduos que possuem uma identidade racial centrada não são tão afetados por esses problemas.

Pensar a formação da identidade negra enquanto identidade política/coletiva é problematizar porque esses sujeitos se reconhecem como negras e negros a partir de um grupo. Então, como se situa o reconhecer-se negra em uma sociedade racista? Os que as motiva a esse reconhecimento? Como se dá a ação coletiva a partir da identidade racial? São essas questões que abordarei de agora em diante ao apresentar as falas das entrevistadas.

3.2.1 A construção da identidade racial das entrevistadas

A população negra brasileira foi subjugada para o interesse de um pensamento econômico europeu. Como mecanismos de dominação, foram utilizados argumentos que cerceavam os indivíduos de descendência africana (BRASIL, 1999). Tais argumentos tentavam comprovar cientificamente uma suposta inferioridade que mesmo não tendo constatação científica, ainda na contemporaneidade, servem para desclassificar os sujeitos de descendência africana. Entretanto, negras e negros redefiniram sua identidade racial dando um novo sentido ao ser negra (o), por meio da valorização de sua estética, cultura, história, religiosidade, entre outros, a partir da organização enquanto coletivo, a exemplo dos grupos

culturais, religiosos e políticos.

Apresentaremos, a partir deste capítulo, algumas falas das entrevistadas em que elas revelam o processo da construção de sua identidade racial. Procuraremos compreender a importância dessa construção no ativismo que exerceram e ainda exercem. Na introdução desse trabalho, fiz apresentação das entrevistadas e asseverei que utilizo nomes fictícios de origem africana, a saber: Adeola, Ayan, Johari, Kumani, Nadifa e Saran.

A entrevistada Adeola fala do processo de construção de sua identidade negra a partir de referenciais estéticos como aceitar seu cabelo crespo, tendo como parâmetro outras ativistas, pois perceber-se mulher negra é uma construção tanto interna, que envolve autoestima positiva, como externa, porque outros sujeitos estão a todo momento ressaltando a nossa condição racial, de maneira positiva ou negativa. As representações imagéticas veiculadas pela mídia, revistas e outros meios de comunicação e até na formação educacional representam, muitas vezes, negativamente essa mulher de descendência africana, e isso se reflete na sua formação identitária (GOMES, 2003; CALDWELL, 2007):

Eu fui à primeira reunião do MNU e quando sai da reunião num sábado e cheguei no meu bairro, fui a uma barbearia porque eu não sabia onde trançava cabelo. Na década de 80 não tinha essa oferta que a gente tem hoje, trançadeira pra tudo que é lado, modelo de trança... Você não podia fazer o que quiser com o cabelo, ou você alisava, ou você usava ele natural. E usar ele natural numa determinada época, na década de 80, tinha um caráter negativo; você olhar uma mulher de cabelo natural você achava que eram mulheres de rua, sem cuidado, que não se cuidavam, essa era a imagem que eu tinha na minha cabeça naquele momento, naquele período (informação verbal)⁴⁵.

A entrevistada conta qual era a sua relação com o cabelo crespo. Ela não o aceitava, pois a sociedade impunha, e até hoje impõe, um padrão estético de cabelo que se assemelha ao cabelo de descendência europeia. A baixa autoestima e o sentimento de subordinação gerada por um desagrado com a própria imagem e, em especial, uma repulsa ao cabelo crespo são decorrências subjetivas do racismo (GOMES, 2002).

Entender o cabelo natural como falta de cuidado é ter internalizado um discurso racial hegemônico de valorização de uma estética em detrimento de outra.

Gomes (2012, p. 3) afirma que

Ver o cabelo do negro como ‘ruim’ e do branco como ‘bom’ expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.

A estética da mulher negra, em particular o cabelo crespo, pode atuar como fator

⁴⁵ Entrevista realizada com Adeola.

característico da identidade individual e coletiva negra. Assumir os cabelos naturais é uma forma de contestar os padrões hegemônicos de beleza e, conseqüentemente, o racismo.

Durante o período em que estudei nos Estados Unidos (janeiro a dezembro de 2014), uma das grandes polêmicas em torno das pessoas famosas foi a piada feita pelo presidente de programação de músicas e especiais da *Black Entertainment Television* (BET), Stephen Hill, sobre o cabelo de Blue Ivy⁴⁶, uma menina de dois anos, filha dos famosos cantores afro-americanos, Beyoncé e Jay Z. Também foi feita uma petição *online* para que os pais de Blue Ivy penteassem o cabelo dela, com a justificativa de que eles não estavam tendo o devido cuidado com o cabelo da filha⁴⁷. A petição atingiu mais de cinco mil assinaturas. Tal polêmica revela que a imagem que a entrevistada tinha em relação ao cabelo crespo, representação que ela superou, ainda hoje é algo presente, pois nos é imposto um padrão de estética fundamentada em um ideário eurocêntrico.

A entrevistada continua narrando a sua relação com o cabelo:

Na primeira reunião do MNU que eu vi aquele povo todo de cabelo Black, todo mundo com o cabelo como queria... Eu ia num casamento sábado de noite com meu namorado e eu não concebia de ir de cabelo alisado, então eu fui na barbearia e pedi pra cortar o meu cabelo curtinho e o barbeiro que já me conhecia disse: ‘menina, quando você subir ai a ladeira ninguém vai saber se é homem ou mulher’, ai eu disse: ‘não tem problema, tira esse cabelo’. E foi assim um impacto muito radical na minha identidade (informação verbal)⁴⁸.

Adeola revela que ver ativistas negras assumindo os cabelos crespos serviu como referência para a sua afirmação identitária, reforçando, assim, os estudos desenvolvidos por Gomes sobre essa temática.

A entrevistada reconhece, em sua fala, que o processo de alisamento do cabelo é uma extensão do racismo, e descreve a sensação de se “libertar” do cabelo alisado:

No domingo quando fui à praia, eu senti pela primeira vez a água do mar passar pelo meu casco porque nós não molhávamos o cabelo na água do mar. A gente alisava o cabelo, ia pra praia e botava alguma coisa, uma touquinha, qualquer coisa e entrava na água do mar, se molhava e saía... Depois que eu estava com o cabelo cortado podia sentir, e eu sentia a sensação da água do mar no meu casco e disse: ‘nunca mais na minha vida eu aliso o cabelo!’ Porque era uma sensação extremamente fantástica... Era um impedimento e a gente não tem a dimensão de como o racismo ele opera nas diversas dimensões mesmo o de cercar a gente inclusive de prazeres dessa natureza (informação verbal)⁴⁹.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.bustle.com/articles/37566-bets-apology-for-blue-ivy-hair-joke-proves-this-is-no-laughing-matter>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.change.org/p/blue-ivy-comb-her-hair>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

Disponível em: <<http://hollywoodlife.com/2014/06/13/blue-ivy-carter-hair-petition-beyonce-jay-z/>>; <<https://www.change.org/p/blue-ivy-comb-her-hair>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

⁴⁸ Entrevista realizada com Adeola.

⁴⁹ Entrevista realizada com Adeola.

A textura do cabelo tem sido utilizada como indicador racial e possui uma relação indissolúvel na construção de raça e gênero no Brasil, pois destaca a posição das mulheres negras frente ao discurso dominante sobre a beleza. De todos os grupos sociais, são as mulheres negras as mais impactadas em relação ao cabelo (CALDWELL, 2007). Essa percepção revela como raça e gênero são demarcadas por influências sociais e ideológicas que, segundo a autora, colocam o cabelo e sua textura como questão para problematizar a forma com que é construído o pensamento sobre feminilidade e beleza no Brasil.

Kumani traz a intersecção de gênero e raça ao descrever situações racistas vivenciadas:

Eu sofri muito assédio moral e assédio sexual no local de trabalho tanto na minha infância quanto na minha adolescência sem falar no racismo, nas palavras racistas, as piadas com meu cabelo, dizer que nega feia, você é horrorosa, você não vai casar porque você não vai achar ninguém que te queira, um monte de absurdo que era de destruição de autoestima (informação verbal)⁵⁰.

A entrevistada, desde aos 10 anos de idade, trabalha como empregada doméstica. A situação de trabalho infantil foi imposta devido às condições familiares, e o seu convívio sempre foi com as famílias nas casas em que trabalhava. Nessas casas, além de passar por assédio moral e sexual, ela ainda era vitimada por chacotas, desvalorização da sua estética por ser mulher negra.

Ana Claudia Lemos Pacheco (2008), em sua pesquisa de doutorado sobre a solidão de mulheres negras, traz relatos de trabalhadoras domésticas semelhantes às experimentadas por Nadifa, e afirma que as preferências afetivas são condicionadas por ideologia e ações sociais e culturais que vão se corporificando através da raça e do sexo.

Ser trabalhadora doméstica é encontrar-se em um lugar que relembra a condição de escravizada a partir do imaginário social que “autoriza” que essas mulheres sejam vistas como objetos sexuais, exploradas como trabalhadoras e humilhadas.

A entrevistada continua descrevendo suas experiências:

Em uma casa que eu trabalhava, tinha uma casa no fundo onde tinha uns jovens negros que ficavam na janela olhando para a casa que eu trabalhava, eu estava na faixa dos 16, 17 anos e aqueles jovens na faixa dos 20, ficava lá me olhando e minha patroa quando via dizia ‘não suporto negro, odeio negro’. Aí teve uma vez que cheguei pra ela e disse assim ‘então você me odeia’, ela respondeu: ‘não, você é diferente’, e eu disse ‘diferente porque se a mesma cor deles é a minha?’. E ela: ‘não, não é nada disso não, é porque eles ficam olhando para cá’ e eu nessa época não tinha nenhuma consciência racial, mas aquilo que ela fez me chamou atenção ela dizer que odiava negro (informação verbal)⁵¹.

A cordialidade aparente entre brancas/brancos e negras/negros é desfeita em

⁵⁰ Entrevista realizada com Kumani.

⁵¹ Entrevista realizada com Kumani.

momentos de conflitos, como revelado no exposto acima. Concordamos com Bairros (1995) quando ela nos traz que a mulher negra "[...] experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista" (p. 461). Essa afirmativa é confirmada a partir do exposto por Kumani, em que o racismo da patroa é desvelado ao se sentir incomodada com a presença, mesmo que distante, de pessoas negras que não exerciam o papel de subalternidade, de produção para a empregadora. A fala também mostra que mesmo não tendo uma identidade racial, a entrevistada nota que há algo atípico em toda aquela situação.

Nadifa comenta sobre a importância da estética para a afirmação da identidade racial das mulheres negras:

Essa coisa da estética era outro ponto importante naquele momento, afirmação de uma estética negra, eu não diria de uma estética pela estética, mas dessa coisa desse corpo de mulher negra que é um corpo diferente, um corpo que traz nele um tipo de poder. E eu acho que isso reverberou nas gerações futuras, independente até de mulheres que não são de nenhuma organização hoje, mas que tem usufruído dessa valorização (informação verbal)⁵².

A estética negra, principalmente da mulher, é vista pela mídia e pela sociedade em geral de forma sexualizada, como uma beleza exótica, isso quando a mesma é considerada bonita. A entrevistada revela a importância da valorização da estética negra como mecanismo de emponderamento, em particular das mulheres negras, sejam elas ativistas ou não, pois a população negra vivencia o dilema entre aceitar-se ou negar-se, também, a partir de seus atributos estéticos. "O movimento de rejeição/aceitação do cabelo crespo e do corpo negro diz alguma coisa sobre a existência desse sujeito. A vivência desse movimento pode ser, ao mesmo tempo, dolorosa e libertadora, consciente e inconsciente" (GOMES, 2006, p. 148).

Silva e Bernadino (2014), em seu artigo "A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta", expõem de que forma o Clube Renascença (Rio de Janeiro) inseriu jovens negras do clube nos desfiles de beleza, propondo, assim, uma "[...] visibilidade positiva dos negros na mídia da época" (p. 214).

De acordo com as autoras,

O corpo negro, que desfilava, levava consigo a momentânea redenção das mulheres negras que, de modo estereotipado, são relacionadas ao trabalho doméstico. Eram candidatas a rainhas. Saíam do fundo dos quintais mentais e eram colocadas diante da sociedade discriminadora. Passavam para a sala de visitas dos holofotes e primeiras páginas dos grandes jornais e revistas. (SILVA; BERNADINO, 2014, p. 217).

Os desfiles de *miss* trouxeram a possibilidade das mulheres negras se perceberem

⁵² Entrevista realizada com Nadifa.

belas e desconstruírem, de certa forma, o imaginário em torno da mulher negra – o de serviçal e desconstituída de beleza, promovendo, assim, uma valorização da estética negra.

Nos anos 1970, surgiu em Salvador o primeiro bloco afro, o Ilê Aiyê⁵³. Esse bloco cultural tinha e tem até os dias atuais como um dos objetivos a valorização da mulher negra. O bloco promove todo ano a “Noite da Beleza Negra”, e o que vai diferenciar esse desfile dos que aconteciam no Rio de Janeiro, na década de 1960, é que há uma exaltação dos atributos da mulher negra, como textura do cabelo, formato do corpo, características físicas, tornando-se um lugar de fortalecimento da autoestima da identidade racial (OLIVEIRA, 2005; SILVA, 2008). Os desfiles, que acontecem desde o ano 1979 como forma de contrapor um padrão de beleza monocromática (branca), avigoram a valorização da estética negra, em especial da mulher negra, fortalecendo o pertencimento racial enquanto coletivo.

A entrevistada Johari manifesta o quanto ter uma identidade racial assegurada contribui positivamente como referência para outras mulheres negras:

E essa identidade ela é firme, ela é forte porque aonde eu passo as pessoas falam ‘eu tranço o meu cabelo porque eu me inspirei em você’, ‘eu fiz assim porque me inspirei em você’ e me dizem mesmo, eu digo ‘tudo bem, beleza, vamos nessa, a luta continua’ e isso é bom (informação verbal)⁵⁴.

A fala de Johari corrobora com a fala de Nadifa, quando afirma que o “[...] corpo de mulher negra que é um corpo diferente, um corpo que traz nele um tipo de poder” (informação verbal)⁵⁵, nos mostrando, assim, que a estética, o ativismo, o “tornar-se” negra, move outras mulheres negras a transformarem um processo de autorrejeição em aceitação.

Outra entrevistada, Saran, traz uma reflexão em torno da construção da identidade racial como identidade política. Esse pensamento é importante para que possamos perceber o quanto a falácia do discurso da democracia racial também perpassa por negras e negros.

Eu tomo um susto muito grande quando eu converso com as pessoas negras inclusive com nível superior e elas dizem assim, ‘mas é culpa do próprio negro, não se valoriza, não se esforça’, eu digo ‘isso que você está falando é a linguagem do branco, você internalizou a ideologia do branqueamento e autodesorganização do negro, isso ai eles fazem e vocês internalizam, reflita um pouco, você acha que o próprio negro vai se excluir do mercado de trabalho? Vai se excluir da escola? Vai escolher ser marginal?’, não se esforça então está precisando discutir muito essa questão da representação e da internalização da ideologia do branco, ele está no

⁵³ O Ilê Aiyê é uma instituição cultural, social e carnavalesca que nasce com o intuito de desfilar no carnaval de Salvador só com pessoas negras denunciando o racismo existente no carnaval de Salvador através de outros blocos carnavalescos que só desfilavam pessoas não negras. Disponível em: <www.ileaiyeoficial.com/Apostila_Ile_Aiye_atualizada.pdf>. Acesso em: 07 ab. 2013.

⁵⁴ Entrevista realizada com Nadifa.

⁵⁵ Entrevista realizada com Nadifa.

poder é minoria e nós acatamos (informação verbal)⁵⁶.

Saran traz algumas indagações a partir do pensamento racista introjetado pela falácia da democracia racial na população brasileira, sendo que um grupo considerável de negros e negras absorveram tal visão, ao culpabilizar outros sujeitos negros por não conseguirem ascender socialmente. A entrevistada, ao questionar a exclusão da população negra em vários setores da sociedade, nos ajuda a perceber de que maneira o racismo opera. Portanto, o pertencimento e a identidade racial são imprescindíveis para que negras e negros reconheçam que a auto rejeição está atrelada ao apartamento social entre a população negra e branca e esta "[...] é uma construção sócio-político-cultural, que apela para a crença na inferioridade do negro e na supremacia branca" (GOMES, 2006, p. 142).

Abrangemos, a partir do que foi exposto, que a construção da identidade política/coletiva das mulheres negras transcorre pela subjetividade de se reconhecerem negras, e é fortalecida quando as mesmas percebem que a constituição da identidade ocorre de maneira que suas várias identidades racial, de gênero, geracional, sexual, de classe se inter cruzam e reafirmam a identidade da mulher negra. O corpo, neste caso, transforma-se em referência imagética de um lugar diferenciado na sociedade e como bandeira na luta antirracista.

Os Movimentos Negros, em especial os organizados na região Nordeste, possibilitaram que diversas mulheres negras pudessem trazer à tona a questão racial inter cruzada com gênero, como veremos a seguir.

3.3 Os Movimentos Negros no Nordeste

A trajetória dos movimentos negros no Brasil geralmente é narrada a partir da década de 1970, pois com o fim da ditadura militar e o retorno da democracia, os movimentos sociais intensificaram as suas bandeiras de lutas. Entretanto, asseguramos que os Movimentos Negros são um fenômeno que se explica a partir do primeiro ato de resistência da população negra escravizada nas américas, a exemplo dos suicídios, abortos, fugas, revoltas, entre outros (MOTT, 1991; PEREIRA, 2001).

Infelizmente, esse delimitador temporal também é utilizado quando se analisa outros movimentos sociais que não têm sua centralidade nas questões de classe, a exemplo do

⁵⁶ Entrevista realizada com Saran.

movimento feminista, LGBT⁵⁷, ambiental, entre outros. Abordei essa questão ao discutir sobre TNMS, apresentando que essa teoria considera os movimentos sociais tidos como contemporâneos (de mulheres, LGBT, ambiental, juventude, etc.) a partir de um ponto de vista diferente da perspectiva clássica que privilegiava o viés econômico/classista como principal fator para se avaliar os movimentos sociais (GOHN, 1997).

No entanto, autores e autoras como Abdias Nascimento e Elisa Larkin evidenciam que os movimentos negros brasileiros foram se constituindo desde a vinda de africanos, pois "[...] não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e antirracista" (2000, p. 204). Essas lutas, de acordo com os autores, têm uma reminiscência na "luta quilombola" e chega até a época presente.

Neste trabalho compreendemos por Movimentos Negros os movimentos político, cultural, educacional e social que procuram suprimir a exclusão gerada pelo racismo. Portanto, compartilho do entendimento que autores como Pinto (1993) e Domingues (2007) têm sobre esse movimento. Essa compreensão é interessante para que possamos perceber os movimentos negros em sua amplitude, a exemplo das estratégias dos quilombos contra a escravidão e a opressão; as revoluções promovidas por africanos e seus descendentes (Revolta dos Alfaiates, 1798; Revolta dos Malês, já citada, 1835; Revolta da Chibata, 1910); a imprensa negra (periódico Treze de Maio, 1888; A Pátria, 1889; O Menelick, 1915; A Voz da Raça, 1933); as organizações políticas, como a Frente Negra Brasileira (1931), Teatro Experimental do Negro, Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950); os espaços políticos-culturais, a exemplo do Teatro Experimental do Negro (1944); espaços religiosos, como as irmandades, os terreiros de religiões de matriz africana, entre outros.

Os movimentos negros contemporâneos, como já pontuei, têm sido delimitados a partir da década de 1970, quando várias organizações surgiram por todo o país, culminando na criação do Movimento Negro Unificado, em 1978⁵⁸. Esses movimentos vêm se reafirmando como espaços de resistência e formadores de identidade. Todavia, de acordo com Pereira (2007), determinadas características vão distinguir esses movimentos na contemporaneidade em relação ao período anterior. As distinções elencadas pelo autor são:

- 1) a constante denúncia do chamado 'mito da democracia racial'...
- 2) a nítida, e praticamente exclusiva, aproximação com as organizações de esquerda, que marcou

⁵⁷ LGBT é a sigla usada atualmente pelo movimento homossexual brasileiro (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

⁵⁸ Para um maior aprofundamento sobre a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), recomendo a leitura do livro *Movimento Negro Unificado 1978 - 1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

profundamente a constituição das primeiras organizações, ainda durante o regime militar; 3) as influências culturais e políticas provindas do chamado ‘Atlântico negro’, das lutas de libertação em países africanos e pelos direitos civis nos Estados Unidos; e 4) a assunção do 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695) como o dia a ser comemorado pela população negra em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravidão) (p. 239-240).

Essas características evidenciam novas táticas da população negra organizada para atuar contra a exclusão e a “[...] necessidade de tornar a luta contra o racismo uma luta de toda a sociedade brasileira” (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 224). Entretanto, a maioria das produções bibliográficas, ao relatar a história desses movimentos, traz, de maneira ínfima, a presença feminina e a contribuição que as mesmas deram para os movimentos. Essa invisibilidade é decorrente de um contexto que privilegia a figura masculina como produtora de ações e conhecimentos.

Ao nos referirmos sobre os movimentos negros no Nordeste brasileiro, nos deparamos com a insuficiente produção bibliográfica sobre o assunto, pois grande parte das produções referem-se a esses movimentos no eixo Sul-Sudeste. Uma vez que o objetivo principal deste trabalho não é fazer referência aos movimentos negros em sua intensidade, mas versar sobre a organização das mulheres negras, então, apoiar-me-ei nas falas das entrevistadas para discutir este subcapítulo.

No Nordeste, as atuações dos movimentos negros existem desde a presença dos primeiros africanos escravizados, haja vista que o maior quilombo das Américas, Quilombo dos Palmares, está localizado no estado de Alagoas. Na contemporaneidade, temos vários exemplos de organizações dos movimentos negros nordestinos, como: Núcleos do MNU e da UNEGRO⁵⁹, na maioria dos Estados da região Nordeste; o bloco afro Ilê Aiyê, de 1974; o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, de 1976; o Centro de Cultura Negra do Maranhão, de 1979; o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, de 1980; Grupo de União e Consciência Negra do Ceará, de 1982, entre outros.

No entanto, é necessário afirmar que os movimentos negros do eixo Norte-Nordeste mantinham, e ainda mantém, articulações com o do eixo Sul-Sudeste, culminando com reivindicações e ações que beneficiam toda a sociedade, tornando-a mais humana e digna para toda população. As reclamações conseguem influenciar o Estado a partir do final do século XX, e os órgãos de pesquisa, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o IBGE, permitiram transformações em várias instâncias governamentais (GOMES, 2011).

⁵⁹ A UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) é uma organização do movimento negro fundada em 1988 com representação nacional e que tem atuação até os dias atuais.

Entre as atuações desses movimentos com significativa importância pode-se destacar: i) a implantação da Lei 10.639/08, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira"; ii) a lei de cotas para o ensino superior das instituições federais (Lei 12.711/2012), que determina a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos cursos de graduação para estudantes que tenham estudado no ensino médio em escolas públicas e se declarem pretos, pardos ou indígenas; iii) a instituição do Estatuto da Igualdade Racial/SEPPIR (Lei 12.288/2010); iv) a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Lei 10.678/2003)⁶⁰. Além disso, as secretarias estaduais e municipais voltadas para a promoção da igualdade racial são outras políticas públicas resultantes de demandas dos Movimentos Negros em âmbito nacional.

A entrevistada Saran assinala de que maneira ocorria a participação no MNU na cidade de Salvador, desvelando a dinâmica desse movimento:

Em 1978 foi a participação geral, nós saíamos, dávamos panfletos, começamos fazer o boletim 'O nêgo' e íamos nas praças, fazíamos discussão de panfletos, manifestos, começamos a ir nos bancos, filiar pessoas nas escolas, filiar pessoas para contribuírem, para participarem. Nós ficamos dando panfleto num lugar que nós organizávamos, nós ficamos num lugar que nos reuníamos.... Nós corremos muitos lugares até ter a sede ali no Curuzu. E aí nós começamos a nos dividir em grupos de trabalho (informação verbal)⁶¹.

No próximo capítulo evidenciarei como era a participação da entrevistada no MNU; no entanto, é necessário destacar, nessa fala, de que modo se dava a atuação de militantes na qual a sensibilização, a divulgação das pessoas em variados espaços, com uma possível filiação ao grupo, consistia também em ativismo.

O boletim *O nêgo*, nº 14, de abril de 1988, traz uma pequena trajetória sobre os dez anos do MNU, há uma confirmação da fala de Saran ao narrar de que maneira o MNU iniciou sua atuação:

[...] A questão da discriminação racial e do racismo foi colocada de canto a canto neste país. Partidos Políticos, Universidades e até Igrejas, de vários credos, foram obrigados a discutir a questão na perspectiva do Movimento Negro. E não nos isolamos. Com nossas propostas, nossa particularidade, estamos atuando junto a todos os setores que lutam por uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Encaramos o MNU como um instrumento de organização, de luta pela libertação do

⁶⁰ Com a reforma ministerial, em outubro de 2015, a Secretaria Especial de Política de Promoção e Igualdade Racial, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, foram unificadas no novo Ministério da Cidadania, tendo como ministra a prof. Nilma Lino Gomes, que era a secretária da SEPPIR.

⁶¹ Entrevista realizada com Saran.

negro de toda e qualquer forma de opressão, e contra a dominação de raça e de classe. Por tudo isso estamos aí, continuando a trajetória guerreira do negro em todo tempo e lugar. Nós temos esperança (p.02).

Outra entrevistada, Nadifa, posiciona a década de 1980 a partir da situação política vivenciada pelo país e como isso repercute nos movimentos:

Na verdade, eu entrei no movimento negro em 1986. 1986 foi um ano que podemos considerar um marco para a minha geração. Eu sou uma mulher que vai fazer 50 anos agora, em 86 eu tinha 24, 25 anos por aí, e foi um ano constituinte. Um ano que a juventude estava saindo de uma efervescência de luta pelas diretas, e esse ano de 1986 foi um ano de muito movimento. E eu acho que até por isso a gente tinha mais acesso a esses movimentos (informação verbal)⁶².

Na década de 1980, o Brasil vivenciou o período de redemocratização; várias manifestações, como o movimento chamado "Campanhas Diretas Já" e o movimento pela Constituinte mobilizaram a sociedade civil. Essa é proveitosa para os movimentos sociais, em especial para os movimentos negros, porque suas demandas eram expostas e exigia-se que as mesmas fossem incorporadas na Constituição Federal, promulgada em 1988.

Como forma de se articularem enquanto região, os movimentos negros da região Norte e Nordeste promoviam os encontros de Negros Norte-Nordeste. Esses encontros iniciaram no ano de 1981. O primeiro foi pensado durante o I Encontro Memorial Zumbi, realizado com o objetivo de criar o Parque Histórico Nacional - Memorial Zumbi, que aconteceu em 1980, no estado de Alagoas, e contou com a participação de lideranças negras reconhecidas nacionalmente, como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, sendo organizado para discutir junto aos órgãos oficiais o tombamento da Serra da Barriga como patrimônio histórico.

Durante a 33ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Salvador em julho de 1981, o Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi divulgou um artigo chamado "Memorial Zumbi: um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", no qual eles asseveravam que, no Brasil, havia uma política cultural que desconsiderava toda a cultura herdada dos povos africanos e indígenas, e que a criação do Memorial Zumbi constituiria uma tentativa de alguns órgãos do Estado em reverter falhas históricas.

Nessa mesma reunião, ativistas negros aproveitaram para realizar uma passeata e amadurecer a ideia do Encontro de Negros Norte-Nordeste, como expressa a entrevistada

⁶² Entrevista realizada com Nadifa.

Saran:

Houve o SBPC aqui no campus da UFBA, nós fizemos uma passeata dentro do campus chamamos a atenção de todo mundo porque era negro desfilando e aquele monte de branco do sul e sudeste olhando pra gente, daí começamos a falar da unidade do povo negro contra racismo, contra isso e aquilo... e as pessoas que não tem entidades são negras e precisam participar, vamos criar um encontro de negros do norte e nordeste? Foi o primeiro em Pernambuco aí nós fomos pra lá e foi a coisa mais linda, fizemos um encontro na praça, cada grupo de cada Estado representou sua cultura foi lindo (informação verbal)⁶³.

A fala de Saran mostra que negras e negros valiam-se também de espaços acadêmicos para ratificar o racismo existente em vários setores da sociedade. Sobre essa movimentação no SBPC, o Jornal Folha de São Paulo, no caderno “Folhetim” do dia 26 de julho de 1981 (Anexo B), trouxe a reportagem intitulada “Negros de volta à História”. O texto relatava como um dos acontecimentos mais importantes desse evento — mas que não compôs a programação — o manifesto produzido pelo MNU, chamado “Manifesto em Defesa da Ciência”, que dizia:

A ciência tradicional, nas mãos da burguesia, e as ciências humanas em particular têm assumido um papel histórico de coisificar os povos não-brancos, suprimindo da História do Brasil o papel desempenhado pelo trabalhador de origem africana e das culturas negras na construção da nação.

Nota-se que tal iniciativa das (os) ativistas negras/negros trouxe destaque, tanto que o jornal do Sudeste do país, com projeção nacional, noticiou o ocorrido em suas matérias.

Algumas organizações que participavam do processo de planejamento desses encontros e a forma que se comunicavam é citada pela entrevistada Johari:

Esses encontros, a maioria era uma coordenação chamada na época CENBa, que era uma Coordenação de Entidades Negras da Bahia, e juntamente com as outras entidades, por exemplo, no Maranhão tinha o Acomabô, aqui na Bahia o Olodum, o MNU.. Então nós nos organizávamos desta forma, articulando, pois naquela época não tinha muito internet, mas tinha a questão do telefonema, as cartas e aí a gente ia se articulando, mas eram homens e mulheres juntos nesses encontros de negros norte e nordeste (informação verbal)⁶⁴.

Johari comenta de que forma se dava a comunicação para articularem os encontros, que se davam efetivamente por telefonemas e correspondências. Esse fato é comentado pela ativista Vanda Menezes, de Alagoas, ao ter seu depoimento registrado no livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*:

O Nordeste inteiro se encontrava todo ano para discutir temas. A gente não sabe

⁶³ Entrevista realizada com Saran.

⁶⁴ Entrevista realizada com Johari.

como aquilo acontecia, porque todos os anos a gente se encontrava. Todo mundo ia. Sem e-mail, sem telefone e sem grana. É interessante: onde a gente achava aquela grana para pegar o ônibus? A gente lotava o ônibus. A gente fazia pedágio, pintava. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 207).

No relato de Vanda Menezes, ela nos dá pistas de estratégias utilizadas para angariar recursos para que os ativistas pudessem participar dos encontros, e afirma que esses encontros tinham grande participação.

Em outro momento de seu depoimento, a ativista informa que os Encontros de Negros Norte-Nordeste eram anuais; ao todo aconteceram nove: Recife (1981); João Pessoa (1982); São Luis (1983); Maceió (1984); Salvador (1985); Aracaju (1986); Belém (1987); Pernambuco⁶⁵ (1988); Salvador (1989). O próximo encontro, em 1990, aconteceria em Manaus, porém o mesmo não ocorreu.

Abaixo vemos registros fotográficos do sétimo e nono Encontro de Negros Norte-Nordeste, ocorridos respectivamente em Belém (PA) e Salvador (BA), no qual as mulheres negras se reuniram para tratar de suas especificidades.

Figura 11 - Mulheres reunidas no 7º Encontro de Negros Norte-Nordeste.



Fonte: Arquivo pessoal ativista Valdecir Nascimento

Figura 12 - Mulheres Negras no 9º Encontro de Negros Norte-Nordeste



Fonte: Arquivo pessoal profª Joselina da Silva

Os Encontros de Negros Norte e Nordeste, mesmo existindo durante pouco tempo, foram importantes para a articulação das mulheres negras em âmbito regional como veremos no próximo subitem.

⁶⁵ Vanda Menezes cita o estado em que aconteceu o encontro no ano de 1988, mas não cita qual foi a cidade.

3.2.1 Participação das mulheres negras nos Encontros de Negros Norte-Nordeste

As mulheres negras participantes dos Encontros de Negros Norte-Nordeste decidiram demonstrar sua indignação por não terem suas especificidades (relações de gênero, sexualidades, não emponderamento pelos movimentos, entre outras) abordadas nas discussões. A invisibilidade de suas demandas fê-las questionar o modo que se dava as preparações dos mesmos.

O depoimento de Vanda Menezes, na entrevista concedida a Alberti e Pereira, demarca como iniciou esses questionamentos:

E a gente tinha uma coisa chamada Encontro de Negros Norte-Nordeste todos os anos. Então era perfeito. Em 1984, a gente faz em Maceió. É nesse encontro que as mulheres negras se encontram e resolvem sair do movimento misto para fazer o movimento de mulheres negras. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 207).

O período citado por Vanda Menezes compreendia a Década da Mulher, e as questões relativas aos direitos das mulheres estavam presentes em diversas agendas dos movimentos sociais.

A fala do depoimento acima é confirmada pela entrevistada Johari:

Nesse encontro de Alagoas foi que eu chamei as mulheres para uma conversa sobre a nossa organização autônoma... porque nós precisamos sair da invisibilidade para estarmos protagonistas (informação verbal)⁶⁶.

Johari traz para si a convocação das mulheres para repensarem sua autonomia e protagonismo enquanto mulheres negras. É importante termos o conhecimento do modo que essas mulheres procuram se fazer presentes nos encontros e em outros espaços.

A entrevistada Adeola refere-se ao encontro ocorrido em 1986, na cidade de Aracaju para informar que nesse encontro as mulheres negras realizaram atividade paralela para discutir suas particularidades:

Em 1986, no sexto Encontro de Negros do Norte e Nordeste, nós fizemos uma movimentação dentro do encontro e promovemos um encontro dentro do encontro. Nos reunimos só mulheres negras. Nos três dias do encontro discutíamos só a questão das mulheres negras. Essa era uma forma da gente dizer a coordenação do encontro de negros do norte e nordeste se a temática da mulher negra não virasse tema prioritário dos encontros de negros do norte e nordeste, nós não participaríamos porque nós éramos maioria, mas, o tema das mulheres negras era um tema transversal que aparecia lá no final do encontro quando todo mundo já estava

⁶⁶ Entrevista realizada com Johari.

indo embora. Então, nós começamos a fazer as pressões internas nos encontros regionais (informação verbal)⁶⁷.

Existe, na fala acima, a denúncia da ausência de uma pauta que englobasse questões relativas as mulheres negras, mesmo sendo elas a maioria de participantes nos encontros, e a forma que elas reagiram a essa falha.

A entrevistada continua a relatar sobre a experiência das mulheres após o encontro ocorrido em 1986:

Depois de 1986 deflagramos um processo sem controle da necessidade das organizações específicas de mulheres na região. Em 1991, o grupo de mulheres do MNU vai fazer o encontro de mulheres negras. Todas as mulheres do MNU pra discutir a nossa ação dentro da organização. Vai ser a última aparição de Lélia nos debates, nas discussões nacionais. E a nossa ideia em 91, quando a gente faz esse encontro nacional de mulheres do MNU, era forjar para as outras seções do MNU também essa organização de mulheres negras. Isso vai fortalecer todo esse processo. Nós não queríamos sair do MNU porque é um espaço privilegiado e nós queríamos atuar como mulheres dentro do MNU (informação verbal)⁶⁸.

A organização das mulheres negras no Encontro de Negros do Norte-Nordeste possibilitou que as ativistas que atuavam no MNU, a exemplo da entrevistada Adeola, pudessem mobilizar as mulheres do seu grupo para realizarem encontros específicos.

Veremos, no próximo capítulo, que outros espaços, além do Encontro de Negros Norte-Nordeste, a exemplo dos encontros feministas serviram para protestar contra o racismo e a ausência das questões relativas às mulheres negras. Esses questionamentos foram viabilizados a partir da concepção dessas mulheres sobre as exclusões sofridas decorrentes da dominação e interseccionalidade de suas múltiplas identidades.

⁶⁷ Entrevista realizada com Aldeola.

⁶⁸ Entrevista realizada com Saran.

4 ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

“Sou guerreira como Luiza Mahin,
 Sou inteligente como Lélia Gonzáles,
 Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,
 Sou contemporânea como Firmina dos Reis
 Sou herança de tantas outras ancestrais.
 E, com isso, despertem ciúmes daqui e de lá,
 mesmo com seus falsos poderes tentem me
 aniquilar,
 mesmo que aos pés de Ogum coloquem espada
 da injustiça
 mesmo assim tenho este mantra em meu
 coração:
 “Nunca me verás caída ao chão.” (Esmeralda
 Ribeiro)⁶⁹

Inicio esse texto com um poema de Esmeralda Ribeiro, poetisa negra contemporânea, e na sua composição traz exemplos de mulheres negras “em movimento” que durante suas vidas dedicaram e dedicam suas existências para a construção de uma sociedade mais igualitária. Ao encerrar seu poema com “nunca me verás caída ao chão”, Esmeralda Ribeiro nos remete aos escritos de Lélia Gonzalez (1984), ao afirmar que o feminismo negro tem como característica especial a solidariedade estabelecida entre as mulheres negras a partir da singularidade de suas experiências históricas.

Nesse capítulo discorrerei sobre o pensamento das mulheres negras entrevistadas na cidade de Salvador que se organizaram na década de 1980 a partir de suas singularidades de raça e gênero. Ao mesmo tempo, será necessário entender a importância de interseccionalizar, ou seja, compreender que marcadores identitários como gênero/raça e outras categorias como sexualidade tornam mais vulneráveis ou atingem de forma desproporcional grupos peculiares de mulheres (CRESHAW, 2002), permitindo, dessa forma, que a multiplicidade de identidades dominadas possa operar para questionar as identidades dominantes.

⁶⁹ Jornalista, pesquisadora, escritora e coordenadora do *Quilombhoje*, grupo que publica os Cadernos Negros destinados à literatura afro-brasileira. Para saber mais sobre o *Quilombhoje*, acesse o site: <<http://www.quilombhoje.com.br/>>.

4.1 Gênero e raça: um diálogo necessário

Algumas pesquisadoras vêm se dedicando, em seus trabalhos, a evidenciar questões referentes a gênero e raça de forma interseccional a partir de enfoques que tratam dos efeitos do racismo, machismo e demais opressões e estratégias de superação a partir do protagonismo da mulher negra⁷⁰. Essas pesquisadoras realizam suas investigações em diferentes lugares, como: América Latina, América do Norte e Caribe. Embora exista diferença nos espaços, as formas em que o racismo e o machismo atuam apresentam similitudes, e as suas reflexões permitem-me ponderar sobre as mulheres negras na cidade de Salvador.

Esses estudos ainda são incipientes, se comparados aos estudos de gênero que abordam a mulher na perspectiva universalista, ou seja, a mulher branca, classe média, urbana, heterossexual e que declara que todas as mulheres são irmãs (SAMARA; SOIHET, 1997; ARAÚJO, 2001). Tal fato se dá em decorrência de que a temática em torno do gênero se inicia com o movimento feminista no século XIX, na Europa, como uma vertente emancipacionista na qual as mulheres reivindicavam igualdade jurídica em relação aos homens, questionando o patriarcado e difundindo uma suposta irmandade entre todas as mulheres, mas sem considerar as intersecções que cruzam com a identidade de gênero. Assim, este feminismo, como pontuado por Hooks (1984), deixou de fora de suas reflexões mulheres que não eram brancas, de classe média, heterossexuais, cristãs e universitárias.

Ter uma compreensão sobre a identidade de gênero não significa que existirá uma reciprocidade sobre as questões raciais, e nesse entendimento é que as mulheres negras confrontaram, no movimento feminista, as desigualdades entre mulheres negras e brancas em nosso país, e também estabeleceram que no movimento negro fosse inserida a discussão de gênero (CARNEIRO, 2003).

Andersen (2010) comenta que os estudos sobre a mulher foram, em sua maioria, alicerçados nos aprendizados das mulheres brancas e os estudos sobre raça e etnia foram aportados nas vivências masculinas. Quando as mulheres negras eram referenciadas, geralmente eram nas discussões sobre as famílias que as mesmas chefiavam, e em algumas circunstâncias pautava-se as questões de raça e igualdade de renda. Na academia, na qual

⁷⁰ Como exemplo cito os estudos desenvolvidos por: Davis, 1981; Gonzalez, 1983; Hooks, 1984, 2000; Crenshaw, 1989, 2002; Bairros, 1995; Collins, 2000; Caldwell, 2000, 2007; Carneiro, 2002, 2003; Curiel, 2002, 2009; Silva, 2009, 2012; SILVA, 2011.

impera um currículo eurocêntrico a "legitimidade" está nas experiências dos homens como central, as das mulheres como periférica, a do branco como a norma e dos não-brancos como divergente ou estranho.

De acordo com Andersen (2010), os estudos indicativos de raça-classe-gênero revelam que as relações de poder não são apenas alvos dos grupos subordinados, mas produzem, juntamente, sistemas de certezas do grupo dominante como normativo, e os subordinados são tidos como o "outro", "*alien*" ou "diferente", acentuando as opressões e o sentimento de pertença do grupo dominante.

Carneiro (2003), em seu artigo "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero", afirma que as experiências das mulheres negras se diferenciam das mulheres não negras, visto que as relações de gênero perpassando pela cor e raça continuam nos moldes da época da escravidão. Ela afirma que as produções e os discursos sobre o patriarcado que revelam a opressão sofrida por mulheres não trazem a especificidade racial, isto é, há uma discussão em torno de um padrão de mulher que certamente não contempla a mulher negra. Os mitos da fragilidade feminina, da rainha do lar, da musa dos poetas, entre outros, com certeza não são referências às mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

Autoras como Viveros (2008) e Curiel (2009) vêm analisando as discussões que tratam da temática gênero e raça na América Latina e Caribe. Viveros, ao examinar de que maneira estão sendo levantados os argumentos sobre gênero, sexualidade e raça em publicações recentes latino-americanas, mais especificamente no livro *Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo em América Latina*, evidencia que o debate interseccional entre gênero, raça e sexualidade na região ainda apresenta hiatos, mas existe uma constante em aprofundar as discussões em torno da colonialidade do poder⁷¹, como também evidenciado pelos escritos de Curiel.

As feministas negras, lésbicas e heterossexuais, estadunidenses, de acordo com Viveros, instigaram a articulação do marxismo, do feminismo e do movimento negro, pois o feminismo conservador liberal lhes causava certo estranhamento ao não ser sensível às singularidades da opressão de gênero que acometem as mulheres negras. Essas mulheres denunciavam o entrelaçamento entre as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe indicando ser necessário a interseccionalidade não só na identificação das opressões, mas na

⁷¹ Para saber mais sobre Colonialidade do poder, recomendo a seguinte leitura: QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 227-278.

constituição de alianças políticas e lutas comuns.

Viveros (2008) prossegue sua análise asseverando que a América Latina ainda se constitui como um novo campo os trabalhos que trazem a interseccionalidade. As questões sobre raça, etnia, gênero e sexualidade são pesquisadas de formas independentes, e a autora continua explicando que a temática racial é tratada fazendo conexões com as desigualdades sociais, porém é insuficiente a sua relação com as questões de sexualidade e gênero. A autora acredita que isso é devido ao processo de escravização na América Latina. Já a questão sobre sexualidades faz sua relação com o gênero; todavia, não trazem os recortes étnico-raciais.

Curiel (2009) faz referência à descolonização do feminismo ao sugerir registrar esse movimento na perspectiva da América Latina e Caribe a partir de uma dimensão na qual teoria e ação são adaptadas para esse contexto regional. Através dessa proposta, a autora afirma que as feministas latino-americanas e caribenhas trazem como pilares centrais a articulação entre raça, etnia, classe e sexualidade. A autora continua ratificando que essa concepção de descolonização das experiências a partir da América Latina e Caribe constitui-se uma mudança epistemológica e política, e questiona as características universais impostas pelo colonialismo e, de certa forma, pelo feminismo europeu.

La descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de “cimarronaje” intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. Se trata Del cuestionamiento Del sujeto único, al eurocentrismo, al occidentalismo, a la colonialidad del poder, al tiempo que reconoce propuestas como la hibridación, la polisemia, el pensamiento otro, subalterno y fronterizo. (CURIEL, 2009)⁷².

É com esta perspectiva que abordo a discussão de gênero e raça, de forma interseccionalizada, pois não há como se pensar no sujeito mulher negra sem considerar suas múltiplas e interdependentes identidades, nos afastando, assim, de uma mulher negra homogeneizada.

4.1.1 Interseccionando gênero-raça-classe-sexualidade

O fio condutor dessa pesquisa evidencia, a todo momento, a categoria interseccionalidade; portanto, se faz necessário trazer, de forma breve, a discussão sobre esse conceito. Interseccionalidade surge para analisarmos de modo articulado as subordinações que

⁷² Sem página.

atuam sobre um único sujeito, ou seja, marcadores que irão constituir desigualdades e operar simultaneamente como: gênero, raça, orientação sexual, classe, entre outras.

Kimberlé Crenshaw (1989) considera interseccionalidade como as possibilidades em que raça e gênero interagem de diversas formas, constituindo as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras. A interseccionalidade política é analisada a partir dos grupos nos quais as mulheres negras estão inseridas. A autora expõe que, dentro de pelo menos dois grupos subordinados, as agendas políticas tornam-se conflitantes, devido ao fato de não se considerar a interseccionalidade. Como exemplo, podemos citar um grupo étnico/racial que não considera as especificidades de gênero e o feminismo que não considera a especificidade de raça. Conforme assinalado anteriormente, nos Encontros de Negros Norte-Nordeste a questão da mulher negra pouco era considerada na programação do mesmo, e isso levou a que essas mulheres se posicionassem firmemente sobre sua invisibilidade.

Crenshaw assevera que as experiências das mulheres negras não são consideradas na esfera dos limites tradicionais de disseminação racial ou de gênero da forma que esses espaços são atualmente entendidos, e defende que a intersecção do racismo e do sexismo não pode ser vista de forma separada.

Em outro artigo, Crenshaw conceitua a interseccionalidade como:

Problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, p. 177).

Dentro desse conceito, a autora afirma que a interseccionalidade também vai abordar como políticas específicas agem causando explorações que circundam os marcadores como: raça, gênero, sexualidade, tornando-se eficazes no desemponderamento dessas mulheres. A partir dessa afirmação, a autora sugere que sejam pensadas propostas nas quais as subordinações interseccionalizadas sejam avaliadas de modo que revelem como os diversos mecanismos de sujeições se concentram.

Patrícia Hill Collins (2000) afiança que o pensamento feminista negro fomentou uma mudança de paradigma ao recusar enfoques aditivos à opressão, pois os mesmos fazem parte de uma estrutura plena de dominação em que as explorações são interdependentes. As somas das diversas opressões dão a ideia de que elas operam de maneira independente, o que pode ocasionar hierarquias. Portanto, a interseccionalidade permite que os sistemas de opressão não sejam considerados uns mais ou menos que outros.

O pensamento de Collins comunga e é sintetizado no enxerto abaixo, extraído dos escritos da poetisa Audre Lorde:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (1983)⁷³.

Vimos que não há hierarquia de opressão, e também afirmo que não há analogias sobre as mesmas, e essa afirmação é compartilhada com as reflexões de Andersen (2010) ao reiterar que raça, gênero, classe, sexualidade constituem sistemas de poder que se fortalecem mutuamente e compõem, cada um, um sistema específico de opressão, não sendo, portanto, análogas, pois não podemos substituir a crítica de um tipo de abuso por outro, pois desse modo esconde as formas específicas como raça, gênero, classe, sexualidade atuam como sistemas de desigualdades e desconsidera as condições históricas vivenciadas por diferentes grupos e as estratégias particulares utilizadas no enfrentamento dessas opressões inter cruzadas. O estudo de gênero, raça, classe, sexualidade em conjunto revelam as conexões sociais estruturais que continuam a dar a esses conceitos significado social.

Moore (2012), em seu artigo “*Intersectionality and the Study of Black, Sexual Minority Women*”, traz em seu trabalho uma abordagem com lésbicas negras em que aprecia a intersecção de raça, classe, gênero. Ela afirma que o olhar voltado para a raça não recusa a experiência interseccional, e sim norteia como essas intersecções, considerando também a classe social, conformam as vivências das lésbicas negras.

A autora ainda apresenta em seu trabalho autores como McCall (2005), Chool e Ferrée (2010), que fazem abordagem metodológica a partir da interseccionalidade, demonstrando que esta categoria está em ascensão por trazer experiências inter cruzadas dos sujeitos que antes eram desconsideradas nas pesquisas. Moore ressalta a importância da interseccionalidade como um paradigma útil em outros campos de estudos além da sociologia. E, compartilhando com a ideia de Moore, é que pretendo desenvolver esse trabalho.

Conduziremos, no próximo item, as discussões de gênero e raça fazendo uma análise do surgimento e ação do movimento de mulheres negras na sociedade brasileira.

⁷³ Sem página.

4.2 Organização de Mulheres Negras: uma crítica sobre as teorias

“O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas” (CARNEIRO, 2003, p. 129).

As mulheres negras sempre tiveram participação importante na luta contra as disparidades causadas pelo racismo, sendo muitas vezes protagonistas de ações coletivas. Como exemplo temos Luiza Mahin, que no século XIX, em Salvador, participou da Revolta dos Malês como importante articuladora; Maria Felipa, considerada a heroína negra da Independência da Bahia, que liderou outras mulheres para lutar contra a dominação portuguesa; entre outras. Essas ações são, na maioria das vezes camufladas, ofuscando histórias de resistências e lutas.

Joselina da Silva (2009), em seu livro *Mulheres negras, histórias de algumas brasileiras*, traz como exemplo mulheres que fizeram ações como: participação em movimentos insurrecionais, denunciando a opressão de gênero, o racismo, no mercado de trabalho e defendendo as religiões de matriz africanas, entre outras atividades.

Em alguns momentos, essas mulheres pareciam estar agindo sozinhas, mas na verdade foram sujeitos principais no desvendamento e empoderamento de outras mulheres para lutar contra a exclusão causada pelo racismo e machismo. Algumas das mulheres citadas por Silva: Luiza Mahin, Aqualtune; Preta Zeferina (líder do Quilombo do Urubu, na cidade de Salvador- BA); Celina Campos (professora da Frente Negra Brasileira); Laudelina Campos de Mello (fundadora do Sindicato das Empregadas Domésticas em Campinas/SP); Eugênia Anna dos Santos, “mãe Aninha” (mãe de santo, fundadora do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, na cidade de Salvador/BA), entre outras. A partir desses exemplos, entendemos que as mulheres negras, dentro de vários contextos históricos, atuaram e ainda atuam como lideranças no

enfrentamento do racismo e machismo. Essas mulheres quase não são referendadas nas pesquisas e tal fato configura-se em lacuna histórica.

Domingues (2009) apresenta em seu trabalho o percurso histórico da participação das mulheres negras no movimento negro brasileiro e revela que há um vazio de pesquisas para o período pós-abolição. O autor traça uma linha cronológica de 1889 até 2001, mostrando que existe uma efetiva participação das afro-brasileiras dentro do movimento negro, a exemplo do que o autor denomina a primeira fase do Movimento Negro, que compreende o período de 1889 a 1937, em que foram formados clubes e grêmios por negros libertos e ex-escravizados, existindo departamentos e grupos formados por mulheres, o Grupo das Margaridas (São Paulo), e a mais antiga que se tem registro, criada em 1908, a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (Rio Grande do Sul), com o intuito de “[...] impulsionar o ‘espírito associativo’ dos extratos da ‘população de cor’ enfronhados nas hostes anti-racistas” (p. 26). Todavia, essa presença e construção coletiva junto com os homens negros não são referenciadas.

O autor prossegue sinalizando para a falta de produção sobre a participação da mulher nas décadas iniciais do Movimento Negro, afirmando que as organizações compostas exclusivamente por mulheres negras e a biografia de ativistas não são conhecidas de maneira devida. As biografias de mulheres negras, em um período mais atual do Movimento Negro, como Lélia Gonzalez⁷⁴ e Beatriz Nascimento⁷⁵, têm sido estudadas recentemente; todavia, essas investigações ainda são incipientes.

A invisibilidade das mulheres negras atuantes nos movimentos negros não se limita apenas ao Brasil. A pesquisadora Nance (1996) aponta que os registros históricos sobre o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos vão referendar as figuras masculinas em detrimento das femininas. A autora lembra nomes de mulheres negras como Jo Ann Gibson Robison, Septima Clark e Ella Baker, que participaram ativamente do movimento. Essas mulheres, participantes da luta pelos direitos civis americanos, segundo Nance (1996), serviam como rede de apoio. Eram líderes e parte de sustentação do movimento; todavia, sua importância foi minimizada pela história.

Caldwell (2000) avalia sobre o não aparecimento da questão racial e experiências

⁷⁴Lélia Gonzalez, nasceu em Belo Horizonte/MG, em 1935 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 1994. Era antropóloga, historiadora e filósofa. Foi uma das precursoras sobre a discussão do feminismo negro no Brasil. Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-1989); candidatou-se a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (1982) e a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (1986), ficando em ambas as candidaturas na suplência. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Tem várias publicações sobre relações raciais.

⁷⁵ Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju/SE, em 1942, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 1995. Era historiadora, poetisa, roteirista e ativista negra.

das mulheres negras nas pesquisas produzidas no Brasil referentes às mulheres brasileiras. A análise se dá através de uma observação comparativa dos estudos feministas já realizados no Canadá, Inglaterra e Estados Unidos que consideram as especificidades da raça na formação identitária das mulheres e nas discussões sobre gênero. Deste modo, a autora evidencia que a omissão histórica de uma discussão compartilhada sobre raça e racismo no Brasil teve como consequência a invisibilidade discursiva das realidades de dominação racial, e isso também nos estudos sobre as mulheres brasileiras.

O avanço nas discussões sobre gênero no qual raça e outros marcadores identitários aparecem nos estudos realizados nos Estados Unidos ocorre, segundo a autora, a partir das críticas feitas por feministas não brancas, trazendo a construção da “[...] diferença de gênero nas relações sociais dentro de comunidades étnicas e raciais específicas e em outros segmentos da população” (CALDWELL, 2000, p. 03). Esse progresso foi importante para impactar a teoria feminista produzida nos anos de 1990, nos Estados Unidos, e também na Inglaterra, no que se refere ao debate sobre diferenças.

No Brasil, os debates de gênero pouco apresentam o recorte racial. Além da supressão histórica da discussão racial, como já apontado acima, a autora sinaliza para a escassa tradução das feministas não brancas estadunidenses, e diz que essas produções não entusiasmam as pesquisas referentes às mulheres brasileiras no que tange à racialização do gênero.

A autora continua observando que as escassas pesquisas desenvolvidas trazendo o cruzamento gênero e raça são, na maioria das vezes, realizadas por ativistas e pesquisadoras negras, e aponta a mínima presença destas nas universidades brasileiras. Essa informação é ratificada através de um estudo feito por Silva (2010) no qual analisa sobre a presença de professoras negras com doutorado ou mais no ensino superior, até o ano de 2005. Nessa pesquisa ficou demonstrado que dos 63.234 docentes universitários, somente 251 são professoras negras, o que representa menos de um por cento de professoras, e esse fato é observado até hoje.

Reafirmando o pensamento de Caldwell, Carneiro (2003) aponta para a experiência histórica diferenciada das mulheres negras em relação ao discurso clássico sobre a opressão da mulher. Esse discurso clássico “[...] não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (p. 50).

Gonzalez (1983) nos alerta para a necessidade de que as mulheres negras não fossem mais vistas pelo olhar hegemônico de dominação, mas por outro ponto de vista discursivo através de uma dialética que capturasse seu real aspecto:

O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falam de mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais (p.227).

A autora relata que os padrões apresentados pelos estudos das ciências sociais eram a partir do modelo das mulatas, domésticas e mães preta, ou seja, a mulher negra naturalizada e cristalizada em espaços subalternos e estereotipados. Essas mulheres raramente são analisadas a partir de suas potencialidades intelectuais.

A Década da Mulher foi instituída no período de 1976 a 1985 após a comemoração do ano Internacional da Mulher que aconteceu na Cidade do México (México) em 1975. O impulsionador que decreta essa década foram os vários estudos sobre a situação da mulher que denunciava as desigualdades de gênero e motivou o surgimento de várias organizações e jornais feministas. No entanto, a questão racial é vista sob o enfoque de que os problemas existentes e que geram as desigualdades sociais são em decorrência do período da escravidão.

Entretanto, as mulheres negras não ficaram caladas. Caldwell (2007) nos informa que em julho de 1975, ano de estabelecimento da Década da Mulher, aconteceu o Congresso de Mulheres Brasileiras, e que nesse evento foi reconhecido formalmente as divisões raciais dentro do movimento de mulheres através de um manifesto elaborado pelas mulheres negras que denunciaram que as práticas de subjugação racial conformaram as relações de gênero no Brasil. Nos dias atuais, o movimento de mulheres negras continua divulgando que a sociedade é racista e machista através de dados sobre desempregos, ocorrências policiais, entre outros.

Sueli Carneiro e Thereza Santos (apud RODRIGUES, 2013) publicaram ao final da Década da Mulher o livro “Mulher Negra” no qual traz dados censitários do período de 1950 a 1980 para apontar que a produção teórica na Década da Mulher não beneficia negras e brancas da mesma forma, pois a variável cor não foi congregada de modo significativo e esse fato não visibilizou a situação real das mulheres negras.

Ribeiro (2004) menciona que as ativistas negras asseveram a necessidade de interseccionalizar gênero e raça em diferentes lugares. Um desses espaços foi durante a realização dos Encontros de Negros Norte-Nordeste em que elas não se sentiam contempladas

pelas discussões. Outro local eleito para fazer o intercruzamento gênero/raça foram os encontros feministas.

Durante o VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, que aconteceu em Bertioga, São Paulo (1985), a ativista negra Luiza Bairros⁷⁶ fez uma intervenção ponderando sobre a importância do movimento feminista na sociedade e que havia um desconhecimento das próprias feministas em perceber tal penetração. Bairros continua sua fala afirmando o quanto se fazia imperativo que o feminismo trouxesse outras questões, como a racial:

[...] eu creio que chegou o momento *da gente* começar a olhar o que existe de diferente no movimento, o que existe de aparentemente contraditório. E se a gente começar a enxergar isso de frente acho que vai ter sido dado um salto qualitativo e quantitativo muito importante.

Basicamente, essa coisa *nos* vem em função do fato de *nós tentarmos* trabalhar enquanto *mulheres negras* certas coisas que *nós aprendemos* com o *feminismo* levando em conta *nossa* especificidade étnica. E *a gente* não pode de maneira nenhuma esquecer que, na América Latina e no Caribe, a grande maioria das mulheres não são brancas e, por não serem brancas, têm uma forma muito especial de inserção na sociedade determinada por essa condição (informação verbal)⁷⁷.

A fala de Luiza Bairros divulga que, quando se tratava de pertença, existia um feminismo homogêneo. Ela sinaliza a necessidade de que esse feminismo que conseguia adentrar a sociedade fizesse o recorte racial, pois, de acordo com Bairros, “[...] na América Latina e no Caribe, a grande maioria das mulheres não são brancas” (1985), e por não serem brancas vivenciam outras formas de opressões.

⁷⁶Luiza Bairros nasceu em Porto Alegre e mudou para Salvador em 1979; participou na preparação da III Conferência Mundial Contra o Racismo no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 2001 a 2003; foi Secretária Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia entre 2008 a 2011; foi ministra da Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no período de 2011 a 2014.

⁷⁷ Vídeo Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UTMntN2jOVs>. Acesso em: 22 fev. 2014.

Figuras 13 - Ativista Luiza Bairros no VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe



Fonte: Fotos capturadas do vídeo do Youtube⁷⁸

Sueli Carneiro (2003) apresenta a importância política do movimento de mulheres negras brasileiras ao evidenciar que as mesmas elaboraram uma declaração para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia e Intolerância Correlata (África do Sul, 2001). Esse documento comprovava que a junção do racismo com o sexismo ocasiona efeitos negativos na trajetória dessas mulheres.

A autora afirma que as implicações negativas se tornam visíveis nas

[...] sequelas emocionais com danos à saúde mental rebaixamento da autoestima; numa expectativa menor de vida, em cinco anos, em relação às mulheres brancas; num menor índice de nupcialidade; e, sobretudo, no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. Essas práticas discriminatórias consubstanciam o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 76).

A organização das mulheres negras em diversos espaços vem se firmando e afirmando a necessidade de que se traga à tona a discussão de gênero e raça, de forma que o racismo e machismo sejam problematizados e pensadas ações para revertê-las.

No artigo “As ONGs de mulheres negras no Brasil”, de Sônia Beatriz dos Santos (2009), a autora pesquisa organizações não governamentais formadas por mulheres negras. Ela apresenta que essas ONGs trabalham com questões interseccionalizadas, que subalternam a mulher negra, como o racismo, a lesbofobia, intolerância religiosa, entre outras. Com esses temas, as ativistas das ONGs têm ocupado espaços considerados de resistência e de importância política.

Nesta direção, desvelamos exemplos de mulheres que protagonizaram e vêm

⁷⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=UTMntN2jOVs>.

protagonizando a luta por direitos da população negra e, ao mesmo tempo, evidenciando a existência das opressões interseccionizadas como o racismo e o machismo. São essas mulheres que desde o período da escravização vão dando a configuração do que chamamos na contemporaneidade de Movimento de Mulheres Negras.

Assim, é dentro deste percurso que insiro a organização das mulheres negras na cidade de Salvador. Desta feita, no próximo tópico analisarei o pensamento das mulheres selecionadas nesta pesquisa e procurarei identificar através de suas falas qual o papel político assumido a partir da percepção de sua negritude e dentro do movimento de mulheres negras, além de desvelar como se estabelece a articulação dessas mulheres nos âmbitos local e nacional.

4.3 Pensamentos de algumas Mulheres Negras na cidade de Salvador

Assim, nosso exercício neste tópico é focar na fala de seis militantes baianas, as quais substitui os nomes verdadeiros por nomes africanos a saber: Adeola, Ayan, Johari, Kumani, Nadifa e Saran. Abaixo mostro as fotos das entrevistadas sem seguir a ordem dos nomes aqui apresentadas. Essas mulheres desvelam, através de suas falas, um pensamento político, social, ideológico engendrado a partir de suas subjetividades, seus pertencimentos como mulheres negras, sua formação e emponderamento enquanto sujeitos políticos.

Figura 15- Ana Célia da Silva



Fonte: Foto capturada da internet

Figura 16 - Kátia de Melo Silva



Fonte: Foto capturada da internet

Figura 17 - Creuza Maria
Oliveira



Fonte: Foto capturada da internet

Figura 18 - Valdecir Pedreira
do Nascimento



Fonte: Foto capturada da internet

Figura 19 - Lindinalva Amaro
Barbosa



Fonte: Foto capturada da internet

Figura 20 - Jussara Santana



Fonte: Foto capturada da internet

As múltiplas visões sobre o fenômeno do racismo inquietam essas mulheres e as fazem perceber que, juntamente com a questão racial, há outras formas de opressões. As experiências de vida e a militância vão empoderando estas mulheres para o no enfrentamento dessas violências. Elas têm em comum o fato de serem todas soteropolitanas, ou seja, nasceram na cidade de Salvador e residem até hoje na capital baiana.

Apresento três tabelas para melhor visualização das informações sobre as entrevistadas:

Tabela 1- Relação nome e idade

NOME	IDADE
Valdecir Pedreira do Nascimento	56 anos
Jussara Santana	54 anos
Kátia de Melo Silva	55 anos
Creuza Maria Oliveira	58 anos
Lindinalva Amaro Barbosa	53 anos
Ana Célia da Silva	75 anos

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

Na Tabela 1, percebemos que as entrevistadas têm a faixa etária muito próxima; nasceram no final da década de 1950 e início de 1960. A única que vai se distanciar dessa condição, sendo a mais experiente, é Ana Célia da Silva. Essa aproximação das idades nos permite pensar que na década de 1980 houve um chamado à militância.

Tabela 2: Relação bairro onde as entrevistadas nasceram, onde mudaram e onde residem atualmente

NOME	BAIRRO NASCIMENTO	BAIRRO MUDANÇA	BAIRRO ATUAL
Valdecir Pedreira do Nascimento	Uruguai	-----	Garibaldi
Jussara Santana	Vila Dois Irmãos	Centro Histórico	Centro Histórico
Kátia de melo Silva	Liberdade	Paripe	Garibaldi
Creuza Maria Oliveira	-----	Sem lugar fixo	Mata Escura
Lindinalva Amaro Barbosa	Campina de Pirajá	Pernambués	Pernambués
Ana Célia da Silva	Terreiro de Jesus (Centro Histórico)	-----	Brotas

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

Na Tabela 2, vimos que as entrevistadas nasceram e/ou passaram boa parte da infância e juventude em bairros da periferia de Salvador, e esses locais (Uruguai, Vila Dois Irmãos, Liberdade, Campinas de Pirajá, Pernambués e Mata Escura) são constituídos em sua

maioria pela população negra e com baixo poder aquisitivo. A entrevistada Ana Célia teve contato mais cedo com o centro da cidade, e Creuza se diferencia das demais porque nasceu em Salvador, mas ainda recém-nascida mudou-se para o interior do estado, só retornando para a capital na adolescência, a fim de trabalhar como empregada doméstica e, portanto, não tendo residência fixa. Atualmente mora na periferia, assim como Lindinalva. Nas falas, as entrevistadas vão evidenciar que em seus bairros começaram a despertar para a questão racial, mas foi o transitar no centro da cidade, conhecer o movimento negro, que impulsionou a luta anti-racista e anti-machista.

Tabela 3: Formação acadêmica e atuação profissional

NOME	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	PROFISSÃO ATUAL
Valdecir Pedreira do Nascimento	História	Mestre em Educação (2007)	-----	Coordenadora Executiva da ONG Odara – Instituto da Mulher Negra
Jussara Santana	Publicidade e Propaganda	-----	-----	Técnica de enfermagem (funcionária pública) e produtora musical
Kátia de Melo Silva	Pedagogia	-----	-----	Assessora da coordenação de qualificação de pessoal na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
Creuza Maria Oliveira	-----	-----	-----	Presidente da Confederação Nacional das Empregadas Domésticas
Lindinalva Amaro Barbosa	Letras (2002)	Mestre em Estudos da Linguagem (2009)	-----	Técnica-administrativa do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (funcionária pública)
Ana Célia da Silva	Pedagogia (1968)	Mestre em Educação (1988)	Doutora em Educação (2001)	Professora universitária aposentada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora.

Na Tabela 3, observamos que a maioria das entrevistadas têm curso superior, sendo que metade delas é pós-graduada *stricto sensu* e funcionária pública. A exceção é Creuza, que só tem o fundamental II, e veremos adiante que essa falta de acesso à educação formal tem relação direta com a sua trajetória de vida.

Após essa apresentação, será feita a análise das falas a partir de subtópicos para melhor compreensão da elaboração e reelaboração do pensamento das mulheres negras

soteropolitanas sujeitos dessa pesquisa. Como foi explicado no capítulo anterior, uso nomes fictícios para as entrevistadas.

4.3.1 Educação como promotora do pertencimento racial

A escola é um lugar que, além de propiciar aprendizagem sistemática, igualmente se constitui como local "[...] em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade" (GOMES, 2002, p. 40); contudo, esses espaços, que também são feitos de contradições, ainda não são acessíveis para todos, como podemos perceber na falada entrevistada Kumani:

Eu tive dificuldades de estudar na infância. Quando eu era menina eu estudei um pouco na roça que era aquela escola que dava palmatória quando você não acertava aí depois eu tive que sair dessa escola pra vim pra Santo amaro da Purificação pra trabalhar como doméstica que a promessa era 'me dê sua menina que vai estudar. Eu vou botar ela na escola, não sei o que', só que quando eu cheguei lá não fui pra escola coisa nenhuma, quando chegou na casa da patroa não teve escola coisa nenhuma, teve foi trabalho, era cuidar da criança, arrumar casa, cuidar das coisas e não teve escola. Então só com 16 anos que eu terminei de me alfabetizar no MOBREAL (informação verbal)⁷⁹.

A história de vida da entrevistada, que teve que começar a trabalhar desde a infância mostra a exploração do trabalho infantil e da profissão de empregada doméstica. Seu direito a uma educação formal foi negado por aqueles que queriam o privilégio exclusivo de seus serviços. Gonzalez (1982) comenta que a situação na contemporaneidade das mulheres negras pouco se difere das escravizadas “[...] a trabalhadora rural de hoje não difere muito da ‘escrava do eito’ de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da ‘mucama’ de ontem...” (p. 9). Há um lugar de sujeição e sem nenhum valor destinado a essas trabalhadoras no imaginário social.

Kumani continua a narrar:

Em 95 eu terminei o meu ensino fundamental lá no CEAFFRO. O CEAFFRO tinha um curso de elevação de escolaridade para jovens e adultos e aí eu terminei lá o meu ensino fundamental depois do ensino fundamental eu já me matriculei várias vezes no ensino médio só que me matriculo ai tem viagem, tem congresso, tem campanha e eu acabo nunca concluindo. Agora estou tentando de novo (informação verbal)⁸⁰.

⁷⁹ Entrevista realizada com Kumani.

⁸⁰ Entrevista realizada com Kumani.

O CEAFFRO, local em que a entrevistada concluiu o ensino fundamental, é um Programa de Educação para Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais, órgão ligado à Universidade Federal da Bahia. O CEAFFRO, desde a sua fundação, sempre foi dirigido e teve em sua equipe a presença majoritária de mulheres negras. Foi esse espaço alternativo que propiciou à Kumani que ela completasse parte da sua formação educacional.

A entrevistada Saran, ao falar de sua formação, faz uma crítica à ausência da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, durante o período em que se graduou (1965 a 1968):

Se eu for analisar 70% da minha formação eu devo ao movimento negro, porque eu lembro quando eu saí, em 68, eu não tinha ouvido falar em quilombos, nem Zumbi, nem revoltas negras. Parece incrível uma universidade que tem um currículo, completamente aleijando toda a contribuição dos outros grupos que não é grupo hegemônico (informação verbal)⁸¹.

Ela assevera que existia um etnocentrismo no currículo durante sua graduação, e essa omissão é provida pelo movimento negro que a situa em relação à história da população africana e seus descendentes. Portanto, é dessa forma que é tecida a construção de uma identidade política referente à questão racial da entrevistada.

É importante destacar que mesmo antes da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas redes particulares e públicas de ensino, a cidade de Salvador já registrava, como apontado por Ivan Costa Lima em sua pesquisa de mestrado (2004), ações no âmbito educacional, numa perspectiva de valorização da história e cultura africana a partir do projeto pedagógico de uma Pedagogia Interétnica, que foi pensada no final da década de 1970 por militantes negros baianos e a por meio da qual se buscou inserir a cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, tendo duas escolas, uma municipal e outra ligada ao movimento negro, como campo de atuação.

No ano de 1974, surge em Salvador o bloco cultural afro Ilê Aiyê. Ao presenciar esse bloco, Saran é instigada a pensar sobre as questões raciais, reafirmando a importância do movimento negro na construção da sua identidade étnico-racial, conforme relato:

⁸¹ Entrevista realizada com Saran.

Eu comecei a conhecer a minha história a partir do Ilê Aiyê. Eu estava com um grupo de pessoas de nível superior, inclusive a maioria negra, e eu vi surgir na Praça da Piedade aquele grupo de pessoas vestidas de guerreiras, com as lanças, umas placas, e aí, as meninas negras começaram a dizer ‘Olhe que coisa horrível! Um bocado de negro cheio de vermelho, parece o diabo’. As próprias companheiras, negras universitárias; mas, me deu uma emoção incrível, e eu disse assim: ‘Não! É a coisa mais linda do mundo!’. Comecei a chorar de emoção, comecei a me tremer... Meu Deus do céu eu nunca vi um bloco só com pessoas negras, e era pequeno (informação verbal)⁸².

Salvador é considerada a cidade mais negra do mundo fora do continente africano, e mesmo assim o pertencimento étnico-racial positivado de negras e negros não ocorre nos espaços de formação como a academia, como no exemplo dado por Saran. Tanto que graduandas negras, ao verem as representações africanas e alguns símbolos representando força/combate e uso da cor vermelha, fizeram alusão ao diabo, e esse tipo de comparação é comumente percebida até os dias atuais. Entretanto, a entrevistada ficou sensibilizada com aquele momento, pois ela se reconhecia naquelas pessoas, todas elas negras.

Neste sentido, os estudos de Munanga (2004) e Nilma Lino Gomes (1996) também nos ajudam a pensar sobre identidade e pertencimento. Munanga afirma que a construção identitária é um produto inacabado, e seus elementos são selecionados “[...] entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc.” (2004, p. 14). A autora continua asseverando que esses dados não precisam estar necessariamente juntos para que o processo identitário seja construído. Percebemos que é dessa forma que Saran deflagra a sua constituição identitária, ou seja, através dos elementos histórico-culturais apresentados pelo Ilê Aiyê.

Gomes (1996, p. 88) categoriza a identidade étnica como “[...] um modo de ser e ver o mundo, a partir de um referencial histórico e cultural, que o distingue das outras etnias” E garante que essa construção identitária “[...] sofre a violência racista exercida pela nossa sociedade.”, uma vez que os elementos trazidos acima por Munanga (como religião de matriz africana, cultura, língua, território, entre outros) são rejeitados por uma parcela da nossa sociedade na crença de que esses distintos legados do grupo racial negro não têm valor.

Na pesquisa que realizei durante o mestrado (SANTOS, 2008) — que versa sobre a construção da identidade étnica da criança negra quilombola no espaço escola-família-comunidade —, exponho uma situação vivenciada por mim durante minha escolarização,

⁸² Entrevista realizada com Kumani.

quando uma professora me chamou de olho de Exu⁸³, pois ela acreditava que estava me ofendendo, porque eu a olhava assustada ao vê-la gritar com a turma por causa de uma ação indisciplinada cometida por alguns estudantes. Essa ocorrência delineia o quanto é importante o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e que a sua ausência nos currículos causa impacto na construção identitária de estudantes negras e negros.

A entrevistada continua a falar desse encontro com o Ilê Aiyê:

E eu comecei a ir aos ensaios que era na rua, na ladeira, comecei a ir nas coisas que eles faziam, comecei a ouvir as coisas que eles diziam. Eles não falavam, mas cantavam, começaram a cantar África, começaram a cantar e eu ia procurando ver onde é que estava aquele escrito, e eles davam os textos, foi muito interessante (informação verbal)⁸⁴.

Essa formação inicial facilitada pelo Ilê Aiyê oportuniza que a entrevistada Saran se reconheça enquanto pertencente a um grupo étnico-racial. Esse reconhecimento é declarado ao expressar a emoção vivida ao compreender a história e cultura dos africanos e seus descendentes, servindo de inspiração para suas produções acadêmicas futuras assim como o fato que durante sua graduação não ter estudado sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

No ano de 1988, Saran, conclui o mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Em sua pesquisa, apontou a presença de estereótipos em relação à população negra nos livros didáticos e apreendeu que a maioria das e dos professores não notavam os estereótipos apresentados pelos livros.

A entrevistada também expõe que pensar algumas categorias só foi possível através do contato com pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas⁸⁵; todavia, nas pesquisas apresentadas por elas existiam lacunas as quais a entrevistada buscou suprir em seus estudos, conforme relato abaixo:

Essa questão da ideologia da dominação via recalque às diferenças eu comecei a aprender com as pesquisadoras brancas da Carlos Chagas, mas elas não diziam porque existem estereótipos e que consequência trás para as crianças, não diziam. Elas só faziam mostrar de uma forma muito boa que a criança não tinha humanidade, não tinha nome, não tinha família, é associada a animais, que isso aquilo e aquilo outro, ai eu venho com a minha pesquisa e digo que isso existe para desagregar o

⁸³ Exu é um dos orixás cultuados pelas religiões de matriz africana. Ele é considerado o orixá da comunicação, fazendo a ligação entre o mundo material (ayiê) e o mundo espiritual (Orum). Em Iourubá, a palavra Eşù significa esfera.

⁸⁴ Entrevista realizada com Kumani.

⁸⁵ “É uma entidade fundacional de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, dedicada à avaliação de competências cognitivas e profissionais e à pesquisa na área de educação.”. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/fcc/quem-somos>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

grupo, pra baixar a auto-estima, tirar a identidade, interiorizar a inferioridade... e as consequências eram essas, desagregar politicamente a comunidade negra, se auto-rejeitar rejeitar que parece consigo. E vamos fazer um trabalho contrário, começamos a desconstruir e até hoje meu trabalho é esse (informação verbal)⁸⁶.

O contato com bloco cultural afro Ilê Aiyê torna-se um “divisor de águas” na sua constatação do pertencimento étnico. E essa influência a direciona na sua trajetória acadêmica, tornando-a reconhecida como pesquisadora na área da educação e relações étnico-raciais.

A educação formal também foi local estratégico para que a entrevistada Johari reafirmasse sua identidade étnica durante sua graduação:

Primeiro começou na faculdade, eu fui diretora de educação e o diretório acadêmico da faculdade era atrelado à diretoria. Foi na Faculdade de Educação da Bahia Olga Mettig. Fizemos uma espécie de revolução dentro da escola, saímos de sala em sala pedindo que na época da votação do diretório acadêmico fosse aquela chapa porque nós tínhamos propostas para o curso, propostas para trazer novas coisas para a grade curricular do pedagogo, que não era só aquilo que estava ali... Então conseguimos incluir o português e uma eletiva... várias... A gente dava várias possibilidades para que o aluno escolhesse, e uma dessas eletivas era a conscientização e o combate ao racismo, que foi uma proposição minha, e aí deu muita gente no dia que a gente fez a palestra... nós levamos Aroldo Lima, ex-Deputado Federal, e um que já se foi, Lino Almeida (informação verbal)⁸⁷⁸⁸.

Johari inicia sua participação política enquanto líder estudantil, segundo ela, em 1979. Ela trouxe uma pauta para a faculdade da rede privada de ensino, que era o reconhecimento do racismo através do currículo. Durante a década de 1980, o movimento negro pautou como bandeira de luta a democratização do ensino, primeiro acusando o racismo existente na escola e o eurocentrismo dos currículos, livros didáticos, formações de professores; depois mudou do campo da denúncia para a efetivação de propostas (GONÇALVES; SILVA. 2002).

Saran e Johari confirmam que com o ressurgimento do movimento negro no final da década de 1970, uma das reivindicações era a necessidade de mudança nos currículos escolares, nos livros didáticos e formação de professores. Essas reivindicações se estabelecem como pauta antiga dos movimentos negros, a exemplo da educação formal proporcionada pela Frente Negra Brasileira, na década de 1930.

Na atualidade, o maior reflexo dessa luta em nível educacional se deu ao ser sancionada a Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação, LDB 9394/96, ao incluir no currículo oficial da rede de ensino, tanto particular

⁸⁶ Entrevista realizada com Kumani.

⁸⁷ Entrevista realizada com Johari.

⁸⁸ José Lino Alves de Almeida (1958-2006) era sociólogo e radialista. Foi o representante do Estado da Bahia na primeira executiva nacional do Movimento Negro Unificado (1978).

como público, a obrigatoriedade da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira.

4.3.2 A religião católica como local de início da militância

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram na década de 1960 com a participação de religiosos e fiéis ligados à Igreja Católica envolvidos em ações comunitárias e com o apoio da própria igreja, ajudando as pessoas com menor poder socioeconômico a lutar para garantir seus direitos. A Teologia da Libertação⁸⁹ dava aporte teológico às CEBs nas lutas políticas da comunidade, pois era necessário um arcabouço teórico que explicasse a situação social e justificasse as ações.

Três entrevistadas, Adeola, Ayan e Nadifa, mencionaram que antes de ingressarem no movimento negro já vinham atuando em suas comunidades participando de grupos ligados à Igreja Católica. No período histórico referido pelas entrevistadas, final da década de 1970 e início de 1980, havia forte influência da Teologia da Libertação. Não iremos nos deter sobre a Teologia da Libertação, mas é necessário pontuar a sua importância nesse contexto histórico e como a mesma incentivou as entrevistadas a atuar enquanto ativistas sociais.

Joelma Gentil do Nascimento (2012), em sua pesquisa de mestrado, intitulada *Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta*, apresenta similaridades com essa pesquisa ao evidenciar que algumas de suas entrevistadas também iniciam a militância fazendo parte da Igreja Católica, a partir das Comunidades Eclesiais de Base, e que nesse espaço principiam a motivação para a questão racial.

Adeola fala sobre o início de sua militância na causa étnico-racial, indicando que já atuava em sua comunidade com o grupo de jovens ligado à Igreja Católica:

⁸⁹ O Concílio Vaticano II e o golpe militar em 1964 contribuíram para que alguns padres se envolvessem mais efetivamente com as questões econômicas e sociais. A Conferência de Medellín, que reuniu o Episcopado da América Latina, tirou como diretriz básica a opção preferencial pelos pobres. Para melhor compreensão da Teologia da Libertação indico a leitura: BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Minha inserção no movimento negro vai acontecer em 1981, quando um amigo meu que é padre vai me apresentar num evento referente à questão racial, no Campo Grande, a algumas lideranças do movimento negro que eram: Luiz Alberto⁹⁰, Luiza Bairos, Gilberto Leal⁹¹. Então eu fui apresentada a eles num desses eventos e a partir daí eu comecei a fazer parte do MNU, Movimento Negro Unificado, em função do meu interesse em fazer a militância na causa racial. Já existia um interesse, já existia uma sensibilização, já existia uma consciência de que tinha algo errado nas relações e eu queria fazer parte desse movimento... Já vinha fazendo movimentos na igreja, eu era de grupo de jovens da igreja, então já tínhamos encenado Neimar de Barros, o Deus negro, então já vinha mexendo na comunidade em várias coisas, já vinha participando de várias atividades na comunidade (informação verbal)⁹².

A participação nas questões comunitárias por meio da atuação na igreja lhe proporcionou transitar de sua comunidade para outras partes da cidade e conhecer lideranças negras do movimento negro que a conduziram ao seu interesse maior, ser ativista negra.

Outra entrevistada que cita sua atuação a partir da pastoral da Igreja Católica é Nadifa. A depoente começou o seu ativismo no ano de 1986, através do grupo cultural Polêmica Negra, que atuava no bairro de Pernambués, influenciada por seus irmãos mais novos. Esse grupo tinha ligação com a Igreja Católica, por meio da Pastoral do Negro:

Eu morava em um bairro de periferia, Pernambués, e a maioria dos da minha geração que moravam ali não tinha muito movimento de ir para a cidade, ir e voltar, enfim. Mas, no bairro do Pernambués tinha um grupo cultural chamado Polêmica Negra, que era um grupo que meus irmãos faziam parte. Era um grupo cultural porque um dos objetivos do grupo era articular grupos de dança e participações em afoxés, também tinha uma parte do grupo que era ligado ao grupo da igreja. Naquele período as Comunidades Eclesiásticas de Base estavam em alta. Então tinha um grupo que era um grupo chamado Ginga que era ligado à igreja e que era um grupo que fazia estudos e também desenvolvia atividades de ações mesmo nas comunidades sobre a questão racial. Era coordenado por um padre italiano, padre Heitor. Ele era muito ligado a pastoral do negro e o Ginga era um grupo que se inseria também na pastoral do negro. Então, o Polêmica era formado por esse pessoal vinculado a igreja (informação verbal)⁹³.

As Comunidades Eclesiais de Base, a partir da proposta da Teologia da Libertação, teve papel significativo na discussão racial dentro das comunidades da periferia e, como enunciado por Nadifa e Adeola, é esse espaço que se constitui como primeiro local da militância como militantes da causa racial.

A entrevistada Ayan, assim como as entrevistadas anteriores, evidencia que sua militância também inicia junto à igreja católica:

⁹⁰ Dirigente sindical, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1997, foi o primeiro deputado federal negro eleito. É filiado ao Partido dos Trabalhadores.

⁹¹ Geólogo, foi um dos fundadores do MNU na Bahia, e atualmente é coordenador da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

⁹² Entrevista realizada com Adeola.

⁹³ Entrevista realizada com Nadifa.

Eu era uma adolescente, eu fazia trabalho social lá na igreja, no movimento de igreja, fui catequista...então eu sempre fui inquieta, então eu estava sempre fazendo alguma coisa para melhorar a vida da minha comunidade, com jovem, com criança, com adulto, então fazia várias atividades (informação verbal)⁹⁴.

Para a entrevistada, essa inquietação para atuar em prol das pessoas de sua comunidade vai ser ampliada quando a mesma passar a participar do movimento negro, como veremos em outro subtópico.

4.3.3 Leituras e análises sobre o racismo

Teorias raciais surgiram no continente europeu, no final do século XIX, para explicar os interesses de dominação através das “desigualdades raciais”, procurando provar a superioridade da “raça” branca e situando a “raça” negra em última escala. Autoras como Schwarcz (1993; 2001) e Santos (2002) fizeram uma releitura dessas teorias para o contexto brasileiro, e evidenciaram que as mesmas receberam espaço entre a intelectualidade, passando por modificações que justificassem a suposta inferioridade da população negra.

O conceito de raça, utilizado como construção ideológica e social (HALL, 2003), serviu e serve para subjugar a população de descendência africana. O ser negro em nossa sociedade instaura um lugar de discurso. São atributos negativos que foram introjetados ao longo de toda a história brasileira, com a desvalorização de um coletivo e impondo um lugar determinado e naturalizado na sociedade.

Podemos confirmar tal assertiva através dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que no ano de 2011 lançou a publicação *Retratos das desigualdades de gênero e raça*, no qual traz análises sobre as desigualdades no âmbito da educação, saúde, previdência social, mercado de trabalho, trabalho doméstico remunerado, habitação, entre outros. Os dados revelam que a população negra está em patamar inferior em relação à população branca, e quando faz o recorte de gênero, agravam-se ainda mais tais condições. Os Movimentos Negros foram os primeiros atores sociais a trazer a público essas denúncias.

Essas questões são evidenciadas também durante as entrevistas, momento em que nossas entrevistadas fazem reflexões sobre o racismo. Ayan conta-nos como o mesmo a marca durante a infância:

⁹⁴ Entrevista realizada com Ayan.

Eu lembro que na minha infância eu tive um momento de rejeição, eu lembro, porque eu não podia ser a tal da rainha do milho⁹⁵, claro que eu não ia ser a rainha do milho porque o milho é amarelo, eu não. Mas a gente quando criança não entende isso. A gente quer ser, porque a gente quer uma coisa boa, quer, se todo mundo nega a gente!?! Eu não gostava da aula de história porque os negros só apanhavam, eram escravos, a cozinheira era Dona Benta, então eram as coisas que não me emponderavam. Teve um momento na minha vida enquanto criança que não era bom ser, mas na hora que eu descobri é bom sim, é ser (ser negra) (informação verbal)⁹⁶.

A rejeição por não ter atributos físicos característicos de outra etnia e as referências de seus antepassados sempre de forma negativa são experiências enfrentadas, na maioria das vezes, pelas pessoas de descendência africana e que afetam a sua autoestima, produto do racismo. Para Munanga (2003), essa introjeção negativa das características físicas do sujeito negro é efeito de um processo de assimilação dos africanos e afro-brasileiros a uma cultura tida como superior, ou seja, a cultura branca. Isso é, obviamente, decorrência do racismo e do discurso da mestiçagem.

As aulas de história mostrando o negro escravizado na condição de passivo também causavam incômodo em nossa entrevistada. Ana Célia da Silva afirma que “[...] em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima” (SILVA, 2004, p. 47-48).

As implicações de uma imagem negativada do sujeito negro poderão fazer com que a criança se auto-rejeite, e Ayan vivenciou essa situação em um espaço que a princípio é idealizado para trabalhar e aceitar as diferenças, que é o espaço escolar. Contudo, é da escola e de suas professoras que ela guarda tais lembranças negativas.

[...] ou até mesmo, quando uma professora negra lhe diz que você não pode ser a rainha do milho e sim do milho queimado, isso machuca e guarda. Eu tenho isso guardado comigo, e eu não ia ser nada. Eu tive uma professora que dizia que eu não ia ser nada, porque eu era muito rebelde, de não aceitar certas coisas e brigar na escola (informação verbal)⁹⁷.

Ayan demonstra em sua fala ter sofrido rejeição por uma professora para que fosse a rainha do milho, que tem o mesmo pertencimento étnico que o seu, e isso a marcou negativamente, assim como o fato de outra professora desacreditar de sua capacidade intelectual por causa do seu comportamento.

Gomes (1996) realizou pesquisa no ambiente escolar e constatou que esse espaço

⁹⁵Na época dos festejos juninos, as escolas costumam escolher estudantes consideradas mais bonitas, geralmente meninas com a tez clara, para ser a Rainha do Milho.

⁹⁶ Entrevista realizada com Ayan.

⁹⁷ Entrevista realizada com Ayan.

contribui para a representação do preconceito e discriminação racial e de gênero, revelando que mesmo professoras negras estão ausentes de tais questões. A autora assegura que os elementos culturais que a escola utiliza são brancos, e as crianças negras não se percebem nos diversos contextos (livros, cartazes, eleitas para encenar papéis em festas, etc.); na maioria das vezes, há um posicionamento desconexo da professora para tratar dessas questões.

Kumani descreve como é se perceber mulher negra:

Eu me percebo mulher negra olhando pras outras e me identificando nas outras mulheres, e aí eu me percebo uma mulher negra que não teve as oportunidades na época que deveria ter que era na infância, na adolescência; essa mulher negra que muito cedo teve que assumir responsabilidades de adultos; uma mulher negra que nunca foi o perfil de beleza pra sociedade, tanto na minha adolescência como na minha juventude (informação verbal)⁹⁸.

Entender-se como mulher negra é, para a entrevistada, ter direitos cerceados, a estética menosprezada, ser explorada, o que é refletido *das e para* outras mulheres negras, que assumem desde a infância responsabilidades não adequadas para sua idade, mas são impostas pela situação de vulnerabilidade ocasionada pelo racismo.

Johari explicita que através de leituras começou a perceber a forma sutil em que o racismo se expressa:

Essa coisa das leituras me ajudou a ir abrindo mais a cabeça, a ver a perceber as sutilezas do racismo, que é muito sutil: ô negra! Sua negra! Então tem diferenças, a gente aqui mesmo na Bahia, grande parte das pessoas, porque nós somos aqui a maioria, nós temos problemas com essas pessoas negras também, que eu ainda não consegui internalizar e nem elaborar um discurso ou uma forma de agir, de se defender desse racismo, porque ele é muito forte, ele lhe priva do trabalho, da escola e da saúde (informação verbal)⁹⁹.

Mesmo sendo uma mulher ativista da causa racial, a entrevistada, em certas ocasiões, nota que o racismo a limita no seu enfrentamento, e revela que uma formação continuada em relações raciais se faz necessária para combater as "sutilezas do racismo".

Adeola questiona a ausência de espaços com infraestrutura para as mulheres negras se organizarem, como uma forma de racismo presente na sociedade:

Eu acredito que o racismo negou demais os espaços pra gente. Não temos espaços. Nós mulheres negras não temos espaços em geral, nós mulheres negras não temos espaços de atuação social. 'Ah, tem o terreiro não sei o quê'. Todos com muita precariedade. Você não tem um espaço onde você tenha um movimento, onde você tenha uma capacidade de produzir teoricamente, de trabalhar na prática e de captar o que é necessário para que aquele espaço flua naturalmente. Quando a gente institui

⁹⁸ Entrevista realizada com Kumani.

⁹⁹ Entrevista realizada com Johari.

alguns desses espaços aí temos uma disputa muito grande. Nós temos um modelo de organização que ele diz assim: ‘X é a nossa liderança’ ou ‘X vai nos representar’, mas você não pergunta às outras pessoas se elas queriam representar a gente ou que vão ser representantes ou se elas também não queriam liderar o processo (informação verbal)¹⁰⁰.

A entrevistada enfatiza que ao superar a barreira do racismo em relação à deficiência de espaços, é instaurada a disputa entre mulheres negras, devido ao modelo organizacional que acabamos reproduzindo, qual seja, o de instituir quem são as representantes do coletivo sem uma discussão mais ampla.

O racismo, como já afirmamos, é estruturante, pois determina o lugar social, econômico, cultural e estético, na lógica do senso comum, da população negra. As entrevistadas conseguem identificá-los nas suas trajetórias de vida e ressignificá-lo no seu ativismo, contribuindo com a formação de uma base mobilizadora.

4.3.4 Participação no Movimento Negro

Os movimentos negros voltam a ter visibilidade a partir do processo de redemocratização do país, com destaque, em 1978, para a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). O reaparecimento do movimento negro vem com fortes influências de ativistas pelos direitos civis norte-americanos, dos movimentos de libertação dos países africanos e do pensamento marxista (DOMINGUES, 2007).

Nesse momento, as entrevistadas narram as primeiras impressões e de que forma acompanham os espaços dos movimentos negros.

No ano de 1978, Saran passa a frequentar o Grupo Negro, que precede o Movimento Negro Unificado (MNU):

Fui assistir à reunião do Grupo Negro, e lá conheci outros militantes. Conheci Lino Almeida, Manoel Almeida¹⁰¹, Gilberto Leal, Jane, Leninha, Ivete Sacramento¹⁰², Arany Santana¹⁰³... E aí teve um encontro, o vice-prefeito atual que é Edvaldo Brito,

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Adeola.

¹⁰¹ “O sociólogo e educador baiano, Manoel de Almeida Cruz foi pioneiro no Brasil a propor uma pedagogia interétnica voltada para o respeito às diversidades culturais existentes em todo país, no começo da década de 1970.” Disponível em: <http://www.educacaoemdestaque.com/index_arquivos/Page2623.htm>. Acesso em: 11 out. 2014

¹⁰² Graduada em Letras e Mestre em Educação. Foi a primeira reitora negra de uma universidade pública brasileira, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ficando em dois mandatos. Durante a sua gestão na reitoria, implantou a política de cotas para afrodescendentes (2002). Atualmente, é Secretária da Reparação do município de Salvador.

¹⁰³ Licenciada em Letras com especialização em História da África e em Língua e Cultura Kikóongo. Uma das fundadoras do MNU da Bahia e do Bloco Cultural Afro Ilê Aiyê, do qual também é uma das coordenadoras.

ele convidou Lélia Gonzalez pra vim fazer uma série de palestras sobre o 13 de maio e suas consequências para o povo negro do Brasil. Em plena ditadura ele chama Lélia Gonzalez e o povo negro em peso foi pra lá assistir a palestra. Isso foi em maio. Nós ficamos discutindo durante o mês de junho e aí teve a primeira fundação do MNU. Então dessa forma que eu entrei no MNU (informação verbal)¹⁰⁴.

A entrevistada ressalta o período histórico da ditadura, mostrando que mesmo com a repressão em relação aos direitos políticos, a população negra se organizava para discutir a situação do negro em nosso país. Nessas reuniões o ativismo vai se delineando, e a presença de Lélia Gonzalez fomenta a criação do Movimento Negro Unificado nos âmbitos nacional e local.

Bairros (2000) registra a importância de Lélia Gonzalez para o movimento negro contemporâneo, e afirma "[...] do que ela mais se orgulhava era de ter catalisado os anseios de uma parcela da juventude negra de Salvador, Bahia, no final dos anos 70" (p. 02), ratificando, dessa maneira, a fala de Saran.

Adeola iniciou sua militância no movimento negro em 1981, ao ingressar no Movimento Negro Unificado (MNU), e lá, com outras mulheres negras, formaram o Grupo de Mulheres (GM) do MNU, que “[...] vai fazer com que a gente se fortaleça e vá disputar com eles (homens negros) uma outra relação”.

Em entrevista para o jornal do MNU, em 1991, Lélia Gonzalez fala da relação homem negro/mulher negra dentro do Movimento Negro, e uma das questões pontuadas é que se os homens continuassem com atitudes machistas e as mulheres suscetíveis a esse comportamento a tendência seria descontrolar as relações, pois “[...] eu não sou mulher sozinha... e é nessa relação que eu vou afirmar a minha mulheridade... valores da cultura africana estão lá esquecidos no inconsciente da gente, e tem muito a contribuir no sentido do equilíbrio da relação homem/mulher” (GONZALEZ, 1991, p. 09).

Essa fala de Gonzalez reafirma a colocação da entrevistada Adeola, que mostra que uma das intenções da formação do GM era se fortalecer em relação ao machismo e ao empoderamento não compartilhado dos homens. Em verdade, o objetivo é o fortalecimento a partir do grupo misto, trazendo, desta forma, uma reflexão para as relações de gênero dentro do MNU.

Ao entrevistar Adeola e perguntar quando se deu a sua inserção no movimento negro, obtive como resposta:

Atualmente é como diretora do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Saran.

Costumo dizer que desde 1910, na realidade quando falo em 1910 quero dizer que todo tempo a gente esteve na luta. Não é uma luta apenas da presença, mas para recuperar todas as mulheres negras que nos antecederam. A gente não começou, a gente só está continuando. Então, eu costumo dizer que desde 1910 para recuperar esse povo que está aí (informação verbal)¹⁰⁵.

A entrevistada usa aleatoriamente o ano de 1910 como forma de rememorar outras mulheres que a precederam enquanto ativistas. Essa é uma preocupação de Adeola, assim como de Domingues, ou seja, visibilizar e reconhecer outras mulheres negras, anônimas, que a historiografia exclui. Silva (2009) desvendou o anonimato de algumas dessas mulheres, como já exposto, e entre elas foram citadas mulheres que viveram e atuaram na cidade de Salvador, como Luiza Mahin, Preta Zeferina e Eugênia Anna dos Santos.

Em outro momento, Adeola explana ao afirmar que a militância que fazia na comunidade não tinha a mesma dimensão de estar no MNU:

[...] mas nada com o mesmo caráter, com mesma perspectiva que é entrar no MNU como foi uma decisão mesmo de sair do bairro e vim fazer militância no MNU no centro da cidade (informação verbal)¹⁰⁶.

O ano de 1986 foi de eleições no Brasil para a escolha das representações em níveis federal (senadores e deputados federais) e estadual (governador e deputados estaduais). Na Bahia, dois representantes do Movimento Negro Unificado (MNU) disputaram cargos políticos. É nesse entusiasmo que Nadifa inicia a sua militância no MNU:

Através do Polêmica eu me aproximei do MNU. Por que o ano de 86 foi um ano eleitoral e de eleição constituinte. Luiz Alberto e Luiza Bairros que eram as principais lideranças do MNU, naquele período, estavam se candidatando. Através deles e como era esse momento eleitoral também, as redes todas. O Polêmica tinha uma ligação com o MNU, porque a pastoral do negro tinha muita gente que era ligado também ao MNU. Em torno das candidaturas de Luiz a deputado federal e Luiza Bairros a deputada estadual. Eu fui conhecendo o MNU, fui me interessando. Comecei a participar das atividades mais no centro da cidade. E aí era participando das atividades do MNU e participando das atividades do movimento negro de um modo geral (informação verbal)¹⁰⁷.

O início da militância de Adeola e Nadifa apresenta algumas similitudes. As duas entrevistadas atuavam em bairros da periferia da cidade de Salvador, em atividades que faziam o recorte racial. Foram apresentadas aos militantes do MNU que eram e são referências, e decidem empreender a militância racial no centro da cidade.

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Aldeola.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Aldeola.

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Nadifa.

As entrevistadas expõem que o trânsito entre a periferia e o centro da cidade possibilitou a essas mulheres ampliação de como se instituem as relações raciais e as desigualdades causadas por uma suposta hierarquia das “raças”. Também propiciou conhecer novas pessoas e lugares e projetar outras expectativas de militância e vida, como manifesta Adeola em sua fala:

O que o MNU vai possibilitar na minha vida? O MNU vai abrir a minha cabeça pra um horizonte extremamente impossível de eu imaginar se eu estivesse lá na periferia porque no meu processo de construção da vida eu estava caminhando pra onde? Eu estava terminando o segundo grau, tinha um namorado fixo. Daqui a pouco eu achava que ia casar. Já tinha planos, já estavam todos os planos organizados, entende como é? Quando eu entro no MNU ele vai desviar meu caminho do ponto de vista positivo. Ele (o MNU) vai dizer que tem 550 mil possibilidades: entrar na universidade, viajar pra outros Estados, conhecer outras pessoas. Então, o movimento ele vai me capturar da periferia e me jogar no mundo. E isso foi importante (informação verbal)¹⁰⁸.

Adeola apresenta seu percurso de engajamento a partir das perspectivas nutridas pelo movimento negro. Há um descortinar de horizontes que antes não era notado e nem incentivado, e o movimento negro, em particular o MNU, concebe essas possibilidades. No capítulo 2, ao nos referimos a TNMS, vimos que a identidade coletiva é configurada a partir de diversas influências entre os membros do movimento social, e a mesma é proporcionada pela atuação desses sujeitos no movimento, existindo um consenso entre os modelos macroestruturais da atuação enquanto coletivo e as motivações pessoais (MELUCCI, 1989).

No entanto, mesmo sendo o MNU o local que apresenta viabilidades, ele não deixa de ser um espaço de disputas e relações de poder, de acordo com o que diz a entrevistada já sobre momentos posteriores ao seu ingresso:

A gente queria saber onde estava o dinheiro que recebeu. Onde estavam as coisas que chegavam para a organização... então nós fomos para cima deles (homens do MNU). Começamos a disputar a participar da coordenação estadual, coordenação municipal, da estrutura do movimento. Então saímos do lugar de quem eram as supostamente tarefeiras para o lugar de quem era ativista da organização. Isso fortaleceu essas mulheres dentro do MNU, que era Teresa, Alfaya, Ana Célia, Luiza, eu, Valdicélia, Jô, Sarai... Na medida em que o grupo surgiu você foi ampliando a participação das mulheres dentro do MNU. Esse papel foi importante para que a gente pudesse fazer o diálogo pra fora com o movimento feminista, com outras estruturas de movimento social em Salvador. Não era brincadeira, ser do MNU era comprar briga com metade do mundo. Então, a gente estava preparada pra isso (informação verbal)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com Adeola.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Adeola.

As mulheres questionam a falta de transparência na socialização dos recursos e ao mesmo tempo disputam os espaços de liderança dentro da organização. São também nessas disputas internas que as mulheres negras do MNU vão se fortalecendo, se empoderando e ganhando projeção enquanto lideranças, como já citado mais acima com a fala de Gonzalez.

O Ilê Aiyê foi o espaço no qual Johari iniciou sua militância, migrando, posteriormente, para o Grupo Cultural Olodum¹¹⁰:

Eu comecei no Ilê Aiyê, no grupo de apoio e depois a gente sai e viemos para o Olodum. No Olodum nós encontramos um bloco sucateado, que não tinha aparato, tinha parado de desfilar, só tinha o nome, e aí levantamos o Olodum com o tema Cuba¹¹¹. Eu até viajei pra Cuba pra fazer a pesquisa, fui convidada a ir e aí trouxemos de lá o tema. Esse tema foi muito bem aceito pela comunidade porque nós tínhamos uma relação muito forte com as pessoas daqui da área da política e ainda temos, e aí foi um sucesso essa coisa de trazer, de falar e a partir daí começamos a falar de outros heróis, de outros assuntos, da Conjuração dos Alfaiates, da Revolta dos Búzios, da questão da mulher, da participação da mulher africana dentro dessas lutas (informação verbal)¹¹².

Com a chegada de Johari e de outras pessoas ao Olodum, esse grupo renasce na localidade do Centro Histórico de Salvador, dando a este um caráter sociocultural existente até os dias atuais. A temática para o carnaval revela a necessidade, assim como o Ilê Aiyê, de se conhecer a história que é omitida sobre a população africana e seus descendentes no contexto da diáspora.

O ativismo social de Kumani iniciou em um grupo formado por trabalhadoras domésticas, e ela manifesta como conheceu e despertou o interesse em participar do MNU:

Eu comecei a militar primeiro no grupo de domésticas que eu ouvi através de um rádio porque eu nunca aceitei a exploração do patrão e eu precisava do trabalho, não tinha outra opção... Tinha Claudia que era do grupo de trabalhadoras domésticas aí depois que eu conheci Claudia ela falava do MNU, ela não participava do MNU mas ela falava de Luiza Bairros, ela falava de algumas companheiras do MNU e aí quando foi um dia eu tive a curiosidade de conhecer esse grupo, o grupo de mulheres do MNU, eu fui participar da reunião. Chegando lá na reunião, eu gostei muito do que o pessoal estava conversando. O pessoal com um nível diferente do meu, as pessoas que já estava fazendo faculdade, tinha Luiz Alberto que não fazia faculdade, mas era dos petroleiros. Eu lembro de Valdecir, Luiza Bairros, Lidinava Barbosa. Aí eu comecei a participar do grupo de mulheres e do MNU também e pude ver a questão racial porque nas discussões se falava da violência policial, violência contra as mulheres, da falta de oportunidades dos negros. O que eles estão falando aí tem tudo a ver comigo (informação verbal)¹¹³.

¹¹⁰O Grupo Cultural Olodum surgiu em 1979. Além de ser um bloco carnavalesco, ele mantém alguns projetos sociais, como a Escola Criativa Olodum e um grupo de dança.

¹¹¹ O Olodum desfilou com o tema Cuba no ano de 1986.

¹¹² Entrevista realizada com Johari.

¹¹³ Entrevista realizada com Kumani.

A primeira aproximação de Kumani com o movimento social se dá mediante organização das trabalhadoras domésticas, para quem a questão de classe era primordial. Ao escutar relatos sobre a existência de um movimento negro, ela se interessa em conhecer e nota que negras e negros, na sua maioria, tinham uma educação formal superior à dela e empregos com certo *status* social. As mulheres do MNU se destacam nas suas percepções, tanto que ela passa a integrar o Grupo de Mulheres do MNU. É nesse novo espaço de militância que ela começa a elaborar em torno das questões raciais.

Kumani fala de sua participação mais ativa:

Particpei de vários congressos, de vários encontros, das trabalhadoras domésticas, encontros de mulheres negras, no início eu participava sem uma consciência política, eu participava pelo intuito, pela aquela coisa que eu queria aprender, eu queria descobrir, eu queria crescer, eu queria saber das coisas, não que eu tivesse uma consciência política, pois durante toda a minha vida eu nunca tinha ouvido ninguém falar da questão racial. Eu sofri o racismo e não sabia que era violência, era crime e quando alguém chegava para mim no meu emprego e dizia você é feia, você é burra (informação verbal)¹¹⁴.

As injustiças sofridas fizeram Nadifa se tornar atuante, mesmo ela afirmando que não tinha uma consciência política; no entanto, ao atentar-se de que algo estava errado nas relações raciais, ela mostra um estímulo permitido pelos movimentos sociais para que ela conhecesse mais sobre as opressões que a vitimizavam.

Ayan descreve suas impressões ao conhecer lideranças do movimento negro no centro da cidade:

Um dia eu conheci esse Pelourinho, vim para o lado de cá e conheci, aí eu conheci o movimento negro. O movimento que eu conheci era só homens e eu não entendia. Mas, eu ficava no meio deles. Depois de um tempo eu conheci Kátia Melo, Luiza Bairros, Valdecir, aí eu disse, ‘essas são as mulheres!’ E elas falavam bonito pra minha época. Porque eram mulheres universitárias, gente que saía de uma periferia sentia essa diferença, e as vezes não entendia muito o que elas falavam (informação verbal)¹¹⁵.

Mesmo sem compreender o que parecia ser um movimento majoritariamente masculino, a entrevistada decide continuar a participar das discussões. A presença de outras mulheres, com falas fortes e consideradas cultas causa uma admiração e ao mesmo tempo um estranhamento, pelo fato de ela não compreender determinadas expressões que não faziam parte do seu vocabulário como exposto abaixo:

¹¹⁴ Entrevista realizada com Kumani.

¹¹⁵ Entrevista realizada com Ayan.

Eu levei um tempo sem saber o que era ‘filer, filer’ [sic] e eu ficava lá, meu Deus, o que é isso? E as mulheres falavam inglês, português. E a gente que veio da periferia não tinha esse estudo. Foi difícil. Mas, eu pegava as coisas no ar, porque eu queria entender, as vezes não perguntava, mas depois eu ia entendendo o que era a coisa (informação verbal)¹¹⁶.

A vontade de estar no grupo, de aprender, mesmo se sentindo “deslocada”, fê-la permanecer nas discussões e a aproximar-se da UNEGRO, onde começou a exercer seu ativismo de forma mais incisiva:

A minha preocupação na UNEGRO era projetar as outras mulheres, trazer ela da condição que ela estava para essa discussão da questão, principalmente, da autoestima e de empoderamento, então dentro da UNEGRO o tempo que eu fiquei, eu fiquei uns oito anos lá, foi nesse sentido. [...]. Então a minha atuação foi, eu acho que foi interessante, foi boa e participativa, eu dei a minha contribuição (informação verbal)¹¹⁷.

A entrevistada revela o empenho em fortalecer outras mulheres e essa ação mostra-se possível porque ela teve mulheres que foram referências para o seu emponderamento.

4.3.5 Percepção das relações de gênero no Movimento Negro

O conceito de gênero é uma formulação analítica projetada para compreender, criticar e superar as diferenças e os embates entre homens mulheres e que está diretamente ligado ao contexto histórico, cultural e social. Esse conceito permite que se medite sobre a diversidade entre homens e mulheres e como as compreensões sobre gênero se modificam de uma sociedade para outra, considerando as diferenças étnico-raciais, religiosas, de classe. (LOURO, 2003).

Atribui-se às relações de gênero um caráter sociocultural que corrobora a construção das relações sociais articuladas, de acordo com Scott (1990), pelo poder e por meios de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva. A autora complementa afirmando que outras formas de dominação e desigualdades sociais como raça, etnia e classe estão imbricadas as relações de gênero.

As relações assimétricas, a invisibilidade, os enfrentamentos ao machismo são apontados pelas entrevistadas como problemáticas existentes dentro do movimento negro:

¹¹⁶ Entrevista realizada com Ayan.

¹¹⁷ Entrevista realizada com Ayan.

Outro aspecto também interessante no MNU é que o MNU vai ensinar as mulheres negras que estavam lá a entrar em um processo de disputa e de diálogo com os homens de um lugar que pra mim é privilegiado. Então, o fortalecimento da gente dentro do MNU enquanto mulheres é a organização que ela tinha reprodução das relações de dominação. Os homens eram os homens e as mulheres eram as mulheres. Os homens pensavam e as mulheres executavam. Ela também tava moldada (o MNU) como estava moldada qualquer organização. ...Então, pra gente homem no MNU que tinha não sei quantas namoradas, batia em mulher... Nós víamos as fiscalizadoras dos homens do MNU e nós fazíamos movimento dentro da organização pra desqualificar eles se eles tinham atitudes dessa natureza (informação verbal)¹¹⁸.

A entrevistada, ao mesmo tempo em que reconhece as relações de dominação dentro do movimento social negro, revela que esse espaço se constitui vantajoso para que essas questões sejam trazidas à tona, pois os homens e mulheres que integram o MNU têm em comum a luta contra o racismo, que é uma forma de opressão, e outras formas de oprimir são evidenciadas e denunciadas a partir da relação de gênero.

É significativo entender, na fala da entrevistada, que o papel de subordinação da mulher não era um caso exclusivo do MNU, organização da qual fazia parte, e sim um problema da nossa sociedade em que, nas relações de gênero, a mulher é colocada em posição de menor valor histórico, social e econômico; esta desvalorização se agrava com o recorte racial.

Adeola narra que a criação do Grupo de Mulheres (GM) foi uma das maneiras de evitar a cooptação das mulheres pelos homens:

Eu vou entrar no MNU em um momento tão interessante que no mesmo ano de 81 vamos criar o grupo de mulheres do MNU. Pra quê a gente vai criar o grupo de mulheres do MNU? Para evitar... Porque você entrava no MNU e tinha um monte de negro que queria namorar com você, primeira história, então todo mundo ficava lá galanteador e ai você passava por um corredor quase americano. Namorava com um, um contava pro outro e o outro queria te cantar e se você desse corda, você saia namorando com todos os militantes do MNU. Na medida em que você ia namorando com eles você perdia o seu poder de se posicionar dentro da organização e eles namorava com você justamente como uma estratégia de capturar seu voto para os interesses dele no debate da organização (informação verbal)¹¹⁹.

E continua evidenciando que outras mulheres já buscavam meios para cessar tal comportamento masculino:

Então, quando eu entro no MNU, as mulheres que já estavam lá há mais tempo, Ana Célia, Luiza, Teresa Alfaya, quem eu lembro mais nitidamente, elas queriam dá um basta nisso, porque as mulheres namoravam e depois saiam do MNU falando mal do movimento negro. Muitas engravidaram e pariram deles, né? Deles quem? Quem

¹¹⁸ Entrevista realizada com Adeola.

¹¹⁹ Entrevista realizada com Adeola.

são eles? W, Y, Z,...uma turma deles ai, né? (informação verbal)¹²⁰.

A saída de algumas lideranças masculinas do MNU se deu porque os mesmos não conseguiram suportar as denúncias de assédio. A fala da entrevistada revela que os conflitos existentes também inter cruzam as sexualidades; porém, utilizando expressões e acusações em relação à orientação sexual, no intuito de ofender as mulheres:

Qual foi a reação de alguns homens do MNU? Esses que acabaram saindo do MNU? Foi chamar a gente de sapatão, dizer que só tinha lésbica no grupo, porque a gente começou a se organizar pra fazer enfrentamento do sexismo interno porque se você conversar com Wilson Santos, Wilson Santos vai dizer que anterior a gente já tinha sido organizado dentro do MNU o ADÉ DUDU que era um grupo de negros homossexuais que também se sentiram a necessidade de se organizar em função desse mesmo tipo de ação que era o sexismo que afetava tanto os gays quanto nós. Só que nós vamos nos organizar muito depois dos gays e vamos nos organizar como muito mais força porque aí a gente não vai perder o tom, não vamos entrar em conflito dentro da organização. Tanto que (fulano) e essa turma toda aí saiu porque a gente denunciava eles (informação verbal)¹²¹.

As mulheres negras organizadas dentro do MNU que entrevistamos aqui não temeram a provocação masculina; continuaram fortalecidas e se fortalecendo dentro da organização.

Adeola afirma que o grupo de mulheres se organiza de maneira mais potente que os gays negros, integrantes do MNU. Contudo, discordo desse pensamento, visto que, à época em destaque, os movimentos sociais, em especial o movimento negro, movimento de mulheres e movimento LGBT, estavam ressurgindo após o período de ditadura militar. Para o movimento LGBT, a visibilidade e o respeito pela sociedade sofrem forte influência religiosa, além do patriarcado. Ao considerarmos o sujeito negro e homossexual, as opressões se agravam, visto que “[...] no modelo heteronormativo brasileiro, não existe a homossexualidade negra” (LUZ, 2011, p. 122), porque a representação do sujeito negro no contexto da diáspora africana está colonizada a uma conceituação branca e heterossexual que não admite práticas homoafetivas (LUZ, 2011). E é nessa lógica que os homens heterossexuais do MNU rejeitavam os homens gays participantes do grupo.

Saran expressa sua visão sobre as relações de gênero no MNU e revela que a solidariedade das mulheres ia além das suas questões, como o apoio aos homossexuais que eram integrantes dessa entidade:

¹²⁰ Entrevista realizada com Adeola.

¹²¹ Entrevista realizada com Adeola.

No início eu achava que havia um machismo muito grande, primeiro quando eu cheguei notei que as mulheres tinham pouca voz, a maioria delas era pra coordenar reunião e para ser secretária, tanto que logo me chamaram: **‘Quer ser secretária?’ e eu disse: ‘Eu sou canhota, tenho uma letra horrível porque me ensinaram na mão direita e eu fiquei com disfunção...’**. Eu queria era ficar participando das discussões. As mulheres discutiam, discutiam, se aliaram deram um apoio muito grande ao primeiro grupo de homossexuais negros fundado por Wilson Santos, Adé Dudu, que quando foi fundado houve uma reação grande dos militantes do sexo masculino e as mulheres deram um grande apoio, eu achei muito importante isso (informação verbal, grifo nosso)¹²²

Mesmo sendo extinto o grupo de homossexuais dentro do MNU, a existência do grupo e a solidariedade das mulheres tornam a questão da sexualidade uma pauta dentro do movimento na contemporaneidade. É necessário destacar que as mulheres negras, a partir da concepção do feminismo negro, trazem novas reflexões para o movimento negro em geral.

A entrevistada também revela a estratégia utilizada para participar da reunião, e não apenas cumprir tarefas designadas pelos homens. Tais estratégias de empoderamento das mulheres negras dentro do MNU também são descritas por Adeola:

As mulheres quando elas iam para a reunião, elas não conseguiam falar porque era um embate deles (homens). Quando você se inscrevia e te chamavam pra falar sua fala já não tinha mais sentido dentro do debate que estava acontecendo. Aí nós começamos a nos organizar. Nós vamos começar a se preparar de manhã para participar da reunião de tarde. Montávamos várias articulações: se perguntar quem quer coordenar a mesa, uma de nós levantávamos a mão; se perguntar quem quer fazer inscrição, uma de nós levantávamos a mão; você inscrevia um homem e duas mulheres porque você assim tinha o tempo de bombardear. Então, nós montamos estratégias de favorecimento das mulheres dentro da organização porque senão, nós íamos ficar distribuindo panfletos... Nós começamos um movimento interno no sentido de fortalecimento das mulheres do movimento. E uma das coisas que a gente trabalhava era essa coisa de não se envolver afetivamente com nenhum dos militantes porque se envolvesse a gente perdia o voto (risos). A gente perdia a nossa força (informação verbal)¹²³.

Nadifa também nos fala sobre a opressão dos homens com as mulheres e a reação delas através da organização e formação do Grupo de Mulheres (GM):

Quando eu entro no MNU eu vou ter acesso de como o movimento negro se organizava, das contendas, dos problemas, e tinha uma coisa que era muito forte naquele período, era justamente essa disputa entre homens e mulheres do movimento negro. E o MNU na verdade ele representava muito bem isso, porque as mulheres do MNU eram mulheres muito fortes, eram mulheres que eram referência e não por coincidência eram mulheres que tinham muito problema de relação com os homens que também eram referência, mas que não estavam no MNU, tinha saído do MNU e estavam em outras organizações. Então foi exatamente no MNU que eu começo a me aproximar mais, a identificar mais essas questões, essas contendas nas relações e eu passo a atuar dentro do GM (informação verbal)¹²⁴.

¹²² Entrevista realizada com Adeola.

¹²³ Entrevista realizada com Adeola.

¹²⁴ Entrevista realizada com Nadifa.

O emponderamento era o que norteava essas mulheres dentro do MNU; o reconhecimento das violências e evidenciá-la na disputa de poder dentro da organização tornou-se algo necessário:

Uma das pautas principais que a gente estava sempre discutindo dentro do MNU, do GM, era essa coisa da gente se afirmar e se empoderar para conseguir um espaço de respeito, porque naquele período a disputa era tão terrível que tinha mesmo situações de violência explícita, não ataque físico propriamente dito. Ana Célia, por exemplo, foi uma pessoa que sofreu muito desse tipo... Ela era uma mulher do movimento negro que estava no MNU daqui desde sua fundação e foi muito rechaçada, e teve vários embates com alguns nomes bem conhecidos do movimento negro mais geral (informação verbal)¹²⁵.

A entrevistada continua a relatar:

O grupo de mulheres, a gente pensava as relações de gênero, a gente discutia, pautava, nós fomos responsáveis por ajudar bastante nas organizações dos primeiros encontros de mulheres, tanto a nível local como nacional, o MNU foi quem organizou o Iº Encontro de Mulheres Negras na Bahia que foi uma experiência, incrível para mim porque eu estava nova, e assim, a gente poder articular com outras mulheres discutir as questões principais que estavam na pauta desse movimento do GM e eu acho que da decisão mais geral de gênero, porque é bom frisar que essa discussão também de feminismo negro também começa a criar uma efervescência no Brasil todo (informação verbal)¹²⁶.

Aprendemos, por meio da fala de Nadifa, que as ativistas baianas estavam sintonizadas com os acontecimentos nacionais, ao divulgar informações sobre a organização do encontro nacional de mulheres negras e sobre o pensamento feminista negro.

Ayan também fala de suas impressões em relação às relações de gênero dentro do movimento negro. A visão dessa entrevistada é a partir de um contexto mais amplo, pois a mesma não era integrante do MNU. Ela fala a partir dos espaços de discussões/proposições que o movimento negro se reunia:

Muito machista e a gente tinha que brigar muito, e a gente era as tarefeiras, mesmo as mulheres mais intelectuais ficavam em segundo plano, era eles que estavam no comando, e aquelas mulheres que iam mais à frente, tipo Kátia, Valdecir, Luiza Bairros, eles a denominavam como homem, a mulher ou era a mal-amada, era feminista, o feminismo no pejorativo para eles... Foi nessas mulheres que eu fui me inspirando. Eu já era inquieta mesmo na minha comunidade, então quando eu adentro no movimento aí esse lado machista eu não deixei ele montar, eu queria ser protagonista, e aí foi mudando as coisas (informação verbal)¹²⁷.

Para Ayan, perceber as relações de gênero em que homens tentam subalternizar as mulheres, mas elas não se deixam dominar devido à sua firmeza, a encoraja e serve como

¹²⁵ Entrevista realizada com Nadifa.

¹²⁶ Entrevista realizada com Nadifa.

¹²⁷ Entrevista realizada com Ayan.

motivação no ativismo enquanto mulher negra.

Johari reconhece o machismo e afirma que hoje já existe um avanço:

As relações de gênero dentro do movimento negro elas ainda são muito conflituosas, eu ainda vejo muitos homens de entidades com um certo preconceito, com desrespeito até, com as mulheres negras. Tem casos, e casos, mas eu não gostaria de citar nomes, mas a gente ainda vê, ainda percebe que mesmo dentro do movimento negro. Agora uma coisa eu digo, nós avançamos muito! (informação verbal)¹²⁸.

Entendemos, através das falas dessas mulheres que o movimento negro institui um debate que ocasiona um confronto a partir das relações de gênero. Contudo, esse debate, ao trazer à tona os conflitos, coopera para legitimar os argumentos dessas mulheres e contribuem para o seu empoderamento.

Notamos também que existiam muitas influências de pensamentos e posições político-ideológicas presentes entre os homens, expondo que foi uma década produtiva de possibilidades analíticas e formulativas, mas que nem sempre se conciliaram, em suas conclusões, com o pensamento das mulheres, o que provocava tensões dentro do movimento.

4.3.6 Relações raciais no Movimento Feminista

O ambiente e a participação de mulheres negras nos encontros feministas proporcionaram que elas se articulassem cada vez mais em nível nacional, pautando a necessidade de interseccionalizar as categorias gênero-raça-classe de maneira incisiva e inserção de outras especificidades como sexualidades.

Gonzalez (1991), ao narrar sobre seu fluxo no movimento feminista, denuncia que dentro deste havia uma imagem estereotipada sobre as mulheres negras em relação ao temperamento considerado agressivo, impossibilitando o diálogo. Essa imagem da mulher negra no movimento feminista era um dos fatores que tornava tal movimento insuficiente para compreender a especificidade das mulheres negras.

Outras pesquisadoras ativistas, como Bairros (1995) e Carneiro (2002) também apontam em seus escritos o posicionamento do movimento feminista a partir de um discurso universalista que não dava evidência às diferenças, portanto não dava voz às demandas das mulheres negras.

As entrevistadas falam sobre suas participações no movimento feminista. Johari retrata o momento dentro do XIX Encontro Nacional Feminista, que ocorreu na cidade de Garanhuns, em Pernambuco:

¹²⁸ Entrevista realizada com Johari.

Eu posso dizer que o primeiro encontro (Encontro Nacional de Mulheres Negras) nasceu dentro do movimento feminista, que algumas mulheres negras faziam parte desse movimento geral, umas delas eu posso citar Lélia González, Luiza Bairros, todas elas se articulavam em torno da questão da mulher de uma forma mais ampla. E chegamos em Garanhuns, não sei quanto das quatro horas do dia de um encontro feminista, um pequeno grupo de mulheres que estava lá, entre eu Wânia Sant'Anna¹²⁹, lembro que Valdecir também estava, nos reunimos e definimos que podíamos fazer uma coisa autônoma, que não precisaríamos ficar grudado ali no movimento feminista, que tinha coisas no movimento feminista que nos agradava ou nos contemplava, mas tinham outras coisas que não, que o recorte de raça não era feito de forma devida, na hora desse recorte sempre havia conflito, aí então decidimos que íamos nos organizar autonomamente fora do movimento feminista (informação verbal)¹³⁰.

Adeola também fala sobre os encontros feministas:

Nós começamos a participar dos encontros feministas, nós mulheres negras e quando começou a aumentar o número de mulheres negras nos encontros feministas, nós começamos a usar os encontros feministas como espaço de debates das mulheres negras no cenário nacional, mas, além disso, nós mulheres negras já tínhamos nos chamando para a discussão (informação verbal)¹³¹.

Os encontros das feministas e suas discussões aqui no Brasil foram se desvelando como ambientes que não contemplavam as diversidades existentes entre as mulheres, como já visto. Soares (2000) assevera que nos encontros feministas, as mulheres negras procuraram meios de se tornarem visíveis enquanto sujeitos coletivos que possuem diferenças raciais, apresentando, para além da individuação, os problemas nas relações de gênero quando se é mulher negra. No capítulo 2 foi exposto pelas entrevistadas e confirmado na fala acima que outros espaços serviram para que as mulheres negras se mobilizassem, a exemplo dos Encontros de Negros Norte-Nordeste.

Adeola relata avanços das mulheres negras ao se organizarem a partir do movimento feminista:

Essa necessidade, de dentro do encontro feminista pautar as questões das mulheres negras vai ser muito legal porque vai acontecer um monte de coisas. As brigas todas, as disputas elas geraram outras estratégias que eu considero que foram legais. O GELEDES vai produzir em Itapecerica da Serra, vai convocar mulheres negras do Brasil todo para discutir saúde da mulher negra para a Conferência do Cairo, que foi anterior a de Bejin, e no Brasil a única organização que organizou, sentou e fez proposta em relação a Conferência do Cairo fomos nós. A gente levou Elza Berquó¹³², ela era demógrafa, pra falar da questão da esterilização em massa das

¹²⁹ Historiadora, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), feminista e ativista negra.

¹³⁰ Entrevista realizada com Johari.

¹³¹ Entrevista realizada com Adeola.

¹³² Elza Salvatori Berquó é bacharel e Matemática, livre-docente em Estatística e Matemática, com Pós-Doutorado em Bioestatística. Foi uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969. Fundou o Núcleo de Estudos da População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que coordenou de 1982 a 1994. Nesse mesmo núcleo coordena, atualmente, o Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade.

mulheres negras. Então, a conquista do Brasil no Cairo sobre direitos sexuais e reprodutivos foram todos tirados do nosso material (informação verbal)¹³³.

O processo do encontro das mulheres negras em Itapeverica da Serra (1993), São Paulo, é posterior ao período dessa pesquisa; no entanto, acredito ser importante registrar de modo a expressar como as mulheres negras estavam em efervescência produtiva, mesmo com as limitações impostas pelo movimento feminista, que não contemplava em suas questões as singularidades das mulheres negras.

4.3.7 As múltiplas agendas das mulheres negras soteropolitanas

As entrevistadas vêm descortinando que a intersecção mulher negra permite uma amplitude de ações que vai além das tensões de gênero. Elas demonstram que questões como educação, infância negra, saúde, entre outras são alvos de preocupação e mobilização, expondo, assim, que o movimento de mulheres negras, em Salvador, no seu início buscou se articular nacionalmente e pautar várias demandas que afligiam a população negra.

A entrevistada Saran fala sobre a necessidade de o movimento negro pautar a educação em sua pauta de reivindicações:

Tentamos discutir dentro do movimento negro a necessidade de trabalhar a questão da educação na escola, não só a questão da história e cultura africana e afro-brasileira, mas a questão da educação, o que acontecia dentro da educação nas escolas que a crianças não queriam ouvir falar sobre África, não gostavam do assunto, ela rejeitava essa discussão de história e cultura africana (informação verbal)¹³⁴.

O tópico referente à educação vai ganhar suma importância para o movimento negro, tanto que no ano de 1988, no VII Encontro de Negros do Norte-Nordeste, o tema foi “O Negro e a Educação”, e Saran foi uma das debatedoras desse encontro no painel que tratava do “Perfil da Educação Oficial e Projeto – As escolas municipais descobrindo-se negras”.

Nesse encontro, a entrevistada fez falas fortes em defesa da educação (informação verbal)¹³⁵, na qual afirmava que é a partir da educação que “[...] o poder consegue inferiorizar, dominar, separar, impedir a união do povo no Brasil. Então nós acreditamos que é através da

¹³³ Entrevista realizada com Adeola.

¹³⁴ Entrevista realizada com Saran.

¹³⁵ As falas estão registradas na publicação: VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste. Tema: “O Negro e a Educação”, 1988.

educação... que se dá fora da educação sistemática, que nós vamos conseguir reorganizar o povo negro”.

Saran também questiona, no encontro, se o currículo das escolas oficiais, que tem uma base eurocêntrica, favorece às crianças e aos adultos de descendência africana a construção de um pertencimento racial.

Outra entrevistada que dedica seu ativismo enquanto mulher negra ao campo da educação é Johari:

Foi meu projeto que deu origem a escola criativa Olodum, eu comecei com o falecido Neguinho do Samba¹³⁶ uma coisa embrionária, mas necessária, inclusive ele deu o insight. Ele disse: ‘a gente tem que fazer alguma coisa com essas crianças, porque elas vêm pra cá, ficam mexendo, danificando os tambores. Então tem que ensinar pra elas como fazer, como preservar, como cuidar’. Aí eu tive a ideia de escrever o projeto, fomos fazendo com recursos próprios, e depois conseguimos um pequeno financiamento do SESI, o SESI apoiou o pagamento dos professores. Você sabe ONG a maior dificuldade é você conseguir recurso para o pagamento do pessoal. Então essa coisa da sustentabilidade das ONGs eu acho uma falácia, porque a gente não tem como manter uma coisa viva, atuante sem ter como pagar. E a única coisa que eles não querem pagar às vezes é a questão do pessoal, mas recebemos recursos externos, do exterior e aí foi levando até o dia que eu saí, e continua, não acabou, continua a escola lá (informação verbal)¹³⁷.

A entrevistada, ao falar da iniciativa em criar um projeto educacional para crianças no Olodum, expõe uma problemática enfrentada pelas ONGs, que é a falta de recursos para a sua manutenção. Contudo, a tenacidade fez com que o projeto tivesse continuidade até os dias atuais.

A entrevistada Nadifa traz em sua fala outras temáticas, provando a ampliação dos temas de luta das mulheres negras. Essa perspectiva é reafirmada por autoras como Hooks (1984), Crenshaw (1989) e Collins (1998), que trazem a interseccionalidade; estas apontam como possibilidades para se pensar as preocupações e a diversidade de ser mulher negra.

Participamos de muitas campanhas com relação a esta questão do direito da mulher, da saúde da mulher, a questão da saúde da mulher, as campanhas várias que nós fizemos com relação ao planejamento familiar, como essa questão do planejamento familiar era visto, a questão do aborto, a questão do corpo da mulher, das doenças que as mulheres negras especificamente estavam mais suscetíveis (informação verbal)¹³⁸.

A questão do corpo da mulher negra e as várias decorrências eram também pautadas por essas mulheres. Jurema Werneck (2004), no artigo “Ou belo ou puro? Racismo, eugenia e novas tecnologias”, comenta sobre as mulheres das mais diversas etnias, excluindo

¹³⁶Antônio Luís Alves de Souza, Neguinho do Samba (1955-2009), músico, criou o Samba reggae e da Escola Didá. Um dos fundadores do Grupo Cultural Olodum.

¹³⁷ Entrevista realizada com Johari.

¹³⁸ Entrevista realizada com Nadifa.

as brancas, que não podem experimentar a liberdade dos direitos reprodutivos. Ela afirma que a situação da mulher negra se torna mais agravante porque remete à época escravista nos continentes europeu e americano, nos quais havia um controle sobre a procriação com viés econômico. A autora denuncia que a partir do século XX, década de 1970, tanto nos Estados Unidos como no Brasil novas práticas de controle da natalidade da população negra foram realizadas (cirurgias, hormônios e pressão social). No próximo capítulo, essas pautas serão ratificadas ao analisar as discussões propostas nos Encontros Nacional de Mulheres Negras.

Nadifa fala da associação e parceria com outras mulheres, oriundas de sindicatos, cujas agendas estavam mais associadas ao mundo do trabalho. Entretanto, tais parcerias representaram formação coletiva dessas mulheres e de construção de uma identidade em raça e gênero.

Aquele momento foi muito importante para muitas mulheres daquele período não só do MNU mas de outras organizações, eu acho que conseguiram pautar essa discussão em torno da sua própria capacidade, e o que eu acho mais interessante foi que isso reverberou para outras mulheres, principalmente mulheres de novas gerações, eu acho que isso talvez tenha sido o maior ganho daquela articulação de mulheres daquele período, porque tinham outras organizações que nós éramos muito parceiras e a gente sempre estava junto, fazíamos coisas junto tipo o grupo de mulheres do Alto das Pombas, o sindicato das trabalhadoras domésticas que o MNU teve um papel fundamental na sua formação (informação verbal)¹³⁹.

Na contemporaneidade, os sindicatos, partidos políticos e outras organizações têm, em sua maioria, núcleos de gênero e raça. Esses núcleos são frutos das discussões/ações pautadas pelo movimento de mulheres negras.

Saran desvenda a constituição de uma identidade política instituída em conjunto com uma identidade religiosa e que remete à África.

Mulheres negras principalmente que agora com o movimento negro de 90 pra cá passa a aceitar o candomblé, que nós viemos todos do marxismo os de esquerda e ninguém levava em consideração a questão religiosa como uma influência fundamental para a manutenção de nossa história aqui, e depois de certo tempo, não sei que milagre aconteceu, e as pessoas começaram a entender, pessoas que criticavam diziam: eu não respeito você porque você acredita em candomblé, porque você fica no Ilê Aiyê. E as pessoas do movimento negro quase todas fizeram obrigação, fizeram santo, eu fiquei não dei certo, mas eu sou iniciada, não sou reconhecida por muitos inclusive da minha própria casa porque minha iniciação é diferente, mas as pessoas mais serias como Mãe Estela me reconhece (informação verbal)¹⁴⁰.

A entrevistada explica em que num primeiro momento o movimento negro vai preocupar-se unicamente com a questão raça/classe e com o tempo há uma percepção em

¹³⁹ Entrevista realizada com Nadifa.

¹⁴⁰ Entrevista realizada com Saran.

torno da religiosidade da matriz africana como promotora e guardiã da história e cultura da população de descendência africana.

Adeola expõe que há divergências entre as mulheres negras do Nordeste e Sul/Sudeste do país. Essa divergência de pensamentos credita-se às diferenças culturais e à forma com que foi pensado o desenvolvimento econômico do país, a partir das regiões brasileiras, o que acaba refletindo no modo de ser dos sujeitos. Abordarei esta questão brevemente, no capítulo que versará sobre os encontros nacionais de mulheres negras.

A gente vai viver também essa mesma hierarquização de dominação nesse conflito norte-sul, sul-sudeste, porque as mulheres do Sul têm a certeza absoluta de que elas são os gênios intelectuais e que as mulheres negras do Nordeste estão aqui para servi-las. Então, isso a gente vai vivendo cotidianamente aí vide o que acontece no meio do caminho, então, eu acho bom a gente começar a se debruçar pra estudar porque a gente precisa distinguir um conjunto de explicações para as futuras gerações (informação verbal)¹⁴¹.

Ao mesmo tempo em que a entrevistada faz uma forte crítica às ativistas negras do Sul/Sudeste do país, ela reflete sobre a necessidade de encontrar explicações para tais fatos e divulgar esses elementos. Tais divergências vão se revelar como pluralidade de pensamentos e mostrar que essas mulheres negras não são homogêneas; elas são diversas.

Percebemos que as demandas das mulheres negras de Salvador eram construídas de maneira atenta ao que acontecia no país, mas com autonomia e visão crítica. Elas se mostravam propositivas e exerciam forte lideranças enquanto ativistas. A seguir, notaremos como as ativistas de Salvador se articularam em nível nacional, participando dos I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras.

¹⁴¹ Entrevista realizada com Nadifa.

5 ENCONTROS NACIONAIS DE MULHERES NEGRAS

“Luiza Mahim
 Chefa de negro livres
 E a preta Zeferina
 Exemplo de Heroína
 Aqualtune de Palmares
 Soberana quilombola
 E Felipa do Pará
 Negra Ginga de Angola
 África liberta em tuas trincheiras
 Quantas anônimas guerreiras brasileiras”
 (Oliveira Silveira)¹⁴²

No capítulo anterior, refletimos sobre a organização das mulheres negras e como elas instituíram seu pertencimento racial e ativismo a partir das relações com outros espaços a exemplo da educação formal, do movimento negro, movimento feminista, sinalizando que a luta contra as opressões as quais são submetidas têm caráter de gênero, racial e outros marcadores como: sexualidade, geracional e de classe.

Neste capítulo, serão analisados os I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras, ocorridos respectivamente em 1988, na cidade de Valença (RJ), e em 1991, na cidade de Salvador (BA). Esses eventos se tornaram locais de reflexão sobre a condição vivenciada pelas mulheres negras na sociedade e permitiram que elas formassem estratégias que retroalimentassem suas lutas diárias contra todas as formas de explorações sentidas. Buscaremos também desvelar, fazendo referência à memória do poema acima, as "anônimas guerreiras brasileiras" - as mulheres negras ativistas sujeitos dessa pesquisa.

Sabemos que os sujeitos desta investigação são as ativistas baianas, no entanto, nesse capítulo além das entrevistas com as protagonistas dessa pesquisa, traremos também as falas de duas militantes da região sudeste, mais precisamente da cidade do Rio de Janeiro, para que possamos apreender de que forma se dava a articulação das militantes baianas em

¹⁴² Nome completo Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009), poeta, escritor, professor, militante do Movimento Negro. Durante o período da Ditadura participou da criação do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, e foi um dos idealizadores do Dia da Consciência Negra. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=31262>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

nível nacional. A escolha dessas mulheres é porque elas participaram dos dois encontros e tem representação nacional e internacional. Utilizamos nomes fictícios para as entrevistadas e coparticipantes.

5.1 I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN)

As mulheres negras empreenderam um processo de organização que antecede os ENMN, ao se congregarem nos espaços em que estavam, a exemplo das reuniões promovidas dentro dos encontros feministas, nas organizações dos movimentos negros, entre outros.

Silva (2014) comenta sobre a organização das mulheres negras anterior à década de 1970, a exemplo do Conselho Nacional de Mulheres Negras e o Congresso Nacional de Mulheres Negras, ambos datados de 1950; os mesmos eram ligados ao Teatro Experimental do Negro (TEN)¹⁴³. A autora nos chama a atenção que "[...] já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária" (p. 36), deste modo, é ratificado que as discussões em torno do sujeito político que compõe a mulher negra não é algo que surge na década de 1980. Para ilustrar a organização dessas mulheres, citamos a reportagem publicada no *Diário Carioca* no dia 27 de agosto de 1950 (Anexo C), que traz a inclusão das empregadas domésticas na categoria de trabalhadoras, o que foi possível com a formação da Associação das Empregadas Domésticas, incentivada pelo Conselho das Mulheres Negras.

O *Jornal A Tarde*, da cidade de Salvador, fez o registro no dia 15 de fevereiro de 1982 (Anexo D) do I Encontro de Mulheres Negras promovido pelo MNU, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com a participação de aproximadamente 46 mulheres, e que teve como finalidade discutir o racismo e as discriminações sofridas pelas mulheres negras. Os temas de discussão foram: a discriminação da mulher negra, a mulher negra e o trabalho, a mulher negra e a educação e a mulher negra e o Movimento Negro Unificado. Esse encontro é mais uma confirmação que essas mulheres negras evidenciavam suas especificidades dentro dos movimentos.

No entanto, foi no IX Encontro Feminista (1987), realizado na cidade de Garanhuns (PE), que as ativistas negras decidem promover os ENMN. O encontro feminista oportunizou que várias mulheres de diversas cidades brasileiras se articulassem em torno de pautas que trouxessem a especificidade de raça e gênero como narra a entrevistada Adowa:

¹⁴³ O Teatro Experimental do Negro foi fundado em 1944 (e permaneceu até 1968) por Abdias Nascimento e tinha como objetivo a valorização da população negra através das artes cênicas.

Eu estive em Garanhuns no Encontro Feminista que deu origem para fazer as primeiras articulações para o primeiro encontro de mulheres negras que a gente achava que era o momento pra começar a se movimentar nessa direção. Toda a articulação dele sai de dentro do nono encontro nacional feminista. Então estava eu, Gildália, Benedita da Silva, Wania Santana, Sandrão do Rio de Janeiro, Silvia Catanhede do Maranhão. Então você tinha nesse encontro de Pernambuco várias mulheres negras do Brasil inteiro e nós levamos o encontro todo fazendo encontro de mulher negra dentro do encontro pensando a possibilidade da gente se reunir nacionalmente. A gente se reunia na beira da piscina, todo o tempo do encontro a gente usou para fazer isso. E nós criticávamos o próprio encontro feminista que não pautava a questão das mulheres negras e daí nós vamos sair para o encontro em Valença. Então, foi do encontro feminista que a gente caminha para o encontro de Valença, pro centenário da abolição, que foi um encontro lindo e eu falo lindo não só pelo esforço como pela necessidade que as mulheres negras tinham no Brasil de se encontrar (informação verbal)¹⁴⁴.

Essa conexão das mulheres negras, descrito por Adowa, só foi possível porque elas já traziam em seus espaços de militância, e em outros lugares a necessidade de se pautarem como sujeitos de direitos em nossa sociedade. Ao participarem de um evento que tratava do feminismo e não perceberem questões que para as mulheres negras se faziam importantes as conduziram na articulação em torno de algo que realmente as contemplassem dentro de suas pluralidades. Assim, um momento nacional protagonizado por essas mulheres teve uma "[...] fisionomia própria e caráter nacional, visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero" (RIBEIRO, 2004, p. 99).

O que nos é revelado de modo mais denso sobre o I ENMN se faz a partir das falas das militantes, vídeos disponíveis *online*, e do artigo escrito por Joselina da Silva (2014), intitulado "I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980", no qual a autora rememora sua participação nesse encontro junto com outras participantes do estado do Rio de Janeiro. Esse artigo nos traz importantes informações para a compreensão da dinâmica do encontro, desde a organização, pautas e continuidades. Outros textos que sinalizam o encontro, a exemplo da dissertação de Moreira (2007), nos auxiliaram a compreender o pensamento, a preparação e a concretização do I ENMN.

Para pensar e consolidar o I ENMN foram realizadas reuniões que aconteceram no primeiro semestre de 1988, nas cidades de Salvador, São Paulo e Brasília. Criaram-se duas comissões: uma organizadora e outra executiva. A primeira agregou mulheres negras atuantes em diversos movimentos e diferentes estados. Contudo, foi deliberado que a executiva seria formada pelas residentes no estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2014).

A entrevistada Johari fez parte da comissão organizadora do I ENMN,

¹⁴⁴ Entrevista realizada com Adowa.

representando o estado da Bahia, e fala sobre as reuniões preparatórias:

Várias reuniões, basicamente em São Paulo por conta do GELEDES que puxava... a Sueli Carneiro, a Lucinha também estava com ela, fazia parte, essa comissão organizadora, isso para o primeiro encontro. Tinha Edna Roland, Lucia Dutra do Maranhão, Vanda Menezes de Alagoas, Wânia Santana do Rio de Janeiro, várias mulheres e a gente se reunia no espaço que a gente conseguia. Todo esse processo de início foi muito precário, mas importante do ponto de vista da organização. O GELEDÉS também foi criado a partir daí. As meninas sentiram necessidade de criar uma coisa mais sólida então surgiu o GELEDÉS (informação verbal)¹⁴⁵.

A elaboração do I ENMN apresentou algumas dificuldades, como insuficiente captação de recursos para despesas de hospedagem, transporte e alimentação das comissões, visto que essas mulheres residiam em diferentes regiões e não disponibilizavam de verba suficiente. No entanto, foi um momento promissor para pensarem em se constituir enquanto organização a exemplo do GELEDES¹⁴⁶, fundado em 1988, como citado pela entrevistada.

As ativistas pretendiam que o encontro tivesse visibilidade nacional, então, de acordo Silva, foi realizado um concurso para a escolha da logomarca do encontro (Figura 20) com o seguinte *slogan*: "O encontro é nacional e o concurso também!" (2014, p. 27). Visualizamos na logomarca escolhida que o turbante que cobre a cabeça da mulher negra tem o formato do mapa do Brasil traduzindo, assim, que são essas mulheres parte fundamental na construção histórica, cultural, política desse país.

Figura 20 – Logomarca do I ENMN



Fonte: Print Screen vídeo CULTNE

O I ENMN teve uma participação de aproximadamente 450 mulheres, e diante do

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Johari.

¹⁴⁶ O Geledés – Instituto da Mulher Negra foi criado no dia 30 de abril de 1988. Sueli Carneiro e Edna Roland atuavam no Conselho estadual da Condição Feminina, depois no Coletivo de Mulheres Negras até fundarem o Geledés.

pouco recurso disponível, pois, como afirma o boletim informativo (Anexo E) do I ENMN (novembro, 1988, nº 2), "[...] a felicidade é conquistada a duras penas. Para que alcançássemos tal posição muitos caminhos foram trilhados, algumas dificuldades financeiras não conseguimos suprir" e, por esse motivo, foi cobrada uma taxa de participação no valor de Cz\$ 800,00 (oitocentos cruzados), mas que não influenciou negativamente, visto o número expressivo de participantes.

Nesse mesmo boletim informativo é descrita a dificuldade em conseguir um local que as abrigasse de forma confortável, pois não se desejava aloca-las em escolas, e o documento justifica isso afirmando que, após 488 anos de Brasil, essas mulheres tinham direito a um ambiente "[...] melhor e tranquilo para a nossa discussão. Nós merecemos isso e muito mais!" (I ENMN, 1988 *apud* Silva, 2014).

Johari confirma essa escolha pelo lugar e a preocupação pelo bem estar das participantes:

Nós colocamos quatrocentos e cinquenta mulheres em Valença, mulheres que nunca tinham saído da sua cidade, num hotel confortável com toda a dignidade que eu acho que as mulheres devem ter, e todo ser humano deve ter. E eu digo nós, porque fomos nós, eu Vânia, Sandra Bello¹⁴⁷, Jô... Benedita da Silva deu muita força e apoiava a ação (informação verbal)¹⁴⁸.

A narrativa acima mostra que existiu, além da preocupação de um ambiente digno para que o encontro se realizasse, o incentivo para que mulheres negras que jamais tinham viajado pudessem se fizessem presentes. E essa oportunidade é admitida por Ayan:

Primeiro Encontro de Mulheres Negras eu participei... Houve uma cooperação dela [Johari] de querer levar essa mulher da periferia que estava chegando, eu estava chegando e ela lutou por isso para eu e outras mulheres irem. Porque ela [Johari] não esqueceu a essência dela de mulher negra de periferia, as vezes essas mulheres se empoderam e esquecem, e Johari não perdeu isso, ela queria, ela acreditava que tinha que empoderar outras mulheres (informação verbal)¹⁴⁹.

A entrevistada fala da confiança de Johari, que fazia parte da coordenação do encontro, em levar outras mulheres, mesmo estas não apresentando um maior envolvimento com as discussões raciais e de gênero. Ayan acredita que a origem social de Johari a sensibiliza em ampliar essa experiência e critica algumas mulheres negras empoderadas que não proporcionam essa oportunidade. Entretanto, ao avaliar as ações e depoimentos,

¹⁴⁷ Sandra Bello é ativista negra. Participou do Movimento de Favelas e foi uma das fundadoras do grupo Nzinga, do Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Johari.

¹⁴⁹ Entrevista realizada com Ayan.

entendemos que em suas ações manifestavam preocupação em elaborar táticas para o enfrentamento do racismo, machismo e outras formas de opressões que as favoreceram, assim como favorecem em grande parte da população negra, mais especificamente as mulheres negras.

Ayan fala da emoção em conseguir fazer sua primeira viagem interestadual e da representatividade simbólica de compartilhar o mesmo espaço de construção ao lado de mulheres tão diversas:

Eu estava tão maravilhada, sair da minha periferia para ir para o Rio de Janeiro! Eu nunca tinha saído, então estava maravilhada de ver aquelas mulheres, e vi nesse momento também muitas lésbicas, tinham muitas e isso assustou, porque eu não estava acostumada com isso (informação verbal)¹⁵⁰.

Observamos, no exposto acima, além do deslumbramento da entrevistada em ir para uma outra capital, que ela também demonstra a heterogeneidade das mulheres negras participantes, ao revelar a surpresa que lhe causou a grande presença de lésbicas negras no encontro.

Outro problema detectado durante a realização do evento, já que não foi previsto durante o seu preparo, consistiu no fato de que várias mulheres participantes eram mães de crianças pequenas, e o encontro não disponibilizava de um espaço específico. Algumas delas deixaram seus filhos em casa; todavia, outras mulheres buscaram como solução, de acordo Silva (2014), levar seus companheiros para que esses pudessem cuidar das crianças; entretanto, esses casais custearam as suas despesas.

Latasha comenta sobre a ausência desse local para as filhas e filhos pequenos das participantes:

Lembro também do primeiro encontro.... De algumas mulheres que tinham filhos reclamando que não haviam estruturas e que tiveram que deixar em casa, e deu um debate terrível. Me lembro de uma ativista que tinha aqui no Rio de Janeiro que pegou o seio cheio de leite e jogou assim na direção da mulher que estava falando que criança tem que ficar em casa (informação verbal)¹⁵¹.

A entrevistada confirma que a ausência de planejamento pela organização do evento no sentido de pensar nas participantes que eram mães e não dispunham de pessoas que pudessem cuidar de suas crianças ocasionou certo conflito durante o encontro; entretanto, como lembrado por Silva, o I ENMN se configurou como "[...] uma experiência inaugural, mediante de tal magnitude" (2014, p. 29), apontando, dessa maneira, que algumas falhas

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Ayan.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Latasha.

cometidas não deveriam ser valorizadas, tendo em vista a iniciativa e pioneirismo revelado pelo encontro.

Latasha explana a respeito da inovação, reafirmando a importância e o significado propositivo do I ENMN:

Eu me lembro do primeiro (I ENMN) que era uma grande novidade para mim. O encontro foi muita gente que eu nunca tinha visto. Ali no primeiro encontro, tudo era propício: momentos de encontro, identificação e proximidade. Me lembro muito disso, teve a parte dos debates, mesas de debates, painéis, mas o que mais me recorda eram as oficinas, as coisas que foram feitas em salas fechadas ou nos corredores, que as pessoas queriam acolher.... Lá também teve atrito, teve diferença, mas ainda sim tinha espaço de acolhimento (informação verbal)¹⁵².

O I ENMN propiciou que mulheres negras de diferentes cidades brasileiras pudessem se conhecer, interagir, compartilhar suas vivências. As dissensões mostraram que elas eram plurais. No entanto, essa multiplicidade de perfis não impedia que esse espaço também se constituisse enquanto local de afetividade.

No próximo item apresentaremos os objetivos e do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, analisado juntamente com os depoimentos das entrevistadas.

5.1.1 As pautas do I ENMN

O I ENMN se constituiu enquanto momento empreendedor ao convocar mulheres atuantes em diferentes espaços e pertencentes a diversas cidades do Brasil, para refletir e se posicionar sobre suas experiências e adversidades em ser mulher negra na sociedade brasileira. O tema eleito para o I ENMN foi "A Mulher Negra" e apresentou os seguintes objetivos:

a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas. (Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres Negra *apud* MOREIRA, 2007. p. 66-67).

¹⁵² Entrevista realizada com Latasha.

O entrecruzamento gênero-raça-sexualidade, entre outras, demarca as finalidades do encontro anunciando que essas mulheres reafirmavam sua organização a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989, 2002) na qual elas cunhavam a importância de uma coesão nas bandeiras de lutas, mesmo que tivessem diferenças sociais, culturais e políticas.

A fala de abertura, realizada por Maria José Lopes da Silva¹⁵³, ativista da área de educação antirracista e integrante da comissão executiva do I ENMN, evidenciou a luta da mulher negra e sua importância ao pensar o processo de redemocratização do país em diferentes esferas da sociedade, como podemos apreender na transcrição abaixo:

No processo de revisão do lugar da mulher na sociedade brasileira, desencadeado pelo movimento de mulheres a uma década, a questão da mulher negra passa assim a se constituir um dos agentes fundamentais da reconstrução democrática deste país. A partir desta expectativa, então, surge o nosso primeiro encontro nacional. Ao lado da reflexão do papel da mulher negra na realidade brasileira pretende-se nesse encontro desenvolver uma discussão acerca da relação entre mulher negra e principais atividades da vida social com a necessidade de aprofundar nessa relação que envolve a participação de mulheres de vários setores como: movimentos negros, movimentos de mulheres, sindicatos, associações comunitárias e entidades organizadas do movimento social que levou a se empreender esse primeiro encontro tendo como tema central a mulher negra. Na busca do enriquecimento do debate e visando ampliar o seu alcance este encontro está aberto a participação de delegações de todo o país cabendo ao Estado do Rio de Janeiro a responsabilidade de sediá-lo (informação verbal)¹⁵⁴.

A heterogeneidade das participantes, oriundas de vários espaços de ativismo, é ressaltada pela palestrante como ponto positivo para se pensar a mulher negra e como é vista a sua atuação nas relações sociais. A palestrante continua sua explanação:

Como vimos as desigualdades sexuais e raciais estão entre os principais fatores a serem considerados na análise da pobreza do nosso país, por esse motivo, o combate às desigualdades sociais devem ser acompanhados de estratégias destinadas a combater também essas formas de injustiça; tais considerações tem por objetivo justificar a necessidade de que o primeiro encontro nacional de mulheres negras resulte na mobilização de mulheres negras de todo o país pertencentes a entidades organizadas do movimento negro, movimento de mulheres e do movimento social como um todo no sentido de ampliar a discussão de sua real situação passe a sua condição de mulher e negra nos diversos locais em que se encontrem bem como encaminhar estratégias visando superar as situações existentes, assim, esse primeiro encontro nacional, de nós, mulheres negras, após consulta a militantes negras de diversos Estados, pretende através de uma reflexão crítica do centenário da abolição da escravidão analisar o grau da inserção da mulher negra na sociedade brasileira contribuindo desta maneira para o combate a opressão e ao preconceito tendo em vista a construção da sociedade verdadeiramente democrática que almejamos. Axé!

¹⁵³ Maria José Lopes da Silva era educadora, mestre em Linguística. Na década de 1980, se destacou ao categorizar a Pedagogia Racial na cidade do Rio de Janeiro e inserir a temática da Cultura Negra a partir das Artes na Educação (LIMA, 2009).

¹⁵⁴ Fala retirada do Vídeo CULTNE.

(informação verbal)¹⁵⁵.

O discurso acima exterioriza a fala coletiva das mulheres negras e corrobora para concordarmos que os intercruzamentos sexuais e raciais cooperam para uma maior sujeição da mulher negra, perpetuando, assim, desigualdades sociais e econômicas. Pensar em ações de superação dessas disparidades para estabelecer uma "sociedade verdadeiramente democrática" foi o grande conclave do I ENMN. O discurso da palestrante dialoga com o pensamento de Crenshaw (2002), ao afirmar que a interseccionalidade se apossa dos efeitos estruturais e dinâmicos, dentre vários eixos de subordinação, intensificando, assim, as vulnerabilidades.

Figura 22 - Mesa de abertura do I ENMN



Fonte: Arquivo pessoal de Neusa das Dores

Figura 23 - Fala de abertura proferida por Maria José Lopes da Silva



Fonte: Sprint Screen vídeo CULTNE

É importante salientar que o ano de 1988 foi o ano do centenário da Abolição da Escravatura, como exposto na fala de Maria José, e também da aprovação da nova Constituição Brasileira. Os temas abordados, que tinham como eixo a centralidade na mulher negra, procuraram abranger vários aspectos desse ser na sociedade atual, desde as questões subjetivas, como a ideologia do embranquecimento e a estética, a assuntos históricos, políticos, sociais e econômicos, como podemos ver abaixo:

'As Mulheres Negras e as Organizações Da Sociedade Civil', 'As Mulheres Negras e o Trabalho', 'As Mulheres Negras e a Educação', 'As Mulheres Negras e a Legislação', 'As Mulheres Negras e o Mito da Democracia Racial', 'As Mulheres Negras e a Ideologia do Embranquecimento', 'As Mulheres Negras e a Sexualidade', 'As Mulheres Negras e os Meios de Comunicação', 'As Mulheres Negras na Arte e na Cultura', 'As Mulheres Negras e a Sua História na África e no Brasil', 'As Mulheres Negras e As Políticas de Controle da Natalidade', 'As Mulheres Negras e a Saúde', 'As Mulheres Negras e a Violência', 'As Mulheres Negras e a Estética', 'As Mulheres Negras e o Sexismo' (SILVA, 2014, p. 33-34).

¹⁵⁵ Fala retirada do Vídeo CULTNE.

A nova Constituição Cidadã, como ficou conhecida a Constituição de 1988, foi considerada importante na conquista dos direitos femininos; todavia, ao analisarmos a mesma, fica ratificado que não foram consideradas, de modo satisfatório, ações voltadas para a população negra, mais especificamente para as mulheres negras, pois mesmo a garantia de direitos sendo universal, é imperativo estabelecer discriminação positiva para o grupo racial que compõe maior número populacional no Brasil, a população negra.

Jaccoud (2008) analisa que a Constituição de 1988 teve um ganho no que se refere às políticas sociais de Estado, como: criação do Sistema Único de Saúde (SUS), obrigatoriedade do Ensino Fundamental, ampliação dos direitos previdenciários, entre outros; no entanto, essas políticas não foram suficientes para conter as desigualdades raciais, sendo que a “[...] negação da existência de um problema racial ser um importante sustentáculo do processo de reprodução das desigualdades sociais do país” (p. 60).

O processo da Constituinte e as deliberações da nova Constituição foram norteadas na mesa “As Mulheres negras e a Legislação”, composta por Luiza Bairros¹⁵⁶ e Benedita da Silva¹⁵⁷. Luiza Bairros retratou a situação das trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador:

Em Salvador, o grupo de mulheres do MNU já desenvolve a algum tempo uma relação muito próxima com a associação de empregadas domésticas lá da Bahia e a gente tem efetivamente participado muito dessa construção toda que envolveu a construção da constituinte e agora a gente está vendo o que está acontecendo. Então, para dar um pouco de exemplo dessas contradições tão envolvidas nessas ocupações que geralmente nós mulheres negras desempenhamos que é exatamente o seguinte: a gente estava com um problema em relação dessa coisa das empregadas domésticas que era exatamente das dúvidas que estavam causando, quer dizer, efetivamente quais os direitos que a gente conseguiu e como a gente vai fazer para estar garantindo isso; então, precisávamos de uma advogada, não temos, pelo incrível que pareça, o MNU da Bahia... vamos procurar o departamento feminino da OAB¹⁵⁸, porque havia um departamento feminino, várias profissionais que são ligadas ao departamento de mulheres da Bahia e que certamente não se recusariam a dar a assessoria que a associação de empregadas domésticas estavam precisando naquele momento e foi muito incrível a maneira como essa advogada do departamento feminino foi consultada respondeu a essa consulta porque ela imediatamente colocou o seguinte: "olha, essa coisa do salário mínimo não é bem assim porque na verdade vocês vão ter o desconto de tanto por cento pela alimentação, tanto por cento pela dormida, tanto por cento pá pá pá de maneira que em termos reais o que vai sobrar em termos de remuneração é em torno de 10 mil cruzados (informação

¹⁵⁶ Luiza Bairros nasceu em Porto Alegre e se mudou para Salvador em 1979; participou na preparação da III Conferência Mundial Contra o Racismo no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 2001 a 2003; foi Secretária Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia entre 2008 a 2011; foi ministra da Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no período de 2011 a 2014.

¹⁵⁷ Benedita da Silva foi a primeira vereadora negra da cidade do Rio de Janeiro em 1982; Deputada Federal por dois mandatos, sendo um deles durante o processo constitucional (1988); foi a primeira senadora negra eleita em 1994; vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro 1999-2002; atuou como governadora interina, 2002; e atualmente está como Deputada Federal, 2011-2015.

¹⁵⁸ OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

verbal)¹⁵⁹.

Luiza Bairros denuncia uma tênue solidariedade entre a advogada da OAB e questões que envolviam os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, ao ilustrar a interpretação da lei feita pela advogada que remete a um discurso ideológico que, no senso comum, coloca essa trabalhadora na condição de “quase da família”, ou seja, a empregada que não tem todos os direitos trabalhistas garantidos por residir e se alimentar na casa dos patrões. Em muitos casos, essa moradia é imposta como requisito para ter o trabalho, e tal condição pode se tornar impeditivo para que essa trabalhadora estude, se relacione afetivamente, entre outros, como nos revela Kumani:

As patroas não permitiam que estudasse, ‘ah, vai chegar tarde, vai arranjar namorado, eu não estou aqui pra dar minha chave pra empregada, eu não estou aqui pra ficar levantando de noite pra abrir porta pra empregada’. Então tinha toda essa dificuldade, não dava a chave e também dizia que não ia levantar pra abrir porta pra empregada, então eu fui abrindo mão dos meus estudos (informação verbal)¹⁶⁰.

A situação de Kumani era a de privação de direitos, o que se assemelha ao período escravagista. Biavaschi (2014) afirma que enquanto as trabalhadoras do comércio e indústria obtiveram direitos trabalhistas, entre os anos de 1930 até a Constituição de 1988, as trabalhadoras domésticas, que vivenciavam situação análoga ao período da escravização, não tiveram proteção social garantida de forma satisfatória. São as trabalhadoras domésticas negras as “[...] mais exploradas e a cumprirem longas jornadas de trabalho, com salários mais baixos e enfrentando situações de desrespeito, discriminação e violências de toda a ordem” (p. 07).

Iruwa manifesta a impressão ao escutar o pronunciamento de Luiza Bairros:

Eu me lembro muito bem de Luiza Bairros ser uma das mulheres da mesa, e a época falava de mulher negra e trabalho, principalmente trabalho doméstico. E eu fiquei encantada com ela. É a mulher baiana que me vem à cabeça nesse momento é Luiza Bairros, que não era baiana, que depois eu vou saber, era do Rio Grande do Sul (informação verbal)¹⁶¹.

Benedita da Silva situou o processo de eleição e seu mandato: ela iniciou o discurso dizendo que não estava bem por problemas de saúde na família, mas que em um

¹⁵⁹ Transcrição feita pela pesquisadora a partir da gravação, em vídeo, de uma das mesas do I ENMN.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Kumani.

¹⁶¹ Entrevista realizada com Iruwa.

encontro de mulheres era importante se fazer presente:

Tem que colocar essa coisa da mulher negra, da dificuldade que a gente é mulher negra, mulher mãe, mulher avó, mulher companheira, mulher solteira.... Somos tudo isso e a gente tem que estar juntas nessa hora senão a gente não aguenta porque a barra é muito pesada. então eu gostaria muito de enfatizar esse ponto para poder dizer que na Assembleia Nacional Constituinte foi muito difícil defender algumas coisas, foi difícil defender no período da eleição e o encontro tem que levar em consideração isso de que na verdade tanto dentro do movimento ou fora do movimento, eu quero colocar isso, a questão da intelectualidade é um problema muito sério porque você faz uma campanha e enquanto você faz um discurso, detém o código da classe dominante, você fala, você faz palestras, você participa disso e daquilo. Na hora de votar, ela não vota porque você tem a cor da pele, você tem problema social, você tem o diabo a quatro e quem segura essa barra senão nós mesmos? Depois que a gente está lá, ela começa a pressionar, começa a exigir para que você seja porta voz dela e aí a gente tem que bancar que eu não vou ser não, agora eu estou aqui e sem nenhum sectarismo eu vou ser porta voz de uma proposta de luta que passa pela minha raça, pela minha classe e pelo meu sexo na assembleia nacional constituinte (informação verbal)¹⁶².

Benedita da Silva chama a atenção para as diversas dimensões de ser mulher negra, e que é importante a solidariedade entre todas, como meio de superar as adversidades. A palestrante afirma que mesmo assegurando o discurso da intelectualidade através dos códigos, isso não é garantia de votos, uma vez que outros marcadores, como o social, racial e de gênero, influenciam na decisão de voto da elite intelectual, que não vota em candidatas negras, mas cobram posicionamentos políticos quando essas candidatas, no caso Benedita da Silva, se elegem. Porém, Benedita demonstra um posicionamento político ao afirmar que seu mandato atende a causas raciais, de classe e sexo.

Na discussão sobre sexualidade, foi contemplada a homoafetividade entre as mulheres, e a entrevistada Ayan fala suas impressões sobre essa discussão:

Teve uma oficina de sensibilização que eu nem fui. Eu disse que eu não sabia, ‘não vou deixar essas criaturas pegar em mim não, não vou não!’. Não fui não, nem sei nem lá o que discutiu. E não fui porque não estava entendendo o que era, não sabia, nunca tinha visto falar, sabe? O meu mundo não me permitia aquilo, e aí assustei mesmo, fui para outras coisas, não quis saber, a gente ficava muito fazendo hora... eu mais Gal brincando, ‘vai lá, as meninas vai lhe alisar Gal!’. Mas foi tranquilo, hoje eu vejo com outro olhar, e eu acho que elas também se fortaleceram, não é?

Ayan revela o preconceito em relação às lésbicas participantes do encontro. Ainda hoje a questão da homossexualidade, e para ser mais específica, da lesbianidade, é tabu. Lésbicas negras buscam sua visibilidade tanto nos Movimentos Negros quanto nos

¹⁶² Transcrição feita pela pesquisadora a partir da gravação, em vídeo, de uma das mesas do I ENMN.

Movimentos LGBT e no Movimento Feminista.

Oliveira (2006), na sua pesquisa sobre feminismos, negritude e lesbianidades no estado de Goiás, expõe, a partir das falas de suas entrevistadas, que as lésbicas negras vivenciam a coerção por sua identidade sexual e/ou de gênero de forma diferenciada das lésbicas que não se defrontam com o racismo e conclui que as lésbicas negras ao se visibilizarem, através do ativismo, transformam o feminismo superando a heteronormatividade e o local que foi naturalizado para as mulheres negras.

O debate sobre autonomia das mulheres negras foi destacado como pauta significativa por Johari, assim como a discussão sobre o que essas mulheres tinham em comum e o que as diferenciava enquanto mulheres negras organizadas:

A mais importante (pauta) era a questão da autonomia, essa era a bandeira maior que a gente tinha, porque a gente não queria ser submetida aos caprichos, vamos dizer assim, dos homens das entidades, isso pra mim foi a bandeira primordial; a outra era uma mesa que a gente tinha que dizia 'o que nos une, o que nos separa', que eu acho que é uma reflexão que a gente fez naquela época que foi bastante importante porque você podia ver toda a diversidade do movimento, dava pra você sentir quem ta aqui, como é, como é que faz, de onde vem. Tinha oficinas que a gente chamou linha da vida, então coisas que a gente pescou, digamos assim, buscou e trouxe do movimento feminista pra fazer um trabalho com as mulheres. Então, tudo isso ajudou muito.... Tinham senhoras de idade participando do primeiro encontro, algumas levaram crianças, então todo mundo foi absorvido dentro do processo.... Eu acho que o primeiro encontro foi mais rico por ser o primeiro e porque as pessoas estavam mobilizadas de uma outra forma (informação verbal)¹⁶³.

Os significados do encontro para essas mulheres são expressados na fala da entrevistada, e a mesma não recusa as aprendizagens que tiveram no movimento feminista, demonstrando, assim, que a importância desse encontro estava em ter um momento que fosse das mulheres negras, a fim de que estas pudessem pautar as suas especificidades.

A entrevistada Kumani conta sobre o momento em que essas mulheres compartilharam suas subjetividades:

Teve um momento que teve uma roda para discutir a questão do sentimento, a questão da baixa estima das mulheres negras. A gente se juntou para discutir sobre sentimentos em que todas as mulheres negras davam o seu depoimento (informação verbal)¹⁶⁴.

Audre Lorde (1984) assegura que o silêncio não nos protege; ele nos imobiliza e

¹⁶³ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Kunami.

invisibilizar, e a visibilidade é importante porque nos fortalece, uma vez que, independentemente de falarmos ou não, sofreremos vários tipos de opressões. O uso da linguagem faz com que nós, mulheres negras, nos aproximemos umas das outras. A autora prossegue afirmando que transformar o silêncio em linguagem permite que os medos não declarados não se transformem em algo contra nós.

Proporcionar um momento no encontro para que essas mulheres falassem sobre si era necessário para perceber que, em suas vidas privadas, elas tinham experiências em comum, e que muitas dessas vivências eram reflexos das opressões históricas e diárias.

5.1.2 Os resultados do I ENMN

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi um ganho político, pois permitiu materializar o poder organizativo dessas mulheres, mesmo existindo algumas dissonâncias. Os resultados, pelo olhar das entrevistadas, foram muitos:

Então, por mais que a gente não tenha produzido uma grande discussão dentro do encontro de mulheres negras, foi muito massa que era o sonho de Lélia Gonzalez era ver essa organização de mulheres negras. Você vai ver que vai ser um período que vai surgir o Nzinga¹⁶⁵ em que Lélia vai ser uma das fundadoras, vai ter o Nzinga em Belo Horizonte¹⁶⁶ que já é depois desse encontro, vai surgir o CRIOLA, vai pipocar no Brasil inteiro grupos de mulheres negras, o Brasil inteiro vai viver essa experiência. E vai viver também por causa de uma conjuntura que não só vai ser favorável como vai ficar muito mais explícito para as mulheres negras que tanto a relação dela no movimento negro como a relação dela no movimento feminista, o lugar dela é na base da pirâmide da estrutura dessa sociedade (informação verbal)¹⁶⁷.

O surgimento de grupos organizados pelas mulheres negras após o encontro é evidenciado por Adeola. Ela cita a relação dessas com o movimento negro e feminista como o provocador para a existência de novas entidades. No entanto, é possível também entender que essas mulheres necessitavam expor suas especificidades para além das discordâncias dentro desses movimentos. Elas se organizaram também a partir de suas interseccionalidade.

Iruwa expõe alguns pontos negativos:

¹⁶⁵ O Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras já existia e foi criado na cidade do Rio de Janeiro em 1983, tendo como uma das fundadoras Lélia Gonzalez.

¹⁶⁶ O Coletivo Nzinga, da cidade de Belo Horizonte, surgiu no ano de 2000.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Adeola.

O que eu posso te dizer do Iº Encontro concretamente depois de alguns documentos que infelizmente não foram feitos, que as fotos sumiram, quem tem acervo é pessoal como eu, sabe? Porque por briga da própria comissão muita coisa ficou. Eu sei que nós tínhamos uma comissão nacional, mais que teoricamente, por causa de dificuldades de viagem, de passagens, essas coisas. A Johari tinha mais facilidade, era a mulher nacional que tinha algumas facilidades pra ta viajando, pra ta participando das coisas. As outras não tinham essa mobilidade e as mulheres do Rio sempre tiveram um pouco mais de mobilidade, né? (informação verbal)¹⁶⁸.

A entrevistada elenca o que se perdeu ou deixou de fazer para registrar o encontro, e o relatório final é um desses documentos inexistentes. A dificuldade para realizar as viagens preparatórias também é apontada como agravante. Esses fatores demonstram problemas de organização e planejamento do encontro causados pelo pouco recurso existente.

Ayan nos revela ter sido esse encontro a oportunidade pela primeira vez de sair do da Bahia, e comenta sobre o significado desta chance para ela:

E depois dali o fato de as pessoas lhe conhecer, lhe reconhecer, lhe fazer convite para depois ir para outras coisas, então foi depois daquele encontro.... A gente ficou dois dias, isso marcou, mas a quantidade de mulheres também negras fazendo a luta, isso só fortaleceu, fortaleceu, quando eu voltei para cá já voltei uma outra Ayan, já voltei com sobrenome, nome e sobrenome. Depois dali eu vim e disse eu posso, eu posso, então se eu posso vou trilhar aqui o caminho, e vamos nessa (informação verbal)¹⁶⁹.

O I ENMN permitiu que Ayan se percebesse forte, empoderada enquanto mulher negra, mediante a partilha com outras mulheres de suas experiências, ativismo e subjetividades, constituindo-se, portanto, como um espaço que forjou novas lideranças. Ao retornar para Salvador, Ayan passa a participar de atividades na condição de palestrante com “nome e sobrenome”, lembrando, dessa forma, Lélia Gonzalez, quando em uma de suas entrevistas afirmou que “[...] negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles.” (GONZALEZ *apud* BAIROS, 1994, p.02).

Ayan continua sua fala discorrendo de que forma as mulheres baianas saem fortalecidas do encontro:

E aquele encontro marcou muito, foi muito interessante para a Bahia, porque foi um momento também que a gente estava se desligando do movimento feminista que as mulheres não tinham aquele olhar que a mulher negra era feminista, elas falavam, falavam aquele discurso, mas as mulheres negras estavam lá na casa delas enquanto elas estavam fazendo a dita política, disputando os espaços de poder. Então este encontro também mostrou isso, apontou isso, mesmo com toda a divergência, e o Nordeste também se fortaleceu contra as mulheres do Sul, mostramos que a gente

¹⁶⁸ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁶⁹ Entrevista realizada com Ayan.

tem cara, tem jeito, dessa forma de fazer, que não é só as mulheres negras do Sul que tem. Então foi marcante também esse encontro, porque as mulheres do Norte-Nordeste estavam ali (informação verbal)¹⁷⁰.

A entrevistada comenta sobre o afastamento das mulheres negras do movimento feminista, que se dá porque o discurso daquelas mulheres não contempla as mulheres negras, que, em sua maioria, estão na condição de subalternas delas. Essa fala é ratificada por Bell Hooks (2000) ao fazer crítica ao movimento feminista estadunidense da década de 1960, e que de certa forma continua décadas depois, quando essas feministas afirmavam que todas as mulheres sofriam opressão, mas desprezavam as diferenças raciais, de classe, orientação sexual, entre outras, porque essas feministas pensavam o feminismo a partir de suas realidades e de suas condições sociais em relação ao homem, sem problematizar seus privilégios enquanto mulheres brancas.

Hooks continua argumentando que as feministas que detêm privilégios parecem inaptas a falar pelas diversas mulheres, por não entenderem, ou não considerarem, a interconexão raça-gênero-classe. Deste modo, é necessário que as mulheres negras percebam que estar à margem possibilita pensar uma contra-hegemonia em relação ao racismo, classismo e sexismo.

Curiel reafirma a fala de Hooks ao indagar sobre a categoria feminismo, e diz que a mesma adota as mulheres como um grupo homogêneo sem considerar seus contextos e as relações raciais, sexuais, entre outros. Portanto, é necessário não tratar de modo universal a categoria mulher sem ponderar as relações de poder que geram a opressão.

Ayan evidencia uma suposta rivalidade entre as mulheres negras do Nordeste com as do eixo Sul-Sudeste, que contribuiu para o fortalecimento político das mulheres baianas, pois elas puderam demonstrar que têm potenciais para articulação e organização.

A partir da análise sobre o I ENMN, constatamos, pelas falas das entrevistadas, que o impulsionador das discussões foi desvendar essas mulheres enquanto atores sociais a partir das suas ações e identidade coletiva, que se organizavam a partir de suas especificidades, mas sem desconsiderar a heterogeneidade que as constituíam. Esse primeiro encontro permitiu que as mulheres negras participantes demonstrassem o poder organizativo e de que forma poderiam influenciar na formulação de políticas ao questionar as opressões vivenciadas na sociedade.

¹⁷⁰ Entrevista realizada com Iruwa.

5.2 II Encontro Nacional de Mulheres Negras

Após a realização do I ENMN, as mulheres negras levaram um ano para iniciar a preparação do segundo encontro. O tema elegido para o II ENMN foi “Mulher Negra, Organização, Estratégias e Perspectivas”. A temática “[...] visava a definição de um projeto político nacional que desse respostas para a situação da mulher negra em nosso país, encaminhando uma proposta unitária de luta dentro desta diversidade social, cultural e política, em que vivemos” (Relatório Final do II ENMN, 1991, p.03), pois o início da década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, estava sendo marcado por questões políticas, sociais e econômicas como: a queda do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do desemprego, alta da inflação, entre outros. A situação de pobreza atingia 40% da população, sendo que desse percentual, 63% era composta pela população negra (HENRIQUES, 2001). Essa situação se reflete no pensar o encontro no que se refere à captação de recursos para a sua elaboração e sua realização.

Ao analisar as políticas públicas nos últimos 120 anos após a Abolição da Escravatura, Mário Theodoro¹⁷¹ (2008) comenta que tais políticas que visam assegurar direitos minimizando as desigualdades não atingem de forma adequada os problemas raciais, mesmo o Estado tendo criado, em 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e isto se deu devido ao não reconhecimento dos diversos fatores acarretados pelo racismo que não são tratados e combatidos devidamente, e conclui que “Racismo, preconceito e discriminação devem ser enfrentados com outro conjunto de políticas e ações. Conjunto esse que, infelizmente, ainda está por se consolidar” (p. 176).

5.2.1 *Organizando o II ENMN - entraves e desafios*

De acordo com o boletim informativo (1991) II ENMN e os relatórios produzidos a partir das discussões que ali ocorreram, aconteceram nove reuniões preparatórias ao longo de dezenove meses, com a participação de quinze estados e o Distrito Federal, como mostra a tabela abaixo:

¹⁷¹ Mário Lisboa Theodoro é pesquisador, economista, foi diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e atualmente trabalha como consultor legislativo e pesquisador visitante do Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília (UNB).

Tabela 4 - Reuniões preparatórias para o II ENMN

REUNIÕES	DATA	LOCAL	ESTADOS PARTICIPANTES	PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES
1ª reunião	02/02/1990	Rio de Janeiro/RJ	RJ, SP, PR, ES, GO, MG, (PA e SC ¹⁷²), RS e DF	- Caráter, temário e critérios de participação no II ENMN; - Sugestão Estado-sede; - Data de realização; - Agências financiadoras
2ª reunião	21 e 22/04/1990	Campinas/SP	BA, MG, RJ, SP e DF	- Composição da comissão organizadora; - Realização do encontro em um dos Estados da Região Norte ou Nordeste; - Impulsionar a mobilização nos Estados.
3ª reunião	11 e 12/08/1990	Brasília/DF	RJ, SP e DF	- Requerer ao Nzinga o relatório ou registro do I ENMN; - Produzir um boletim informativo assim que tiver a formação da comissão organizadora; - Estabelecer o mês de outubro para realizar o encontro.
4ª reunião	02, 03 e 4/11/1990	Brasília/DF	BA, PR, MG, RJ e DF	- Os Estados que participaram dessa reunião compõem o fórum da Comissão Nacional.
5ª reunião	12 e 13/01/1991	Salvador/BA	BA, MG, RJ, PE, SE, SP, RN, SC e DF	- Definir data limite para formar a comissão nacional; - Definir o Estado da Bahia para o encontro.
6ª reunião ¹⁷³	29, 30 e 31/03/1991	Recife/PE	RJ, SC, MA, PE e BA	- Discussão do estatuto; - Campanhas contra a esterilização e a pedagogia multirracial; - Questionamentos sobre o IV Congresso de Cultura Negra das Américas; - Temário e logomarca.
7ª reunião	23 e 24/02/1991	Belo Horizonte/MG	RJ, MG e DF	- Análise do estatuto pela comissão; - Sugestão para a estrutura da comissão nacional; - Carta-projeto.
8ª reunião	01, 02 e 03/06/1991	Salvador/BA	BA, MG, RJ, PE, SP, SC, AL, PA e DF	- Temário e logomarca.
9ª reunião	30, 31/08 e 01/09/1991	Rio de Janeiro/RJ	BA, MG, RJ, PE, SP, RS e MA	- Data limite para que os financiadores se posicionarem; - Lançamento nacional do II ENMN; - Taxa de 10 mil cruzados para a inscrição.

Fonte: Elaborada pela autora.

¹⁷² Os estados do Pará e Santa Catarina aparecem com participantes da primeira reunião preparatória do IIENMN nas informações do Boletim Informativo, mas não constam sua participação nessa mesma reunião no relatório final.

¹⁷³ No relatório final não aparece a 6ª reunião, e as deliberações desta estão misturadas com as da 5ª reunião.

Verificamos na Tabela 4 que todas as regiões brasileiras tiveram representação em pelo menos uma reunião. Essas reuniões aconteceram em três regiões¹⁷⁴, sendo cinco capitais e uma cidade de grande porte¹⁷⁵. O estado que esteve presente em todos esses eventos preparatórios para o segundo encontro foi o Rio de Janeiro, como demonstrado na tabela acima e apontado por Iruwa no tópico anterior, quando afirma que “[...] as mulheres do Rio sempre tiveram um pouco mais de mobilidade”, embora não nos aponte as razões para tais possibilidades. Os relatórios revelam que a ausência de algumas representações nas reuniões era consequência da falta de recursos para as viagens, que ocasionou a mesma impossibilidade de deslocamento para algumas participações das organizadoras na preparação do primeiro encontro.

Iruwa comenta a dinâmica das reuniões preparatórias:

A organização do IIº Encontro já foi diferente, porque pediu que tivesse fóruns de mulheres negras em cada Estado e o fórum decidia quem seria a mulher da comissão nacional.... Essa comissão nacional teve a incumbência não só da realização do IIº Encontro, mas também a incumbência de articular, de mobilizar, de ditar a política, de incorporar novas metodologias. Muita gente acusou essa comissão de ser uma comissão andante como se isso fosse um grande erro. Mas, eu creio que isso foi o grande barato dessa comissão nacional. Fizemos reunião em Pernambuco, em Minas Gerais, no Distrito Federal e principalmente na sede que era Salvador. Tivemos umas duas ou três reuniões em Salvador (informação verbal)¹⁷⁶.

A importância da comissão responsável pelo encontro é ressaltada pela entrevistada. A viabilidade de reunir-se em diferentes cidades, apesar das dificuldades, é vista como positiva por Iruwa e concordamos, pois permitiu que essas mulheres pudessem vivenciar outras realidades, a exemplo da sexta reunião preparatória realizada em Recife que no encerramento teve diversas manifestações culturais como: dança do jongo, maracatu, ladainha, afoxé (Boletim da VI Reunião Preparatória para o II ENMN, março de 1991).

Na terceira reunião, realizada em Brasília, as participantes ratificaram a ausência do relatório final do I ENMN, que estava sob a responsabilidade do grupo Nzinga, e não obtivemos garantia da existência desse relatório pelas entrevistadas. A última reunião realizada demonstra que o evento só foi lançado faltando dois meses para acontecer; contudo, isso não demonstra um fator negativo, observando-se o número de inscritas (428 participantes).

¹⁷⁴ Sudeste (4 reuniões), Nordeste (3 reuniões) e Centro Oeste (2 reuniões).

¹⁷⁵ Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Recife, Belo Horizonte e Campinas.

¹⁷⁶ Entrevista realizada com Iruwa.

Na sexta reunião, as ativistas de Recife e do Rio de Janeiro deram informes sobre suas participações no V Encontro Latino-Americano Feminista, que aconteceu na Argentina (1990), e que as mulheres negras que estavam lá tiveram a ideia de criar uma Rede Latino-Americana e do Caribe de Mulheres Negras, que teria como comissão operativa Brasil, com três representações, devido ao tamanho do país. Estavam também Uruguai, Haiti, República Dominicana e Jamaica, cada um com uma representação, e a formação da rede se daria no ano de 1992, em um encontro realizado na República Dominicana. Este trabalho não vai se aprofundar sobre a formação dessa rede latino-americana e do caribe, porque sua criação, em 1992, ultrapassa o tempo histórico desta pesquisa; no entanto, é importante revelar a contribuição das brasileiras e, em especial, de Aldeola, que esteve em 1992 na República Dominicana e participou da formação da rede.

Em Salvador, as mulheres se movimentavam para angariar recursos para efetivação do II ENMN, realizando eventos como: jantar com show musical e bingo (anexos F e G), além das reuniões convocando as mulheres baianas para construir o encontro (anexo H). Essas atividades foram publicadas no *Jornal A Tarde*, que tem circulação em toda região Nordeste, evidenciando a preocupação da comissão organizadora local.

A discussão da programação provocou discordâncias entre as ativistas baianas e de outros estados, como sinaliza a fala abaixo:

E uma das grandes dificuldades nossa era fazer com que as companheiras de Salvador entendessem que o encontro não era baiano, que era um encontro nacional realizado na Bahia. Claro, com toda a infra, com todo o apoio que a comissão local oferecesse, mas era um encontro nacional. Esse foi um dos grandes entraves, um dos grandes problemas que a gente teve (informação verbal)¹⁷⁷.

Iruwa afirma que as organizadoras baianas não percebiam que mesmo o encontro sendo realizado na cidade de Salvador, ele tinha uma perspectiva nacional. Podemos deduzir que poderia existir a preocupação da comissão local com a qualidade do encontro, e isso parecia uma forma de centralizar o mesmo. A entrevistada continua:

A gente sabia de um determinado tema que alguém no Rio Grande do Sul desenvolvia muito bem, e que sabia do que tava falando, e a gente queria colocar aquela pessoa na mesa aí as companheiras: ‘Ah não, porque tem que ser fulana da Bahia, porque tem que ter gente da Bahia’. E às vezes aquela pessoa que elas colocavam na mesa não era uma pessoa que tinha a experiência e o conhecimento que a gente falava. E aí começam nossos principais embates (informação verbal)¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁷⁸ Entrevista realizada com Iruwa.

Na visão da entrevistada, as mulheres da comissão local, de algum modo, insistiam pela representação da Bahia nas mesas, mesmo não sendo “qualificadas” para a discussão. Analisando a programação do II ENMN (Anexo I), notamos que há uma predominância da representação do Rio de Janeiro nas mesas. O evento teve um painel de abertura e três mesas temáticas contando com a participação de catorze convidadas das regiões Nordeste e Sudeste, sendo oito do Rio de Janeiro, quatro da Bahia, uma do Maranhão e uma de São Paulo.

Será que as ativistas cariocas detinham maiores experiência e conhecimento para ocupar esses lugares de fala? Na composição das mesas, será que não houve reivindicação da comissão organizadora para uma maior representatividade? Infelizmente não dispomos dessas informações; entretanto, no relatório final há uma carta renúncia (Anexo J) escrita por um grupo de doze ativistas baianas ligadas ao MNU que integravam a comissão em que elas distinguem como um dos motivos de não comporem mais o encontro o parâmetro acadêmico do mesmo:

Definição de critérios academicistas para a exposição dos trabalhos durante o Encontro, critérios esses definidos de acordo com o interesse de um ou outro estado sem levar em consideração a posição da Comissão Nacional. Esses critérios, como no caso da Comunicação, não levaram em conta o conhecimento prático das mulheres negras, o que denota a falta de conhecimento da nossa realidade. (Relatório Final, 1991, p. 09)

Esse registro certifica que houve uma postura da Coordenação Nacional em questionar as escolhas das expositoras a partir do que elas vão nomear como “critérios academicistas”, e essa discussão não foi registrada nos relatórios aos quais tive acesso.

Ainda assim, o *Jornal A Tarde*, do dia 03 de novembro de 1991 (Anexo K), fez o registro da mesa “Mulher Negra e Poder Pode”, que teve a participação de três palestrantes do Rio de Janeiro (Benedita da Silva¹⁷⁹, Jurema Batista¹⁸⁰ e Vanda de Souza Ferreira¹⁸¹) e de uma maranhense (Vanda Maria Ferreira¹⁸²); contudo, a reportagem só entrevistou as ativistas cariocas. Não sabemos de que forma se deu a escolha das entrevistadas, mas essa evidência colabora com a denúncia das organizadoras baianas que questionaram os critérios de participação nas mesas.

Examinando a carta-renúncia, existem outras evidências de cisões na organização

¹⁷⁹ Na época estava como Deputada Federal do Estado do Rio de Janeiro, sendo eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁸⁰ Formada em Letras, estava como Presidenta do Conselho da Federação de Favelas do Rio de Janeiro.

¹⁸¹ Pedagoga, ocupava o cargo de Secretária Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸² Integrante do Grupo de Mulheres Mãe Andresa, do Maranhão.

do encontro quando afirma que mesmo com a fragilidade demonstrada pelo IENMN, ainda havia confiança de que o segundo evento superasse as falhas do primeiro e cumprisse o seu propósito; entretanto, além das chamadas “preferências academicistas”, a carta também apontava as seguintes problemáticas: valor da inscrição considerado elevado (representava 24% do salário mínimo da época); falta de compromisso dos estados na captação de recursos; crítica à coordenação nacional, pela maneira que estava encaminhando o IENMN (Relatório Final do IENMN, 1991).

Adeola fazia parte da coordenação de finanças e da coordenação política e foi uma das que renunciou, sendo substituída por outra ativista baiana. A entrevistada evidencia o sentimento que a fez se desprender da organização e participação do IENMN:

Toda vez que eu estou envolvida em um processo e o meu estado de nervo me deixa tremendo e tira o meu sono eu me retiro porque eu tenho certeza absoluta que a população negra, as mulheres negras por quem a gente diz que está lutando elas não estão pedindo isso da gente. Elas até acreditam que a gente tem um papel importante quando elas descobrem as conquistas que foi a nossa luta e elas até nos parabenizam, mas tenho certeza que elas não querem a vida da gente por conta disso, então, quando começa as tensões e os conflitos por coisas muito insignificantes eu tendo a perder o tesão e recuar (informação verbal)¹⁸³.

A entrevistada fala que o recuo foi necessário para preservar sua saúde, e acredita que não seja o desgaste emocional e físico que esperam as outras mulheres negras das ativistas. Lélia Gonzalez (1991), ao avaliar a militância negra, afirma que na maioria das vezes investimos com tanta intensidade no ativismo que não temos a percepção da nossa temporalidade, e que é necessário ter a “paciência revolucionária” que permitirá o equilíbrio em conhecermos nossos limites.

Gonzalez prossegue nos alertando que exigências e lutas internas ocorrem porque cobramos demais dos outros e de nós mesmos, e acabamos por renunciar nossa “[...] existência pessoal em função do movimento e temos verificado quantos companheiros se perderam no meio do caminho” (1991, p.09). Portanto, Adeola não se permitiu adoecer diante das ocorrências negativas do encontro.

Iruwa¹⁸⁴ retrata sua chegada dias antes da realização do evento, em Salvador:

Chegamos ao encontro na Bahia, com todas as dificuldades e quando chegamos parte da comissão local se dissolve, o que foi um equívoco muito grande porque você dissolver uma comissão na hora de fazer um encontro é muito fácil, mas é muito difícil pra a realização do encontro. Fica fácil pra quem sai! O MNU racha, diz que não vai mais participar do encontro, porque o MNU tava na organização local, sai do encontro, e.., e era uma força política bastante grande. E isso deixa todo

¹⁸³ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁸⁴ Iruwa não era baiana e residia na cidade do Rio de Janeiro.

mundo muito atônita. Claro que o conjunto de mulheres não soube disso, mas as comissões envolvidas ficaram bastante abaladas (informação verbal)¹⁸⁵.

A decisão política das ativistas baianas em sair da organização desestabilizou as outras organizadoras, que tiveram um déficit de pessoas para dar continuidade ao encontro.

Benedita da Silva, de acordo com Iruwa, pronunciou-se sobre este comportamento da comissão local:

A Benedita tem uma fala muito bonita no encontro e ela fala justamente de como é que um encontro que chama pra estratégia de organização, a própria comissão local racha no dia do encontro. E aí Benedita chama pra a responsabilidade naquele momento, o que talvez tenha ajudado um pouco a resolver. Mais eu acredito mesmo que muita coisa ali foi causada por problemas políticos que já se anunciavam (informação verbal)¹⁸⁶.

Ao falar dos problemas políticos que se expressavam durante a organização do encontro, Iruwa refere-se a questões em torno da participação de homens negros e mulheres brancas, influências político-partidária e questão financeira.

Johari explana sobre esse momento ao relatar sua inserção como forma de auxiliar na realização do encontro, visto que houve a saída de Adeola:

Eu fui chamada por Cida pra tentar ajudá-la, que ela tava com esse pepino porque as meninas da organização aqui de Salvador racharam, uma parte queria que o encontro acontecesse, a outra parte não queria, e a nível nacional também o movimento tava rachado. Na época tinha uma parte que achavam que os homens deveriam participar, as outras partes achavam que não devia... eu cheguei meio que de paraquedas porque eu não tava na organização no início, entrei já quase no fim, e tinham problemas de bastidores que eu não conhecia e esses problemas recaíram sobre mim enquanto organizadora, isso não me deixou nenhum tipo problemas de sequela nem nada, mas porque eu tive peito e força pra poder garantir essa coisa, tive ajuda de muitas amigas. Para você ter ideia tivemos problemas financeiros e ficamos isoladas dentro do SESC cinco dias enquanto se articulava as formas de pagar os débitos que foram feitos, então foi uma coisa bem como a juventude diz hoje 'punk!' (informação verbal)¹⁸⁷.

Com a entrada de Johari, os problemas não foram totalmente amenizados, pois as discordâncias sobre alguns itens permaneciam. Sobre a questão financeira, Iruwa faz algumas colocações:

Depois o outro embate como não podia deixar de ser, era o embate de dinheiro porque não tínhamos contas bancárias, não tínhamos instituições de negras fortes que quisesse bancar. GELEDÉS já existia, mas não entrou nessa rede nacional, de

¹⁸⁵ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁸⁶ Entrevista realizada com Iruwa.

¹⁸⁷ Entrevista realizada com Johari.

São Paulo eram outras mulheres na comissão nacional. Então não tínhamos por onde passar o dinheiro. Por onde vai passar o dinheiro? Pelo CEAP¹⁸⁸! Entendeu!? Pelo grupo de mulheres do CEAP, o dinheiro pra fazer o evento, e na época eu me lembro que aquele encontro teria que ser um encontro metade financiado e o que não desse para ser financiado teria uma contrapartida das próprias mulheres, um preço o assim bem acessível pra todas as mulheres. Então algumas contas de mulheres foram disponibilizadas pra que se fizessem alguns depósitos. Não devo te dizer que não deu confusão porque deu um rolo imenso (informação verbal)¹⁸⁹.

A organização do evento tinha a Coordenação de Finanças composta por ativistas baianas e a Coordenação de Secretaria formada por ativistas do Rio de Janeiro, mas não existia uma conta bancária para os depósitos da captação de recursos; por esse motivo a secretaria do evento ficou alocada na cidade do Rio de Janeiro, tendo o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) como sede; porém, pela informação de Iruwa, parte do dinheiro era depositado em contas pessoais, e ela reforça essa informação em sua fala abaixo:

O que vem depois foi pior porque veio uma desconfiança grande em cima de dinheiro, e aí já não era mais a comissão de Salvador, foi uma comissão enlouquecida montada na última hora. Juntaram-se algumas mulheres de alguns Estados, inclusive do Rio de Janeiro, uma desconfiança, ‘cadê o dinheiro? Que tinha que ter tanto, que tinha que ter isso’. Eu abri minha conta bancária com duas companheiras da Bahia pegando o extrato bancário junto comigo na agência, que elas não confiavam no que a gente falava. Na minha conta só tinha três inscrições, que foi a minha, a da minha companheira da época, já falecida, e de uma outra mulher que disse que ‘eu só confio botando na tua conta’. Então eu prestei conta de três inscrições. Ah! Na conta da falecida Malu tinha mais inscrições, que a conta dela, me parece, na época era de um banco mais fácil de depositar, não sei... mas ela abriu a conta bancária dela, nós tivemos nossas contas bancárias abertas por companheiras dessa comissão que se formou pós-encontro. E isso foi muito desagradável. Eu nem sei por que naquela época eu resolvi fazer isso, mas foi bom pra mim porque todas viram o que tinha na minha conta bancária. Mas isso foi um verdadeiro absurdo, isso foi uma verdadeira falta de respeito e de confiança entre nós, e isso não pode acontecer nunca mais! Naquela época tinha que abrir uma conta bancária específica em Salvador, não foi aberta essa conta bancária e nós tivemos que abrir nossa conta bancária. A prestação de contas não foi feita por nós, pela comissão nacional, que deveria ter sido, até porque a secretaria do encontro estava no Rio de Janeiro, mas aí a secretaria de finanças passou a ficar em Salvador, foi feita uma prestação de contas lá onde, por exemplo, a confecção do vídeo ficou mais cara que o encontro todo.

A formação de uma nova comissão para prestação de contas do encontro com a presença de mulheres que não participaram de toda a organização gerou uma desconfiança entre as ativistas. Outro fator complicador era a Coordenação de Secretaria não funcionar no estado em que estava sendo realizado o evento. No relatório final, aparece como

¹⁸⁸ O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, foi fundado em 1989 e tem como missão “Combater a discriminação racial e todas as formas de preconceito que atingem a população brasileira por meio de Ações Afirmativas.”. Disponível em: <<http://ceaprpj.org.br/a-instituicao-2/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹⁸⁹ Entrevista realizada com Iruwa.

recomendação que no terceiro encontro se criasse um fundo estadual que tivesse uma conta bancária em nome da coordenação nacional, sendo necessário enviar o número da conta para os estados em tempo suficiente para as inscrições, de modo a evitar os problemas ocorridos no segundo encontro.

Iruwa também fala sobre os custos apontando o alto valor do vídeo. Ao avaliarmos a prestação de contas, nota-se que a produção do mesmo ficou mais onerosa do que o alojamento, alimentação, entre outros, conforme o Anexo L, o que nos faz deduzir que houve uma má administração dos recursos.

Outra problemática já evidenciada foi a quantidade de participantes do Rio de Janeiro:

O Rio de Janeiro sempre teve prática de dizer assim: ‘Você tem três vagas’, e vêm 50 pessoas (informação verbal)¹⁹⁰.

A fala acima é reafirmada por Johari:

E ainda tinha isso, você fazia as orientações e dizia são X pessoas por estado, X delegadas, X participantes e ninguém obedecia, invadiam mesmo, entendeu? E aí isso prejudicava um pouco a coisa andar (informação verbal)¹⁹¹.

O número de participantes não foi respeitado, pois havia um limite máximo para hospedagem e inscrições por estado; contudo, o Rio de Janeiro extrapolou sua cota, conforme avaliação da Bahia registrada no relatório final (1991, p.20):

Ineficiência administrativa por parte da Comissão de Secretaria – RJ, o que resultou dificuldades no controle de nº de participantes inscritas no encontro gerando conflito entre as participantes e Comissão Estadual – Ba;
Nº de participantes desproporcional ao índice de população negra e nível de organização do movimento por Estado. A exemplo do RJ que contou com quase 50% das participantes do encontro.

Na tabela abaixo mostramos o número de inscritas por estado, observando que no relatório final há o registro de 430 participantes; no entanto, ao analisarmos atentamente, percebemos que o total são de 428 mulheres (Anexos M A V), pois na ordem numérica das inscrições, os números 146 e 150 não foram digitados.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com Adeola.

¹⁹¹ Entrevista realizada com Johari.

Tabela 5 – Número de participantes por estado e Região

REGIÃO	ESTADO	NÚMERO PARTICIPANTES	TOTAL POR REGIÃO	PERCENTUAL
NORTE	Acre	0	2	0,47%
	Amapá	2		
	Amazonas	0		
	Pará	0		
	Rondônia	0		
	Roraima	0		
	Tocantins	0		
NORDESTE	Alagoas	4	80	18,69%
	Bahia	48		
	Ceará	0		
	Maranhão	12		
	Paraíba	0		
	Pernambuco	7		
	Piauí	0		
	Rio Grande do Norte	3		
	Sergipe	6		
CENTRO -OESTE	Distrito Federal	8	13	3,04%
	Goiás	1		
	Mato Grosso	0		
	Mato Grosso do Sul	4		
SUL	Paraná	2	12	2,80%
	Rio Grande do Sul	2		
	Santa Catarina	8		
SUDESTE	Espírito Santo	1	321	75,00%
	Minas Gerais	44		
	Rio de Janeiro	203		
	São Paulo	73		
TOTAL DE PARTICIPANTES		428		100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Pela tabela acima, percebe-se que 16 estados e o Distrito Federal participaram do II ENMN. A região que teve menos estados participando do encontro foi a Norte, e a que mais teve inscritas foi a Sudeste, com representação de todos os estados. A região Sul também teve a presença dos três estados que o formam. Deduzimos que a significativa participação do eixo Sul-Sudeste poderia ser em decorrência da visibilidade dessas ativistas, maior poder de mobilização e articulação para a captação de recursos. O Estado da Bahia, que sediou o encontro, teve a participação de 48 mulheres, sendo a terceira maior representação, pois Rio de Janeiro e São Paulo tiveram o maior número de inscrições, respectivamente.

O Rio de Janeiro teve a participação de 203 mulheres, representando aproximadamente 47,5% das inscritas no evento, o que comprometia toda a infraestrutura do encontro, ocasionando apreensão na comissão local para alocar e proporcionar o bem-estar de todas as participantes:

Nesse encontro a gente teve que enfrentar as mulheres do Rio de Janeiro, porque sempre tem uma guerra com o pessoal do norte e do nordeste, sempre teve isso dentro de todos os movimentos, e o das mulheres também não fica atrás. Essas mulheres negras queriam atropelar o processo, e sempre houve essa disputa e poder, e aí trouxeram ônibus, elas só tinham quinze vagas. Isso ia ser terrível para a organização, e a gente teve que enfrentar. Não deixamos nenhuma na rua, mas a gente teve que enfrentar elas, então foi uma briga política; mas depois as companheiras entenderam que elas fizeram errado, que a Bahia estava organizada naquele sentido (informação verbal)¹⁹².

Esse enfrentamento com as mulheres do Rio de Janeiro mencionado por Ayan sinaliza uma possível competitividade regional com características culturais fortes, como podemos observar pelo que é expressado na fala de Latasha, ativista do Rio de Janeiro:

Foi horrível, se falamos de belicosidade ali (IENMN) essa belicosidade pode se expressar, o clima, a forma, porque no de Valença ainda que houvesse diferenças todo mundo era bem-vindo, o encontro da Bahia não! Todo mundo foi porque se sentiu no direito de ir, mas nem todo mundo era bem-vindo. Não estou dizendo que isso era uma invenção das mulheres da Bahia, mas era, daquele estado da arte do movimento talvez é claro que muito influenciado também pelo que estava acontecendo na Bahia (informação verbal, grifo nosso)¹⁹³.

É salientado pela entrevistada que nem todas estavam sendo recebidas com satisfação no encontro da Bahia, e essa afirmação de Latasha não traz uma reflexão sobre a parte operativa e os problemas ocasionados pelo número de participantes do Rio de Janeiro.

Há uma responsabilidade sobre as organizadoras baianas ao se falar da belicosidade, ou seja, a agressividade, o nível de guerra das mesmas e ao que possivelmente acontecia em termos de movimento social na Bahia:

As organizações do Movimento Negro eram tão antagônicas (na Bahia), e ainda são. Mas, naquele tempo, eram muito antagônicas que impossibilitava uma articulação mais consistente, inclusive influenciavam o desenvolvimento da articulação nacional. É porque não só a questão territorial dos privilégios regionais, mas está na belicosidade da disputa no interior da Bahia em nome das organizações guarda-chuva, em que essas mulheres estavam que não permitiam a construção de um

¹⁹² Entrevista realizada com Ayan.

¹⁹³ Entrevista realizada com Latasha.

projeto em comum, e que eu tenho a impressão que até hoje não permite. E as dificuldades inclusive que ainda hoje as organizações da Bahia têm de se nacionalizar, nesse aspecto, tem a ver com essa belicosidade. Porque aqui no sul e sudeste, as organizações que estavam construindo o 87, 88, eram de mulheres que vinha do Movimento Negro, mas estavam enfatizando a construção dessa irmandade de mulheres (informação verbal)¹⁹⁴.

Latasha reconhece privilégios regionais dando uma abertura para uma discussão sobre regionalidade que não será abordada nessa pesquisa, mas que é um tema que precisa ser explorado em outras investigações. A entrevistada, ao fazer referência ao Sul e Sudeste como uma construção positiva em relação à Bahia, responsabiliza os grupos baianos de adversos reforçando, assim, uma visão homogênea em torno dos movimentos sociais.

Em relação às organizações “guarda-chuvas”, Latasha evidencia que as mesmas se constituem em torno de partidos políticos:

Na Bahia eram muito fortes as presenças das agendas partidárias, particularmente o PCdoB influenciou bastante as relações, e não eram relações delicadas, e o MNU que não era um partido em particular, mas se comportava enquanto partido e também bastante belicoso. E nessas duas organizações estavam as pessoas de ponta que mais expressão tinha nacional do movimento negro da Bahia, o que dificultou elas, as articulações que elas faziam era com base nisso também, não estou dizendo que o PCdoB só fazia com outras mulheres do PCdoB de outros Estados, ou que o MNU só fazia com o MNU! Nós temos organizações de mulheres negras que são mais antigas que as do sul e sudeste, por exemplo, as de Mulheres do Maranhão, por exemplo que estão lá a um tempão. Mas como elas não eram vinculadas a essas tendências tão belicosas foi possível circular com mais facilidade e ter essa, pelo menos essa é a impressão que eu tenho, posso estar errada, mas eu tenho a sensação que é isso uma das dificuldades (informação verbal)¹⁹⁵.

A relação dos movimentos negros com partidos políticos é explicada por autoras como Rios (2014), que ao investigar a relação entre os Movimentos Negros, partidos políticos e Estado, revelou que a juventude negra, principalmente as que residiam em São Paulo e Rio de Janeiro, que cursavam o ensino superior no período da ditadura militar, vivenciaram locais de resistências políticas, o que possibilitou que esses jovens conhecessem e participassem de partidos clandestinos de esquerda. Esses jovens também frequentavam lugares de socialização de maioria negra. São alguns desses jovens que formam os Movimentos Negros contemporâneos e também se aproximam ou se filiam a partidos políticos, pois “[...] em sua gênese, frações expressivas do movimento negro contemporâneo formaram-se na ‘frente de esquerda’ que fazia oposição à ditadura durante os anos 1970 e início dos 1980” (p.50). A

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Latasha.

¹⁹⁵ Entrevista realizada com Latasha.

autora mostra em seu trabalho que vários ativistas do MNU participaram da formação e se filiaram ao Partido dos Trabalhadores levando para dentro do mesmo as questões raciais.

Em relação ao Partido Comunista do Brasil, o trabalho de Jesus (2008) sobre militância comunista na Bahia nos informa que o PC do B tinha como pauta as questões de gênero e raciais, tanto que o partido realizou, na cidade de Salvador, em 1988, o I Congresso Nacional das Mulheres Emancipacionistas, e no mesmo ano fundou a UNEGRO. O encadeamento do partido político com a UNEGRO não é explorado na investigação de Jesus, mas nos dá pistas de porquê as mulheres negras ligadas à UNEGRO também levaram pautas, conforme a fala de algumas entrevistadas, para o interior do II ENMN.

Iruwa também comenta sobre a interferência política partidária no encontro:

No encontro de mulheres negras a gente tem as primeiras discordâncias causadas por partidos políticos.... Pelo PCdoB ele (referindo-se a um militante do partido) leva as mulheres da UNEGRO e a UNEGRO manda muitas mulheres, a UNEGRO sempre foi muito forte em Salvador, não sei agora, mais naquela época era muito forte, e ele vai todo dia de manhã, faz reunião com as mulheres e dá às deliberações. Entre as deliberações deles, que a gente não concordou e nem poderia concordar, é que entrassem mulheres brancas a vontade e que entrassem homens negros e nós dissemos: 'Ôh! Encontro de negros já existe, esse é um encontro de mulheres negras. Encontro de brancas já existe, o encontro feminista. Esse é o encontro no momento específico de mulheres negras! Se essas mulheres negras resolverem abrir o encontro pra homens e pra, e pra brancos, é esse movimento que tem que dizer isso, e não o partido A nem o partido B, nem a organização A e nem a organização B. É a organização de mulheres negras, é a comissão nacional de mulheres negras'. E nós tínhamos como nosso maior espaço naquela época. Então os embates e os grandes embates se dão dentro do movimento basicamente por causa destas questões e a forma também de tratarmos algumas questões em pequenos grupos que muita gente era contra dessa forma feminista, que aí é o feminismo negro, né? (informação verbal)¹⁹⁶.

Fica evidenciado na fala da entrevistada que a influência do partido era danosa ao objetivo do encontro, que era pensar o racismo com o recorte de gênero, e nada melhor que as próprias mulheres negras para fazer esse debate. Iruwa destaca que já existiam outros espaços para que mulheres brancas e homens negros participassem como protagonistas sem ser o II ENMN.

Comentamos sobre a saída de Aldeola da organização do encontro. Agora, ela explana sobre as práticas de “atropelamento” pelo partido:

Então, essa prática, que naquela época era muito forte, era muito vigente, que era a prática de você atropelar, de você dar golpe, de você fazer uma reunião hoje e quando você voltar as coisas tinha tomado um outro caminho que aconteceu demais com a gente, mesmo nós mulheres negras desde o início tentando fazer uma militância diferenciada, mas quando o partido chega ele tem a mesma prática, ele traz na sua prática e ele traz pessoas que não tem formação política nenhuma com

¹⁹⁶ Entrevista realizada com Iruwa.

um monte de limites só pra fazer isso o que a gente chamaria de os cães de guarda, e ai eu sempre tive dificuldade de lidar com isso e é isso que me tira do segundo encontro (informação verbal)¹⁹⁷.

Portanto, são as estratégias partidárias consideradas desagregadoras e nocivas para o movimento de mulheres negras se um intenso motivador para a saída de Adeola do processo do encontro. E ela continua:

Essa prática partidária que não tem afetividade, não tem nada a ver com a forma da gente se organizar. E se a gente não avançar pra sair do discurso que o movimento negro diz que nós somos diferentes, que nós somos solidários; eu não quero isso no discurso, eu quero isso na prática, eu quero que a gente vivencie essa experiência que está na nossa cultura como real, entendeu? É lógico que isso não é fácil, mas a gente pode caminhar pra essa direção. Todo mundo não quer ser Marxista? A gente pode caminhar pra essa direção no sentido da gente atingir concretamente nas relações, ser mais sinceros, transparentes nas relações.

Mesmo em um primeiro momento, a aproximação dos Movimentos Negros com os partidos políticos de esquerda eram uma tática para que os assuntos raciais e a exclusão da população negra fossem pautados pelo Estado; todavia, o modo de se instituir se diferenciava das premissas pensadas para os movimentos negros, em especial ao que se propunha o movimento de mulheres negras, como é afirmado por Adeola.

5.2.2 As pautas do II ENMN

Apesar dos desacordos envolvendo a coordenação do encontro, as questões partidárias, entre outros, o mesmo foi significativo, como notamos pelas pautas apresentadas: histórico e avaliação do movimento das mulheres negras; mulher negra e poder; procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros e a subjetividade da mulher negra (Relatório final do IIENMN, 1991). Essas temáticas estavam em evidência; mesmo passadas mais de duas décadas do encontro, percebemos o quanto essas discussões são bastante atuais e ainda se constituem como bandeiras de luta das mulheres negras organizadas.

Ayan relata sobre o quanto participar do encontro estimula seu pertencimento e ativismo enquanto mulher negra:

Eu já lembro mais do segundo, além das brigas, mas foi positivo aquele momento de ver que não é só a Bahia, não era só eu enquanto mulher de periferia que estava naquele processo, tinha outros Estados, então isso me fortalecia, e ver mulheres poderosas, como eu dizia naquela época, tudo letrada, e a gente que não tava, ainda isso, não estava sabendo ainda o que era isso, estava ali no meio, então isso ajudou

¹⁹⁷ Entrevista realizada com Adeola.

muito (informação verbal)¹⁹⁸.

A entrevistada nos informa sobre sua participação na mesa “Por que Mulher Negra?”¹⁹⁹:

Como falar para umas mulheres, porque o que mais me amedrontava era isso, elas serem mulheres poderosas, mulheres de universidade e tinham muitas mulheres que não estavam preocupadas com isso. Imagina Sueli Carneiro²⁰⁰, não sei quem, ‘Ayan, quem é?’ Então ninguém sabia minha história, de onde eu vim, e eu achava que eu não tinha história, porque eu estava lá no meu mundo, e não no mundo delas. E aí Johari me põe nessa mesa, e eu tremi na base, mas ela me incentivou muito, ‘vai, você é uma mulher negra, você pode falar, fale do seu jeito’. Que o que eu mais temia era falar errado, e não ser compreendida, mas ela ‘vai, você vai e fala’, e eu fui, falei do meu jeito, da minha realidade e porque eu vinha, porque que eu estava ali, porque que eu era uma mulher negra que deveria estar ali. E fui muito bem aceita (informação verbal)²⁰¹.

A presença de outras mulheres com maior escolaridade e mais tempo na militância inibe Ayan, a princípio. No entanto, o que se tornava importante naquele espaço eram suas vivências, experiências e trajetórias. Suas singularidades estabelecidas no espaço familiar, de trabalho e militância, permitiram que, na condição de palestrante, ela desvendasse em sua fala, durante o encontro, o que é ser mulher negra em uma sociedade machista e racista, e naquele momento a importância de ter ao seu lado outra mulher negra que a incentivava, afirmando o quanto ela era capaz por estar naquele lugar fazendo aquela fala.

Ayan continua:

Aí mudou a minha concepção com relação às poderosas, as poderosas também viveram da mesma forma que eu, e eu fiz elas lembrarem que elas não podem esquecer jamais daquele outro lado, porque, às vezes, a gente machuca as pessoas, não empodera, só afasta. Então a minha fala foi nesse sentido, lhes contando a minha experiência de mãe, das minhas irmãs, da minha comunidade, do que eu fazia no meu bairro, então ali mudou tudo, aí eu virei Ayan com sobrenome, porque eu era Ayan, depois dali Ayan, com nome e sobrenome (informação verbal)²⁰².

O receio inicial em falar para um público que a entrevistada considerava como “as mulheres poderosas” foi superado, fazendo com que se sentisse cada vez mais fortalecida. Ela afirma que passou a ter nome e sobrenome, fazendo alusão a essa nova constituição enquanto sujeito político.

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Ayan.

¹⁹⁹ Além de Ayan a outra participante dessa mesa foi Maria José L. Silva (RJ).

²⁰⁰ Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora das questões raciais e de gênero, feminista negra. Uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988). Integrou o Conselho Nacional da Condição Feminina (1988)

²⁰¹ Entrevista realizada com Ayan.

²⁰² Entrevista realizada com Ayan.

A mesa sobre “Mulher e poder” é considerada por Johari como uma das mais significativas do encontro:

No segundo o que eu acho que ficou claro pra mim essa bandeira do poder, que a gente começou a discutir, foi inclusive uma parte da fala de Benedita, ‘mulher negra e poder pode’, e pra mim essa foi a mesa no caso com tema mais forte do segundo, tanto é que depois Jurema se elegeu vereadora lá no Rio de Janeiro (informação verbal)²⁰³.

A importância de as mulheres negras projetarem o poder no viés político como uma possibilidade chamou a atenção da entrevistada. Ela cita Jurema Batista, que foi uma das palestrantes, que já vinha construindo na cidade do Rio de Janeiro sua carreira política junto ao PT. No entanto, a representatividade de mulheres negras na política ocupando cargos até os dias atuais ainda é bastante pequena.

Iruwa menciona que no II ENMN houve uma oficina com a temática “amor entre mulheres”:

Outra questão que também acho que o movimento não fala muito foi que no segundo encontro a gente também já teve uma boa discussão sobre amor entre mulheres, que é assim que se chama, né? Pra não ficar muito gritante (risos). A gente chamou uma oficina sobre amor entre mulheres, e quem chama é Sandra Bello essa oficina, porque sempre Sandra Bello, eu... a gente sempre chamou essa questão do amor entre mulheres e pagamos muito caro por isso, muito caro! Minha organização paga caro até hoje por trabalhar com as questões das lésbicas. Você vê que num conjunto de movimento de mulheres negras, as organizações das mulheres negras não trabalham a questão da lesbianidade, fala de tudo menos lesbianidade, até parece que não tem lésbicas entre elas (informação verbal)²⁰⁴.

Ao analisarmos as discussões do I ENMN, foi salientado no depoimento de Ayan que a temática da lesbianidade foi contemplada em uma das oficinas. Percebemos que esse assunto tem sua continuidade no segundo encontro, como demonstra a fala acima. Contudo, Iruwa questiona a não abordagem da lesbianidade pelo movimento de mulheres negras. As que se propuseram a discutir sobre essa realidade sofreram algum tipo de segregação. Marcelino (2012), ao investigar sobre a trajetória de lésbicas negras, afirma que essas, ao se reconhecerem como tal, devem “[...] saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade” (p. 163), e é esse embate demonstrado na fala de Iruwa.

²⁰³ Entrevista realizada com Ayan.

²⁰⁴ Entrevista realizada com Iruwa.

Na mesa “Procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros”²⁰⁵, foi discutida a esterilização das mulheres negras, e Adeola, mesmo não participando do encontro, nos informa o que motivou essa discussão:

No segundo encontro tínhamos como pauta a questão da esterilização em massa porque antes de chegar no segundo encontro nacional de mulheres nós saímos daquela grande movimentação que foram as construções dos fóruns nacionais contra a esterilização em massa das mulheres negras e na época era o que a gente batia muito (informação verbal)²⁰⁶.

A esterilização das mulheres negras era discutida em todo o país pelas ativistas negras através da campanha nacional intitulada “Esterilização de mulheres negras: do controle da natalidade ao genocídio do povo negro”, e de acordo com Lopes e Werneck (2000), o objetivo era “[...] denunciar o viés racista das iniciativas de controle populacional, eufemisticamente definidas como de planejamento familiar, empreendidas por organizações não governamentais brasileiras e internacionais nas diferentes regiões do país” (p.10). As autoras concluem que essa campanha também denunciou o uso de técnicas experimentais, o que era antagônico às leis nacionais e internacionais. Foi necessário, em 1991, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara dos Deputados, que confirmou as denúncias de esterilização em massa das mulheres com e sem consentimento, comprovando a ausência de políticas de saúde da mulher nas três esferas de governo (VENTURA, 2010).

Em Salvador, no período de 30 de maio a 02 de junho de 1991, aconteceu a IV Reunião Preparatória para o primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras, que seria realizado na cidade de São Paulo. Esse evento divulgou a esterilização em massa das mulheres e teve como uma das palestrantes ativista negra e médica Jurema Werneck, que citou e mostrou dados do documento produzido pelo governo norte-americano, intitulado “Os efeitos do crescimento da população mundial para a segurança dos Estados Unidos e outros interesses”. Tal documento expunha que a ligadura de trompas nas brasileiras servia a um interesse econômico e da ideologia de branqueamento daquele governo, e que 70% dessa cirurgia era feita de graça por clínicas da rede privada (JORNAL A TARDE, 1991 – Anexo W).

²⁰⁵ As palestrantes dessa mesa foram: Dr^a Ana Reis (Rede de Desenvolvimento Humano/REDEH-BA), prof^a Mary G. Castro (socióloga e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia), Jurema Werneck (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas/CEAP-RJ), Lúcia Xavier (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/RJ), Edna Roland (GELEDES/SP) e Maria Alice (RJ).

²⁰⁶ Entrevista realizada com Adeola.

Concomitantemente à discussão sobre a esterilização das mulheres negras ocorria o debate contra o extermínio das crianças e juventudes negras. Em 1989, foi lançada pelo CEAP a campanha “Não mate nossas crianças”. O *Jornal A Tarde* publicou uma matéria sobre o crescente extermínio de menores reconhecido pelo Estado através do pronunciamento do Ministro da Saúde e da Criança, Alcení Guerra. Ele afirmou para a Comissão Parlamentar de Inquérito que averiguava sobre o extermínio de menores que grande parte das crianças abandonadas, em sua maioria negras, sofria violência. Um leitor do jornal escreveu criticando o ministro, afirmando que o mesmo, por meio de um discurso negativo, insinuava que o Brasil é um país racista, ao exterminar crianças e esterilizar mulheres negras (Anexos X e Y).

A professora Ana Célia da Silva²⁰⁷ rebateu o leitor escrevendo um texto para o jornal avisando que havia denúncia do extermínio de crianças feito pela Anistia Internacional, Ordem dos Advogados do Brasil e pelos Movimentos Negros. E enunciou que esconder as atitudes racistas que representam, na atualidade, o extermínio de brasileiros pobres “[...] é estar contra a luta por justiça social e direitos humanos que se inicia no Brasil e nas nações democráticas, em favor dos despossuídos e marginalizados da segunda nação de maioria negra do mundo, a nação brasileira” (JORNAL A TARDE, 1991 – Anexo Z). Esse posicionamento de Ana Célia revela o quanto as ativistas negras de Salvador estavam atentas a todas as questões relacionadas a população negra.

5.2.3 Resultados do II ENMN

O II ENMN ratificou que as mulheres negras organizadas estavam preocupadas com as questões que envolviam as relações raciais nos contextos político, histórico, econômico, social, ideológico e cultural. No entanto, aconteceram alguns conflitos e divergências de pensamentos na condução final do evento. Iruwa faz uma apreciação dos momentos finais do encontro:

A gente tava tentando abolir a questão de crachá pra votar entendendo que isso era uma coisa dos homens, criada pelos homens e que eles se viravam muito bem nisso daí, mas, que nós sempre tivemos muita dificuldade. ‘Questão de ordem! Questão de esclarecimento! Questão de não sei o quê! Qual é que passa na frente! Qual é que vem atrás!’, e sabe, aquilo era um encontro, não era um congresso, não era uma conferência. Nós sempre dissemos gente isso é um encontro, encontro a gente não vai votar nada, a gente não pode passar aqui uma discutindo ali matrizes africanas, outra discutindo ali como é que eu faço boneco, outra discutindo ervas, outra discutindo sexualidade, outra discutindo homossexualidade, outra discutindo aborto,

²⁰⁷ Ana Célia da Silva é uma das baianas entrevistadas nessa pesquisa. Durante todo o texto o nome dela é substituído por nome fictício, mas agora é divulgado porque se trata de uma reportagem jornalística a qual ela assina.

depois vamos pra uma plenária votar o que? Eu vou lá que não entendo pitomba nenhuma de educação ficar votando nas questões de educação, isso aqui não é pra votar, isso aqui é um encontro. Muita gente ficou com muita raiva porque queria crachá pra votar, queria votar porque representava A, porque representava B. Me lembro de uma companheira que dizia assim: 'Eu represento o meu Estado!', dizia pra ela: 'Menina seu Estado não sabe nem que você está aqui!' (informação verbal)²⁰⁸.

O regimento do encontro não previa votações, apenas momentos de falas que não poderiam ultrapassar três minutos, e o que aparece como propostas aprovadas são as deliberações para o III ENMN, como: local, comissões, público participante, que seria somente mulheres negras (Relatório Final II ENMN); entretanto, Iruwa expõe que as participantes queriam votar nas recomendações retiradas dos grupos repetindo uma prática que ela considera masculina, mas percebemos que são modelos adotados de espaços frequentados por elas, a exemplo das reuniões deliberativas dos partidos políticos, sindicatos e de outras organizações dos movimentos sociais.

Latasha fala sobre as expectativas das participantes:

Então, tinham uma série de diferenças de expectativas, não apenas de confiança e desconfiança, mas também de projetos. Algumas pessoas queriam afirmar a sua própria identidade, outras não estavam aí pra formar uma identidade, mas para disputar um projeto político, outras porque fazia parte da agenda política da sua organização, algumas sindicalistas, algumas de partido político, outras de outras coisas. Então se colocou uma expectativa grande demais que não possibilitou construir uma agenda, a gente saiu pela identidade, mas não chegava a lugar nenhum, em um projeto comum. E isso continua assim, a gente se junta pela identidade, mas a identidade não é o suficiente para dar conta, identidade não é projeto político. Então, eu acho que naquele tempo e agora as diferenças continuam sendo essas que fazem com que a articulação política das mulheres negras seja frágil (informação verbal)²⁰⁹.

Mesmo sendo a maioria mulheres negras participantes do encontro, a heterogeneidade de pensamento e visões de mundo fez, de acordo com a fala de Latasha, com que essas mulheres saíssem do mesmo sem terem construídos uma agenda comum. A entrevistada ressalta que uma aproximação pela identidade, ser mulheres negras, não foi suficiente para uma aproximação na unificação de bandeiras de luta. Esse olhar de Latasha alerta para a necessidade de que independente dos espaços em que atuem essas mulheres se pautem a partir de um projeto político.

Adeola colabora, em sua fala, com o pensamento de Latasha ao identificar os

²⁰⁸ Entrevista realizada com Iruwa.

²⁰⁹ Entrevista realizada com Latasha.

motivos de desagregação das mulheres negras:

Eu sempre afirmei que no Brasil não tem quadro de mulheres negras como tem na Bahia, na Bahia se a gente pegar, fechar o olho assim e dizer gente vamos fazer uma reunião com as mulheres negras boas, no mínimo a gente reúne umas 40. Nós não temos uma, nós temos muitas. Com todos os conflitos que precisam ser revisitados poderíamos falar de um monte de mulheres negras nossas. Se a gente sentar e montar um plano estratégico de formação nós avançaremos para onde a gente quiser. Agora **a dificuldade da gente fazer isso sempre se deu em função da baixa autonomia das mulheres em relação aos homens**, pois a gente tem um monte de mulheres que são os homens que continuam mandando, um bando de fracassados, mas que subalternizam as mulheres e a baixo autoestima das mulheres faz com que elas fiquem subalternizadas. **Os partidos políticos que roubam parte das mulheres da gente e elas na expectativa que serão outras coisas por lá e elas continuam sendo tratadas como elas são tratadas e a questão do cotidiano da vida da gente mesmo.**(informação verbal, grifos nossos)²¹⁰.

A baixa autoestima estimulada pelos homens, a cooptação partidária e problemas pessoais são elencados por Adeola como os desagregadores de uma atuação mais conjunta entre as mulheres. Superar essas questões é imperativo para o movimento de mulheres negras.

Algumas recomendações foram propostas pelo II ENMN, como: revisar os currículos e avaliações escolares, garantindo o acesso e permanência de estudantes com baixo poder aquisitivo e negros na escola; formação continuada dos professores em História da África; confeccionar materiais didáticos com sentido antirracista e antimachista; denunciar através da mídia o extermínio de crianças e adolescentes negros e a esterilização das mulheres; entre outras. Essas sugestões ainda são reivindicações do movimento de mulheres negras.

As ativistas baianas estavam principiando momentos de construções coletivas em âmbito nacional servindo de exemplos para outras mulheres negras. Existe uma preocupação com o emponderamento e isso fica evidenciado durante toda a movimentação organizativa e propositiva. Mesmo com as dificuldades apresentadas na sua organização e as dissensões, essas mulheres demonstraram a pluralidade das mulheres negras, construindo sua autonomia, mostrando-se propositivas e exercendo significativa liderança.

²¹⁰ Entrevista realizada com Latasha.

6 CONCLUSÃO

“Escrevi aquela estória escura sim.
Soltei meu grito crioulo sem medo.
pra você saber:
Faço questão de ser negra nessa cidade
descolorida,
doa a quem doer.
Faço questão de empinar meu cabelo cheio de
poder.
Encresparei sempre,
em meio a esta noite embriagada de trejeitos
brancos e fúteis.
Escrevi aquele conto negro bem sóbria,
pra você perceber de uma vez por todas
que entre a minha pele e o papel que embrulha
os seus cadernos,
não há comparação parda cabível,
há um oceano,
o mesmo mar cemitério que abriga os meus
antepassados assassinados,
por essa mesma escravidão que ainda nos
oprime.
Escrevi
Escrevo
Escreverei
Com letras garrafais vermelho vivo,
pra você lembrar que jorrou muito sangue.”
(Cristiane Sobral)²¹¹

²¹¹ Cristiane Sobral é escritora, poetisa e atriz.

No decorrer desta pesquisa, procurei refletir sobre a organização das mulheres negras ativistas da cidade de Salvador no período de 1980 a 1991. Os percursos trilhados durante a escrita foram conduzidos percebendo-me parte desse processo, pois na condição de sujeito dessa investigação, juntamente com as entrevistadas, constatei que as histórias de vida da maioria das mulheres negras muito se assemelham às condições e opressões experimentadas.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, com a primeira edição lançada em 1949, afirmou que “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher” (1980, p. 09), evidenciando que pensar o biológico como determinante para os papéis comportamental e social exercido por homens e mulheres é um equívoco, pois essa ideologia patriarcal considera a mulher um ser inferior e subalterno. Desta forma, o movimento feminista denunciou os efeitos do patriarcado, que se expressam pelo machismo, violência doméstica e sexual, diferenças nos indicadores de empregabilidade, grau de instrução das mulheres inferior ao dos homens, entre outras acusações.

No entanto, essas reflexões partem de uma visão universal do sujeito mulher, não problematizando em suas diversidades racial, sexual, geracional, entre outras. Então, parafraseando o pensamento de Beauvoir, podemos assegurar que não se nasce mulher negra; nos constituímos mulheres negras a partir de nossas identidades múltiplas e interseccionais, que sofrem opressões exercidas pelo racismo, machismo, classismo, e que poderíamos ir ampliando a depender dos contextos que se vivencia.

No início deste trabalho, apresentei minha história de vida começando pelas histórias de minhas avós. Nesse percurso, algumas das experiências das mulheres da minha família se mostram parecidas com as das entrevistadas dessa investigação, a exemplo do trabalho doméstico, a solidariedade e o acreditar na educação como uma alternativa para as mudanças.

Durante a minha infância, os conflitos vivenciados na constituição das minhas diversas identidades faziam que eu me auto rejeitasse, pois existe um modelo de sujeito ao qual eu não correspondo, e superar essa inconformidade só foi possível ao me reconhecer negra de forma positivada, ressignificando minha visão sobre meus pertencimentos racial, de gênero, sexual e tendo como suporte ativistas dos Movimentos Negros. A partir disto, expressei como me tornei ativista-acadêmica, alicerçando minhas referências nas mulheres negras que se fazem presentes na minha vida, quer por vínculos familiares, amizades, ativismo e até mesmo como teóricas.

Para maior compreensão sobre a organização das mulheres negras, trouxe a discussão dos Movimentos Negros enquanto movimentos sociais a partir das suas pautas de reivindicações e a busca por mudanças sociais, culturais, ideológicas e políticas que favorecem a população negra. Tal proposição foi examinada a partir das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, compreendendo que os modos de se organizar desses movimentos, em especial das mulheres negras, estavam ajustados em suas experiências, visões de mundo e opressões vivenciadas.

Foi evidenciado que a história das mulheres negras ainda apresenta grandes lacunas. Os registros de suas ações no processo de formulações e reivindicações dos Movimentos Negros são escassos e seus nomes não são, na maioria das vezes, revelados o que as tornam anônimas e invisibilizadas. No entanto, há esforços de acadêmicas e ativistas em publicizar as histórias de vida e militância das mulheres negras. As entrevistas também desvelam em suas falas ativistas negras de gerações anteriores as suas demonstrando que os seus ativismos têm um referencial e inspiração

Analisei a identidade racial como uma identidade política, visto que, no Brasil, o inventivo discurso da democracia racial foi impulsionado por teorias racistas que argumentavam a existência de uma harmonia racial, sendo a miscigenação resultante do contributo civilizatório brasileiro, e que o preconceito existente era resultante da condição social da população negra após o período de escravização (BERNARDINO, 2002; ALBERTI; PEREIRA, 2007). O mito da democracia racial ainda serve como questionador para as ações dos movimentos negros, pois em um país no qual algumas pessoas acreditam e dizem que “todos somos iguais” e que “racismo não existe”, alguns segmentos privilegiados social e economicamente (majoritariamente constituído por sujeitos não negros) recorrem atais falas para deslegitimar as reivindicações dos movimentos negros, desconsiderando que exista o racismo²¹².

Ao reafirmar uma identidade negra a partir do que foi negado enquanto atributos físicos, intelectuais, humanos; inverter o pensamento de que o “lugar do negro” é nas camadas mais pobres da sociedade e que o mesmo não tem potencial para ocupar espaços de poder, negras reinventaram sua identidade no contexto da diáspora a partir do racismo expresso por

²¹² O texto do colunista da revista VEJA reflete a ideia de igualdade e da Democracia Racial brasileira. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/somos-todos-seres-humanos/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

O Jornal Zero Hora, versão online, fez uma pesquisa em 2008, intitulada "Você acha que existe racismo no Brasil?". A maioria das respostas afirma que existe o preconceito social. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/mural/a-secao-debates-zh-perguntou-voce-acha-que-existe-racismo-no-brasil-confira-as-respostas-82327.html?pagina=2>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

outro grupo étnico.

No transcorrer da pesquisa, ao abordar a organização das mulheres negras, salientei a inevitabilidade de pensar a categoria interseccionalidade como recurso analítico ao se constatar as diversas opressões que associam gênero e raça (CRENSHAW, 1989, 2002; CALDWELL, 2007). A partir da análise das falas das ativistas baianas elas narram como é ser mulher negra em diversos espaços como: nos Movimentos Negros, nos Movimento Feminista, na Educação formal, na religião, e vão desvelando as estratégias para o enfrentamento do racismo, machismo e sujeições nesses locais. Uma das táticas expostas é pela organização para fortalecimento e empoderamento enquanto coletivo de mulheres negras.

A educação formal, ao mesmo tempo que oportuniza romper com as desigualdades econômicas e sociais a partir de uma formação que possibilite uma ascensão social, também se constitui como espaço que nutre preconceitos e desinformações em torno da pluralidade dos sujeitos. Essa afirmação pode ser constatada nos depoimentos das entrevistadas e também na minha experiência educacional.

Os Encontros Feministas foram lugares forjados para que as ativistas negras pudessem se encontrar, mesmo reconhecendo que tais eventos não as consideravam em suas especificidades. Elas aproveitam desses espaços para pensar sua organização através de encontros em que fossem as protagonistas; dessa maneira, foram realizados o I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras (Rio de Janeiro/1988 e /1991), com representação e atuação das ativistas da cidade de Salvador, comprovando o quanto essas mulheres estavam atentas aos acontecimentos em âmbito nacional e buscando se articular com as companheiras de diferentes regiões com o propósito de se fortalecerem e pautarem suas demandas, denunciando os abismos sociais e econômicos aos quais se encontravam pelo fato de serem mulheres negras.

No I ENMN, a temática girou em torno do que é ser mulher negra na sociedade; elas puderam se perceber a partir de suas subjetividades e histórias, firmando sua autonomia. No II ENMN, a dimensão macrossocial já foi discutida com maior nível de amadurecimento dessas mulheres e influenciada pelo contexto político da época. Questões que, presentes na atualidade, já eram pautadas por essas mulheres, a exemplo da esterilização em massa das mulheres negras, a violência policial, o extermínio da juventude negra, o desafio de uma educação formal que contemple a história e cultura africana e afro-brasileira, o direito aos bens básicos, entre outros. Portanto, as pautas dessas mulheres organizadas estavam para além de pensar apenas enquanto mulheres. Suas reivindicações atendiam a toda uma demanda da população negra que representa a maioria de brasileiras e brasileiros.

A maior aproximação das ativistas soteropolitanas com as de outros estados comprovou que essas mulheres, mesmo tendo demandas em comum, elas são plurais. E essa pluralidade foi confirmada ao se pensar e realizar os I e II ENMN; as divergências vieram à tona, conflitos de ideias, interesses pessoais e de grupos. Mesmo assim, o ganho político desses momentos tem seu reflexo na contemporaneidade ao notarmos que elas se fortaleceram em redes e ampliaram suas articulações em nível nacional e internacional, a exemplo da instituição do Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha, no dia 25 de julho de 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas, em Santo Domingos, República Dominicana.

Essa pesquisa apresenta algumas possibilidades de aprofundamento a partir da temática abordada, como: investigar sobre o ativismo das mulheres negras, ampliando para outras cidades da Bahia e também da região Norte e Nordeste, pois me limitei a seis ativistas residentes na cidade de Salvador; compreender como as questões regionais interferem no modo de se pensar e exercer o ativismo, como ficou demonstrado nas falas das entrevistadas, desvelando que existem conflitos; entre outras. Como não havia pretensão de esgotar toda a temática, pois há limites na pesquisa, ficam as sugestões para os desdobramentos futuros.

Nesse ano de 2015, as mulheres negras, com grande participação das ativistas baianas, estão marchando para Brasília, a capital do Brasil. Essa atividade foi gestada durante a realização do Encontro Ibero Americano do Ano dos Afrodescendentes que ocorreu em 2011 na cidade de Salvador no qual as mulheres negras se organizaram e em cada Estado estão preparando para que no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília, com o tema “Contra o racismo, a violência e pelo bem viver” e tendo como objetivos:

Dar maior visibilidade a situação de opressão secular da mulher negra, homenagear nossas ancestrais e exigir do Estado brasileiro, bem como de todos os setores da nossa sociedade, respeito e compromisso com a promoção da equidade racial e de gênero, a fim de que possamos exercer plenamente os nossos direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas deste país chamado Brasil (Site da Marcha).

A trajetória e ativismo dessas mulheres acontece desde o momento em que foram sequestradas para as américas até a contemporaneidade. Elas, além de denunciar as formas de opressão experimentadas pelas mulheres negras, também atuam na eliminação dessas desigualdades, ao mesmo tempo em que afirmam e consolidam suas múltiplas identidades.

Na condição de pesquisadora e através dessa investigação pude reafirmar meu compromisso enquanto ativista-acadêmica com foco na interseccionalidade, sendo retroalimentada pelo exemplo dado pelas ativistas sujeitos dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.

ANDERSEN, Margaret L. The Nexus of Race and Gender: Parallels, Linkages, and Divergences in Race and Gender Studies. In: COLLINS, Patricia Hill; SOLOMOS, John. **The SAGE Handbook of Race and Ethnic Studies**. London: SAGE Publications Ltd., 2010, p. 166-88.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 65-70.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.) Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.3, n.2, 1995, p. 458-463.

_____. **Lembrando Lélia Gonzalez**. Disponível em <www.criola.org.br/artigos/LEMBRANDO_LeLIA_GONZALEZ.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria A. Silva (ogs). **Psicologia Social do Racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. vol. 24, no.2, 2002, p.247-273.

BIAVASCHI, Magda Barros. **Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais**. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11192.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BOLETIM O Nêgo, nº 14, Abril, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Escravidão negra em Mato Grosso: dominação, violência e resistência**. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/escravidao/EscMGrosso_Montevideu_1999.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revistas Estudos**

Feministas, vol. 8, nº 2, 2000

_____. **Negras in Brazil**: re-envisioning Black women, citizenship, and politics of identity. Rutgers University Press. New Brunswick, New Jersey. 2007.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs). **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 167 – 193.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 2003, p. 117-132.

CHAVES, M. N. Para além da cor: questão social e genocídio da juventude negra. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. **Anais...** São Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9poderviolenciaepoliticaspUBLICAS/paraalemdacorquestaosocialegenocidi odajuventudenegra.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment, 2nd ed. New York, NY: Routledge, 2000.

CONSELHO Deliberativo do Memorial Zumbi. Memorial Zumbi: um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em Movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo, Selo Negro, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum. 1989. p. 139–167.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais das mulheres da floresta do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980-2010**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis/SC, 2012. p. 367.

CULTNE. **Encontro Nacional de Mulheres Negras**. Vídeo (6min04s). Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=orqNa-NTC58>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe. Vídeo (6min03s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UTMntN2jOVs>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

CURIEL, Ochy. Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras. **Otras miradas**, Mérida, v. 2, n. 2, dez. 2002.

_____. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe**. 2009. In: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/39749/1/ochycuriel.2009.pdf>>.

Acesso: 20 ago. 2012.

_____. **Género, raza e sexualidad:** debates contemporaneos. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf>. Acesso: 02 de mai. 2015.

EVARISTO. Conceição. **Vozes-mulheres.** Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/16408-vozes-mulheres-de-escriptoras-e-intelectuais-negras>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

_____. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (organizadores). **Movimento Negro Brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**, nº 30, 2001.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: **Cadernos Negros**, vol. 13, São Paulo, 1990.

GELEDÉS. **Significado dos nomes próprios africanos.** Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/22445-significados-dos-nomes-proprios-africanos>>. Acesso em: 22 de abr. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Rev. Bras. Educ.** Dez 2002, no.21, p.40-51.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as. In: **Revista Educação e Pesquisa**, V. 29. nº 1. São Paulo, 2003.

_____. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Política & Sociedade.** Vol. 10, n. 18, p. 133-154, abril de 2011

_____. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelocomo-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

GONÇALVES, Luiz A. Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. **Jornal Mulherio**, ano 2, n.7, 1982.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luis Augusto. **Ciências Sociais Hoje**, nº 2, ANPOCS, 1983.

_____. Lélia. The black woman's place in the brazilian society. In: NATIONAL CONFERENCE, AFRICAN-AMERICAN POLITICAL, Caucus/Morgan Sate University, Baltimore, 1984. Disponível em: <<http://www.leviagonzalez.Org.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.

FERREE, Myra Marx. Practicing Intersectionality in Sociological Research: A Critical Analysis of Inclusions, Interactions, and Institutions in the Study of Inequalities. **Sociological theory**, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2010.

GOSS, Karine P; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitados. Em Tese - **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador**, 2010.158f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: Ipea, 2001.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: from margin to Center**. South End Press. Boston, 1984.

_____. **Feminism is for everybody: passionate politics**. South End Press, 2000.

I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. **Boletim Informativo**, nov, 1988. Ano 1, n. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasil, IBGE, 2010.

II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. **Boletim Informativo**, 1991.

_____. **Relatório Final**, 1991.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

JESUS, Jorge Wilton Pereira de. **Memórias de uma esquerda em transição: militância**

comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991). Santo Antônio de Jesus Ba, 2008.

GONZALEZ, Leila. **Entrevista concedida ao Jornal MNU**, nº 9- maio/junho/julho de 1991.

LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: pedagogia interétnica, uma ação de combate ao racismo**. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2000, p. 05-23. Disponível em: <http://www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/livro_mulheresnegras.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. Berkeley: Crossing Press, 1984.

_____. **Não há hierarquia de opressão**. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

LUZ, Robenilton dos Santos. A interseção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e subhegemonias. In: VENTURY, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 out. 2014.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. Trajetórias de Mulheres Negras Lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da.; LIMA, Tereza Marques de Oliveira. **Outras Mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p. 161-180.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015. Disponível em: <<http://www.marchadasmulheresnegras.com>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MCCALL, Leslie. **The Complexity of Intersectionality**. 2005. Disponível em: <http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article_%20The%20Complexity%20of%20Intersectionality%20by%20Leslie%20McCall.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2014.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 7-29. (Coleção Temas Sociais).

MOORE, Mignon R. Intersectionality and the Study of Black, Sexual Minority Women. **Gender & Society**, 2012. In: <<http://gas.sagepub.com/content/26/1/33.refs.html>>. Acesso em: jul. 2014.

MOREIRA, Núbia Regina. **O Feminismo Negro Brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2007. p. 120.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência**: a mulher escrava na luta contra escravidão. 2 ed. São Paulo. Contexto, 1991.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: Ministério da Educação. **Diversidade na Educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NANCE, Teresa A. Hearing the Missing Voice. *Journal of Black Studies*. Vol. 26, n. 5, **Special Issue**: The Voices of African American Women in the Civil Rights Movement (May, 1996), pp. 543 – 559.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (orgs). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias organizativas do movimento negro cearense**: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. 2012. Orientador. Joselina da Silva.

NEBLETT JR, Henrique W; ROBERTS, Steven O. Racial identity and autonomic responses to racial discrimination. In: **Psychophysiology**. Vol. 50, issue 10. Wiley Periodicals, 2013. p. 943-953

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. Deusa do Ébano: o gestual herdado das danças afrobrasileiras. In: Diálogos Possíveis. **Revista da Faculdade Social da Bahia**, ano 4 nº 01, 2005.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiania: 2006.

PACHECO, A. C. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas, Campinas: 2008.

PEREIRA, A. M.; SILVA, Joselina da. (Org.). **O Movimento Negro Brasileiro**: Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. 1a. ed. Belo Horizonte-MG: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistências escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. 2001, n.114, pp. 179-195.

PINHEIRO, Luana e SOARES, Vera, **Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça**, IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/stories/pdf/prim_eiraedic_ao.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

PINTO, Regina P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH-USP, São Paulo, 1993.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

REITER, Bernd. **What's New in Brazil's - New Social Movements? Latin American Perspectives** 38 (1): 2010, 153-168. Disponível em <<http://lap.sagepub.com/content/38/1/153.refs.htmlCitations>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

RIBEIRO, Esmeralda. Ressurgir das cinzas. In: RIBEIRO; Esmeralda; BARBOSA, Marcio (Org.) **Cadernos Negros**. São Paulo: Quilombhoje, 2004. p. 63.

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais – em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 87-105.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

RODRIGUES, Cristiano. “Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil”, em SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. **Anais...** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997

SANTOS, Ana Cristina C. **Escola, família e comunidade quilombola na afirmação da identidade da criança negra**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

SANTOS, Gerson Antunes de Souza. **O Umbuzeiro e sua Importância pra o Agricultor Familiar no Semiárido** 2008. Disponível em: <http://www.ebda.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/103_ebda_informa.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser "negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: EDUC/Fapesp/Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Hélio. Discriminação Racial no Brasil. In: Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. **Anais...** Ministério da Justiça, Secretaria de estado dos Direitos Humanos, Brasília, 2001.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009, p. 275-288

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Racismo no Brasil. São Paulo. Publifolha, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado Programa de Pós-graduação em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo São Paulo, 160 fl, 2012..

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto alegre: v. 16, n. 2. Jul/dez, 1990, p. 5-22.

SEMOG, Ele. **Ponto histórico**. Disponível em: <<http://brazilianmusic.com/aabc/literature/palmares/semog.html>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

SENNA, Dulce Maria; LIMA, Thais Fonseca. Saúde da População Negra na atenção primária à saúde: a questão da violência. In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema. **Saúde da população negra**. Petrópolis, RJ: DP *et al.* Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 153-171.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. NASCIMENTO, AD; HETKOWSKI, TM (orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-101

SILVA, Carlos Aílton da Conceição. **Os belos, o trânsito e a fronteira – um estudo sócioantropológico sobre o discurso auto-referente do Ilê Aiyê**. Dissertação (Mestrado faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação em estudos étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da. En-negra-ser. In: **Afropoesias**. Juazeiro do Norte: HB, 2015. p. 11

SILVA, Joselina da; BERNADINO, Maria Cleide Rodrigues. A Democracia Racial em Desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12, nov. 2013 – fev. 2014. p. 203-22

SILVA, Joselina da. **Mulheres negras: histórias de algumas brasileiras**. Rio de Janeiro. CEAP, 2009.

_____. **Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 28, nº 1, PP. 19-36, jan./jun. 2010.

_____. “Mulher negra tem história”: os processos organizativos das feministas afro-brasileiras nos anos setenta e oitenta. In: BARRETO, Maria Aparecida S. C. *et al.* Africanidade (s) e afrodescendência (s): perspectivas para a formação de professores. Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 125-143.

SILVA, Maria Aparecida. **Trajetórias de Mulheres Negras Líderes de movimentos Sociais em Araraquara-SP: Estratégias Sociais na Construção de Modo de Vida**. Tese. (Doutorado em Educação Brasileira), Universidade Federal do Ceará, UFC, 2011.

SILVEIRA, Oliveira. **Salve a mulher negra**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Festivallatinidades/posts/577348039041197>>. Acesso em: 12 jun. 2015

SOARES, Vera. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra, no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio S. A. (orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 257-282.

SOBRAL, Cristiane. **Petardo**. Disponível em: <<http://cristianesobral.blogspot.com.br/2011/03/petardo.html>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A Política Biológica como Projeto: A “Eugenia Negativa” e a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917 – 1932)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil (1917-1940). In: **MÓDULO do curso de extensão: Da Antropologia Física a Antropologia Biológica: determinismo, plasticidade, história e sociedade**. Salvador, Fábrica de Ideias/CEAO/UFBA, 2003.

THEODORO, Mário. À Guisa de Conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M., JACCOUD L., OSÓRIO, R. G; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA; 2008.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2013.

VENTURA, Mirian. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 3. Ed. Brasília, UNFPA, 2010.

VIVEROS VIGOYA. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad em el contexto latinoamericano actual**, 2008 Disponível em: <http://ucaldas.edu.co/docs/seminario_familia/Ponencia_MARA_VIVEROS.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

WERNECK, J. O Belo ou o Puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. In: ROTANIA, A. A; Werneck, J. (Org). **Sob o Signo das Bios: vozes críticas da sociedade civil**. Vol. 1. RJ.: E-papers Serviços Editoriais, 2004

ANEXOS

ANEXO A – FOTO DA PROFESSORA DAWN DUKE



Fonte: <http://spanish.utk.edu/images/faculty/duke.jpg>.

Uma reivindicação na SBPC: um novo tratamento no estudo da participação negra na história do País

NEGROS de volta à História

Carlos A. Dória



Ilustração de Alberto Dória

Um dos acontecimentos mais importantes relacionados com a 33.ª Reunião Anual da SBPC deu-se justamente à sua margem. Assumiu a forma de panfleto, o lançamento do em "Manifesto em Defesa da Ciência" patrocinado pelo Movimento Negro Unificado. Um panfleto é sempre algo subversivo, que rompe com uma cadeia de comunicação em que meio e mensagem estão acumplicados com uma prática excludente. Assim, um "Manifesto" que proclama, numa reunião científica, que "a ciência tradicional, nas mãos da burguesia, e as ciências humanas em particular têm assumido um papel histórico de coartar os povos não-brancos, suprimindo da História do Brasil o papel desempenhado pelo trabalhador de origem africana e das culturas negras na construção da Nação", só poderia mesmo ser considerado um panfleto.

Mas as declarações conciliatórias do novo presidente da SBPC — julgando "naturais" as manifestações das "minorias" paralelamente a encontros desta natureza — apenas confirmam a procedência da acusação. Afinal, o paralelismo denuncia uma noção de cientificidade que nega a pertinência a questionamentos externos ao mundo acadêmico. Mas o que os negros reivindicam ao decretarem a caducidade de um certo saber que julgam comprometido com práticas colonialistas é o direito "ao controle do saber científico e do exercício da nossa cultura como fator de progresso e manutenção de nossa identidade nacional". Nada mais justo, pois.

Outro aspecto que não pode passar despercebido é a atualidade da denúncia e, portanto, sua possibilidade real de inverter o sentido do desenvolvimento científico. A crítica à antropologia colonialista, especialmente inglesa, se fez post facto. Não se pode dissociar da história desta ciência o fato de Bronislaw Malinowski, um de seus fundadores, ter sido conselheiro da Coroa Britânica para assuntos de além-mar; da mesma forma não se pode esquecer que a crítica à seu caráter colonialista só se generalizou a partir das guerras de libertação na África.

Mais o que os negros brasileiros reivindicam é algo mais do que uma arqueologia do "saber branco" que coloque a nu seus compromissos políticos e ideológicos com os mecanismos de opressão. "Nossa presença neste fórum científico — prossegue o "Manifesto" — reflete não só o desenvolvimento da nossa capacidade independente de organização e mobilização, conquistada através de grandes lutas pela democracia, como demonstra de forma clara a necessidade de se efetuar uma profunda crítica científica da História deste País."

UM NOVO TRATO

Está portanto, em curso a construção de uma nova hegemonia no trato do problema racial em nosso País. Vê-se pelas ruas, especialmente na Bahia, que o negro não se envergonha mais da cor de sua pele. Gilberto Gil adverte a sociedade branca de que ela deveria agradecer aos negros a oportunidade de fruir uma "nova estética". Nas quadras de ensaio dos blocos afros e afros da Bahia, transformadas em centros comunitários, procede-se à demolição da sociologia lombrosiana subjacente à obra de Nina Rodrigues; aí milhares de pretos discutem a importância de Zumbi,

avaliam de uma nova ótica, a abolição, estudam a revolta dos malês.

As ciências humanas apresentam-se neste terreno em descompasso com os reclamos do presente. Ainda são prisioneiras da conspiração de silêncio que envolve a questão do negro no País e que vai desde a exaltação do papel de um aristocrata como Joaquim Nabuco, passando pelo esquecimento do crime cometido por Rui Barbosa ao mandar incinerar os arquivos sobre a escravidão, até desembocar na supressão do quesito "cor" no censo do IBGE. O historiador José Honório Rodrigues, membro do Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer que a História do Brasil "não foi escrita por mãos negras, mas somente por mãos brancas" e que, por isso, "faltam muitos documentos da verdadeira história do País" que agora poderão ser encontrados pelo interior do Rio a partir da louável política da Secretaria da Cultura de dar prioridade às pesquisas voltadas para o conhecimento do papel do negro no desenvolvimento econômico e cultural fluminense (1). Apesar disso, não se pode apagar o fato de que as peças processuais relativas ao levante dos malês (Salvador, 1835) só vieram à luz a partir de 1968.

O que os negros apontam, com

nos seus mínimos detalhes, para posterior diagnóstico da sua causa mortal" (2).

Acontece que o falso cadáver se colocou de pé para denunciar com vigor a natureza ideológica desta "medicina legal" que se pratica nas academias. As teorias da aculturação revelam sua caducidade à luz do dia quando se trata de saber como é possível que os negros apresentem hoje tanta vitalidade social e cultural, apesar de submetidos a tantos séculos de genocídio. O conhecimento da história confunde-se agora, frente ao alvismo negro, com o resgate da própria consciência étnica. Não se trata mais de uma postura passadista, de uma recuperação da herança africana, mas de uma presentificação da história como elemento de autoafirmação política, como pressuposto da autonomia que se procura resgatar nas lutas sociais. Para esta luta a pesquisa científica só terá sentido se deitar luz sobre os processos subterâneos de transmissão da cultura e preservação da identidade deste segmento étnico que, como dizia Artur Ramos, foi triturado "na grande mola da opressão branca".

CONSTRUINDO O FUTURO

Quem fala por sua própria voz é natural que libere os intelectuais do papel de ventrílocos. E foi graças ao surgimento do Movimento Negro Unificado e seus similares regionais, influenciando o próprio programa de vários partidos políticos, que estas questões começaram a ganhar trânsito no meio universitário. Agora, o "Manifesto em Defesa da Ciência", surgido à margem da SBPC, vem colocar em cheque os produtores do saber indagando da sinceridade de seus propósitos frente à luta democrática. Concretamente, o negro — excludido do ensino superior através de mecanismos de segregação socioeconômica e racial — exige da Universidade um compromisso. Quanto à verba de pesquisa será destinada ao estudo do papel dos pretos na história do País? Que influência poderão ter as necessidades práticas da militância negra, entendida como pedagogia social, na determinação do tipo de pesquisa a ser realizada? Pretende voltar para a comunidade, aliar os seus destinos às exigências da hora presente?

Anos e anos de alienação estimulada pelos detentores do poder foram sacudidos pelo despretenso "Manifesto". Requer-se das ciências sociais a vinculação explícita a um projeto de criação de uma nova fraternidade entre os brasileiros, desafio cuja aceitação escapa ao controle da militância negra. Reclama-se um pacto capaz de restaurar o papel da ciência enquanto força edificadora do amanhã, livre portanto das peias do passado. Trata-se de uma questão que, embora transcendia as limitações de uma Reunião Anual da SBPC, produzirá consequências no desenvolvimento da própria entidade. Afinal, se a ciência prescindir de questionamentos externos dela prescindirão aqueles que têm nas mãos a tarefa de construir o futuro.

(1) Cf. "Folha de S. Paulo", de 18 de julho de 1981.
(2) Clovis Moura, "O Negro — de Bom Escravo a Mau Cidadão", Conquista, Rio, 1977, pág. 163.

Carlos Alberto Dória é bacharel em Ciências Sociais pela USP, ensaísta, co-autor de "Brasil História — texto e consulta", Brasiliense, consultor da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

ANEXO C – INCLUSÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA CATEGORIA DE TRABALHADORAS



A presidente da Associação das Empregadas Domésticas expõe o plano de trabalho da instituição

INCLUSÃO DAS DOMÉSTICAS NO QUADRO DOS TRABALHADORES

Férias, Aposentadoria e Instrução, Primeiras Reivindicações — Uma Associação Para Promover a Congregação da Classe

Todos os direitos que as leis trabalhistas asseguram para os trabalhadores em geral terão sua aplicação defendida para as empregadas domésticas, através da recém-criada Associação das Empregadas Domésticas, criada por iniciativa do Conselho das Mulheres Negras,

Integrante do Teatro Experimental do Negro. Preside a Associação a sra. Maria do Nascimento e já se estão organizando dois serviços de assistência: o jurídico, entregue à advogada Guilomar de Matos e o cultural, que iniciou suas atividades abrindo inscrições para um curso de alfabetização.

50

ANEXO D - I ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS PROMOVIDO PELO MNU

Encontro da mulher negra

Belo Horizonte (AG) — O movimento negro unificado promoveu ontem, nesta capital, o I Encontro de Mulheres Negras, com o objetivo de discutir as formas de racismo existentes no país e as discriminações que a mulher negra vem sofrendo tanto no trabalho, como na escola e na sociedade em geral, além de outros tipos de explorações, inclusive nos chamados "shows de mulatas".

Duas militantes do Movimento Negro Unificado, Alice da Silva Gomes e Denise de Paulo, condenaram a realização de certos tipos de programas em que as mulatas são utilizadas no Brasil, afirmando que "seria preferível que se declarasse a existência do racismo no Brasil do que mantê-lo disfarçado".

— As mulatas são forçadas a atender os caprichos de seus patrões e são buscadas nas favelas. Quando não servem mais para sambar, caem nos inferninhos e daí na prostituição, reforçando a imagem de que a mulata só serve para cama, em detrimento de sua capacidade intelectual, tão boa quanto a de um branco — disse Alice da Silva Gomes.

Ela condenou os movimentos feministas por estarem "passando por cima da mulher negra". "Enquanto lutam pela igualdade da mulher perante a sociedade, existem companheiras negras sendo escravizadas, trabalhando como empregadas domésticas, faxineira e lavadeiras". O I Encontro de Mulheres Negras realizado ontem, pela manhã e à tarde, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, debateu quatro pontos fundamentais.

Esses quatro itens, levados a debate por uma platéia de 60 a 70 pessoas, sendo 46 mulheres, foram a discriminação da mulher negra, a mulher negra e o trabalho, a mulher negra e a educação e a mulher negra e movimento negro unificado.

ENCONTRO NACIONAL DA MULHER NEGRA



DEZEMBRO DE 1988

INFORMATIVO

ANO I No. 2

fanheiras.
 O movimento de Mulheres Negras também é corpo de idéias que penetra na trama do lado sócio-político-cultural-econômico e construindo a transformação dentro de uma de nós. Por isso esquentem as binas que está chegando a grande hora.

O transcendental espelho se formou e de ver nossa imagem refletida nele lá... em Valença; a partir da noite de 1 de dezembro até o dia 4. Epahhhheeeeee!!!!

Fiz o caminho do oásis da luta, da auto-terminação e perseverança. Contudo, a felicidade é conquistada as duras as. Para que alcancássemos tal posição nos caminhos foram trilhados, algumas dificuldades financeiras não conseguimos rir, por isso estamos cobrando uma taxa de 800,00 para cada participante.

E MAIS, NÃO SE ESQUEÇAM: DE TRAZER DOIS RATOS 3x4 E ESCOLHEREM, NA DELEGAÇÃO DE ESTADO, DUAS REPRESENTANTES PARA IDAREM* DA MOÇADA!!!

Por Sandra Bello



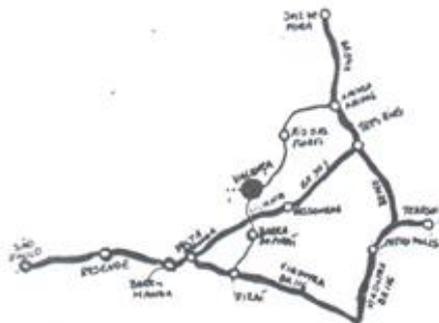
COMO CHEGAR A VALENÇA

A Comissão Executiva do I Encontro Nacional de Mulheres Negras está providenciando a ida (e volta) das participantes do Encontro até Valença. Programamos três saídas de ônibus da cidade do Rio de Janeiro. Duas saídas no dia 1º de dezembro e uma no dia 2.

Quem não puder chegar nos horários já definidos, um aviso importante: há ônibus, a cada duas horas, para a cidade de Valença. Esses saem da Rodoviária Novo Rio, Viação Normandi e custam Cr\$ 1.800,00.

Dia: 01/12/88
 Saída: Av. Franklin Roosevelt 39/713
 Horários: 14:00 Hs. e 16:00 Hs.

Dia: 02/12/88
 Saída: Av. Franklin Roosevelt 39/713
 Horário: 7:30 Hs



ANEXOS F E G – EVENTOS COM A FINALIDADE DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DO II ENMN

uma vez por mês em diversos pontos

Show musical e caruru marcam o Encontro de Mulheres Negras

Amanhã, sexta-feira, a partir das 20 horas, na nova sede do bloco afro Olodum, Rua Gregório de Mattos, s/n, Pelourinho/Maciél, será realizado um caruru em prol do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que acontecerá em Salvador em outubro deste ano.

Durante o jantar haverá show musical do cantor Chico Odwdwa, apresentação de dança afro-contemporânea pela bailarina Dimi Ferreira e um pequeno espetáculo teatral pelo Grupo de Teatro Kumpset, do Sindicato dos Bancários da Bahia. O ingresso para o caruru custa Cr\$1 mil e pode ser adquirido com antecedência ou mesmo no horário do evento, na sede do Olodum.

Jornal A Tarde 23-05-1991

Bingo para mulheres negras

Hoje, a partir das 19h30min, no Bar Novo Tempo, Largo do Pelourinho, será realizado um bingo dançante para angariar fundos para o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que acontecerá de 1º a 4 de novembro, em Salvador. Durante toda a noite, as melhores fitas de reggae, funk e outros ritmos afros.

Jornal A Tarde 12-09-1991

ANEXO H – CONVOCAÇÃO DAS MULHERES PARA A CONSTRUÇÃO DO II ENMN



Jornal A Tarde 31-05-1991

ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DO II ENMN

II ENMN

PROGRAMAÇÃO

TEMA CENTRAL: MULHER NEGRA, ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DAS PASTAS DE TRABALHO
DIA 01.11 (SEXTA-FEIRA) A PARTIR DAS 14:00 HORAS

ABERTURA DO ENCONTRO

Dia 01.11 (sexta-feira) às 20:00 horas

* **Apresentação das Comissões Nacional e Estadual**

* **Atração Cultural:**

- Banda Mirim Olodum/BA
- Elisa Lucinda/RJ
- Grupo Folclórico do SESC/BA
- Nega Dançarina UNEGRO/BA
- Coquetel

REGIMENTO INTERNO – APROVAÇÃO

dia 02.11 (sábado) das 08:00 às 09:00 horas

* **Apresentação e Aprovação do Regimento**

PAINEL DE ABERTURA

Dia 02.11 (sábado) das 09:00 às 12:00 horas

* **Histórico e avaliação do Movimento de Mulheres Negras –**

Palestrantes:

- Kátia de Melo e Silva (Militante do Movimento Negro/BA)
- Geni de Mattos (CEAP/RJ)
- Edna Roland – Geledés-SP

MESA 01 – MULHER NEGRA E PODER PODE

Dia 02.11 (sábado) das 14:00 às 18:00 horas

* Palestrantes:

- Benedita da Silva (Deputada Federal/RJ)
- Jurema Batista (Militante Movimento Favelados/RJ)
- Maria Lúcia Dutra (Grupo de Mulheres Mãe Andreza/MA)
- Vanda Maria Ferreira (Secretária de Defesa e Promoção das Populações Negras – Gov. Estado RJ)

MESA 02 – MULHER NEGRA: PROCREAÇÃO, EXTERMINIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS

Dia 03.11 (domingo) 08:00 horas

* Palestrantes:

- Ana Reis (REDEH/BA)
- Mary G. Castro (Socióloga, Professora e Pesquisadora/UFBA)
- Jurema Werneck (CEAP/RJ)
- Lúcia Xavier (Movimento Nac. Meninos e Meninas de Rua/RJ)
- Edna Roland (GELEDES/SP)
- Maria Alice (RJ)

INTERVALO PARA O ALMOÇO: Das 12:00 às 14:00

MESA 03 – POR QUE MULHER NEGRA?

Dia 03.11 (domingo) das 14:30 às 17:00 horas

* Palestrantes:

- Jussara Santana (UNEGRO/BA)
- Maria José L. Silva (RJ)

OBS.: As Coordenadoras serão indicadas pela Comissão Nacional e as Reladoras eleitas pelos Grupos de Trabalhos correspondentes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ENCONTRO

Dia 04.11 (segunda-feira) das 09:00 às 12:00 horas

PLENÁRIA FINAL

Dia 04.11 (Segunda-feira) 14:00 horas

ENCERRAMENTO DO ENCONTRO

Dia 04.11 (segunda-feira) 18:00 horas

ANEXO J- CARTA-RENÚNCIA

II ENMN	
CARTA ABERTA/RENÚNCIA	
<p>COMPANHEIRAS,</p> <p>A expectativa criada em torno do ENMN foi frustrada, já que acreditávamos que o II Encontro tinha como objetivo a articulação e organização de um maior número de mulheres negras de todo o Brasil com a perspectiva de criarmos mecanismos de enfrentamento à dominação racista e sexista vigente na sociedade. Apesar de constarmos as debilidades ocorridas no I Encontro, isto não foi o bastante para deixarmos de acreditar que precisávamos nos organizar com vistas à construção de um II Encontro, inclusive porque se fazia necessário superar as deficiências ocorridas anteriormente.</p> <p>Caminhamos rumo ao II Encontro com a certeza de que desta vez acertaríamos, já que pensávamos ter acumulado experiência suficiente para atingir o objetivo ao qual o encontro se propunha. Apesar das alterações que foram feitas, a exemplo de critérios de participação aberta, o que nos permitiria dar um salto qualitativo bem maior já que estaria representado um grande número de mulheres com diversidades de opiniões, práticas e níveis de informação e estas características nos apresentaria um quadro real da situação da Mulher Negra, infelizmente nos deparamos com essa situação angustante à 20 (vinte) dias do Encontro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Definição de critérios acadêmicos para exposição dos trabalhos durante o Encontro, critérios esses definidos de acordo com o interesse de um ou outro estado sem levar em consideração a posição da Comissão Nacional. Esses critérios, como no caso da Comunicação, não levaram em conta o conhecimento prático das mulheres negras, o que denota a falta de conhecimento da nossa realidade;• Uma taxa de inscrição estipulada em Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) o que corresponde hoje a aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) do salário mínimo, não justifica como alternativa para solucionar os problemas financeiros encontrados para a realização do encontro;	<ul style="list-style-type: none">• Os estados não cumpriram o compromisso assumido durante a articulação do Encontro de promover eventos, realizar atividades e buscar outras formas de recursos para viabilizar a realização do Encontro, uma responsabilidade de todos;• Levando-se em consideração que há um mês do Encontro não havia ainda uma definição de espaço garantido para sua realização, o estado-sede não tinha condição de desencadear o processo de inscrição, o que não ocorreu com os demais estados que abriram inscrições sem considerar a real situação em que se encontrava o estado-sede;• Os constantes atos desrespeitosos para com a comissão organizadora do estado-sede e as duas representantes da Comissão Nacional, acusando-nos de incompetentes e irresponsáveis politicamente, afirmando que não tínhamos condições de dirigir a organização do Encontro, não considerando o apelo da Comissão Organizadora no sentido de reavaliar resoluções tomadas na última reunião nacional, resoluções essas que o estado-sede considerava equivocadas em relação ao objetivo principal do Encontro e a situação real apresentada. <p>A partir de uma série de avaliações que foram feitas, inclusive pela própria Comissão Organizadora, de como a Coordenação Nacional estava encaminhando o processo para a realização do Encontro, avaliamos que faltou um maior compromisso político com os seus objetivos centrais. Temos, no entanto, a certeza de que contribuimos até onde acreditávamos que era possível construir um II Encontro que conseguisse preencher todas as lacunas deixadas pelo I Encontro e na perspectiva de continuarmos a caminhar juntas na unidade de um princípio comum que é a real organização de mulheres negras, apontando para um salto qualitativo que possibilite uma intervenção efetiva e consequente no Movimento Negro e na sociedade como um todo. Mas constatamos que é necessário superar alguns entraves que se colocam como intransponíveis para nós, a exemplo dos projetos individuais em detrimento do</p>
9	
II ENMN	
<p>ideal coletivo, a má condução das divergências políticas, a falta de compromisso com a verdadeira organização e conscientização do povo negro com vistas a construção de um projeto político do nosso ponto de vista.</p> <p>Na expectativa de que possamos avançar para a certeza de que podemos nos constituir numa força política capaz de mudar a cara da sociedade brasileira, mas que para isso é necessário ter coragem de abandonarmos práticas nocivas e suicidas, assinam este Documento:</p>	<p>Ana Cláudia Lemos Pacheco Rita de Cássia França Fontoura Isabel Cristina Ferreira dos Reis Sayonara da Luz Santos Eliane Costa Santos Vitória Cristina Lélis Aranha</p> <p>Valdecir Pedreira do Nascimento Edenice Santana de Jesus Márcia Conceição Martins Correia Cruza Maria Oliveira Valdiléia Pedreira do Nascimento Telma Nascimento</p> <p>Salvador, 1º de novembro de 1991</p>
<p>* Esta carta aberta foi lida por Isabel Cristina F. dos Reis na abertura do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, objetivando registrar oficialmente para as participantes deste encontro, a renúncia de Valdecir Pedreira do Nascimento-Ba à Comissão Nacional, bem como, a retirada do apoio à Comissão Estadual-Ba, das demais assinantes.</p>	
10	

ANEXO K – REPORTAGEM SOBRE O II ENMN

Mulheres negras falam de racismo e buscam solução

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, quando as mesmas exercem algum tipo de poder na sociedade brasileira, foram discutidas ontem, numa das mesas-redondas do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, iniciado sexta-feira, na Colônia de Férias do Sesc, em Piatã. Cerca de 350 mulheres de todo o País participam do encontro. A maioria delas é militante de movimentos negros, associações de moradores e de outros grupos organizados.

A professora Jurema Batista, presidenta do Conselho da Federação das Favelas do Rio de Janeiro, fez um relato de sua experiência como líder comunitária, desde 1981, quando exerceu o primeiro mandato de presidente da Associação dos Moradores do Morro Andaraí, no Rio de Janeiro. "A comunidade do morro imaginava que, na condição de mulher, eu sofreria menor repressão policial", contou. "De fato, a repressão foi menor e fui reeleita em 83".

Para Jurema, é inevitável concluir que a violência foi menor porque a mulher é vista pelos policiais como incapaz. "Eles apostaram na minha incompetência e, por esta razão, me deixaram mais livre para trabalhar", relatou. Naquela época, quando o morro tinha população estimada em

17 mil habitantes, Jurema conseguiu eletrificação, serviços de urbanização, creche comunitária e até a desapropriação da área, tornando cada favelado dono da terra. "Passei a ser chamada de macaca porque a discriminação racial tornou-se nítida diante de nossas conquistas".

A secretária extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, do Rio de Janeiro, Vanda de Souza Ferreira, substitui o ex-secretário Abdias do Nascimento. No exercício da função há 60 dias, a pedagoga já percebeu que tem pela frente um grande desafio. "As pessoas insistem em imaginar que eu sou a secretária de Abdias", disse. "Sempre que me perguntam isto, sou obrigada a informar que eu sou a secretária de Defesa das Populações Negras em substituição a Abdias, mas alguns costumam a aceitar".

A deputada federal Benedita da Silva (PT) salientou que o momento atual exige novas ações além das denúncias de discriminação. "É preciso que venhamos a traçar uma estratégia própria de ação para interferir no processo que até agora dificultou a atuação da mulher negra em todos os setores", recomendou a deputada, eleita pelo Rio de Janeiro.

Jornal A Tarde 03-11-1991

ANEXO L- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO II ENMN

II ENMN		PRESTAÇÃO DE CONTAS	
1. RECEITAS			
1.1 Doações			
1.1.1. Visão Mundial-Ba	60.000,00		
1.1.2. Visão Mundial-RJ	50.000,00		
1.1.3. Unicef-RJ	2.125.000,00		
1.1.4. Cese-Ba	1.865.100,00		
1.1.5. Câmara de Vereadores-Salvador-Ba	200.000,00		
1.1.6. CDL-Ba Clube Diretores Lojista	132.000,00		
1.1.7. Conselho Mundial de Igrejas	2.340.000,00		
1.1.8. Unicef-Ba	2.963.654,00		
Sub-Total	9.735.754,00		
1.1.9. Terra Nuova-Ba.			
Vi. referente cobertura completa do II ENMN, repassado diretamente para Madragoa Produções de Imagens Ltda.	1.200.000,00		
1.1.20. Unicef-Ba.			
Vi. referente a direção de edição, sonorização e roteiro final, repassado diretamente para Madragoa Produções de Imagens Ltda.	29.110.000,00		
1.2. Inscrições	2.713.600,00		
1.3. Rendimento fundo Aplicação Financeira	2.841.138,27		
TOTAL DAS RECEITAS	45.600.492,27		
2. Despesas			
2.1. Alojamento			
2.1.1. SESC-Serviço Social do Comércio		5.041.800,00	
2.1.2. CENEC-Ba		1.100.000,00	
2.2. Alimentação			
2.2.1. SESC-Serviço Social do Comércio		1.278.007,00	
2.3. Transporte/Combustível			
2.3.1. SESC-Serviço Social do Comércio		1.052.796,00	
2.4. Material Impresso/Propaganda			
2.4.1. SESC-Serviço Social do Comércio		4.537.900,00	
2.5. Serviço de Sonorização			
2.5.1. SESC-Serviço Social do Comércio		450.000,00	
2.6. Outros Serviços e Encargos			
2.6.1. SESC-Serviço Social do Comércio		1.799.895,13	
Sub-Total		15.260.398,13	
2.7. Vi. referente a cobertura do II ENMN, repassado diretamente à Madragoa Produções de Imagens Ltda, pela Terra Nuova-Ba.			1.200.000,00
2.8. Vi. referente a direção de edição, sonorização e roteiro final, repassado diretamente à Madragoa Produções de Imagens Ltda, pela Unicef-Ba			29.110.000,00
TOTAL DAS DESPESAS			45.570.398,13
Saldo em 07 de outubro de 1992			30.094,14

Comissão de Finanças-Ba.
Iracilda S. Santos (Cida)
Marilene C. Nascimento (Leninha)

ANEXOS M A V – RELAÇÃO DAS PARTICIPANTES DO II ENMN

II ENMN

RELAÇÃO DAS PARTICIPANTES

NUM ORDEM	NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	ESTADO	CEP	ENTIDADE
001	VANDA MARIA BARBOSA	CONJ. JOSÉ S. PEIXOTO, R. GH - QD. 07 JACINTINO MACEIO	233-7894	ALAGOAS	57020	ENTIDADE ZUMBICEDIM
002	ELIZETE DOS SANTOS	AV. ROBERTO MONSEN, S/N - AV. ROTARY - MACEIO	223-3269	ALAGOAS	57000	C. M. NEGRAS
003	GERUSA M ^o S. PALMEIRA	RUA PEDRO AMÉRICO, 1078 - POOD - MACEIO	232-1249	ALAGOAS	57000	
004	JOSELINE DE LIMA	CONJ. RUI PALMEIRA, S/N SERRARIA - MACEIO	221-8294	ALAGOAS	57000	
005	MARIA NEUSA CARMEIA DE SOUZA	R. PROF ^a CORA DE CARVALHO, 15-B - MACAPÁ		AMAPÁ		CEMA/CECIN
006	FRANCISCA DE M. GUEDES	AV. CARLOS GOMES, 158 - MACAPÁ	231-4246	AMAPÁ		CONS. CULT. AMAPÁ
007	ALCIMAR DE J. FRANÇA	RUA SÃO CAETANO, 494 - S. CAETANO - SALVADOR		BAHIA	40520	CONS. CULTURA
008	ANA CRISTINA S. NUNES	CAJAZ. 08 - S. B. CAMBI. 02 - CASA 06 - CAJAZEIRAS	399-6368	BAHIA	41300	APNCEB S/PENHA
009	ANA CELIA DA SILVA	RUA JOSE ANASOM, 46 JD. CAIÇARA - BROTAS/SSA	234-0310	BAHIA	41980	
010	ANA ROSA DOS SANTOS	RUA CAIO MARIO Q. 15 L-15 - MANGUEIRA MASSARANDUBA/SSA	230-2853	BAHIA	40450	GR. U. CONS. NEGRA
011	ALTAMIRA A. DOS SANTOS	02 ETAPA, RUA A, CASA 117 - CASTELO BRANCO/SSA	246-3116	BAHIA		
012	AURISTELA DE L. DO SACRAMENTO	RUA ANA FIEDADE, 44-E - SALVADOR		BAHIA		UNEGRO
013	GILDALIA ANJOS SANTOS	LAD. DA MANGUEIRA, 16-A - AMARALINA/SSA		BAHIA	41860	MNU UNEGRO
014	GIRLENE DE J. SANTANA	AVENIDA SERAFIN, 71 - PERO VAZ - SALVADOR	384-8064	BAHIA		
015	GUBIAR ALMEIDA	COND. ARVOREDO, RUA B 99/104 - CABULA VI/SSA	230-9989	BAHIA		
016	CARMEI L. SACRAMENTO	RUA DOS CARVÕES, 75 - STO. ANTONIO/SALVADOR		BAHIA	40300	GR. D. IM. DO PT
017	CHRISTIANE PIEREN	RUA BAJO DE BERGI, 18 - BARRA/SALVADOR		BAHIA		
018	DEISE FRANÇA	LAD. SÃO FRANCISCO DE PAULA, 38 - LAFINHA/SSA		BAHIA		
019	ELIZABETE C. OLIVEIRA	RUA ADEMÁRIO, 09 NORO. DE AMARALINA/SSA	235-0261	BAHIA		CLODUM GR. DE M. APNS UNEGRO
020	IRENE ALMEIDA DA SILVA	RUA ARTUR MENDES DE AGUIAR, 09 - AP. 22 BARBALHO/SSA	241-2812	BAHIA	40030	
021	IRACILDA SILVA SANTOS	COND. V. DAS FLORES, ED MIOSOTIS/401 - C. BROTAS/SSA		BAHIA	40000	COL. M. NEGRAS BAHIA
022	IVANILDE R. S. BARBARA	CAM. 15, 08 CONJ. JOMAF EUCALPTO - F. DE SANTANA	221-8043	BAHIA	44100	FRONTE NEGRA FEIRENSE
023	JANDIRA MARIA DA SILVA	SETOR 02 - QD. D - CAM. 28 - CASA 3-A	243-8595	BAHIA	40.000	UNEGRO
024	JANE SILVA CRUZ	CAJAZEIRAS 10 / SSA		BAHIA	42700	
025	JÚLIA MARIA DA SILVA (LIA)	RUA BOA VISTA, 24 CENTRO - L. DE FREIRAS R. FRANCISCO P. MATEUS, 67 - MANGUEIRAS	226-2853	BAHIA	40450	AEEC/CECUP
026	JUNE ROGES	MASSARANDUBA/SSA ED. ACLAMAÇÃO 1 ^o ANDAR 101-C - GRANDE SALVADOR	321-2124	BAHIA	40.000	GRUPO DE MULHERES FEMINISTA UNEGRO
027	JOSERICE S. DE JESUS	RUA TOMAZ GONZAGA, 800-E - PERNAMBUCOS/SSA	230-3448	BAHIA	40000	UNEGRO
028	JURLENE S. FERREIRA	VILA DOIS IRMÃOS, S/N - CARILUA/SSA		BAHIA	41100	UNEGRO
029	JUSSARA JESUS SANTANA	RUA DO PASSO, 48 - PELOURINHO - SALVADOR		BAHIA	40000	UNEGRO
030	KATHLEE ALEXANDER	RUA BANCO DOS INGLESES, 30/401 - C. GRANDE/SSA	321-2409	BAHIA	40120	UNEGRO
031	LINDINALVA A. PESSOA	BAIRRO DE FLORES - RUI BARBOSA		BAHIA	40000	MOV. MULHERES UNEGRO
032	LUCENIA CELINA B. DE CARVALHO	RUA LUIZ DE CAMÕES, 61 - AP. 001 V. LAURA - MATATU/SSA		BAHIA	40000	
033	LUCIENE BRANDÃO	RUA DO PASSO, 48 - PELOURINHO/SSA		BAHIA	40000	UNEGRO
034	MARCELLA PURZO	RUA DOS OSSOS, 84 - QD FERNANDA CABRIEIS, ANTONIO/SSA		BAHIA	40000	
035	MARLENE B. DOS SANTOS	RUA AMAZONAS ED. SAFIRA, 501 - AP. 102 PITUBA/SALVADOR		BAHIA	40000	APLBS/INDICATO
036	MARLENE C. NASCIMENTO	CONJ. SANTA LUIZA 8, 14 - CASA 10 - URUGUAI/SSA		BAHIA	40.450	UNEGRO

22

II ENMN

037	MERLENE M. DA SILVA	R. ÁLVARO ADORNO, 63 - CASA 09 - BROTAS/SSA	241-6388	BAHIA	40.000	APNS
038	M ^o DA CONCEIÇÃO DOS S. GOMES	RUA VILA UNIÃO, 21 - RIBEIRA/SSA		BAHIA	41200	UNEGRO
039	MARIA DAS G. R. SANTOS	CONJ. CAJAZEIRA VIII - NÚCLEO A C. 09 - CASA 12/SSA	241-1399	BAHIA	40000	ASS. MUTUÁRIOS
040	MARIA DE F. SANTANA	RUA DO CASTANHEIRA, 50 - NAZARÉ/SALVADOR	312-1243	BAHIA	40450	
041	MARIA DE LOURDES DE C. NASCIMENTO	CONJ. SANTA LUIZA, 14 N.10 URUGUAI/SSA		BAHIA	44100	
042	MARIA DO CARMO B. SILVA CARDOSO	CAM. XIQUE, 09 - CIDADE NOVA - FEIRA DE SANTANA	221-9895	BAHIA	44100	
043	MARIA OLÍVIA SANTANA	AV. VASCO DA GAMA, 465 - SALVADOR	359-8953	BAHIA	40.000	UNEGRO
044	MIRIAN DE J. SANTOS	RUA VILA DOIS IRMÃOS, 113 - BARREIRAS CABULA/SALVADOR	384-8064	BAHIA	40.100	UNEGRO
045	MARIVANIA	NORDESTE DE AMARALINA/SALVADOR		BAHIA	40000	GR. M. PERIFERIA
046	NEJMA P. DE JESUS	VILA GRAÇA, 85-A - QUEMADINHO - LIBERDADE		BAHIA	40000	UNEGRO
047	KÁTIA DE MELO SILVA	RUA DA POEIRA, 03 - AP. 707 - NAZARÉ/SSA	242-5920	BAHIA	40020	C. M. NEGRAS/BA
048	RITA MARIA M. DÓREA	MONT. BELÉM DO MEIO, 18 - V. DA GAMA	247-5509	BAHIA	40000	
049	SÔNIA PEREIRA PINTO	AV. SETE DE SETEMBRO, N. 71/113 SÃO BENTO - SALVADOR	321-3554	BAHIA	40115	
050	TÂNIA M ^o A. LIMA	RUA FERREIRA SANTOS, 64 - FEDERAÇÃO/SSA	237-5554	BAHIA	40230	
051	TÂNIA M ^o FIGUEIREDO PINTO	CONJ. STA. LUIZA - QD. 05 - CASA 15 - URUGUAI/SSA	237-5554	BAHIA	40230	UNEGRO
052	TEREZINHA ALMEIDA LIMA	RUA FERREIRA SANTOS, 64 - FEDERAÇÃO/SSA		BAHIA	40000	UNEGRO
053	VALDEIDES NASCIMENTO	RUA DO PASSO, 48 - PELOURINHO/SSA	1321-6255	BAHIA	40000	COLM. NEGRA/BA
054	VILMA M ^o DOS SANTOS REIS	RUA DO AMPARO, 05 - TORORÓ / SALVADOR	234-9974	DF	70658	COL. M. NEGRAS
055	CRISTINA DE F. GUIMARÃES	Q. 1501 - BL. B - AP. 205 - CRUZEIRO NOVO - BRASÍLIA	242-5469	DF	70258	
056	GENTY DA SILVA CRAVO	SOS 408 BL. O - AP. 102-B - ASA SUL - BRASÍLIA/DF	225-8202	DF	73300	
057	IVANETE ALVES SANTOS	QD. 04 - CONJ. J. LOTE 07 - PLANALINA-BRASÍLIA	243-5091	DF	73300	BAZAFFRO
058	LYDIA GARCIA	HIGS, 709 - BL. M. CASA 30 - P. PLOTO-BRASÍLIA	558-4098	DF	71050	MNU
059	MARIA DAS G. SANTOS	OE, 17 - CONJ. I. CASA 02 - GUARA II-BRASÍLIA	558-8370	DF	72400	COL. M. NEGRAS
060	MARIA JOANA MENDES	Q-1 CASA 71 - SETOR OESTE - GAMA/BRASÍLIA	268-8606	DF	71015	COL. M. NEGRAS
061	ROSANA DOS S. GONÇALVES	QI-18 BL B AP. 237 - GUARÁ I	558-8606	DF	70651	SINDIPREV
062	SÔNIA P. MARINHO	AOS 04. BL. C. APL. 217 - OCTOGONAL SUL - BRASÍLIA	234-8750	DF	20050	ABEN
063	VALMIRA DOS SANTOS	R. CARLOS ALVES, 170 - ED. M. SERRAT 205 VITÓRIA ESP. SANTO		VITÓRIA	20050	
064	IRENE DE PIVA	ALAMEDA BOTAFOGO, 427 - CENTRO - GOIANIA	225-1179	GOIÁS	74000	CPM/UNEGRO
065	ANA SILVA CATANHETE	TRAV. BOM JESUS, 21 - B. VISTA MONT. CASTEL O - SÃO LUIZMA		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
066	ANA CLARA V. COSTA	CADIA POSTAL 430 - SÃO LUIZ		MARANHÃO	65010	GR. MULHERES NEGRAS ANDREZA
067	DULCILENE MELO ARAUJO	VILA GORETE, 133 - GAMBÓIA - SÃO LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
068	GRAÇA MARIA ANDRADE SILVA	R. CATULO DA PAIXÃO CEARENSE, 332 V. PASSOS SÃO LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
069	MARIA DO S. G. COSTA	RUA SANTA RITA 578 - CENTRO - SÃO LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
070	MARTA MARIA ANDRADE	TRAV. BOM JESUS, 21 - VISTA M. CASTELO - S. LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
071	MARIA ELOISA M. FERREIRA	RUA 37 - QD. 46 - N. 16 - ANIL IV COHAL - S. LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
072	MARIA LÚCIA DUTRA SANTOS	TRAV. 21 DE ABRIL, 17 - COREIA DE CIMA - S. LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
073	MARISLE P. MARTINS	AV. GOV. LUIZ ROCHA, 1784 - LIBERDADE - S. LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
074	JOSANINA ROSA DE LUZ	V. 203 - RUA 12 - CASA 47 CONJ. CIDADE OPERÁRIA/SÃO LUIZ		MARANHÃO	65000	GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA

23

II ENMN

075	VINÓLIA DE JESUS A. SILVA	C. DA BOIADA, 212 - CENTRO / SÃO LUIZ		MARANHÃO	65000		
076	SILVANI MAGALI V. NASCIMENTO	R. MIRIAN S. SILVA - BL. 10 - AP. 06		MARANHÃO	65000		GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
077	ROSINHA DONATO DA SILVA	V. INA REGOYS. LUIZ					GR. MULHERES NEGRAS MÃE ANDREZA
078	RAQUEL NÓBREGA J. DE OLIVEIRA	RUA CANAVIEIRAS, 71 - CASA 02 - CAMPO GRANDE	421-9567	M. G. SUL			TRABALHO E ESTUDOS ZUMBI GR. AFRO AXÉ
079	ROSA MARIA DA S. LIMA	RUA CANAVIEIRAS, 71 - CASA 02 - C. GRANDE		M. G. SUL			
080	SÔNIA SAVE	M. GROSSO DO SUL		M. G. SUL			TRABALHO E ESTUDO ZUMBI
081	AURELIA AFONSO	RUA CANAVIEIRAS, 71 - CASA 02 - C. GRANDE		M. G. SUL			TRABALHO E ESTUDO ZUMBI
082	BENILDA R. P. DE BRITO	RUA ITAPECUICA, S/N - DIVINÓPOLIS					TRABALHO E ESTUDO ZUMBI
083	CACILDA R. DE SOUZA	R. RIO BRANCO, 97 - AP. 401 - RIACHO - CONTAGEM	493-7948				CONGAI
084	CLEIDE HILDA DE LIMA	R. RIO BRANCO, 97 - AP. 401 - RIACHO - CONTAGEM					COL. M. NEGRAS
085	CARMEM J. LIMA	R. POTO MAIO 1161 - SÃO GERALDO - B. HORIZONTE					COL. M. NEGRAS
086	CÉLIA MARTINS DA SILVA	R. POTO MAIO 1161 - SÃO GERALDO - B. HORIZONTE	351-7474				COL. M. NEGRAS
087	DENISE DEIA DA SILVA	R. DESEMB. BRASLIA, 1624 - ALTO V. CRUZ/BH					COL. MULHERES NEGRA
088	ELISABETH DO N. MATHEUS	AV. DO CONTORNO, 1313 FLORESTA 03 - ANDAR-BH					MPM A CAC-UP
089	EMÍLIA P. DA ROCHA	RUA ANTONIO MORAES, 29 - TRIÂNGULO - P. NOVA	244-1045				MPM CAC-UP
090	ELZA DE SOUSA SILVA	AV. LARGO DA PRAÇA, 136 - STY DUMONT - PRAIPORA					MPM CAC-UP
091	IRACEMA SANTOS MEIRELLIS	RUA PADRE ANTONIO CAVANES, 950 - BRAUNAS-BH					UNIDIOS DE MULHERES
092	FLÁVIA MARQUES DE JESUS	RUA SÃO BORJA, 409 - BOA VISTA - B. HORIZONTE					PROIOPRENSE
093	IRIS JOSÉ DOS SANTOS	AV. E, 352 - CÉU AZUL - B. BELO HORIZONTE					MOV. SEM CASA
094	ILMA GOMES DE OLIVEIRA	RUA AMARILS, 28 - AP. 103 - PEDRO II B. HORIZONTE	225-2224				MOV. SEM CASA
095	IVONE SANTOS	RUA DIVINÓPOLIS, 527 - SANTA TEREZA - B. HORIZONTE					MOV. GERAL
096	IVONE MARTINS DA CRUZ	RUA ITAMAR, 811 - ALTO VERA CRUZ - B. HORIZONTE	463-6893				MPM. E COMISSÃO SAÚDE
097	IRENE DOMINGOS	RUA INDEPENDÊNCIA, 232 - V. CENTENÁRIO - P. NOVA					MPM COL. DE M. NEGRAS
098	IRENE DOMINGOS	RUA INDEPENDÊNCIA, 232 - V. CENTENÁRIO - P. NOVA					MPM COL. DE M. NEGRAS
099	JUSSARA CRISTINA DOS REIS	RUA 09 - 900-CARDOSO / BELO HORIZONTE/CUPERTINHO					
100	LÍDIA FILOMENA DOS SANTOS	EURITA, 951 - SANTA TEREZA - BELO HORIZONTE					GRUPO JOVENS
101	MARILDA VIEIRA CAMPOS	RUA MARIA JOSÉ MARTINE, 150-A - FONSECA/DIVINÓPOLIS	463-9673				
102	MARIA DA C. DE SOUZA	R. PADRE ANTONIO CAVANES, 950 - BRAUNAS / BH					CASA CONGAI
103	MARILDA F. DOS SANTOS	R. DR. BRITO, 195 - CENTRO - VICOSA	411-1489				MOV. SEM CASA MPM
104	MARIA DO SOCORRO NEVES	RUA ESTEVÃO MUSSO, 203 - VILA CUBALIBAS/BH	891-2718				
105	MÁRCIA C. DOS SANTOS	RUA PADRE ANTONIO CAVANES, 950 - BRAUNAS/BH					
106	MARIA DAS GRAÇAS TEODORO	ALOJAMENTO FEMININO, 0 207 - UNIV. FED. VIÇOSA					
107	MARIA DE FÁTIMA O. FERREIRA	RUA SANTA JULIANA, 298 - SALGADO FILHO/BH	212-4030				FEMINISTA VIÇOSA
108	MARIA EPIGÊNIA A. SANTOS	CONDE DE LINDHARES, 742 - AP. 102 - CID. JARDIM/BH	273-1519				MPM
109	NIVALDA A. DE P. RAIMUNDA	JOSÉ MARIA JARDSON, 220 - CENTRO PEDRO LEOPOLDO/BH					MPM UBM
110	RITA MARIA DE OLIVEIRA	RUA MARCELINO RAMOS, 58 - BOA VISTA/BH					SIND. TECELÕES
111	RITA DE CÁSSIA PEREIRA DE AMORIM	RUA C, N. 10 GOIÂNIA - BELO HORIZONTE					
112	ROSÂNGELA R. DE FARIA	RUA MADUFEIRA, 418 - RIACHUELO - B. HORIZONTE					MPM
113	RITA DE FÁTIMA GÓES CUPERTINO	AV. GAIVOTA, 1220 - FLÁVIO MARQUES - B. HORIZONTE					APN ROSAS DE OXALÁ CMN
114	ROGÉRIA CÁSSIA DOS R. NASCIMENTO	CAIXA POSTAL 526 - CENTRO - B. HORIZONTE	273-4315				SINDIBEL MPM
115	ROSELY DE ALMEIDA PIRES	RUA DOS FERREIRAS, 230 - SERRANO - B. HORIZONTE					COLETTIVO MULHERES MNU
							CASA DANDARA

II ENMN

116	ROSÂNGELA ALVES OLIVEIRA	AV. BRIGADEIRA EDUARDO GOMES, 1075 - IPANEMA/BH					
117	SEBASTIANA DE JESUS PEREIRA	RUA ESTEVÃO MUSSA, 167 - NOVA GAMELEIRA					
118	SOLANGE R. SOCORRO	RUA SÃO PAULO, 1422 - BELO HORIZONTE					MINAS GERAIS
119	SUELY VIRGINIA DOS SANTOS	RUA SÃO PAULO, 1422 - BELO HORIZONTE					MINAS GERAIS
120	SELMA MARIA AUGUSTO	RUA CAPITÃO DOMINGOS, 281-A - FONSECA/DIVINÓPOLIS					MPM
121	SUELY VIRGINIA DOS SANTOS	RUA LINDS FERREIRA, 289 - N. VISTA - B. HORIZONTE					
122	CLAUDETTE DA S. CORDEIRO	RUA DO CAMPO, 120 - ALTO VERA CRUZ/BH					MOV. NEGRO CMN
123	VALÉRIA GRACIANE F. FERNANDES	RUA DOS COMANCHES, 863/202 - SANTA MÔNICA/BH					
124	LÚCIA E. DOS SANTOS	RUA TIBAGI, 361 - CENTRO - CURITIBA					MINAS GERAIS
125	MARISTANE DE SOUZA ROSA	RUA BOLÍVIA, 230 - CX. POSTAL 520 - BOCACHINCURITIBA					MINAS GERAIS
126	ROSEANE DE A. PIRES	RUA CONS. SILVEIRA E SOUZA, 95 - CORDEIRO/RECIFE					PARANÁ
127	ADELAIDE MARIA LIMA	RUA BRELJO DE MADRE SEUS, Nº9 - JANGA PAULISTA					PARANÁ
128	AUGUSTA OLÍMPIA DE BARROS	RUA MARCÍLIO DIAS, 23 - C. DE BARRETO - RECIFE	223-3848				80001
129	GILDA GUMMARS	RUA BARÃO DE S. BORJA, 480/408 - B. VISTA / RECIFE	231-7697				
130	INALDETE PINHEIRO DE ANDRADE	RUA LUIZ L. A. LIMA, 300 B A-5 AP. 304 - JANGA PAULISTA					MINAS GERAIS
131	LUCIALVA M. DO NASCIMENTO	RUA CITO, 102 - MARANGUAPE II - PAULISTA					PERNAMBUCO
132	MARIA E. S. DE OLIVEIRA	AV. JOAQUIM RIBEIRO - CONJ. MARCO					PERNAMBUCO
133	ROSANE DE ALBUQUERQUE	F. GLEBA B - BL. 303 - CAXANGÁ					PERNAMBUCO
134	MARIA DO C. DOS REIS	RUA DA GRUTA, 230 - C. POSTAL 546					PERNAMBUCO
135	NADIR VENÂNCIO DA SILVA	RUA GETÚLIO VARGAS, 910 - VERNÂNCIO AIRES					PERNAMBUCO
136	CHRISNIER FREIRE	AV. SANTOS DUMOND, 428 - LAGOA NOVA/NATAL					PERNAMBUCO
137	ELIZABETH LIMA S. FREIRE	RUA STO. SARMENTO, 540 - ALEGRIIM - NATAL	223-5548				RIO G. SUL
138	MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA	RUA LAGOA DOURADA, 4359 - C. PIRANGI-NATAL	217-4850				RIO G. SUL
139	ANA Mª C. DA SILVA	R. BENJAMIM CONSTANT, 431-B AG/201	220-8623				RIO G. SUL
140	ANNA PAULA DE O. M. SILVA	BARRETO/INTERDI					RIO G. NORTE
141	ANAZIR Mª DE OLIVEIRA	RUA TIBET, LT. 19 Q 24 VILAR DO TELES - S. J. MERITI					R. JANEIRO
142	ANTONIA IGNES NOLASCO	RUA EDITOR, 4 VILA ALIANÇA - BANGUIRO DE JANEIRO					R. JANEIRO
143	ANA Mª CONCEIÇÃO SANTOS	AV. HENRIQUE DADSWORTER, 64/806 - BL. B					R. JANEIRO
144	ANALDA SOUZA MACHADO	COPACABANA/RJ					R. JANEIRO
145	ACELINA V. DOS SANTOS	RUA HENRIQUE VALADARES, 47/1103 - RIO DE JANEIRO					R. JANEIRO
147	ANGÉLICA GOMES	RUA SALATIEL, 17 JACAREPAGUÁ R. JANEIRO					R. JANEIRO
148	ALTAIR DOS S. SILVA	R. DOS BIOLÓGOS, 1080 - R. DE JANEIRO					R. JANEIRO
149	ABIGAIL P. A. DE SOUZA	RUA SÃO PAULO, 27 ACARI - R. DE JANEIRO					R. DE JANEIRO
151	ADRIANA MARTINS	R. ALICE, 150 - LARANJEIRAS R. DE JANEIRO					R. JANEIRO
152	ANA MARIA SANT'ANNA	RUA SOBRAL, 27 MEIER - RIO DE JANEIRO					R. JANEIRO
153	ALDREINE F. MARTINS	R. MARINHO REGO TRV. 29 - CASA 21					R. JANEIRO
154	ANA LÍVIA SANTOS	SEN. GAMAARA-RJ					R. JANEIRO
155	ACLE MARCOS DA SILVA	R. OLAVO S. AGUIAR, 145 AP 307 B 28 REALENGO-RJ	220-3209				R. JANEIRO
156	ANGELINA	AV. BEIRA MAR, 406 S/701 - CENTRO - R. DE JANEIRO					R. JANEIRO
157	ANGELINA P. DOS SANTOS	R. SÃO JANUÁRIO, 257 - S. CRISTOVÃO/RJ					R. JANEIRO
158	ANA GOMES	R. DA URCA, 42 - V. LEOPOLDINA - D. DE CAXIAS/RJ					R. JANEIRO
		R. CONDE DE LAGES, 54/510 - GLÓRIA/RJ					R. JANEIRO
		ESTRADA CAFUNDA, 1752- BL. 21 - AP. 208					R. JANEIRO
		JACAREPAGUÁ/RJ					R. JANEIRO

II ENMN

159	BESTESABA DOS SANTOS VASCONCELOS	R. SANTOS DUMONT, 382 - AP. 404 - CENTRO - N. IGUAÇU	R. JANEIRO	26000	OWWO DUDU
160	BEATRIZ MOREIRA COSTA	R. FRANCISCO A. NASCIMENTO, 42	R. JANEIRO	26145	MIGUEL COUTO/RJ
161	CECÍLIA REGO	RUA CRIFERAMA, 232 - JACAREPAGUÁ - R. DE JANEIRO	R. DE JANEIRO	22725	
162	CÉLIA REGINA DA SILVA	R. DO PARAÍSO, 98 - AP. 201 - STA. TEREZARJ	R. JANEIRO	21050	
163	CÁSSIA V. DOS S. CHAGAS	FRANCISCO A. NASCIMENTO, 2 - MIGUEL COUTO/RJ	R. JANEIRO		CENTRO ESC. PAI CHICO DAGUINE GR. TEATRAL RAIZ DA LIBERDADE PASTORAL DO MENOR CAFAST
164	CARLA KILDES S. OLIVEIRA	RUA VINÍCIUS DE MORAIS, 64 - IPANEMA/RJ	R. JANEIRO		
165	CÉLIA VIEIRA DA CRUZ	R. SALATIEL, 17 CIDADE DE DEUS - JACAREPAGUÁ	R. JANEIRO	22773	
166	CARLA SOUZA DA SILVA	IBRADES - RUA BAMBINA, 115 - BOTAFOGORJ, JANEIRO	R. JANEIRO	20251	
167	CLATIA REGINA VIEIRA	R. MIGUEL DE RECENA, 212 - SANTA TEREZARJ	R. JANEIRO	20251	
168	CAROLINE	CRUZADA S. SEBASTIÃO BL. 09 - AP. 509 - LEBLON RIO JANEIRO	R. JANEIRO	22430	
169	DEISE LÚCIA L. ALVES	R. MENEZES BRUM, 430 - GUADALUPE - RIO DE JANEIRO	R. JANEIRO	21670	
170	DERLI ÁLVARO DA SILVA	R. EUGÊNIO PAIVA, 568 SENADOR CÂMARA/RJ	R. JANEIRO	21670	
171	DEODATA TEIXEIRA	R. DOUTOR FERRARI, 344 C/15 - AP. 101 - T. SANTOS EST. DO AMBAL, 205 - MIG. COUTO - N. IGUAÇU/RJ	R. JANEIRO		
172	DIONÍSIA B. DOS SANTOS	R. PINTOR L. JOAQUIM 340 C/19 - AP. 101 - JACAREPAGUÁ	R. JANEIRO	26145	
173	DINA CAMILO		R. JANEIRO		
174	DJANIRA CABRAL BOTELHO	R. LEOCÁDIO FIGUEIREDO, 8/N - GUADALUPE/RJ	R. JANEIRO	21670	
175	EURÍDICE F. COELHO REIS	TRAV. RANGEL, 976 - PITA - SAO GONÇALO	R. JANEIRO	24400	
176	EVANILDA B. DE SOUZA	RUA CASTRO ALVES, 50 - FONSECA	R. JANEIRO	24140	
177	ENIL APARECIDA DA SILVA	R. DO RIACHUELO 54 - AP. 805 - FÁTIMA/RJ	R. JANEIRO	20230	
178	ELIZIA SIONDA	RIO DE JANEIRO	R. JANEIRO		
179	EDITE ALVES BRANDÃO	AV. ADOLFO VASCONCELOS, 204 - AP 1708 - B/TUJUCA	R. JANEIRO		
180	ELIANA VIRGÍLIO DE SOUZA	R. B. QD 84 - LOTE 23 - CASA 07 - ITAIPU NITEROI - CENTRO/RJ	R. JANEIRO	24000	
181	ELIANE DA SILVA SANTOS	LARGO DA CARIOCA - CENTRO/RIO DE JANEIRO	R. JANEIRO		
182	ELIZABETH COLVET	R. S. BOA VENTUM TOLOMEI 5/301 - IAPI DA PENHA	R. JANEIRO	21021	
183	ELZA MARIA PINTO	RUA 54 N. 194 - GALEÃO - ILHA DO GOVERNADOR	R. JANEIRO	21941	
184	ELIETE ANA DA SILVA	AV. MARECHAL RONDON, 1768 - AP. 1002 - RIACHUELO	R. JANEIRO	20950	
185	ELIANE SILVA L. BARBOSA	PRAIA DO COCOTA, 02 - AP. 101 - ILHA DO GOVERNADOR	R. JANEIRO		
186	ELIZA MARIA DE CARVALHO	R. MARECHAL FONTENELLE, 4553 - AP. 201 N. 413 - MALLETRJ	R. JANEIRO	21740	
187	EMILY BARBOSA SALDANHA	RUA QUATRO, 338 - CONFORTO-VOLTA REDONDA	R. JANEIRO	27263	
188	ELIZABETE P. DE ALMEIDA	R. TIBET, LOTE 06 - QD 23 V. DOS TELES - S. J. MERITI	R. JANEIRO	22241	
189	EURÍDICE Mª DA C. SOUZA	R. OLINTO GUEDES, 171 - RAUL VEIGA S. GONÇALO	R. JANEIRO	24740	
190	EMÍLIA R. DA PENHA SILVA	RUA MANOEL MIRANDA, 13 - ENGENHOCA - NITEROI	R. JANEIRO	24110	
191	GEORGINA GOMES	RUA OLIVEIRA ROXO, 143 - CAPOS ELÍSIO	R. JANEIRO		
192	GABRIELA C. PEREIRA	TRAV. NOSSA SENHORA FÁTIMA, 976 - S. GONÇALO	R. JANEIRO	24400	OWWO DUDU ASSOC. PROSTITUTAS
193	RAQUEL DE JESUS GARRIDO	ESTR. INTENDENTE MARQUÊS, 211 - CAPINHO	R. JANEIRO		
194	GISELE DA PENHA RIBEIRO	TRAV. SÃO DOMINGOS, 8 - CAMPOS	R. JANEIRO	24415	CEABIR
195	GICIMAR GOMES DA CUNHA	RUA FRANCISCO SÁ 88 200 COPACABANA	R. JANEIRO	22080	
196	GINILDA MARIA DA PENHA	RUA MANOEL MIRADA, LOTE 13-A ENGENHOCA/NITEROI/RJ	R. DE JANEIRO	24110	C.E. AFRO BRASIL
197	GENECI Mª DA P. RIBEIRO	AV. CAMPISTA, 84 - P. GUARUS CAMPOS	R. JANEIRO	28100	ASCONEG CEAP
198	GENI DE O. MATTOS SILVA	R. TIBET LT 19 QD. 24 VILAR DOS TELES S. J. MERITI	R. JANEIRO	25555	MERITI MAIS MULHER
199	GESIA DE OLIVEIRA	RUA TIBET LT 19 QD. 24 VILAR DOS TELES - S. JOÃO MERITI	R. JANEIRO	25555	
200	GESSILENE DE OLIVEIRA	RUA TIBET, LT 19 - QD/24 VILAR DOS TELES S. JOÃO MERITI	R. JANEIRO	25555	

II ENMN

201	GUARACIARA WERNECK	RUA PROF. JOÃO MASSENA 114 CASA 101 - VISTA ALEGRE	R. JANEIRO	21231	
202	HELOISA H. B. DE OLIVEIRA	RUA A 325 - CONFORTO VOLTA REDONDA	R. JANEIRO	27180	
203	HELOISA MARCONDES FARIA	R. AGENOR MOREIRA 37 ANDARA/RJ, DE JANEIRO	R. JANEIRO	25555	C. MULHERES FAVELA
204	HELENA Mª DO C. DIAS	RUA MÁRIO PORTELA 161 1304 BL. C - LARANJEIRA	245-5234	22241	MOV. C. MUL. CRISTÃOS
205	IZABEL ELOY DE SOUZA	AV. IRMÃOS GIBULE 09 QUEMADOS/RJ, DE JANEIRO	R. JANEIRO	25220	SALGUEIRO
206	IVETE DA SILVA SANTOS	R. LONIA EUSÉBIA 17 MORRO SALGUEIRO - TLUJUCA/RJ	254-7818	20520	ILE MAFE
207	INDIARA M. SANTOS	RUA URCA, 42 VILA LEOPOLDINA 4 DUQUE DE CAXIAS	R. JANEIRO	25000	IJUNI
208	IVANICE M. CONCEIÇÃO	AV. AMARAL PEIXOTO 300/708 - CENTRO/NITEROI	R. JANEIRO	24000	MOV. MULHERES PDT
209	EDMÉIA DO N. M. DE SOUZA	RUA MINAS GERAIS, 48 - BRASILÂNDIA S. GONÇALO	R. JANEIRO	24400	MOV. MULHERES NEGRAS
210	IVONETE DO N. MONTES	RUA MINAS GERAIS, 40 BRASILÂNDIA - SÃO GONÇALO	R. JANEIRO	24400	
211	IRENICE SANT'ANNA	RUA MARINHO REGO TRAV. 29 CASA 21 S. CÂMARA LEBLON	R. JANEIRO		
212	IRACY G. DA SILVA	R. OTÁVIO MANGABEIRA T 4 QD. 55 S.J. MERITV/RJ	R. JANEIRO	25555	MERITI MAIS MULHER
213	IONE DE S. CARNEIRO	R. PÃO DE AÇÚCAR 638 R. MIRANDA/RJ, DE JANEIRO	R. JANEIRO	20540	
214	IVANILDA B. SOUZA		R. JANEIRO		
215	ILMA M. DA SILVA	RUA PEDRO CUNHA, 14 - PONTO CHIC NOVA IGUAÇU	R. JANEIRO		MULHERES DO P. CHIC
216	JUREMA DA SILVA BATISTA	RUA LEOPOLDO 937 CASA 01 ANDARAÍ	571-2741	20541	MNU
217	JUSSARA DA S. SANTOS	RUA SARGENTO DEVIDOS DOS SANTOS 27 PENHA/RJ	R. JANEIRO	21070	CASA C. S. TRIND
218	JURANDIR DA S. SANTOS	CORTE 08 DUQUE DE CAXIAS - GUARUS CAMPOS	771-0339	R. DE JANEIRO	MNU
219	JOANA A. DE SOUZA	AV. BORGES MEDEIROS, 699 703 LEBLON/RJ, JANEIRO	R. JANEIRO	22430	CEMUPP
220	JUREMA F. DOS SANTOS	R. MARTINS DE NANTES 182 GUADALUPE - RIO DE JANEIRO	R. JANEIRO		
221	JOSINA M. DA C. MARQUES	RUA BAIÃO PARENTE 44 GUADALUPE	350-6823	21670	CEAP
222	JUSSARA GOMES	RUA NOVA N. 18 PARQUE VILA NOVA DUQUE CAXIAS	R. JANEIRO		
223	JOANA ELIZABETE FIGUEIRA	RUA CACHAMBI 981 - AP. 201 CACHAMBI - R. DE JANEIRO	R. JANEIRO		
224	JUREMA WERNECK	RUA 54/194 GALEÃO ILHA GOVERNADOR	393-5259	21941	CEAP
225	JULIANA DE O. M. SILVA	RUA TIBET LT 19 QD 24 VILAR DOS TELES/S.J. MERITI	751-1794	25555	G. MM MULHER
226	JOSELINA DA SILVA	RUA DO CATETE 366 COPACABANA D. CAXIAS	772-4765	R. JANEIRO	25000
227	KELLY CAVALCANTI		R. JANEIRO		
228	KENYA MELLO	R. RIACHUELO 119 AP 506 CENTRO	222-8090		OWWO DUDO
229	KÁTIA Mª DA C. S. DE JESUS	R. VITOR MEIRELLES 377 BL. II AP 105 RIACHUELO	581-6039	R. JANEIRO	CSCOLI
230	LELA SOARES DOMINGOS	EST. DO CAFUNDA 1757 BL. 10 AP. 1007 TAQUARA	372-9167	R. JANEIRO	22725
231	LEANDRA N. M. DE SOUZA	R. MINAS GERAIS 40 BRASILÂNDIA S. GONÇALO	712-9418	R. JANEIRO	24400
232	LETÍCIA DO N. M. SOUZA	R. MINAS GERAIS 40 BRASILÂNDIA S. GONÇALO	712-9418	R. JANEIRO	24400
233	LIZETE M. DA CONCEIÇÃO	RUA CRISTIANE 407 CACHAMBI	R. JANEIRO		
234	LIA VIEIRA	RUA CAPITÃO ZEFERINO 33 AP. 603 ICARAI NITEROI	710-4398	R. JANEIRO	24220
235	LUCIANA TELLES BARRETO	AV. BEIRA MAR 406 SALA 701 CENTRO/RJ, DE JANEIRO	220-0674	R. JANEIRO	
236	LUCI COELHO GOMES	TV. PARANÁ 168 PORTO VELHO S. GONÇALO	719-2828	R. JANEIRO	24400
237	LUCIENE DA S. LACERDA	RUA CONDE DE AGROLONGO 634 AP 301 PENHA/RJ, DE JANEIRO	R. JANEIRO	21070	M. DA LEOPOLDINA
238	LÚCIA MARIA X. DE CASTRO	R. ANTONIO CORDEIRO, 123 BL. 07 AP. 201 JACAREPAGUÁ	286-8522	R. JANEIRO	22750
239	SOUZETE G. DE SIQUEIRA		R. JANEIRO		
240	MARLENE RANGEL	R. LEOCÁDIO FIGUEIREDO SN GUADALUPE/RJ	R. JANEIRO	21670	ASSOC. MORADORES
241	MIRIAN F. RIBEIRO	R. ALMIRANTE ALEXANDRINO 3780 EI - AP 101 STA. TEREZA	R. JANEIRO	20241	MULHERES DO RAGGAE
242	MARIA EUNICE A. E. SILVA	PRAIS DO ZUMBI 39 C 07 ZUMBI ILHA DO GOVERNADOR	224-7577	R. JANEIRO	21930
243	MARILENA DIAS SOARES	R. GENERAL VOISID BRIGIDO 21 PCA SECA JACAREPAGUÁ	390-1248	R. JANEIRO	
244	MARA CABRAL M. PONTES	R. MAQUES DE S. VICENTE 378 AP. 202 GAVEA	294-6740	R. JANEIRO	22451
245	MARILIA C. MACHADO	RUA MARQUES DE VALENÇA 70 ITAUNA S. GONÇALO	701-4696	R. JANEIRO	24000
246	MARIA JOSÉ VENTURA	R. CRUZADA S. SEBASTIÃO 8º BL 208 LEBLON	294-3221	R. JANEIRO	22420
247	MARIA LÚCIA DE CARVALHO	R. PONTE CORREIA 48 AP 201 FUNDOS TUJUCA	208-0843	R. JANEIRO	22631

II ENMN

248	MARIA APARECIDA MIRANDA	R. JOSÉ CARLOS 40 PO NOVA HOLANDA BOMSUCCESSO		R. JANEIRO	21040	
249	MARIA ISABEL C. GONCALVES	R. JUNQUEIRO 510 CASA TIJUCA		R. JANEIRO	20821	C.C.S. TRINDADE
250	MARIA DAS G. DE OLIVEIRA	RUA AJAPI 186 CAMPO GRANDE STA. MARGARIDA	234-0633	R. JANEIRO	23050	SINDSPREV
251	MARIA EUNICE DA S. DIAS	RUA 21 N. 46 STA. CECLIA VOLTA REDONDA		R. JANEIRO	27260	C. PALMARES
252	MARIA LUIZA			R. JANEIRO		
253	MARIA S. C. DA SILVA	AV. COM JULIO MOURA, 150 B. TIJUCA		R. JANEIRO		
254	Mª REGINA DA SILVA	R. DO FARRÓ, 625 NITERÓI DIVINÓPOLIS	222-2162	R. JANEIRO	35.500	G. CONGAI
255	M. S. PIRES	R. BARATA RIBEIRO 96 AP. 403 - COPACABANA	295-5912	R. JANEIRO		
256	MARIA JOSÉ CARDOSO			R. JANEIRO		
257	MARIA JOSÉ S. ANDRADE			R. JANEIRO		
258	MARIA GENECY			R. JANEIRO		
259	MARINA M. SANTANA	CRUZADA S. SEBASTIÃO 699 5ª AP 703 LEBLON		R. JANEIRO	22420	
260	MÁRCIA ABIGAI ALVES	R. ITUXILOTT, 10 QD 52-A S. BERNARDO BELFORD ROXO		R. JANEIRO	26180	ILE OJU EWE
261	MARIA JOSÉ L. DA SILVA	RUA XISTO BAHIA 195 ABOQUÇÃO		R. JANEIRO	20750	
262	MARIA CRISTINA R. SILVA	AV. GEREMÁRIO DANTAS 716 BL II 505	392-5488	R. JANEIRO		M.M. JACAREPAGUÁ
263	MARIA BERNARDETE DA SILVA	AV. BRASL 17221 R. MAL. JOÃO A. OLIVEIRA - IRAJÁ		R. JANEIRO		
264	MARIA ALICE SANTOS	R. DEL MACHADO 198 SOBRADO - FUNDOS/NITERÓI	371-1753	R. JANEIRO		INDC
265	MIRIAN FERREIRA	CENTRO S. JOÃO MIRITI	273-6117	R. JANEIRO	24020	IPCN
266	MIRIAM JOSÉ F. FRAZERES	R. BARRO DO CORDA 468 BL 59 AP 408 - PADRE MIGUEL		R. JANEIRO	27870	M. M. MULHERES
267	MARIA CHAVES DE SOUZA	CRUZADA S. SEBASTIÃO 5ª BL LEBLON	332-6519	R. JANEIRO		M.N.P.D.T.
268	MARLY F. DA SILVA	RUA FERREIRA NOVA BRASÍLIA 33 MORRO CANTAGALO	294-3221	R. JANEIRO		
269	MICHELLE RATALIFF	R. HENRIQUE DRUMONT 85-501 IPANEMA		R. JANEIRO		M. FAVELAS
270	MARIA M. DE SOUZA	AV. BORGES DE MEDEIROS	512-4587	R. JANEIRO	22410	
271	MARIA DAS GRACAS SILVA	EST. DA GAVEA 199 C/189 ROCINHA	294-3221	R. JANEIRO	22410	
272	MARIA DA GLÓRIA SILVA	RUA MÁRIO CARPENTER 1505 CASA 1 PIEDADE	294-3221	R. JANEIRO	22250	
273	MOAMA MAHUN DE SOUZA	AV. BORGES DE MEDEIROS 699B/703	581-7328	R. JANEIRO	20750	U.N.S.P
274	MIRIAM DE A. OLÍMPIO	R. MARQUES DE PARANÁ 67 AP. 302 - CENTRO NITERÓI	294-3221	R. JANEIRO	22430	C.C.S. SEBASTIÃO
275	MARLENE Mª SOUZA DA SILVA	R. MORA 595 CASA 03 CAMPO GRANDE		R. JANEIRO		
276	MARIA HELENA DE M. FUZET	RUA JOAQUIM REGO, 55 - AP 202 - OLARIA	394-7986	R. JANEIRO	23000	UNSP
277	MERCES A. DE CARVALHO	RUA CERQUEIRA DALTRIO 926 CASCADURA	260-8319	R. JANEIRO	21021	IPCN
278	MEANDI CHANDI	R. JÚPITER 17 UE ALCANTARA J. MIRIAMBI S. GONÇALO	592-5412	R. JANEIRO		
279	MARLY ROSE B. DA GAMA	R. FARANI 60/1008 BOTAFOGO	710-4398	R. JANEIRO	24400	ASPCAB
280	MARIA DOS MILAGRES DE LIMA	R. SÃO GOMÁRIO BL. 65 CASA 08 CENTRO - STA. CRUZ	551-4151	R. JANEIRO	22231	IBISS
281	Mª BATISTA G. DOS SANTOS	RUA JOSUÉ S/N ED. ALBERTO RANGEL		R. JANEIRO		
282	MARIA DE FÁTIMA F. DUDA	CID. DEUS/JACAREPAGUÁ	342-2275	R. JANEIRO	22700	G. COMUNITÁRIA
283	MARGARIDA B. DE S. FELIX	R. ANA NERI 152 SÃO CRISTÓVÃO		R. JANEIRO		
284	MÁRCIA HELENA DE SOUZA	R. AUGUSTO RUCH 45 BL 15/503 - S. CONÇALO	394-9485	R. JANEIRO	20911	
285	MAGNA ALMEIDA DE SOUZA	R. SENADOR NABUCO 288/203 VILA ISABEL	719-3434	R. JANEIRO	20551	IPCN
286	MARIA DO M. SERRAT LINO	R. 548 N. 76 J. PARAIBA VOLTA REDONDA	278-4243	R. JANEIRO	20551	IPCN
287	MARÍNGELA DE O. DOS SANTOS	R. PARAÍSO 47 BELFORD ROXO NOVA IGUAÇU		R. JANEIRO	27180	M.C.N.U.R.
288	NAIZA COSTA ALVES	AV. SANTA CRUZ 2787 BL 44 AP 402/SEN - CÂMARA	767-2001	R. JANEIRO	26110	
289	NAGELA DE L. SOUZA	RUA ANDRÉ JOÃO ANTONEL, 303 REALENGO		R. JANEIRO	21810	IPCN
290	NADIR A. SOUZA SANTOS			R. JANEIRO	2176f	
291	NEILDA FABIANO			R. JANEIRO		NEPI
292	NEUSA DAS DORES PEREIRA	AV. ALMIRANTE BARROSO 139 12ª AND. CENTRO	252-6683	R. JANEIRO	20031	NEPI
293	NÁDIA BONFIM DA SILVA	R. CONDE LAGES 54/510 GLÓRIA	224-6771	R. JANEIRO	20021	IPCN
294	NEUSA REGINA G. DUARTE	R. MONTE CARMELO 54/4 BENTO RIBEIRO	359-5953	R. JANEIRO	21550	CEAP
295	NEUSA DE LIMA BARRETO	R. PEDRO AMÉRICO 134-507 CATETE	225-0341	R. JANEIRO	22211	IPCN
296	OTILIA S. MOTTA	R. PEDRO LESSA 1314 CAXIAS GRAMADO		R. JANEIRO		INDEC

II ENMN

297	OLGA SUELI NEM RIOS	R. PEREIRA DE SOUZA 117 MACAÉ	262-1465	R. JANEIRO	26700	F.M. NITERÓI
298	PEDRINA F. DA SILVA	R. JOSÉ CARLOS S. NOGUEIRA 156 - FONSECA NITERÓI	717-0830	R. JANEIRO	24130	AG. AFRO
299	RESEMARY GIL	R. EUCLIDES DA ROCHA 17 C/75	233-1610	R. JANEIRO	22031	F.M. NITERÓI
300	REGINA L. C. DOS SANTOS	R. CONRADO B. SOUZA 204 AP 802 V. FONSECA	722-0506	R. JANEIRO	24130	
301	RENATA DE SOUZA SANTOS	TRAV. JOÃO FIGUEIREDO 176 PARAISSO S. CONÇALO	717-0132	R. JANEIRO	24400	O W O DUDU
302	RISOLETA COSTA	ESTRADA DA CAFUNDA 1757 BL 02/1206 - JACAREPAGUÁ		R. JANEIRO	22727	
303	ROSÂNGELA FERREIRA VALLE	R. MARIA EMÍLIA, 550 CENTRO S. J. DE MERITI	771-4346	R. JANEIRO		N. DA COR
304	ROSEILDA A. SANT'ANNA	R. COELHO DA ROCHA, 860 C O3 A. PORTO SJ MERITI	756-6966	R. JANEIRO	25510	ASPCAB
305	ROSELI DA FONSECA ROCHA	LAD. MAESTRO RICARDO, 84 INGA - NITERÓI	717-3253	R. JANEIRO	24210	PS VIVA
306	ROSYKLEIDE M. NASCIMENTO	AV. BEIRA MAR CASTELO	220-0674	R. JANEIRO	20021	
307	ROSEMARY G. DA SILVA	MINISTRO VIVEIRO DE CASTRO, 152/16 - COPACABANA/RJ	541-4927	R. JANEIRO	20021	IPD HUMANOS
308	ROSÂNGELA F. DO VALLE	R. ESTUDANTE GALDÉNCIO MIGUEL LT 3 - QD. 55 S.J.MERITI	262-7730	R. JANEIRO	26555	
309	ROSANI C. DE OLIVEIRA			R. JANEIRO		
310	ROSETTA BOOKER BRAUN	R. DONA TATANA, 203 BOM RETIRO/TERESÓPOLIS/RJ	742-9049	R. JANEIRO	25855	C.N. JD. CATARINA
311	ROSILENE RODRIGUES	R. SAIT DE NIZ 22 QD 11 LT 25 - JD CATARINA/S. GONÇALO		R. JANEIRO	24710	
312	ROSINALDA DA SILVA	R. CONDE DE LAGE, 54 - AP 510 GLÓRIA		R. JANEIRO	24250	IPCN
313	ROSÁLIA DE O. LEMOS	R. DES ANÍETO M. CORREA 37 AP 101 - NITERÓI	710-0288	R. JANEIRO	21670	MNU
314	ROSELY VIEIRA	R. MATIOLA 65 BL 3 AP 105 EST. B. GUADALUPE/RJ		R. JANEIRO	27180	ASPCAB
315	SUZETE DE PAIVA LIMA	R. 225 149 CONFORTO VOLTA REDONDA		R. JANEIRO	24220	
316	SELMA DA SILVA	R. CAPITÃO ZEFERINO 33 ICARAI - NITERÓI		R. JANEIRO	22470	
317	SYLVIA REGINA SANTOS	R. MAJOR RUBENS VÁZ 723/102 GAVEA		R. JANEIRO	21041	
318	SUELI DA SILVA BRANDÃO	R. FLORIANO GASPAR BARBOSA DUTRA, 72/105 BOMSUCCESSO		R. JANEIRO		MULHER ARTE
319	SARANDAH D VILLAS B. DA ROCHA	EST. FLORESTA DA BARRA 3145 AP 1205 - BARRA TIJUCA		R. JANEIRO	22753	ASSOC. MERCADORES
320	SÔNIA MARIA CARDOSO	R. MENEZES BRUN, 574 - GUADALUPE		R. JANEIRO	21670	
321	SOLANGE N. SOARES	R. 09 BL 5 AP 804 - FONSECA		R. JANEIRO	24130	
322	SÔNIA M. DE CARVALHO	R. 18 N. 88 VILA STA. CECLIA VOLTA REDONDA		R. JANEIRO		
323	SANDRA HELENA T. BELLO	RUA S 413 AP 201 VILA MALLET MALLET		R. JANEIRO	22031	
324	SELMA MARIA DA SILVA	R. EUCLIDES ROCHA, 17 C/75 COPACABANA		R. JANEIRO	21210	
325	SÔNIA NASCIMENTO	AV. VICENTE CARVALHO, 1086 RUA 08 BL. A AP 106 - V. PENHA		R. JANEIRO	24400	UCN
326	SÔNIA REJANE PIMENTA	TRAV. ADAIL, 140 CASA 03, PARAÍSSO - S. GONÇALO		R. JANEIRO	24310	Mª V. C. FERREIRJ
327	SOLANGE F. MARCELINO	R. ARMANDO F. FRIZZO, 2 MACÉIO-NITERÓI		R. JANEIRO	27180	C. CULTURAL
328	SANDRA M. FERRANDES	R. 18 N. 88 VILA STA. CECLIA VOLTA REDONDA		R. JANEIRO	26145	INDEC
329	SUZANA N. DE SOUZA	R. SANTA MARIA 82 C/1 JUSCELINO NOVA IGUAÇU		R. JAN IRO	21670	
330	SILVIA R. DE L. SILVA	R. MATIOLA, 65 BL. 03 ENTRADA B AP 407 GUADALUPE		R. JANEIRO	22211	AG. PASTORAL NEGRA
331	VERA LUCIA F. TAVARES	LADERA DA GLÓRIA, 96 - GLÓRIA		R. JANEIRO		SINDSPREV
332	TEREZINHA M. DA COSTA	R. CASTRO MENEZES, 705 BRAZ DE PIM/PENHA/RJ		R. JANEIRO	20261	
333	TELMA RIEB	R. AURELIANO POSTUGAL 220-F RIO CUMPRIDO		R. JANEIRO		
334	VALDIVIA SOARES PINTO	PADRE ILDEFONSO PENALBA 498/402 BL. B MEYER		R. JANEIRO	21530	QUILOMBO
335	VANDA M. DE S. FERREIRA	R. HERNANI, 39 - ACARÍ		R. JANEIRO	20030	IPCN
336	VERA MARIA MENDES	R. ALM. BARROSO 139 - CASTELO		R. JANEIRO		MERITI MAIS MULHER
337	VERA LUCIA OLIVEIRA	RUA CERQUEIRA DALTRIO 926 C/1 CASCADURA		R. JANEIRO	25555	
338	VERA L. F. THOMAZ DA SILVA	R. TIBET LT 19 QD 24 VILAR DOS TELLES		R. JANEIRO	20780	AGBAC DUDU
339	VERA LUCIA NERI DA SILVA	R. FREI FABIANO 623 MEIAR		R. JANEIRO	21050	
340	VERA LUCIA DE S. SANTOS	AV. DEMOCRÁTICOS, 646 3/101 - HIGIENÓPOLIS		R. JANEIRO	24400	CONS. NEGRA
341	WANDA CRISTINA A. DA SILVA	TRV. JOÃO FIGUEIREDO, 176 PARAISSO S. GONÇALO		R. JANEIRO	21650	ABADA AYA
342	WALDELENA MARTINS	RUA MAINBARI, 168 - CURIACA JACAREPAGUÁ		R. JANEIRO		VOTN
343	ZELY NOGUEIRA DA SILVA	RUA DOS BIÓLOGOS, 1086		R. JANEIRO	24130	AFRO ALUFA
344	ANA MARIA DE JESUS	R. 9 Q. 02 BL 5 AP 804 FONSECA		SERGIPE	49000	

II ENMN

345	CÉLIA M ^o DOS SANTOS	RUA A - 18 CONJ. BIGLIO	SERGIPE	49000	UNA
346	JOSEANES L. DOS SANTOS	RUA MÉXICO, 417 AMÉRICA	SERGIPE	49000	MOV. AUX. M. RUA
347	MARIA BÉTTINA L. GOMES BARRETO	RUA A 8 30 BL D2 AP 203 - ORLANDO DANTAS	SERGIPE	49000	M. N. M. M. R.
348	ROSANA S. ADRIÃO	RUA A-13 N. 37 - CONJ. ORLANDO DANTAS	SERGIPE	49000	FUNDAÇÃO AGAPE
350	TEREZA CRISTINA S. SACRAMENTO	RUA CUBA, 34 AMÉRICA-ARACAJU	SERGIPE	49000	G. AFRO CULTURAL
351	ARLDA N. DOS P. CERQUEIRA	EUGÊNIO PORTELA 1308 - BARREIROS - FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88000	COR DA NAÇÃO
352	DENISE FAGUNDES NUNES	R. CEL. MAURÍCIO S. DE SOUZA, 153 S. MÔNICA/FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88100	COR DA NAÇÃO
358	MARIA CARDOSO	TV. JOÃO FRANCISCO SANTOS S/N - L. FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88000	COR DA NAÇÃO
354	MARILU L. DE OLIVEIRA	PEDRO SOARES EDF. BERENICE, 404 CENTRO FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88010	COR DA NAÇÃO
355	SÔNIA MARIA DE S. CACHOEIRA	R. HENRIQUE BOATEUX, 89 II AP 403 ESTREITO	STA. CATARINA	88000	COR DA NAÇÃO
356	VALDIONIRA S. DOS ANJOS	R. GAL. NESTOR PASSOS, 06 CASA 12 CENTRO FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88000	COR DA NAÇÃO
357	VERA LÚCIA FERMIANO	R. CLEMENTE ROVERE, 97 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS	STA. CATARINA	88020	COR DA NAÇÃO
358	ANTONIA CAETANO PINTO	R. SIRIEMARCA, 39 AP 35 JD. CAMANDEIA	S. PAULO	13900	GELEDES
359	ADRIANA M ^o DE JESUS	R. ALEXANDRE QUITELHO, 413 - CJ L. BONIFÁCIO - IPIRANGA	S. PAULO	08250	U. MULHERES DE SP
360	ALBERTINA S. COSTA	R. FRANCISCO MERCIA 73 COHAB TIRADENTES	S. PAULO	08400	MUL. MOB. TIRADENTES
361	AMMAMY JOAQUIM	R. AIRTON LUIZ VIANA, 158 - ESPEDICIÁRIO-CRUZEIRO	S. PAULO	18100	CASA CULTURAL
362	ANA LÚCIA DE ALMEIDA	R. CALFUNDA SOROCABA	S. PAULO	02514	CAFUNDA
363	ARLETE DE JESUS	R. PRINCESA IZABEL 181 NOVA PAULISTA PIRACICABA	S. PAULO	13400	UNEGRO
364	ANTONIA APARECIDA LEMES	R. ABRÃO M. DO CARMO 486 V. GUARANI	S. PAULO	04306	CONS. C. NEGRA
365	ANA RITA D. DA	R. JORGE 021 211 JD M ^o VIRGÍNIA - ENCARNAÇÃO	S. PAULO	05761	CCN
366	CARMEN L. BERNARDO	R. CAM. JOSÉ A. DIAS 141 B. V. INDUSTRIAL	S. PAULO	03250	UNEGRO
367	ALCIDES DE BULA	R. LADIALAU ROMA 247 A. PRESIDÊNCIA	S. PAULO	05505	SOWETO
368	CÉLIA MARIA DA SILVA	R. PORTO MDZ 291 VILA N. SILVIA	S. PAULO	08820	COORD. NEGRO
369	DAMARIS DE FIGUEIREDO	R. DOBRADA CASA VERDE	S. PAULO	02514	SOWETO
370	DAMARIS G. ROBERTO	R. BAIXOS DO CEDRO JB BRASIL, 105	S. PAULO	02514	UNEGRO
371	ELIZABETH A. PINTO	R. ALMEIDA BARRIOS 9 AP 35 STA. CECÍLIA	S. PAULO	02220	NAÇÃO CERCAB
372	EDNA ROLAND	R. JORGE UTSUMI, 40 VILA SÔNIA	S. PAULO	01232	
373	EDNA TEREZA D. XAVIER	AV. SEN. PINHEIRO MACHADO, 48 - V. MATIAS-SANTOS	S. PAULO	05519	GELEDES
374	EDNA MUNIZ DE SOUZA	R. DOMINGOS FASOLARI 381 CASA VERDE	S. PAULO	11075	CMPDCN
375	EUSORA M ^o TEIXEIRA	R. PEDRO I 589 VILA NOVA CUBATÃO	S. PAULO	02513	SOWETO
376	EUNICE R. BARBOSA	R. MARCOS ANTONIO, 15 FREGUESIADO	S. PAULO	11500	SINDICATO
377	EDZ DIANA	R. ALJAL M. DO CARMO 480 V. GUARANI	S. PAULO	02979	UNEGRO
378	ELIETE A. DE GODOY	R. ALBANIA, 71 JD CAMANUDICAJA AMPARO S/PAULO	S. PAULO	04306	CONS. COM. NEGRA
379	JEVONILDA G. SANTOS	R. OLIVEIRA MELO 1121 - IPIRANGA - SÃO PAULO	S. PAULO	13900	
380	JESILDA ELIAS	AV. AGUIRELA, 241 - VILA GUARANI - JABAQUARA/SP	S. PAULO	04278	SOWETO
381	GERALDA VIRGÍNIA SINTRA	R. ADHEMAR DE MORAIS, 214 BROOKLIL PAULISTA/SP	S. PAULO	02614	UNEGRO
382	HELMY MANSUR	RUA BOICIMINGA, 71 - VILA ISABEL/SP	S. PAULO	0448	
383	IVETE A. FERNANDES	R. PAULA NEY 720 ACLAAMAÇÃO - S. PAULO	S. PAULO	03427	MMC/SP
384	DORALICE SAMUEL	R. EMB. CAMARGO NEVES, 18-A - CAMEGAIBA/SP	S. PAULO	04107	UNEGRO
385	JUSSARA DA CONCEIÇÃO	R. CARLOTA, 588 - VILA ESPERANÇA	S. PAULO	03720	CCN. COM. NEGRA
386	LUCENIA M. COSTA	R. NOVA NAÇÃO DO NORTE 7 - S. MIGUEL PAULISTA	S. PAULO	03647	UNEGRO
387	LUCY C. MARQUES	AV. EZELINA C. GLÓRIA BL. 51 A AP 402 M.D. CRUZES	S. PAULO	08020	UNEGRO
388	MAIM B. DE FREITAS	R. BENEDITO PIVA, 138 - VILA PROGRESSO/SP	S. PAULO	08765	GELEDES
389	MERES DA S. CAMPOS		S. PAULO		ASSC. MORADORES

II ENMN

390	MARISA M. DOS SANTOS	R. NATALÍCIO C. FRAZÃO, 202 AP 12-A PARQUE YPE	S. PAULO	05762	C. CULTURA NEGRA
391	MARTA M. APARECIDA	RUA 7-B N. 260 AP 52-C GENAMAZES/S. PAULO	S. PAULO	08400	UNEGRO
392	MARISA VICENTE	R. DA INDEPENDÊNCIA 91 - VILA MILITAR OSASCO	S. PAULO	06110	UNEGRO
393	MATLDE O. PINTO	AV. SEM. PINHEIRO MACHADO, 48 VILA MATIAS/SANTOS	S. PAULO	11075	CMPDCN
394	MATLDE RIBEIRO	R. HENRIQUE SCHAUMAM 654 AP 01 - PINHEIRO/SP	S. PAULO	05413	SOWETO
395	M. AUGUSTA DA S. E. SANTOS	R. HOMERO TERRA, 243 FREG. DO OISÃO PAULO	SÃO PAULO	02807	UNEGRO
396	MARIA A. MONTEIRO	AV. DR. GUILHERME A. S. 1492 AP 23 CON. PRES. MAIA/GUIANASE	S. PAULO	08490	AFRO II
397	MARIA APARECIDA A. LIMA	VIADUTO JACARÉ, 100 B. VISTA/S. PAULO	S. PAULO	01380	C.D.D.H.
398	MARIA CINÉLIA F. DURVAL	R. M. JOSÉ 301 AP. 32 B. VISTA - SÃO PAULO	S. PAULO	01324	UNEGRO
399	MARIA F. DOS SANTOS	PCA DOS CARTÓGRAFOS, 28 V. PED. S/PAULO	S. PAULO	05790	C. CULTURA NEGRA
400	M. HELENA S. FRANCA	R. MARCOS ANTONIO, 46 - SÃO PAULO	S. PAULO	02979	
401	MARIA HELENA R. DA SILVA	R. GERVÁSIO CAMPOS, 50 PARQ. BRISTAL/SÃO PAULO	S. PAULO	04191	UNEGRO
402	MARIA LEONOR DA SILVA	R. PORTO MDZ 291 V. NOVA SILVIA/SÃO PAULO	S. PAULO	03820	
403	MARIA JOSÉ A. LIMA	R. ENG. JOSÉ SALES 200 BL 01 AP 68 J. LISBOA	S. PAULO	04776	SOWETO
404	MARIA JOSÉ PEREIRA	R. MANGUARI, 248 BL B-3 AP 44 - SÃO PAULO	S. PAULO	02167	SOWETO
405	MARIA LUZA V. PELICADO	R. JOSÉ CARDOLIA, 284 - J. ATALIBA LEONEL FREMAR	S. PAULO	02324	UNEGRO
406	MARIA LÚCIA DA SILVA	AV. DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA 2001/SÃO PAULO	SÃO PAULO	05458	GELEDES
407	MARIA DE L. DOS SANTOS	R. 13 DE MAIO 1418 AP 51 B. VISTA - SÃO PAULO	S. PAULO	01327	
408	MARIA TEREZA VIRARDO	R. IMACULADA CONCEIÇÃO, 78 AP. 12 STA. CECÍLIA/SP	S. PAULO	01226	CORD. E. MULHER
409	NAIRI APARECIDA DE O. DIAS	R. EUGÊNIO FORTE COELHO, 77 CR. SÃO PAULO	S. PAULO	02461	M.M.C.S.P.
410	NEUZA MARIA DA SILVA	R. ANTONIO MENDES 485 - SAPOEMBA V. IND./SP	SÃO PAULO	32580	
411	OLÍVIA RANGEL GOFFLSC	AV. GETÚLIO VARGAS 833 AP 102 V. BEATA NEVES, BERNARDO	S. PAULO	09750	U.P.M.S.P.
412	ROSA PINHEIRO C. CÉSAR	R. JOÃO LISBOA, 133 FREG. DO O. SÃO PAULO	SÃO PAULO	02979	ASS. M. U. HERMINIA
413	ROSA MARIA AMARLETO	R. DR. VITAL BRASIL 800 AP. 232 - TABARÃO	S. PAULO		
414	ROSELI DA C. NASCIMENTO	R. ERCULINO DE FREITA 307 148 B. VISTA/S.BERNARDO	S. PAULO	09720	SOWETO
415	ROSÂNGELA G. ROBERTO	R. BAIXA DO CEDRO, 105 JD. BRASIL/SÃO PAULO	S. PAULO	01065	N. CERLA
416	REGINA HELENA S. SILVA	AV. RAIMUNDO P. MAGALHÃES, 1720 BL 03 AP 46 PICOQUER/SP	S. PAULO	05145	BANDALA
417	RITA DE CÁSSIA O. BOENO	R. AMÉRICO P. DA ROCHA, 80 V. MEDEIROS/SP	S. PAULO	02209	UNEGRO
418	SOLANGE M ^o DA SILVA	R. PORTO N. 07 - 291 V.N. SILVA - S. PAULO	S. PAULO	03820	G. ORGANIZAÇÃO
419	SELMA MARIA DA SILVA	R. PORTO N. 07 - 291 V. N. SILVA - S. PAULO	S. PAULO	03820	G. ORGANIZAÇÃO
420	SANDRA BRAGALI H. BATISTA	R. PAULO BADI 33 GUIANESES - SÃO PAULO	S. PAULO	08400	G. ORGANIZAÇÃO
421	SANDRA MARIA GUILHERME	A. PARADA PINTO, 3420-B BL 02 AP 131-A MANDAGUI	S. PAULO	02611	UNEGRO
422	SILVIA DA SILVA	R. DOS AUTONOMISTA, 16 - CENTRO S. CAETANO SÃO PAULO/SP	SÃO PAULO	09500	G.M.N. ABCON
423	SOLJA CORREIA MARQUES	R. NOVA CANA DO NORTE, 07 S. MIGUEL PAULISTA	S. PAULO	08020	UNEGRO
424	SÔNIA REGINA GUILHERME	R. BOICININGA, 71 C. V. STA. ISABEL/SÃO PAULO	S. PAULO	03427	M.M.S.P.
425	SÔNIA MARIA DA SILVA	R. ABILIO F. DIAS 21 JD. AMÉRICA S. JOSÉ CAMPOS	SÃO PAULO	12200	UNEGRO
426	SUELY DE MATOS	R. M. DAS DORES 385 - PENHA - SÃO PAULO	SÃO PAULO	03041	UNFGRIC
427	TÂNIA A. C. ALMEIDA	R. M. DAS DORES 385 - PENHA - SÃO PAULO	S. PAULO	05135	SOWETO
428	UMBELINA S. DE MARGO	R. CÍCERO FERNANDES DA SILVA, 216 - PIRITUBA	S. PAULO	02928	SOWETO
429	VERA LÚCIA H. GUILHERME	R. INDIAPARA N. 188 - FREG. DO O. SÃO PAULO	S. PAULO	08400	M.M.SP
430	IEDA MARIA AMARAL CARVALHO	R. 06-C - N. 47 CIDADE TIRADENTE - SÃO PAULO	S. PAULO	04537	M.M.SP

ANEXO W – DENÚNCIA ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DAS MULHERES

A TAR

Denunciada esterilização em massa de mulheres no Brasil

A esterilização em massa de mulheres brasileiras, numa escala que começou na metade dos anos 70 e já atinge 25 milhões de mulheres (ou 10 milhões, de acordo com os dados do IBGE) foi denunciada, ontem, no Teatro Gregório de Mattos, pela representante do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), Jurema Werneck, ao falar na abertura da 4ª Reunião Preparatória do 1º Encontro Nacional de Entidades Negras. Ela citou trechos de um documento elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, tornado público há dois anos, para mostrar que a popularização da laqueadura de trompas como "método anti-concepcional" em países como o Brasil interessa ao governo americano, que se preocupa com "a degeneração da raça anglo-saxônica" e com a perda de controle sobre as reservas minerais de 13 países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil.

O documento intitulado "Os efeitos do crescimento da população mundial para a segurança dos Estados Unidos e outros interesses" (de 1974), tem a participação de Henry Kissinger, então secretário de Estado e George Bush, na época diretor da CIA, e somente em 1989 pôde ser conhecido, após expirado o prazo legal do sigilo. Jurema Werneck observou que justamente nos anos 70 começou a difusão da ligadura de trompas, que se expande a cada ano, apesar de ser proibida pela legislação brasileira. Segundo a palestrante, 70% das cirurgias são feitas por entidades privadas, gratuitamente, o que a seu ver revela o interesse por trás do "gesto humanitário".

"A esterilização não é método anti-concepcional, e o problema da pobreza, da infância abandonada e da marginalidade não vai ser resolvido resolvido simplesmente através de laqueadura de trompa, ou de vasectomia", disse Jurema Werneck, lembrando que as causas da miséria estão, por exemplo, no fato de o Brasil destacar-se como 8º economia mundial e ao mesmo tempo como terceiro maior concentrador de renda. Presente à reunião, o deputado estadual Marcelo Dias (PT-RJ), vice-presidente da CPI sobre extermínio de menores na Assembleia Legislativa do seu estado, comparou a esterilização em massa de mulheres negras ao assassinato de crianças de rua (492 no Rio, em 1990). "Instaurar CPIs apenas não basta", disse o deputado. "É preciso que os movimentos organizados denunciem esse outro tipo de extermínio".

Membro da Executiva nacional do I ENEN — que acontecerá em São Paulo, entre 14 e 17 de novembro — Raimundo Gonçalves (Bujão) observou que no encontro serão discutidos os diversos aspectos da questão racial no Brasil, como o acesso ao trabalho, o resgate da identidade, a cidadania e a violência contra os negros. Bujão enfatizou a participação de representantes de vários países africanos, a exemplo do Senegal, Nigéria e Camarões, cujos conselheiros juntamente com a Executiva nacional do I ENEN falarão à imprensa hoje, às 9 horas, em entrevista coletiva no Hotel Palace, Rua Chile. A abertura oficial da 4ª Reunião Preparatória será às 19 horas, na Casa do Benin.



Foto: Renato Carneiro

No encontro discutem-se assuntos que farão parte do I ENEN

Fonte: Jornal A Tarde 31-05-1991

ANEXO X – CRESCE EXTERMÍNIO DE MENORES

Cresce extermínio de menores

Brasília (AE) — Cerca de 1,2 milhão de crianças e adolescentes abandonados, na maioria negros, são as principais vítimas da violência. A afirmação é do ministro da Criança, Alceni Guerra, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara, que investiga denúncias de extermínio de menores. Alceni apresentou relatórios sobre o problema em São Paulo e Rio de Janeiro — onde a violência contra o menor vem crescendo.

A partir de dados da Secretaria do Menor, o ministro revelou que 2.195 crianças e adolescentes de zero a 18 anos morreram de forma violenta no ano passado, em São Paulo. A maioria das 815 crianças de zero a 12 anos morreu de causa supostamente acidental. Setenta e duas delas morreram por homicídio e duas suicidaram-se. Cento e uma não tiveram a causa da morte esclarecida.

De janeiro a maio do ano passado, a se-

cretaria detectou 638 mortes violentas em São Paulo, contra 667 registradas no mesmo período deste ano. O ministro divulgou relatório da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, que constata o crescimento da violência contra crianças e adolescentes cariocas. Em 1987, o percentual de homicídios nessas faixas etárias era de 3,5% e hoje já ultrapassa 15%.

O ministro voltou a dizer que na Baixada Fluminense há indícios da vinculação de empresários a empresas de segurança que não possuem pessoal qualificado. A expulsão de policiais militares e civis sem processo criminal tem provocado o ingresso desses ex-agentes na marginalidade, acusou Alceni. Ele criticou também o Poder Judiciário: não adianta investigar, denunciar criminosos, enquanto o Poder Judiciário não fizer sua parte.

ANEXO Y – DISCURSO NEGATIVO

Discurso negativo

Esta do ministro Alcení Guerra, da Saúde, sair a dar declarações lúgubres sobre o Brasil não tem servido senão para piorar nossa imagem no exterior. É que os correspondentes estrangeiros têm aproveitado a verborréia ministerial e não se fartam de fornecer subsídios a suas centrais. Ainda esta semana, a rede de televisão ITV, da Inglaterra, levou ao ar um programa com base nas declarações do Sr. Alcení Guerra dando conta de que empresários brasileiros estavam promovendo a matança de crianças. Em outro lance, o programa deu ênfase à esterilização de mulheres (25 milhões) no País, notadamente de negras, numa clara insinuação a uma prática de racismo.

Enquanto isso, o ministro não tem forças para convencer sua colega da Economia a reduzir o corte de recursos para o combate à dengue no Rio de Janeiro. A saúde dos brasileiros não precisa de um ministro discursivo. Necessita, sim, de um ministro que saiba como melhorá-la, e isso, até agora, não foi conseguido pelo Sr. Alcení Guerra.

Fonte: Jornal A Tarde 08-02-1991

ANEXO Z – DENÚNCIA DE DISCRIMINAÇÃO NO EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS

Denúncia de discriminação no extermínio de crianças

“Despertou minha atenção o artigo 'Discurso negativo' publicado na página de editoriais de A TARDE de 8/2/91, devido ao mesmo criticar as declarações do ministro da Saúde, Alcenir Guerra, a respeito do extermínio de crianças abandonadas e da prática da esterilização em massa de mulheres negras e mestiças no Brasil.

A esse respeito convém lembrar que a Anistia Internacional denunciou recentemente o extermínio de crianças, citando fontes fidedignas comprobatórias. Por outro lado, a Ordem dos Advogados do Brasil vem também se pronunciando sobre a causa em questão, bem como o Movimento Negro e o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas

(MNU E Ceap), que, através de seu jornal e revista, vêm apresentando denúncias, com fotos e dados estatísticos do extermínio, por cidades e estados.

Tentar escamotear o caráter racista do extermínio da população pobre no Brasil nos dias atuais é estar contra a luta por justiça social e direitos humanos que se inicia no Brasil e nas nações democráticas, em favor dos despossuídos e marginalizados da segunda nação de maioria negra no mundo, a Nação brasileira”.

Ana Célia da Silva
(Jardim Caiçara, 46, Brotas, Salvador-BA).

Fonte: Jornal A Tarde 22-02-1991